

Mensagem à
**Assembleia
Legislativa**

Eduardo Leite

Governador

20
22

GOV
RS
NOVAS FAÇANHAS

rs.gov.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Mensagem à Assembleia Legislativa

Eduardo Leite
Governador

2022

GOVERNADOR DO ESTADO

Eduardo Leite

**VICE-GOVERNADOR E SECRETÁRIO DA
SEGURANÇA PÚBLICA**

Ranolfo Vieira Júnior

**CHEFE DA CASA MILITAR E COORDENADOR
ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

Cel. Júlio César Rocha Lopes

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Eduardo Cunha da Costa

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

Artur Lemos Júnior

**SECRETÁRIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Silvana Covatti

SECRETÁRIA DA CULTURA

Beatriz Araújo

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

Raquel Teixeira

**SECRETÁRIA DA IGUALDADE, CIDADANIA,
DIREITOS HUMANOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Regina Becker

SECRETÁRIA DA SAÚDE

Arita Bergmann

SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO

Tânia Moreira

**SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE
RELAÇÕES FEDERATIVAS E
INTERNACIONAIS**

Ana Amélia Lemos

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Marco Aurélio Cardoso

**SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

Edson Brum

**SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E METROPOLITADO**

Luiz Carlos Busato

**SECRETÁRIO DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**

Alsones Balestrin

**SECRETÁRIO DE JUSTIÇA E SISTEMAS
PENAL E SOCIOEDUCATIVO**

Mauro Hauschild

**SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E
TRANSPORTES**

Juvir Costella

SECRETÁRIO DE OBRAS E HABITAÇÃO

José Stédile

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO**

Claudio Gastal

**SECRETÁRIO DE TRABALHO, EMPREGO E
RENDA**

Ronaldo Nogueira

SECRETÁRIO DE TURISMO

Ronaldo Santini

SECRETÁRIO DO ESPORTE E LAZER

Danlei de Deus

**SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E
INFRAESTRUTURA**

Luiz Henrique Viana

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE APOIO
À GESTÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA**

Agostinho Meirelles

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE
PARCERIAS**

Leonardo Busatto

APRESENTAÇÃO

Em atenção ao disposto no artigo 82, inciso IX, da Constituição Estadual, encaminhamos a presente Mensagem à Assembleia Legislativa, por ocasião da abertura de sua sessão anual. O documento apresenta, inicialmente, um panorama da economia gaúcha – com destaques para o cenário econômico internacional e a conjuntura brasileira, detalhando a atividade econômica gaúcha – e o quadro atual das finanças públicas estaduais. Na sequência, demonstra a evolução da estratégia de governo e indica onde estamos e o que tem sido feito para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). São também abordados aspectos como o modelo de governança adotado, as iniciativas de ampliação de investimentos e de fortalecimento da qualidade dos serviços públicos, através de parcerias com o setor privado.

Após, dedica-se uma seção para o Programa Avançar, que detalha os investimentos e ações do governo para o desenvolvimento gaúcho. No capítulo de realizações e prioridades, são descritas as principais ações empreendidas pelos órgãos de governo até dezembro de 2021, bem como o conjunto de projetos definidos como estratégicos para 2022. Por fim, dedicamos um capítulo especial para tratar sobre o segundo ano de enfrentamento da pandemia pelo Estado do Rio Grande do Sul.

O ano de 2021 continuou desafiando os gaúchos no enfrentamento ao coronavírus. A preservação da vida seguiu sendo a prioridade do governo, complementada por ações importantes na esfera econômica para mitigar os efeitos negativos da pandemia. O Gabinete de Crise, com seus oito comitês específicos, continuou atuante, trabalhando ao lado da ciência, com respeito às orientações de médicos e pesquisadores e aberto às contribuições das regiões, dos municípios e da sociedade.

Depois de um ano de enfrentamento à pandemia, seguindo o modelo pioneiro e inovador do Distanciamento Controlado, o governo do Estado apresentou, em maio de 2021, o Sistema 3As de Monitoramento. As três medidas do sistema – Aviso, Alerta e Ação – inauguraram um novo patamar de relacionamento com as regiões e os municípios no combate à doença. O Estado seguiu no seu compromisso de monitoramento diário da pandemia, informando tempestivamente quando da necessidade de novas medidas. Dessa forma, buscou-se atuar no local, no momento e na proporção em que fosse necessário, conforme a evolução de casos em cada região do Estado.

As ações implementadas pelo governo resultaram na liderança do Rio Grande do Sul entre os Estados com melhores políticas públicas, baseadas em evidências, para o combate da covid-19 no País. Nossos dois modelos de enfrentamento à pandemia, o modelo de Distanciamento Controlado e o Sistema 3As de Monitoramento, levaram em consideração dados e estudos científicos produzidos pelo Comitê Científico e pelo Comitê de Dados, sendo exemplo de boas práticas no País.

Outra medida vital para o enfrentamento da pandemia foi a vacinação da população gaúcha. Operamos uma logística exemplar de distribuição das doses e, para incentivar os municípios nessa corrida do bem, criamos uma premiação. Encerramos 2021 dentre os três estados com maior proporção de população adulta vacinada, com queda significativa nas hospitalizações e nos óbitos em decorrência da covid-19. Fomos o estado com o segundo menor excesso proporcional de óbitos no Brasil, medida que expressa a diferença entre o número de óbitos por causas naturais durante a pandemia em comparação com os óbitos esperados para o mesmo período.

Além de preservar vidas, o governo assumiu o compromisso de proteger os trabalhadores, a economia e o desenvolvimento no RS. Criamos auxílios emergenciais específicos para os setores mais afetados pela pandemia, como turismo, alimentação, eventos, economia criativa, esportes e transporte metropolitano.

No mesmo sentido, aprovamos o Auxílio Emergencial Gaúcho, com apoio dessa Assembleia, no valor de R\$ 107 milhões, na forma de subsídio, a trabalhadores e empresas dos setores de alimentação, alojamento e eventos, bem como a mulheres chefes de família em situação de pobreza extrema e a trabalhadores desempregados.

Ao setor da cultura, por meio do Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais – PRÓ-CULTURA/RS, foram destinados outros R\$ 56 milhões. Houve ainda o Auxílio Emergencial, realizado em duas chamadas, direcionado aos profissionais do segmento de educação física – os recursos, na ordem de R\$ 25 milhões, são oriundos do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (FEIE) e de convênios com as prefeituras gaúchas.

Por fim, com o Auxílio Emergencial de Operação e Custeio do Serviço Público de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros e dos Aglomerados Urbanos do Estado do Rio Grande do Sul, foram previstos mais R\$ 88,5 milhões destinados a incrementar temporariamente as fontes de receita para o cumprimento de despesas das empresas, garantindo condições mínimas de operação e mitigando os prejuízos financeiros provocados pela queda de demanda e pela elevação dos custos decorrentes do estado de calamidade pública gerado pela pandemia de covid-19.

Apesar das dificuldades e dos desafios que se apresentaram ao Rio Grande do Sul, o ano de 2021 teve inúmeras conquistas, que merecem ser valorizadas e que nos dão otimismo para 2022 e para o futuro.

Em 2020, iniciamos as reformas estruturantes – administrativa e previdenciária – com apoio dessa Assembleia Legislativa, com a expectativa de que gerem uma economia de R\$ 18 bilhões em 10 anos. Não à toa, nossa reforma previdenciária foi reconhecida, ainda em 2020, pelo Centro de Liderança Pública (CLP), como a melhor e mais profunda do Brasil.

A agenda de reformas não parou por aí. Também reduzimos, de forma responsável, a carga tributária e de tarifas do Estado. Além da redução da alíquota para compras internas e de fora do Estado (Difal) e para empresas do Simples, em 2021, houve a redução das taxas de licenciamento de veículos do DETRAN. E inauguramos 2022 com o fim das alíquotas majoradas do ICMS e da alíquota majorada para gasolina, álcool, energia e comunicação.

Desde o início da gestão, além das reformas, não medimos esforços para promover as privatizações, concessões e parcerias necessárias com a iniciativa privada para melhorar a qualidade dos serviços públicos estaduais. Em 2021, avançamos nas privatizações da área de energia (CEEE e SULGÁS) e saneamento (CORSAN). Em março, realizamos o leilão da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), adquirida por empresa privada, que assumiu o controle da companhia em julho de 2021. No mesmo mês, realizamos o leilão da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T), na sede da B3, em São Paulo. A proposta ofertada foi de R\$ 2,67 bilhões, com ágio de 57,13% em relação ao valor inicial estabelecido (R\$ 1,7 bilhão), e a empresa foi oficialmente transferida para a vencedora em outubro de 2021. Ainda em outubro, também na B3, foi realizado o leilão da SULGÁS, arrematada por R\$ 928 milhões. A privatização da CEEE-G está em fase final, e o leilão está programado para ocorrer em 15 de fevereiro de 2022, na B3. A desestatização da CORSAN avançou, e a abertura do capital da empresa está



agendada para o primeiro semestre de 2022. Sublinhamos a parceria e o comprometimento da ALRS nesse processo que, em agosto de 2021, aprovou o projeto que viabiliza a venda de ações da Companhia e, em dezembro, o projeto de regionalização do saneamento.

No grupo de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), em 2021, foram aprovados os estudos de modelagem e realizadas consultas e audiências públicas para concessão de 1.131 km de rodovias estaduais à iniciativa privada. O edital para concessão de 271,5 km do bloco 3 do programa RS Parcerias já foi publicado, o que gera boas expectativas de avanço dos projetos para viabilizar, o mais breve possível, a melhoria das estradas gaúchas. Destacam-se, igualmente, o Projeto de Revitalização do Cais Mauá, o presídio de Erechim, primeira PPP de um presídio no País, bem como da rodoviária de Porto Alegre e dos aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo.

Também estamos fazendo o dever de casa na promoção da competitividade e na criação de um ambiente atrativo para os negócios. Dentre algumas medidas, podemos destacar a simplificação e desburocratização de processos e serviços do Estado. Criamos o Tudo Fácil Empresas, que permite a abertura de empresas *on-line*, de forma gratuita e em apenas um acesso, com tempo máximo de 10 minutos. Podemos citar, ainda em 2021, a atualização de dois programas importantes de promoção à indústria: o Novo FUNDOPEM e o Novo PROEDI, tornando os processos mais modernos, simples e desburocratizados.

A digitalização de serviços foi uma marca do ano de 2021. Colocamos o RS em primeiro lugar no *ranking* nacional de serviços digitais, com oferta de quase 500 serviços estaduais de forma digital na palma da mão do cidadão. A própria Consulta Popular de 2021 foi realizada de forma inédita, integralmente digital, com 112.496 votos computados.

O resultado de todo esse trabalho já pode ser observado pela retomada dos investimentos privados no Rio Grande do Sul. Em 2021, o Estado atraiu mais de R\$ 50 bilhões em 150 iniciativas de investimento, mais do que o dobro de 2020. Também se observa a recuperação da economia gaúcha, com expansão de 12,2% no PIB do Estado no acumulado de 2021 até o terceiro trimestre, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Todas essas ações de governo – privatizações, reorganização do caixa, controle do gasto público, equilíbrio e responsabilidade fiscal, promoção da competitividade e modernização do Estado – permitiram entregar dois importantes compromissos: a regularização dos pagamentos de pessoal e fornecedores, bem como o lançamento de inúmeros investimentos, por meio do Programa Avançar.

Colocar em dia o salário do funcionalismo gaúcho, após 57 meses de atrasos, e quitar as dívidas de repasses à Saúde foram, sem dúvida, duas das principais façanhas realizadas em 2021. Conseguimos não apenas manter esses pagamentos em dia como também pagar o 13º salário do funcionalismo em dia. O pagamento em dia do 13º não ocorria no Estado desde 2015 e possibilitará economia significativa em 2022, em cerca de R\$ 140 milhões, que seriam necessários para as indenizações pelo atraso. Ainda no início de dezembro, o Tesouro do Estado quitou dívidas históricas com os municípios gaúchos, referentes à manutenção de programas de saúde municipais do Sistema Único de Saúde (SUS) entre os anos de 2014 e 2018, no valor de R\$ 432 milhões, que não estavam empenhados. O ano encerrou com o pagamento em dia de obras e estradas.

Lançado em junho de 2021, o Programa Avançar reúne um conjunto de investimentos voltados a acelerar o desenvolvimento e o crescimento econômico, incrementar a qualidade da prestação de serviços à população e promover a inovação e a sustentabilidade. Está dividido em três eixos: Avançar com

Sustentabilidade, Avançar para as Pessoas e Avançar no Crescimento. Até o final de 2021, lançamos o Programa Avançar de 11 Secretarias, somando R\$ 4,6 bilhões em investimentos.

No Plano de Obras, destinou-se R\$ 1,3 bilhão de recursos do Tesouro a estradas. Por meio do Programa Pavimenta, 406 cidades serão beneficiadas com a ampliação e melhoria da infraestrutura rodoviária, com investimento total de R\$ 369 milhões, mediante a contrapartida das prefeituras. Na área da Cultura, serão R\$ 84 milhões entre obras, fomentos, editais e qualificações. Para Esporte e Lazer, destinamos R\$ 87,7 milhões, que contemplam desde melhorias e reformas em espaços esportivos em municípios gaúchos até a promoção de eventos desportivos. Na saúde, nas duas etapas do Avançar, já totalizamos R\$ 349,1 milhões de recursos e, para a educação, destinamos o montante histórico de R\$ 1,2 bilhão de recursos do Tesouro. Para Inovação, Ciência e Tecnologia, foram R\$ 112,3 milhões, alocados entre editais de fomento à inovação e recursos para a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Para a Casa Militar e Defesa Civil do Estado destinou-se R\$ 10,85 milhões. Ao Programa Iconicidades foram R\$ 4,25 milhões em projetos, que procuram estimular a retomada e a revitalização de espaços arquitetônicos simbólicos aos gaúchos. Na Segurança Pública foram alocados R\$ 280,3 milhões, distribuídos entre viaturas, equipamentos, tecnologia e obras para Polícia Civil (R\$ 85,8 milhões), Brigada Militar (R\$ 116,9 milhões), Corpo de Bombeiros Militar (R\$ 38,6 milhões), Instituto-Geral de Perícias (R\$ 14,7 milhões) e a própria SSP (R\$ 24,3 milhões). Na Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo fizemos outro investimento histórico de R\$ 465,6 milhões, o maior dos últimos dez anos, destinado principalmente a ampliar e construir unidades prisionais e centros de atendimento socioeducativo. Na Agropecuária e no Desenvolvimento Rural anunciamos o investimento de R\$275,9 milhões. Para fortalecer a capacidade do Estado de lidar com episódios futuros de faltas de chuvas, destinou-se 73% do total de investimentos do Avançar na Agropecuária para qualificação da irrigação no RS. Assim, R\$ 201,4 milhões serão usados para construção de microaçudes, poços, redes de transmissão e armazenamento de água, cisternas, linhas de crédito para projetos de irrigação e qualificação do Sistema de Monitoramento e Alertas Agroclimáticos (Simagro-RS). Por fim, lançamos o Avançar no Turismo, destinando R\$ 131 milhões em recursos do Estado para investimentos nesse segmento, valor treze vezes maior do que o total investido nos últimos 17 anos no setor turístico gaúcho.

Na área da Segurança, um tema considerado essencial em nossa gestão, o Rio Grande do Sul viu os indicadores de criminalidade despencarem em todo o Estado, em 2021. Resultado das ações combinadas de todos os órgãos de segurança pública no programa transversal e estruturante RS Seguro. Não à toa, o sistema utilizado pela Gestão de Estatística em Segurança (GESeg), desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado (PROCERGS) para atender o programa RS Seguro, foi escolhido como grande vencedor do Prêmio *Gartner Eyes on Innovation Awards for Government 2021*. O concurso é tido como o mais importante reconhecimento de iniciativas da área aplicadas à gestão pública no mundo.

Outro tema fundamental é a Educação. Para aferir o aprendizado dos estudantes no ano de 2020, bastante afetado pela pandemia, e avaliar as principais competências pedagógicas que precisavam ser reforçadas em 2021, o governo do Estado, por meio da Secretaria da Educação (SEDUC), realizou a avaliação diagnóstica Avaliar é Tri RS, que teve adesão inédita de alunos no RS. Em 2021, o Estado tomou medidas para prevenção do abandono e da evasão escolar, através do Programa Todo Jovem na Escola, com o pagamento de bolsa permanência para os alunos do ensino médio em situação de pobreza e extrema pobreza inscritos no CadÚnico. Além disso, foi instituído o Programa Aprende Mais, para recuperação e aceleração da aprendizagem em virtude dos impactos da pandemia. O programa inclui a formação e profissionais e a realização do 4º ano do Ensino Médio.



Na área da Saúde, como mencionado, o Estado seguiu trabalhando no enfrentamento da pandemia baseado em evidências com o Sistema 3As, além de progredir a passos largos na vacinação dos gaúchos, com o Programa Te Vacina RS. Inclusive, estabelecemos a Política de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista (TEA), também chamada de programa TEAcolhe. E realizamos investimentos importantes em infraestrutura hospitalar nas duas etapas do Avançar da Saúde, somando R\$ 244,1 milhões em 54 hospitais beneficiados. Igualmente, foram investidos R\$ 44,2 milhões para a implementação da Rede Bem Cuidar (RBC) na Atenção Primária à Saúde (APS) e R\$ 41 milhões para a Farmácia Cuidar+, considerando ambas as etapas do Avançar na Saúde.

Na Agropecuária, em 2021, o Rio Grande do Sul conquistou o certificado de Zona Livre de Aftosa sem vacinação, dado pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), maior autoridade de sanidade animal no mundo. Assim, abrimos mais mercados e tornamos o produto regional mais competitivo. Para fazer frente à estiagem que impactou o solo gaúcho, em 2021, através da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) foram construídos 278 açudes e reservatórios para uso múltiplo em 11 COREDEs e 80 poços tubulares em 7 Regiões Funcionais, atendendo, em média, 3.200 famílias. Visando ampliar a área irrigada no RS, no último ano do Programa Mais Água, Mais Renda, a Secretaria construiu 78 reservatórios e elaborou 119 projetos de irrigação em 19 COREDEs, totalizando uma área irrigada de 4.001,95 ha e uma área alagada de 100,86 ha.

No âmbito do Meio Ambiente, o Estado tem atuado de forma a conciliar o desenvolvimento com a proteção ambiental. Neste ano, participamos da COP26 apresentando diversos projetos ambientais e nos comprometemos a trabalhar para neutralizar em 50% as emissões de carbono do nosso Estado até 2030 e agir para neutralizar as nossas emissões até 2050. Além disso, licenciamos grandes complexos eólicos e continuamos promovendo a preservação da biodiversidade, visando à proteção dos biomas, da fauna e da flora gaúchos, por meio de ações de conservação, restauração e fiscalização ambiental.

Na esfera da inovação, demos andamento para a iniciativa Conecta, que visa instalar rede de fibra ótica de alta velocidade para as escolas estaduais. Por meio do INOVA RS, desenvolvemos e implantamos oito Ecossistemas Regionais de Inovação e lançamos o Edital Inova 001/2021 para apoio aos projetos de inovação, cujo resultado foi publicado em novembro. Ainda, destacam-se as realizações do Startup Labs, de promoção à StartUps gaúchas e as tratativas para consolidação da nova Sede da UERGS, no centro da capital gaúcha. Como resultado, o Estado foi alçado ao primeiro lugar no pilar Inovação do *Ranking* de Competitividade dos Estados do CLP.

Na cultura, em 2021, realizamos projetos para a geração de emprego e renda, a formalização dos trabalhadores da cultura e a ampliação do acesso da população aos bens e atividades culturais. O Fomento à Cultura, por meio do sistema Pró-Cultura, executou o limite global de R\$ 52 milhões para concessão de incentivos fiscais, contemplando a realização de projetos culturais apresentados nas nove Regiões Funcionais do Estado. Em 2021, com o apoio dessa Assembleia, também elevamos em R\$ 30 milhões os recursos estaduais do ICMS destinados a projetos nas áreas de cultura (Pró-Cultura), assistência social (Pró-Social) e esporte (Pró-Esporte).

Por fim, apresentamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022, que norteou a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA 2022, com o objetivo de mostrar a real situação das finanças públicas do Estado. Estamos, ainda, longe do equilíbrio sustentável. A LOA 2022 estima uma arrecadação ajustada de R\$ 50,1 bilhões, acréscimo de R\$ 7,2 bilhões em relação ao previsto em 2021, e despesas da ordem de R\$ 53,3 bilhões, resultando em um déficit projetado de R\$ 3,2 bilhões. As cifras realistas demonstram um

cenário complicado, o que nos manterá atentos aos gastos públicos e em contínua busca por parcerias para investimentos.

Por essas conquistas, temos que fazer um grande agradecimento pela continuidade da parceria com a Assembleia Legislativa, que aprovou projetos essenciais que viabilizaram a construção da agenda de governo, como as reformas, as privatizações, a redução de impostos e tarifas. Além de ter aprovado projetos importantes de iniciativa do Executivo como o Auxílio Emergencial, o Educação no ICMS, o reajuste do piso do magistério e, mais recentemente, o teto de gastos.

As conquistas que tivemos até aqui, os projetos aprovados na Assembleia Legislativa, foram fruto de diálogo e construção de consensos. Uma postura que nos dá credibilidade para seguir promovendo ações que visem reconduzir o Estado a uma era de mais desenvolvimento econômico e social, em que a máquina pública não entrave a sociedade.

Seguiremos insistindo em uma agenda transformadora, promovendo uma gestão pública transparente, responsável, sempre aberta ao diálogo com a sociedade e de braços dados com a ciência.

EDUARDO LEITE
Governador do Estado

SUMÁRIO

PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA	13
CENÁRIO INTERNACIONAL	13
CONJUNTURA BRASILEIRA	15
ATIVIDADE ECONÔMICA GAÚCHA NO CENÁRIO NACIONAL	19
FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	25
O ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2022	25
AS REFORMAS ESTRUTURANTES	27
UM BREVE QUADRO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS	28
OS PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA	32
A EVOLUÇÃO DO GASTO TOTAL DO ESTADO DO RS	35
O FUNDO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB)	41
A DÍVIDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO	44
O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RS	47
RS PARCERIAS E PROGRAMA AVANÇAR	53
CONCESSÕES E PPPs	53
PRIVATIZAÇÕES	58
PROGRAMA AVANÇAR	59
O AVANÇO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODSs)	69
VINCULAÇÃO AO PPA 2020-2023	69
REALIZAÇÕES DO GOVERNO EM 2021 E PRIORIDADES PARA 2022	91
REALIZAÇÕES EM 2021	91
PRIORIDADES PARA 2022	137
O ENFRENTAMENTO DO SEGUNDO ANO DE PANDEMIA NO RS	143
CENÁRIO GAÚCHO	143
SISTEMA 3As DE MONITORAMENTO	146
PROGRAMA TE VACINA RS	147

PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA

CENÁRIO INTERNACIONAL

A economia mundial voltou a crescer em 2021, após uma queda brusca do produto global em 2020, decorrente da pandemia de covid-19 **Tabela 1**. Entretanto, essa recuperação foi bastante desigual entre as economias e esteve condicionada, de maneira geral, tanto à capacidade de implementação de pacotes econômicos expansionistas para sustentar a atividade econômica, a demanda e a renda de famílias e empresas quanto à evolução efetiva das campanhas de vacinação para o retorno da circulação de pessoas.

Tabela 1 - Taxa de crescimento do PIB mundial e de economias selecionadas (%)

ECONOMIAS SELECIONADAS	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%)			
	MÉDIA 2013-19	2020	2021	2022
Mundo	3,4	-3,1	5,9	4,9
Economias avançadas	2,0	-4,5	5,2	4,5
EUA	2,3	-3,4	6,0	5,2
Área do Euro	1,6	-6,3	5,0	4,3
Reino Unido	1,9	-9,8	6,8	5,0
Japão	1,0	-4,6	2,4	3,2
Economias emergentes	4,5	-2,1	6,4	5,1
América Latina e Caribe	1,0	-7,0	6,3	3,0
Brasil	0,2	-4,1	5,2	1,5
Argentina	-0,2	-9,9	7,5	2,5
China	7,0	2,3	8,0	5,6
Índia	6,8	-7,3	9,5	8,5

Fonte: IMF (2021)¹.

Nota: Os dados para 2021 e 2022 são projeções.

A taxa de crescimento de 2021, projetada em outubro pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), foi de 5,9% (e de 4,9% em 2022), após uma queda de 3,1% ocorrida em 2020. Alguns países avançados e emergentes (como o Brasil) já superaram o nível de produção pré-pandemia. Entretanto, o grupo das economias avançadas deve atingir esse nível apenas em 2022 e excedê-lo 0,9% em 2024, enquanto o grupo das economias emergentes (excluindo a China) ainda deve permanecer, em 2024, 5,5% abaixo do seu nível pré-pandemia, contribuindo para a recuperação incompleta dos mercados de trabalho, aumento da pobreza e retrocessos nos padrões de vida.

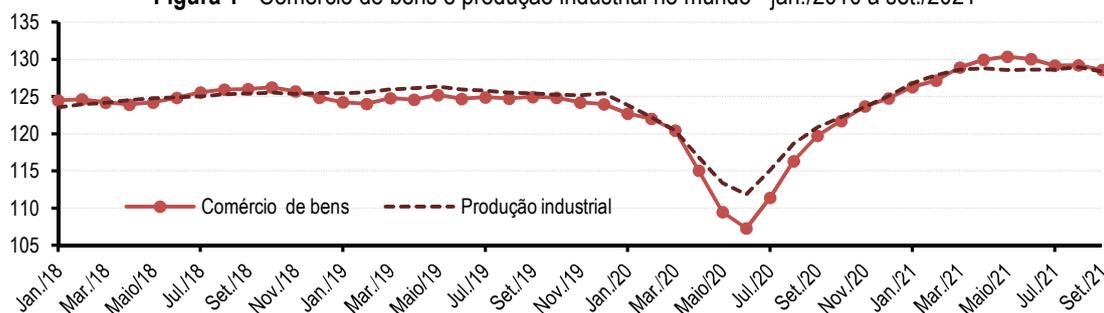
Apesar da forte recuperação da economia global, viabilizada após a diminuição de restrições à mobilidade e a reabertura econômica, a segunda metade de 2021 impôs alguns desafios a esse ritmo de crescimento (bem como à sua sustentação em 2022), como gargalos de oferta persistentes, aumento do frete marítimo, crescentes custos de insumos, alimentos e energia, pressões inflacionárias, crises energéticas, interrupções da produção por mudanças climáticas e aumento dos casos de covid-19 por conta de novas e mais virulentas de suas variantes, como a Delta e a Ômicron. O comércio global de bens e a produção industrial, que apresentavam uma robusta e rápida recuperação desde a segunda metade de 2020 até o 1º semestre de 2021, superando os seus níveis pré-pandemia, iniciaram uma desaceleração a partir de então (**Figura 1**).

Os efeitos duradouros da pandemia em elos críticos das cadeias de abastecimento globais, além de gerarem restrições de oferta que vêm afetando a produção e o comércio como um todo, também alimentaram ainda mais a inflação em diversas economias desde o início de 2021, com aumentos proeminentes tanto nas

¹ INTERNATIONAL MONETARY FUND. World economic outlook update: fault lines widen in the global recovery. Washington, DC: IMF, 2021.

economias avançadas quanto nas emergentes (**Figura 2**). Uma característica particular da inflação (e da dinâmica produtiva setorial) durante a pandemia foi a transição da demanda de serviços para bens duráveis, a qual ainda permanece acentuada e segue afetando o nível de preços. Nesse particular, a pandemia e suas restrições de mobilidade mudaram os padrões de consumo em direção a bens e para longe dos serviços que exigem interações de contato intensivo. Adicionalmente, a rápida recuperação da demanda global, em meados de 2020, e a recuperação mais lenta da capacidade de produção em alguns setores geraram escassez de oferta e problemas duradouros nas cadeias de produção e abastecimento, que vêm elevando o preço dos bens duráveis, os quais ainda continuam com maior demanda relativamente aos serviços. Uma consequência do aumento da inflação geral, sobretudo em economias emergentes como o Brasil, foi o retorno de políticas monetárias contracionistas, impondo mais uma dificuldade na capacidade de recuperação dessas economias.

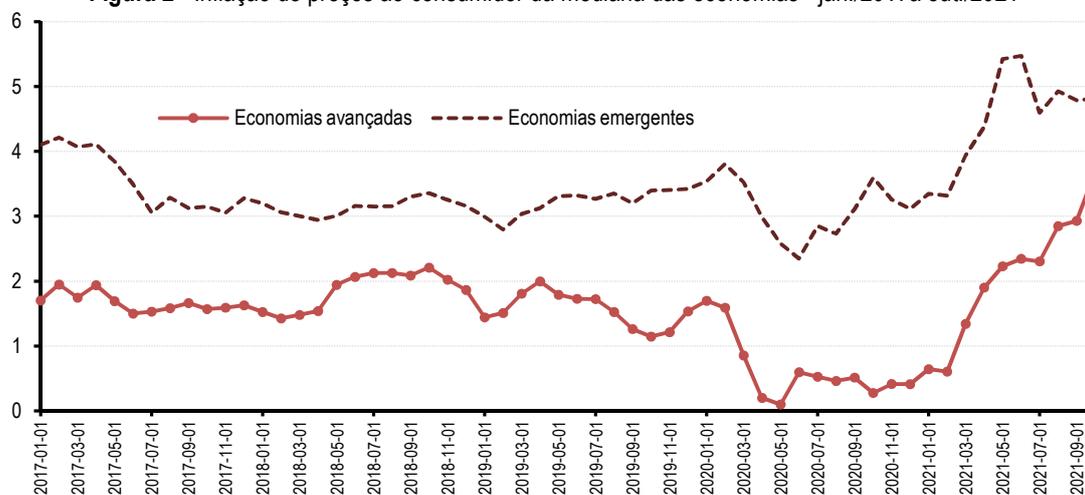
Figura 1 - Comércio de bens e produção industrial no mundo - jan./2010 a set./2021



Fonte: CPB world trade monitor².

Nota: Média móvel de três meses; índice de volume com ajuste sazonal (2010 = 100).

Figura 2 - Inflação de preços ao consumidor da mediana das economias - jan./2017a out./2021



Fonte: OECD³.

Nota: Em relação ao mesmo mês do ano anterior

A continuidade do aumento dos preços ainda é incerta e apresenta sinais mistos, pois, ao mesmo tempo em que uma série de fatores continua alimentando a inflação (descompassos entre oferta e demanda, aumentos dos preços de *commodities*, depreciações da taxa de câmbio, aumento dos gastos privados, pressões salariais em alguns segmentos do mercado de trabalho e questões climáticas⁴, que afetaram,

² NETHERLANDS. Central Planning Bureau. CPB world trade monitor: nov. Haia: CPB, 2021.

³ OECD. OECD economic outlook, v. 2021, n. 2: preliminary version. Paris: OECD Publishing, 2021.

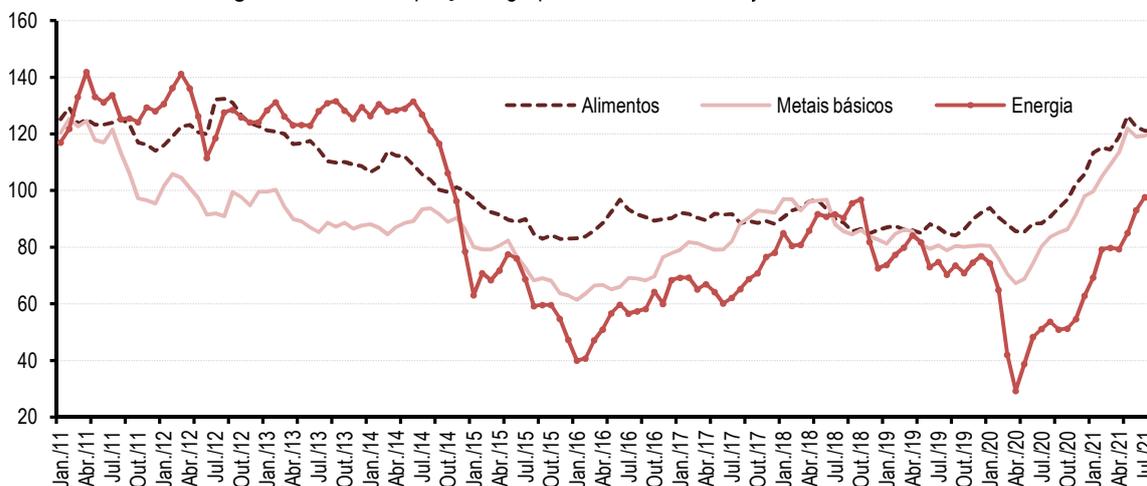
⁴ Seca no Brasil; incêndios florestais na Sibéria, Califórnia, Canadá e Turquia; ondas de calor no oeste da América do Norte; alta precipitação e inundações na Alemanha, Bélgica, oeste do Canadá e leste e sul da Ásia; bem como o furacão Ida no final de agosto e início de setembro no Nordeste dos Estados Unidos, o qual foi um dos mais custosos da história daquele país.

sobretudo, produção e preços da energia e dos alimentos), medidas de expectativa de inflação para o médio e longo prazo permanecem próximas das metas na maioria das economias, sobretudo nas economias avançadas.

Um dos fatores determinantes para pressões inflacionárias, os preços de *commodities*, continuaram, em 2021, o movimento de forte valorização iniciado desde meados de 2020 (**Figura 3**). No acumulado do ano até novembro, as altas foram substanciais (83% as energéticas, 49% os metais básicos e 31% as alimentícias). Entretanto, nos últimos meses de 2021, houve uma desaceleração do ritmo de elevação.

Em suma, embora 2021 tenha se caracterizado pela recuperação do produto global, diversos sinais de atenção (sanitários e econômicos) se acenderam ao longo do ano, resultando na desaceleração do ritmo de crescimento da economia mundial nos seus últimos trimestres, e podem influenciar o desempenho da atividade econômica em 2022. Logo, a trajetória de recuperação da economia mundial deve seguir instável e desigual.

Figura 3 - Índice de preço de grupos de commodities - jan./2011 a nov./2021



Fonte: World Bank⁵

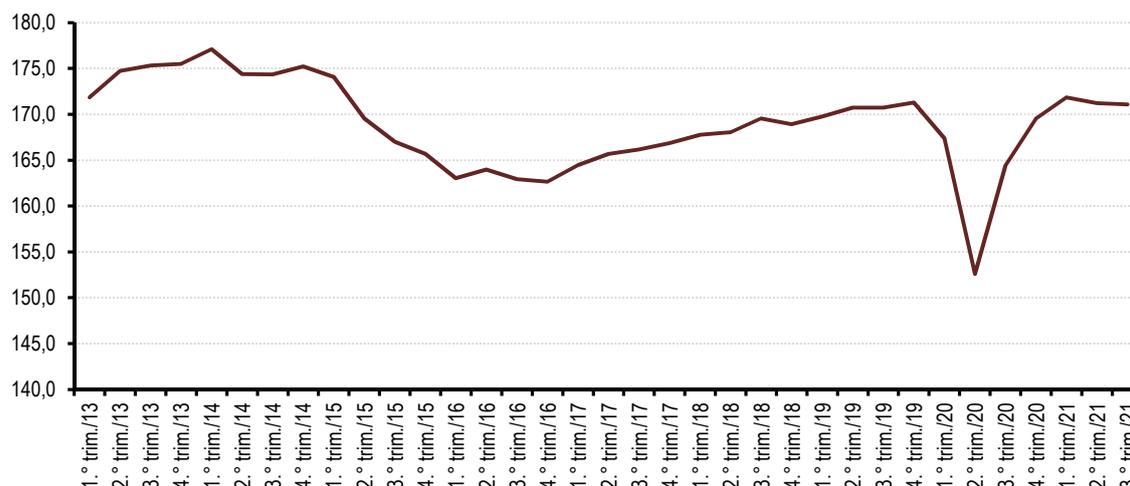
Nota: Os índices têm como base 2010 = 100.

CONJUNTURA BRASILEIRA

Em 2021, o País seguiu enfrentando dificuldades para sobrelevar a crise econômica desencadeada pela pandemia do coronavírus. Após superar, no 1º trimestre de 2021, o patamar pré-pandemia verificado no 4º trimestre de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro perdeu fôlego, diante de uma série de forças agindo em direções opostas sobre sua trajetória de recuperação. Nesse contexto, fatores internos e externos, como a desaceleração global, a escassez de insumos, a elevação de custos e a aceleração inflacionária, além de fatores climáticos adversos que impactaram a atividade agropecuária e a geração de energia, foram contrapesos importantes ao avanço da vacinação e à redução do isolamento. Vale lembrar, também, que a atividade econômica permanece abaixo do nível de 2014, quando se observou o maior patamar da série histórica do PIB (**Figura 4**).

⁵ WORLD BANK. World Bank commodity price data. Washington, DC: World Bank, 2021.

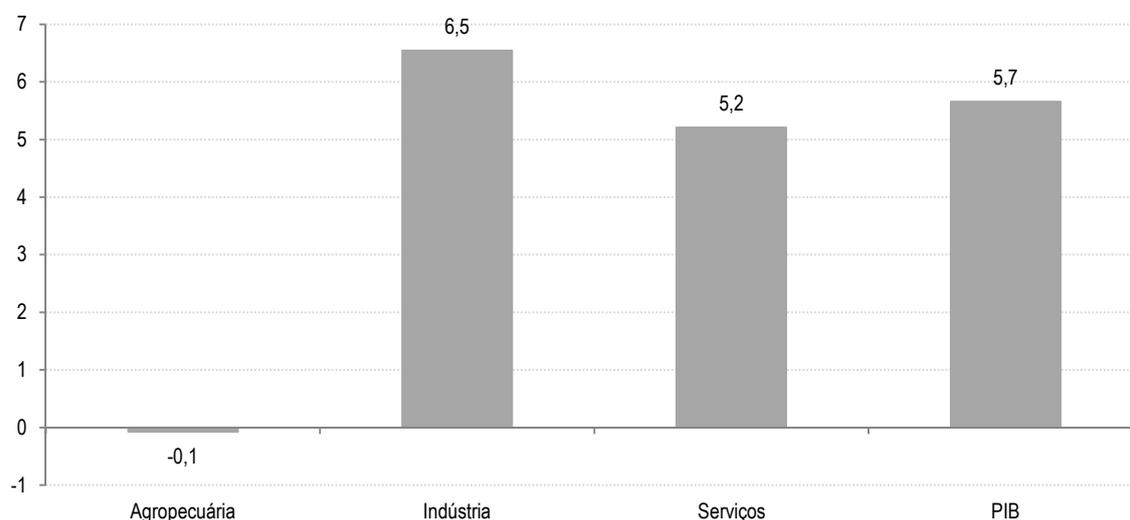
Figura 4 - Índice de volume do PIB trimestral - Brasil - 1º trim./2013 a 3º trim./2021



Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - IBGE⁶

As performances setoriais foram bastante heterogêneas ao longo do ano. Enquanto os serviços foram beneficiados pelo retorno gradual da circulação das pessoas como consequência do avanço da vacinação, a indústria, que apresentou rápida recuperação em 2020, arrefeceu, e a atividade agropecuária recuou significativamente em função da estiagem que atinge o País. Na comparação do terceiro trimestre de 2021 com igual período do ano anterior, o VAB da agropecuária caiu 9,0%, enquanto os VABs da indústria e dos serviços avançaram 1,3% e 5,8%, respectivamente. Na série com ajuste sazonal, apenas o VAB da agropecuária permanece abaixo do patamar observado antes da pandemia. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a agropecuária caiu 0,1%, a indústria cresceu 6,5%, e os serviços cresceram 5,2%, enquanto o PIB cresceu 5,7% (Figura 5).

Figura 5 - Taxa de crescimento acumulado nos 3 primeiros trimestres de 2021 (por atividade e PIB) - Brasil



Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – IBGE⁶.

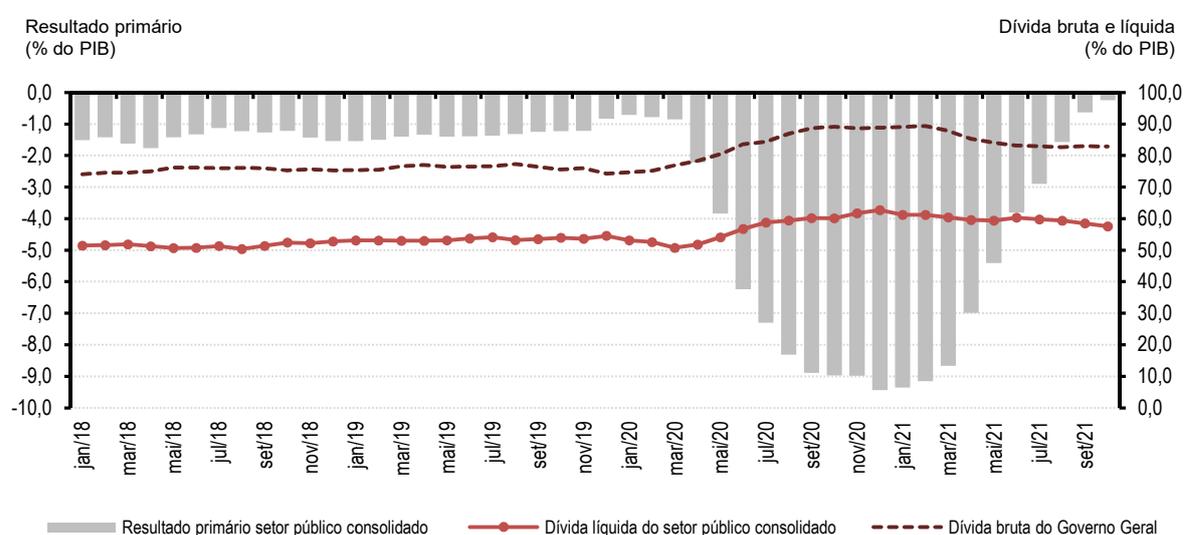
A taxa de desocupação caiu de 14,6%, no período de agosto-outubro de 2020, para 12,1% no mesmo período de 2021. Essa melhora ocorreu de maneira geral, em diferentes regiões e níveis educacionais e de idade. Contudo, os patamares observados ainda estão elevados, sobretudo quando comparados a 2014.

⁶ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2021. Contas Nacionais Trimestrais – Referência 2010 – 3º trimestre 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

Do ponto de vista financeiro, a crise representou um aumento no endividamento das empresas e famílias. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o saldo da carteira de crédito, em proporção do PIB, aumentou de 47,06% para 53,18%, entre dezembro de 2019 e novembro de 2021, sendo a maior parte desse aumento observada ao longo de 2020.

Sob a ótica fiscal, houve melhora do resultado primário do setor público consolidado ao longo de 2021, que encerrou outubro com déficit de 0,2% do PIB (R\$ 20,4 bilhões) no acumulado dos últimos 12 meses (**Figura 6**). Esse resultado não ocorria desde novembro de 2014 e representa um avanço significativo quando comparado a dezembro de 2020, quando atingiu 9,4% do PIB (R\$ 760,8 bilhões, a preços de outubro de 2021). O comportamento da dívida pública também começou a mudar com os resultados fiscais obtidos ao longo do ano. A dívida líquida do setor público (DLSP) reduziu 5,1 pontos percentuais do PIB entre dezembro de 2020 (62,7% do PIB) e outubro de 2021 (57,6%). O mesmo ocorreu com a dívida bruta do Governo Geral (DBGG), que foi reduzida de 88,8% para 82,9% do PIB no mesmo período (**Figura 6**).

Figura 6 - Resultado primário acumulado em 12 meses e estoques da dívida bruta e dívida líquida - Brasil



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil⁷.

Com isso, as previsões de déficit primário para o fechamento de 2021 foram sendo reduzidas gradativamente, conforme apontam as projeções⁸ do Relatório Focus do Banco Central do Brasil (BCB). Em maio, a mediana das expectativas apontava para um déficit de 3,1% do PIB em 2021, ao passo que, em dezembro, a estimativa era de um déficit na ordem de 0,6% do PIB.

Porém a nova Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos precatórios, que abriu espaço fiscal para 2022 e colocou dúvida sobre a continuidade do processo de consolidação fiscal, fez as expectativas de médio e longo prazo mudarem. Se antes da aprovação da referida PEC na Câmara de Deputados se esperava que a DLSP chegasse a 68% do PIB em 2026, cedendo para níveis de 65,5% em 2030, depois da aprovação, as expectativas passaram a ser de 70,5% e 68,6%, respectivamente, para 2026 e 2030.

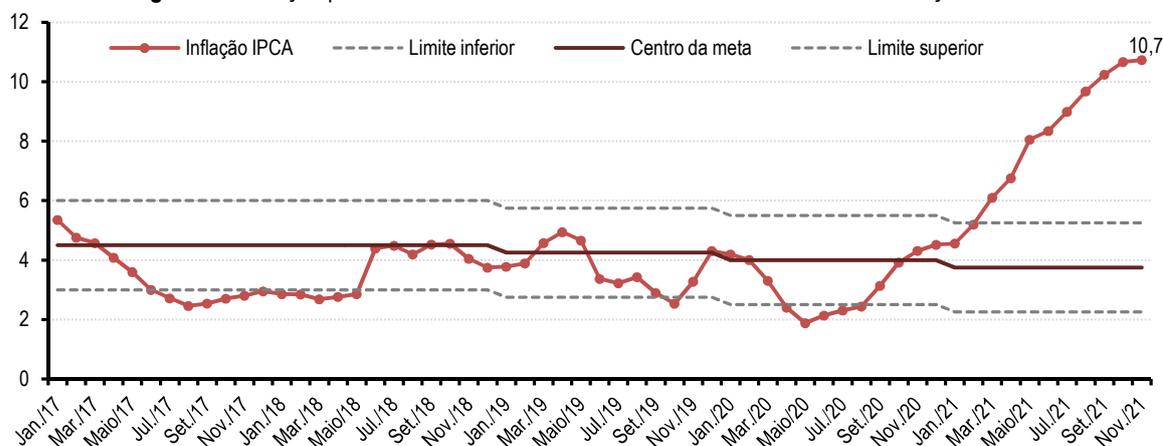
Quanto à política monetária, o ano de 2021 foi caracterizado pela elevação da inflação, como resultado de diversos fatores. Primeiro, a retomada da atividade econômica no ano pressionou diversos preços da economia. Além disso, a crise hídrica da Região Sudeste — que afeta custos de energia e, por conseguinte, o custo de quase toda a produção —, a escassez de insumos nas cadeias globais, como peças e

⁷ BANCO CENTRAL DO BRASIL. BCB, 2021. Tabelas especiais. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

⁸ Relatório Focus de 17/12/2021.

componentes eletrônicos, elevação dos preços de combustíveis e de transportes, depreciação cambial, alto preços das *commodities* e, mais recentemente, elevação dos preços dos serviços contribuíram para esse cenário. Em novembro de 2021, a variação acumulada em 12 meses do Índice de Preços ao Consumidor Ampla (IPCA) alcançou 10,7%, bastante acima da banda superior da meta de inflação, de 5,25% (Figura 7).

Figura 7 - Variação percentual do IPCA acumulado em 12 meses e metas de inflação - Brasil



Fonte dos dados brutos: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla - IBGE⁹ e Banco Central do Brasil¹⁰.

Mais do que questões pontuais, a elevação dos preços tem-se dado de forma generalizada. O índice de difusão (que mede a quantidade de produtos analisados que apresentou alta no período) acelerou-se, chegou a 71,9% em agosto, e continua elevado em novembro (63%).

Em meio ao cenário de inflação crescente e expectativas desancoradas, o BCB majorou a taxa SELIC ao longo de todo ano, que passou de 2,0% a.a., em janeiro de 2021, para 9,25% a.a. em dezembro. Para 2022, se espera¹¹ que a SELIC alcance 11,75% a.a. já no primeiro trimestre de 2022, encerrando o ano em 11,5% a.a., de forma a contar a inflação, que se espera que seja reduzida para 5,0% no final de 2022.

Por fim, quanto às perspectivas para 2022, da mesma forma que em 2021, há uma série de forças agindo em direções opostas sobre a trajetória de recuperação da economia brasileira. De um lado, a vacinação segue avançando em todo o País, permitindo menor isolamento, maior circulação e, portanto, maior consumo, em especial de serviços. Em 10 de dezembro de 2021, o percentual da população brasileira que havia tomado duas doses era de 65,11%, superior, inclusive, ao dos Estados Unidos, com 60,00%. Contudo, o risco de novas mutações do vírus, a exemplo da variante Ômicron, acende o alerta para a possibilidade de novas medidas restritivas, como observado na Rússia, China, Áustria e outros países nos últimos meses e impõe a necessidade de aceleração da vacinação no Brasil e, em especial, nos países subdesenvolvidos.

Ademais, riscos de ordem climática seguem no radar em 2022. Apesar do aumento do volume de chuvas, que reduziu consideravelmente o risco de apagão energético em 2021, os níveis de reservatórios permanecem baixos, sinalizando que pressões nos custos da energia pelo acionamento de termelétricas ainda existem. Ademais, a recém criada bandeira de escassez hídrica, com tarifas mais elevadas que a bandeira vermelha, deverá vigorar até abril de 2022.

⁹ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2021. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

¹⁰ BANCO CENTRAL DO BRASIL. BCB, 2021. Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sqspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

¹¹ Relatório Focus de 17/12/2021.

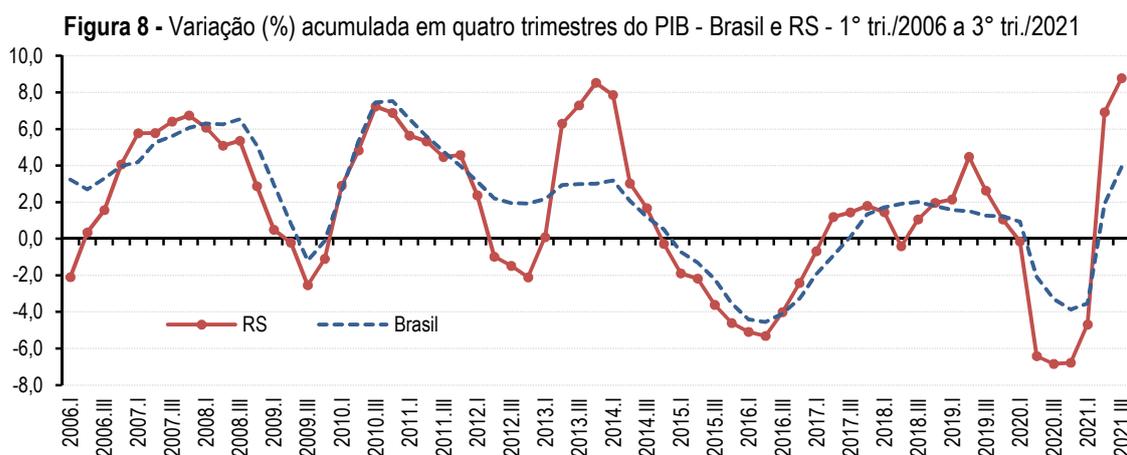
Por fim, os riscos de ordem macroeconômica se ampliaram consideravelmente nos últimos meses. A escalada da inflação para níveis superiores a 10% e, por consequência, o nível elevado dos juros demandarão atenção em 2022, diante dos seus efeitos sobre decisões de consumo e investimento, sobretudo em meio ao cenário político que se apresenta ainda polarizado em ano eleitoral.

Outro agravante macroeconômico reside na questão fiscal. Em especial, o Programa Auxílio Brasil, que visa integrar políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda – substituindo, inclusive o Programa Bolsa Família. Apresentada em agosto e promulgada em dezembro, a chamada PEC dos Precatórios abriu espaço fiscal para ampliação do Auxílio Brasil em 2022. Se, por um lado, essa medida, meritória, tem potencial de injetar recursos na economia e aliviar as mazelas sociais, agravadas pela pandemia, por outro, pode ser interpretada como o rompimento do Teto dos Gastos, o que incrementa a percepção de risco dos agentes econômicos, com consequências sobre a taxa de juros.

Diante desses fatores, as projeções do Relatório Focus do Banco Central, no fim do ano passado (31/12/2021), apontam para perspectivas para 2022 de crescimento do PIB de apenas 0,36%, de continuidade no ciclo de alta da taxa SELIC para 11,5% e de inflação de 5,0%, ainda acima do centro da meta proposta para o ano, de 3,5%.

ATIVIDADE ECONÔMICA GAÚCHA NO CENÁRIO NACIONAL

O ano de 2021 foi de recuperação na economia do Rio Grande do Sul. A passagem dos piores impactos da pandemia sobre a movimentação econômica e a retomada da produção agrícola após um ano de forte estiagem fizeram com que o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado voltasse a crescer ao longo de 2021, conforme apontam os dados da SPGG/DEE, que constam da **Figura 8**. Após a queda recorde, observada em 2020 (-6,8% sobre 2019), o PIB gaúcho deverá fechar o ano de 2021 com crescimento também recorde. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, na comparação com o mesmo período do ano anterior, a expansão havia sido de 12,2%, acima da taxa registrada pelo Brasil, de 5,7% (**Tabela 2**).



Fontes: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE¹² e DEE/SPGG¹³

A recuperação, iniciada ainda no terceiro trimestre de 2020, prosseguiu com bastante força até o segundo trimestre de 2021. Nos três meses seguintes, o PIB do Estado apresentou retração na margem,

¹² IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2021. Contas Nacionais Trimestrais – Referência 2010 – 3º trimestre 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

¹³ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. SPGG/DEE, 2021. PIB RS trimestral. Disponível em: <<https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

quando a comparação é feita com o trimestre imediatamente anterior, considerando o ajuste sazonal. Essa queda não impediu, no entanto, que o nível do PIB do terceiro trimestre de 2021 ficasse 1,0% acima do registrado no quarto trimestre de 2019, último trimestre livre dos efeitos da pandemia e da estiagem.

Tabela 2 - Taxa de variação (%) do PIB - RS e Brasil - acumulado no ano até o 3º trimestre de 2021

PIB E ATIVIDADES ECONÔMICAS	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL
PIB	12,2	5,7
Agropecuária	72,1	-0,1
Indústria	11,8	6,5
Extrativa Mineral	4,0	2,5
Transformação	15,0	8,9
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,5	-0,4
Construção	7,1	8,8
Serviços	3,9	5,2
Comércio	7,6	8,7
Transporte, armazenagem e correio	6,4	12,2
Serviços de informação	6,5	11,7
Intermediação financeira e seguros	-2,9	1,1
Atividades Imobiliárias	1,8	2,8
Outros Serviços	6,8	6,8
Administração, educação e saúde públicas	0,0	1,3

Fontes: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE¹⁴ e DEE/SPGG¹⁵

Setorialmente, houve impacto positivo de todos os três setores – agropecuária, indústria e serviços – para a expansão de 12,2% no PIB do Estado no acumulado até setembro. O maior efeito veio do setor primário, que apresentou crescimento de 72,1%, resultado da recuperação da produção da agricultura após um ano de estiagem, que afetou especialmente o território gaúcho. Também houve impacto positivo por parte da indústria, com expansão de 11,8%, e dos serviços, que cresceram 3,9% no período. De forma mais desagregada, as atividades que mais se destacaram nesses dois setores foram a indústria de transformação (15,0%), a construção (7,1%), o comércio (7,6%) e outros serviços (6,8%). Apenas uma atividade, a de intermediação financeira e seguros, apresentou queda no período.

Setorialmente, a agropecuária foi o grande destaque de 2021. A expansão do setor – no acumulado do ano até setembro houve aumento de 72,1% – foi condicionada pela recuperação das principais culturas agrícolas do Estado, notadamente da soja, que apresentou crescimento de 80,8% em relação a 2020 (Tabela 3). Também merecem destaque os aumentos das quantidades produzidas de trigo (69,1%) e de fumo (19,4%).

Tabela 3 - Produção agrícola (toneladas) de produtos selecionados - RS e Brasil - 2020 e 2021

PRODUTO DAS LAVOURAS	RIO GRANDE DO SUL			BRASIL		
	2020	2021	VAR. (%) 2021/2020	2020	2021	VAR. (%) 2021/2020
Soja	11.295.193	20.419.712	80,8	121.522.363	134.254.267	10,5
Arroz	7.768.085	8.258.255	6,3	11.046.184	11.585.701	4,9
Trigo	2.104.160	3.558.191	69,1	6.212.444	7.828.390	26,0
Milho	4.208.693	4.379.651	4,1	103.235.064	88.117.507	-14,6
Fumo	288.497	344.496	19,4	695.601	713.986	2,6

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - IBGE¹⁶

O faturamento do setor também foi impulsionado pelos preços elevados dos produtos agrícolas. Em termos reais, de acordo com a EMATER-RS¹⁷, os preços do arroz estiveram, em 2021, 3,5% maiores do que

¹⁴ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2021. Contas Nacionais Trimestrais – Referência 2010 – 3º trimestre 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

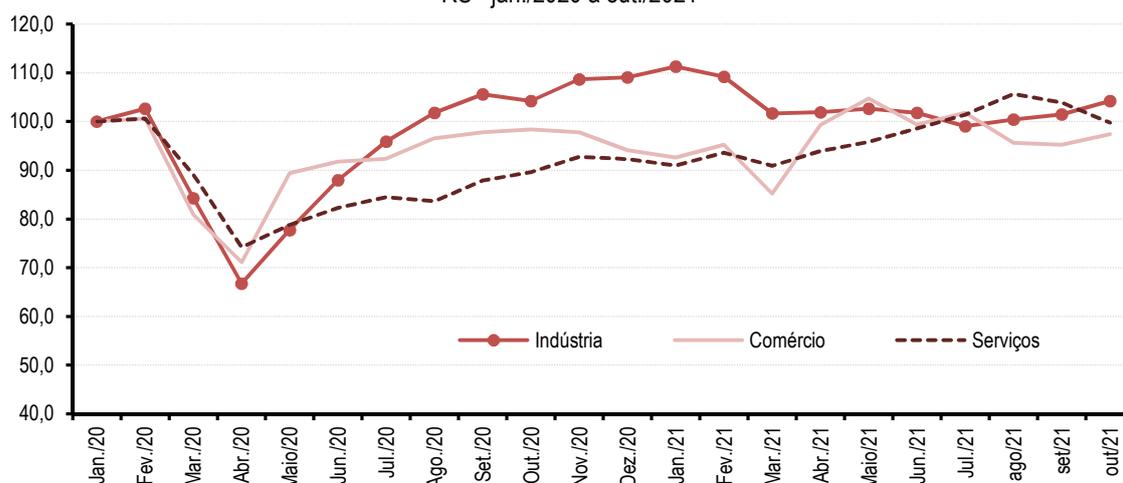
¹⁵ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. SPGG/DEE, 2021. PIB RS trimestral. Disponível em: <<https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

¹⁶ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2021. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/lspa/tabelas>>. Acesso em: 13 de dez. de 2021.

os praticados em 2020. Os do milho, 49,6%; os da soja, 32,6%; e os do trigo, 34,0%. O bom desempenho da agropecuária também impactou, via transbordamentos, outros setores, como o de máquinas agrícolas, fertilizantes e comércio e serviços em geral.

A recuperação das outras atividades econômicas esteve mais relacionada com a evolução da pandemia, mais precisamente com a diminuição das restrições em meio ao avanço da vacinação. A indústria de transformação foi a primeira atividade a apresentar uma recuperação total da produção, ainda no segundo semestre de 2020 (**Figura 9**). Em janeiro de 2021, seu nível de produção estava 11,3% acima do de janeiro de 2020, desempenho influenciado pelos setores de produtos de metal e máquinas e equipamentos, principalmente. Depois de janeiro, no entanto, a atividade apresentou quedas em sequência, somente se recuperando novamente a partir de agosto. Importante notar que esse movimento esteve alinhado com o verificado nacionalmente. No acumulado do ano até outubro, os dados mostram certa heterogeneidade setorial quanto à recuperação (**Tabela 4**). Enquanto houve fortes crescimentos nas atividades de máquinas e equipamentos (40,4%), metalurgia (27,2%), produtos de metal (26,2%) e couros e calçados (23,1%), atividades importantes como a de veículos automotores, reboques e carrocerias (-10,0%) e de alimentos (-0,1%) apresentaram queda em relação ao mesmo período de 2020. Nesse último caso, pesou a parada na produção de um importante fabricante de veículos em função da falta de insumos em meio a desequilíbrio nas cadeias globais de matérias-primas.

Figura 9 - Índice do volume da indústria de transformação, do comércio varejista ampliado e dos serviços RS - jan./2020 a out./2021



Fontes: Pesquisa Industrial Mensal - IBGE¹⁸, Pesquisa Mensal de Serviços - IBGE¹⁹ e Pesquisa Mensal de Comércio - IBGE²⁰

Os serviços apresentaram um desempenho diferente dos da indústria e do comércio. Sua recuperação foi mais demorada, pois relacionada com o retorno lento da circulação das pessoas, embora tenha sido mais constante. De modo geral, apresentou crescimento regular desde maio de 2020. Em setembro e outubro de 2021, entretanto, teve duas quedas, desempenho possivelmente impactado pela inflação alta e pela lenta recuperação da renda do trabalho. No acumulado do ano até outubro, o volume dos serviços do Rio Grande do Sul cresceu 12,2%, com todas as cinco atividades desagregadas apresentando

¹⁷ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul. EMATER/RS, 2021. Cotações agropecuárias. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/info-agro/precos_semanais.php#_YMql1ahKjLU>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

¹⁸ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2021. Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pim-pf-regional/tabelas>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

¹⁹ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2021. Pesquisa Mensal de Serviços. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pms/tabelas>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

²⁰ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2021. Pesquisa Mensal de Comércio. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pmc/tabelas>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

crescimento (**Tabela 5**). Os maiores destaques vieram dos serviços prestados às famílias (31,7%) e dos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (19,1%).

Tabela 4 - Variação (%) acumulada no ano - Produção da indústria de transformação RS e Brasil - out./2021

ATIVIDADES INDUSTRIAIS	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL
Indústria de transformação	11,0	6,4
Alimentos	-0,1	-8,8
Bebidas	1,3	2,4
Produtos do fumo	-5,0	-0,1
Couro e calçados	23,1	11,3
Celulose e produtos de papel	6,7	3,5
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	9,7	-1,4
Outros produtos químicos	11,2	7,0
Produtos de borracha e plásticos	8,4	8,9
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	13,6	17,6
Metalurgia	27,2	20,7
Produtos de metal, exceto máq. e equipamentos	26,2	10,0
Máquinas e equipamentos	40,4	29,8
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-10,0	28,2
Móveis	17,3	2,4

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal - IBGE²¹

Tabela 5 - Variação (%) acumulada no ano - Atividades de serviços RS e Brasil - out./21

ATIVIDADES DE SERVIÇOS	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL
Total	12,2	13,8
Serviços prestados às famílias	31,7	19,5
Serviços de informação e comunicação	3,6	11,7
Serviços profissionais, administrativos e complementares	11,8	11,0
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	19,1	17,4
Outros serviços	6,5	10,0

Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços - IBGE²²

O índice de volume do comércio varejista ampliado do Estado oscilou bastante ao longo do ano, intercalando períodos de crescimento e queda. O nível pré-pandemia somente foi recuperado em maio de 2021, para, na sequência, voltar a ficar abaixo. Em outubro de 2021, as vendas do setor ainda foram 2,6% menores do que as registradas em janeiro de 2020. De maneira geral, o comércio enfrentou problemas relacionados à lenta recuperação do mercado de trabalho e à elevação dos preços, que influenciaram negativamente a decisão do consumidor. No entanto, dada a baixa base de comparação do ano anterior, o volume de vendas do comércio apresentou crescimento de 4,8% no acumulado do ano até outubro (**Tabela 6**). Da mesma maneira que na indústria, as taxas das atividades comerciais foram bastante diversas. Por um lado, houve crescimentos destacados das atividades de tecidos, vestuário e calçados (27,9%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (19,1%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (33,5%). Por outro, hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-7,2%), eletrodomésticos (-3,3%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-19,7%) apresentaram quedas importantes no período.

Em resumo, o ano de 2021 foi marcado, na economia, pela recuperação do PIB do Estado após um ano de grandes severidades. Embora os dados mostrem certa acomodação da produção da indústria, das vendas do comércio e do volume dos serviços ao final do ano, a taxa de crescimento anual deverá ser recorde, alicerçada grandemente na expressiva expansão da agropecuária.

²¹ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2021. Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pim-pf-regional/tabelas>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

²² IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2021. Pesquisa Mensal de Serviços. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pms/tabelas>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

Quanto às perspectivas para 2022, existem vários desafios. No setor primário, a presença do fenômeno *La Niña* deverá trazer algum prejuízo para a produção agrícola, notadamente ao milho. As outras atividades terão que enfrentar problemas macroeconômicos, como a inflação, a alta dos juros e a lenta recuperação da renda do trabalhador. E por fim, mas não menos importante, ainda existem os riscos associados à evolução da pandemia, que neste momento encontra-se em meio à proliferação da variante Ômicron.

Tabela 6 - Variação (%) acumulada no ano — volume de vendas no comércio varejista ampliado RS e Brasil — out./2021

ATIVIDADES	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL
Comércio varejista ampliado	4,8	6,3
Combustíveis e lubrificantes	-0,5	1,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-7,2	-3,2
Tecidos, vestuário e calçados	27,9	20,4
Móveis	4,3	2,3
Eletrodomésticos	-3,3	-5,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	19,1	10,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	-11,8	-18,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-19,7	-1,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	33,5	18,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	11,3	18,4
Material de construção	7,9	6,8

Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio - IBGE²³

²³ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2021. Pesquisa Mensal de Comércio. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pmc/tabelas>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2022

Para a elaboração da Proposta Orçamentária estadual de 2022 (PLOA 2022), as receitas foram estimadas tomando-se o crescimento do PIB estadual de 2,09%, a variação da inflação pelo IPCA de 3,75% e a Taxa SELIC de 7,0%. A Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 15.668 (LDO/RS 2022), de 27/07/2021, norteou a elaboração do orçamento de 2022. Seus artigos nºs 19, 42 e 43 determinam que, com relação à fonte de recursos Tesouro-Livres, a proposta orçamentária terá correção de 3,75% nos grupos de Pessoal e Encargos Sociais, das Outras Despesas Correntes, dos Investimentos e das Inversões Financeiras, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30/04/2021.

A estimativa da Receita Pública para o Orçamento de 2022

A previsão de arrecadação para o exercício de 2022 compreende a totalidade da receita da Administração Direta, assim como as receitas das Autarquias e das Fundações, mostrando os principais agregados da receita pública. Para 2022, sobre uma receita total de R\$ 65,7 bilhões, excluídas as receitas intraorçamentárias de R\$ 15,6 bilhões, estima-se um montante de arrecadação ajustada de R\$ 50,1 bilhões, contra R\$ 42,9 bilhões previstos em 2021, um acréscimo de R\$ 7,2 bilhões, 16,9% maior, conforme mostra a Tabela 7.

Tabela 7 - Principais agregados das receitas públicas consolidadas para o exercício de 2022

Agregados da Receita Pública	LOA 2021	LOA 2022	LOA 2022 - LOA 2021	% LOA 2022 / LOA 2021
Receitas Correntes	42.435.663.691	48.736.779.976	6.301.116.285	14,85
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	43.907.782.811	51.633.412.613	7.725.629.802	17,6
ICMS TOTAL	34.529.000.000	42.526.624.220	7.997.624.220	23,2
IPVA TOTAL	3.277.000.000	3.494.300.001	217.300.001	6,6
IRRF	3.424.558.572	3.672.019.999	247.461.427	7,2
Demais Impostos e Taxas	2.677.224.239	1.940.468.393	-736.755.846	-27,5
Receitas de Contribuições	4.524.438.774	4.888.504.569	364.065.795	8,0
Receitas Patrimoniais	677.561.989	858.082.383	180.520.394	26,6
Receitas Agropecuária, Industrial e de serviços	505.836.303	624.641.089	118.804.786	23,5
Transferências Correntes	8.833.294.418	10.012.951.687	1.179.657.269	13,4
Cota-parte do Fundo Participação dos Estados	2.147.537.775	2.400.000.000	252.462.225	11,8
Cota-parte do IPI - Estados Exportadores	525.153.787	554.963.820	29.810.033	5,7
Lei Kandir e Fundo de Auxílio à Exportação	301.000.000	266.211.923	-34.788.077	-11,6
Salário Educação	338.106.765	343.626.555	5.519.790	1,6
Fundo da Educação (Crédito do FUNDEB)	4.339.687.094	5.000.000.000	660.312.906	15,2
Gestão Plena do SUS	942.750.000	990.000.000	47.250.000	5,0
Demais Transferências Correntes	239.058.997	458.149.389	219.090.392	91,6
Outras Receitas Correntes	542.057.276	540.966.279	-1.090.997	-0,2
Deduções para o Fundo da Educação (Débito do FUNDEB)	-6.240.822.593	-7.447.779.159	-1.206.956.566	19,3
Deduções para as Transferências aos Municípios (TLCM)	-10.314.485.287	-12.373.999.486	-2.059.514.199	20,0
Receitas de Capital	429.715.139	1.358.248.923	928.533.784	216,1
Operações de Crédito	28.893.376	99.605.830	70.712.454	244,7
Outras Receitas de Capital	400.821.763	1.258.643.093	857.821.330	214,0
Total das Receitas sem as Transferências Intraorçamentárias	42.865.378.830	50.095.028.899	7.229.650.069	16,9
(+) Transferências de Receitas Intraorçamentárias	15.957.560.595	15.641.160.124	-316.400.471	-2,0
Total das Receitas com as Transferências Intraorçamentárias	58.822.939.425	65.736.189.023	6.913.249.598	11,8

Fonte: LOA 2021 e LOA 2022 (SPGG/RS).

Nota: Após o envio da proposta orçamentária de 2021, a ALRS votou pela manutenção das alíquotas majoradas de ICMS, vigentes até 31/12/2021. Dessa forma, a Lei nº 15.596, de 24/02/2021, definida como a "Nova LDO de 2021", ajustou o Resultado Primário de 2021, tomando-se um novo valor bruto de ICMS Total de R\$ 38,1 bilhões contra R\$ 34,5 bilhões, como previsto anteriormente.

A Despesa Pública fixada para o Orçamento de 2022

A despesa dotada para o exercício de 2022 compreende a totalidade dos órgãos da Administração Direta, assim como a das Autarquias e Fundações. A **Tabela 8** mostra os principais agregados das despesas fixadas na proposta orçamentária. Para o exercício de 2022, sobre uma despesa total de R\$ 68,9 bilhões, excluindo as transferências intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 15,6 bilhões, **dotou-se um gasto total ajustado de R\$ 53,3 bilhões**, contra R\$ 51,0 bilhões previstos em 2021, acréscimo de R\$ 2,3 bilhões, 4,5% maior do que o ano anterior.

A previsão das despesas com **Pessoal e Encargos Sociais**, sem Transferências Intraorçamentárias, é de R\$ 32,3 bilhões. O gasto com **Outras Despesas Correntes**, sem Transferências Intraorçamentárias, alcança R\$ 13,0 bilhões; com o **Serviço da Dívida**, de R\$ 4,5 bilhões; com os **Investimentos Amplos**, de R\$ 2,1 bilhões; e com a **Reserva de Contingência**, de R\$ 1,3 bilhão.

Tabela 8 - Principais Agregados das Despesas Públicas Consolidadas para o exercício de 2022

Agregados da Despesa Pública	LOA 2021	LOA 2022	LOA 2022 - LOA 2021	% LOA 2022 / LOA 2021
Pessoal e Encargos Sociais	31.832.117.666	32.316.171.298	484.053.632	1,5
Outras Despesas Correntes (Manutenção, Custeio e SUS)	11.685.054.718	13.005.460.055	1.320.405.337	11,3
Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização)	4.544.138.994	4.524.191.313	-19.947.681	-0,4
Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)	1.130.405.978	2.145.665.584	1.015.259.606	89,8
Reserva de Contingência (Orçamentária e Previdenciária)	1.766.435.875	1.272.397.168	-494.038.707	-28,0
Total das Despesas sem as Transferências Intraorçamentárias	50.958.153.231	53.263.885.418	2.305.732.187	4,5
(+) Transferência de Despesas Intraorçamentárias	15.957.560.595	15.641.160.124	-316.400.471	-2,0
Total das Despesas com as Transferências Intraorçamentárias	66.915.713.826	68.905.045.542	1.989.331.716	3,0

Fonte: LOA 2021 e LOA 2022 (SPGG/RS).

Observe-se que o orçamento do Estado para o exercício de 2022, sem as despesas de transferências intraorçamentárias (dupla contagem contábil), injetará na economia gaúcha R\$ 53,3 bilhões, em torno de **9,4% do PIB do Rio Grande do Sul previsto para 2022**. Nos orçamentos aprovados de 2019, 2020, 2021 e na LOA 2022, a diferença entre as receitas totais menos as despesas totais previam déficits orçamentários de R\$ 7,4 bilhões, R\$ 5,3 bilhões, R\$ 8,1 bilhões e R\$ 3,2 bilhões, respectivamente.

As principais premissas adotadas na elaboração do Orçamento de 2022 são:

(i) Transparência mostrando a realidade das contas públicas estaduais; (ii) Manutenção do rigor fiscal (Outros Poderes com reajuste de 3,75%); (iii) Dotação da dívida do Estado com a União (R\$ 3,5 bilhões – sem o Programa do Regime de Recuperação Fiscal); (iv) ICMS sem as alíquotas majoradas – Impacto estimado de R\$ 3,0 bilhões brutos; (v) Arrecadação total potencial nas contas de energia elétrica (estimativa de R\$ 1,2 bilhão); (vi) Entrada de R\$ 927,7 milhões no caixa do Estado pela venda da SULGÁS; (vii) Perda estimada de R\$ 300 milhões de IRRF (Nova legislação federal); e (viii) Demais Receitas e Despesas - Dentro da conjuntura econômica vigente.

Os principais riscos fiscais levados em conta no orçamento de 2022 são: (i) Novo FUNDEB (R\$ 3,0 bilhões anuais); (ii) Precatórios (R\$ 1,0 bilhão anual até 2029); (iii) Piso do Magistério (R\$ 1,8 bilhão anual); (iv) Retirada nos gastos com a Saúde de despesas com os Inativos, o IPE Saúde e as despesas administrativas (R\$ 900 milhões anuais); (v) Liminar da dívida do Estado com a União (R\$ 3,5 bilhões anuais); (vi) Piora dos cenários econômicos e sanitários (Incerteza); e (vii) Mudança pelo Congresso Nacional na base de cálculo do ICMS sobre combustíveis (R\$ 1,25 bilhão).

AS REFORMAS ESTRUTURANTES

Entre os anos de 2019 e 2021, o Estado implementou as reformas estruturais, aprovadas pela ALRS e com o apoio da sociedade gaúcha. No final do ano de 2019, foi lançado o programa denominado “**Reforma RS**”, com o objetivo de alcançar o equilíbrio fiscal das contas públicas, enfrentando o crescimento da despesa com pessoal, modernizando a legislação sobre as carreiras dos servidores públicos e recepcionando as novas regras previdenciárias dispostas na Emenda Constitucional Federal nº 103/2019.

No âmbito do programa, foi aprovada a **Lei Complementar nº 15.429**, de 22/12/19, que adequou as regras de previdência dos servidores civis gaúchos à legislação federal, revogando a Lei Complementar nº 13.758, de 15/07/11, introduzindo as novas alíquotas de contribuição e as novas regras para a aposentadoria.

A **Emenda Constitucional Estadual nº 78**, promulgada no dia 02/02/20, introduziu as alterações nas carreiras dos servidores e atualizou as regras previdenciárias, como a vedação da incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo ou aos proventos de inatividade. Ainda, a extinção das vantagens por tempo de serviço atribuídas aos servidores públicos civis e aos militares, ativos e inativos, inclusive aos ocupantes de cargo em comissão, em decorrência de avanços, anuênios, triênios, quinquênios, adicionais ou gratificações de 15 anos e de 25 anos. Ademais, a idade mínima de aposentadoria passou a ser de 62 anos, para as mulheres, e 65 anos, para os homens. Os professores, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério, estabelecidos em Lei Complementar, terão idade mínima à aposentadoria reduzida em cinco anos, em relação às idades aos demais servidores públicos.

A **Lei Complementar nº 15.450**, de 17/02/20, tratou sobre o Estatuto e Regime Jurídico Único do Servidor Público Civil do Estado do RS. A **Lei nº 15.454**, de 17/02/20, fixou o subsídio mensal dos Militares Estaduais, alterou a Lei Complementar nº 10.990, de 01/05/1997, que dispôs sobre o Estatuto dos Militares Estaduais, e alterou a Lei Complementar nº 10.992, de 18/08/1997, que versou sobre a carreira dos Servidores Militares do Estado.

A **Lei nº 15.451**, de 17/02/20, que alterou a Lei nº 6.672, de 22/04/1974, instituiu o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul. Entre as alterações, destaca-se que a remuneração de seus membros será por meio de subsídio. A **Lei Complementar nº 15.452**, de 17/02/20, fixou o subsídio mensal para o Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Instituto-Geral de Perícias (IGP). A **Lei Complementar nº 15.453**, de 17/02/20, dispõe sobre aposentadoria especial para os Policiais Civis e Agentes Penitenciários. A proposta, alinhada com a EC nº 103/2019, alterou as idades mínimas e de tempo de contribuição a que se refere o inciso IV do caput do art. 144 da Constituição Federal.

Em 16/03/21, por meio da **Lei Complementar nº 15.602**, foram adotadas alíquotas progressivas para os militares, bem como aprovou-se a ampliação da base de cálculo dos inativos e pensionistas para um salário-mínimo. Dessa forma, a partir de julho de 2021, as alíquotas previdenciárias aplicadas aos militares passaram a ser as mesmas aplicadas aos servidores civis.

Outra reforma significativa é a **Lei Complementar nº 15.756**, de 08/12/21 (**Lei do Teto de Gastos**), importante ato de política fiscal que prevê o crescimento anual das despesas primárias, conforme a variação acumulada do IPCA. O limite é individualizado para os Poderes, Órgãos Autônomos e a Administração

Direta, seus Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais dependentes. A base de referência é a despesa primária empenhada no exercício de 2021.

Na linha de Reformas Estruturantes, em 2021, foi retomado o processo de desestatização. A venda da distribuidora de energia CEEE-D foi efetivada em leilão ocorrido em 31/03/2021, no valor de R\$ 100 mil. Cabe destacar que a empresa vencedora do leilão assumiu um passivo de, aproximadamente, R\$ 7,0 bilhões. Com a venda, a arrecadação tributária (ICMS) foi potencializada ao máximo. A venda da CEEE-T, por R\$ 2,67 bilhões, efetivou-se em 16/07/2021. Os recursos reforçaram o caixa do Estado em 15/10/2021. Já a SULGÁS foi arrematada, em 22/10/2021, pelo valor de R\$ 928 milhões.

No mesmo *front*, em 2022, o Estado visa efetivar a **desestatização das Companhias CEEE-G, CRM e CORSAN**. Além disso, buscam-se a efetivação de várias **concessões** de serviços públicos e a promoção de **parcerias público-privadas** (PPPs). Tais mudanças terão significativas externalidades positivas, tais como: i) a criação de mais empregos e maiores investimentos no setor de energia, modernizando a economia gaúcha, com ganhos de eficiência, produtividade e competitividade em diversos setores; ii) a entrada de recursos extraordinários no caixa do Estado; e iii) o cumprimento de uma medida de ajuste importante no processo de adesão do Estado ao novo Regime de Recuperação Fiscal.

UM BREVE QUADRO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Apesar de melhora significativa da arrecadação tributária, verificada, principalmente, no segundo semestre de 2020 e ao longo de todo o 2021, a situação das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul continua preocupante, pois os problemas estruturais são de difícil solução no curto prazo. Ademais, as incertezas no campo político, econômico e fiscal trazem risco direto às contas públicas estaduais.

Entre 2014 e 2016, o Rio Grande do Sul, a exemplo do País, atravessou sua maior crise econômica até então, deprimindo fortemente a arrecadação tributária. A atividade econômica brasileira começou a desacelerar a partir do 2º trimestre de 2014. Naquele ano, o PIB brasileiro apresentou crescimento modesto de 0,5%; em 2015, foi negativo em 3,5%; em 2016, queda de 3,3%. Entre 2017 e 2019, observou uma trajetória de leve recuperação na economia brasileira. As taxas de crescimento do PIB nos três anos foram, respectivamente, de 1,3%, 1,8% e 1,4%. Em 2020, o PIB brasileiro apresentou queda de 4,1% (dado preliminar).

Quanto ao PIB do RS, em 2014, decresceu 0,3%; em 2015, encolheu 4,6%; e, em 2016, nova queda de 2,4%. No período entre 2017 e 2019, mesmo com crescimento econômico de 1,8%, 2,0% e 2,0%, respectivamente, pelo lado da arrecadação, o impacto não foi suficiente para alavancar uma melhora das contas públicas. De fato, considerando o lado da despesa, a situação se agravou sobremaneira por conta de o Estado possuir uma estrutura de gasto crescente e rígida, principalmente, com o grupo de pessoal. Em 2020, a taxa de variação do PIB estadual encerrou o ano com forte queda de 7,0% (dado preliminar), algo inédito desde que os dados começaram a ser publicados.

A atual conjuntura brasileira apresenta-se desafiadora. O endividamento bruto do Brasil é elevado, encaminhando-se para R\$ 7,0 trilhões, o que representa quase 85% do PIB. Além disso, o desemprego está em níveis elevados, e a inflação mostra persistência, tendo crescido substancialmente no decorrer de 2021, acima dos 10% anuais. Diante desse quadro fiscal e da inflação alta, a expectativa é de que os juros

continuem a subir, com a SELIC alcançando o patamar de 9,25% a.a. ao final de 2021. Para 2022, as expectativas de mercado indicam um patamar acima de 11,0% a.a.

Para o orçamento de 2022, uma pauta foi superada, que é a do retorno para os patamares originais das alíquotas majoradas de ICMS. Contudo, a discussão acerca da retomada do pagamento do serviço da dívida do Estado com a União ainda está em aberto, e o resultado orçamentário previsto é de um déficit de R\$ 3,2 bilhões – lembrando-se que, entre 1971 e 2021 (51 anos), somente em oito anos as receitas arrecadadas foram maiores do que as despesas executadas. É importante frisar que, em alguns dos anos em que houve superávit, isso somente ocorreu em função de certas excepcionalidades, como a privatização de empresas estatais ou a venda de outros ativos.

A principal despesa pública é a **previdenciária**. Ao longo do tempo, o Estado não criou um fundo previdenciário que tivesse a finalidade de suportar os atuais encargos dos aposentados e pensionistas. Em 2020, entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul, em relação à RCL, apresentou a 2ª maior despesa previdenciária e o 2º maior déficit previdenciário. Pela sua importância, a questão previdenciária do Estado será tratada adiante, em título especial.

Outra grande preocupação é a dívida pública estadual. **Do montante consolidado de R\$ 86,0 bilhões (dívida interna e externa), em 31/12/2021, R\$ 73,7 bilhões (85,7%)** são débitos exclusivos do Estado com o Governo Federal. No tocante especificamente à dívida do Estado com a União, ressalta-se o não pagamento, entre abril e junho de 2016, e a suspensão das parcelas, entre julho e dezembro de 2016. O pagamento das parcelas foi retomado a partir de janeiro de 2017, porém, a partir de julho de 2017, as mensalidades foram suspensas por conta de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Em todo o período no qual está sendo concedida a liminar (de julho de 2017 até dezembro de 2021), **o Estado deixou de pagar R\$ 14,54 bilhões** (R\$ 1,0 bilhão em 2017, R\$ 3,20 bilhões em 2018; R\$ 3,45 bilhões em 2019, R\$ 3,47 bilhões em 2020 e R\$ 3,42 bilhões em 2021). Enquanto a liminar estiver vigorando, a dívida do Estado com a União continua acumulando estoque.

Outra questão que preocupa permanentemente os governos é com relação ao montante a ser pago com a rubrica sentenças judiciais, principalmente com os Precatórios e com as Requisições de Pequeno Valor (RPVs). Os valores pendentes de pagamento deverão ser postos em dia até o final de 2029, o que necessita de um reforço anual de recursos destinados exclusivamente para esse fim.

Por fim, a sustentabilidade fiscal do Estado do Rio Grande do Sul virá somente no médio e longo prazos, através de um esforço contínuo de equilíbrio das contas públicas e de reformas estruturantes como as aprovadas, destacando-se a previdenciária e a administrativa, bem como a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF. A responsabilidade fiscal de cada novo governante eleito é essencial para o alcance desse objetivo.

O financiamento público estadual ao longo do tempo

As contas públicas estaduais apresentaram, ao longo do tempo, sucessivos déficits públicos. Esses desequilíbrios foram cobertos por diversos meios: (i) endividamento por operações de crédito; (ii) emissão de títulos públicos; (iii) financiamento inflacionário; (iv) receitas de privatizações; (v) alienação de ações do BANRISUL e venda da folha de pagamento ao BANRISUL; (vi) antecipações tributárias;

(vii) atrasos nos pagamentos de fornecedores; e (viii) parcelamento de vencimentos mensais e do 13º salário de parte dos servidores.

A reestruturação da dívida contratualizada junto à União, ocorrida no final dos anos 90, fez com que o Estado não pudesse mais emitir títulos públicos. Ao mesmo tempo, com a entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, no início dos anos 2000, o Estado ficou impedido de contratar novas operações de crédito, pois, conforme determina essa Lei, os entes não podem contratar novas operações de crédito caso a Dívida Consolidada Líquida seja duas vezes maior do que a Receita Corrente Líquida.

A **Tabela 9** mostra os valores sacados do caixa único e dos depósitos judiciais. Conforme determinação legal, a partir de 2017, o Estado está impossibilitado de fazer novos saques dos depósitos judiciais e, ao mesmo tempo, deverá garantir o enquadramento no limite mínimo de 5,0% do Fundo de Reserva. **Nos anos entre 2019 e 2021, houve a recomposição de R\$ 5,665 bilhões** (R\$ 95 milhões nos depósitos judiciais e de R\$ 5,569 bilhões no caixa único).

Tabela 9 - Evolução dos saques do caixa único e dos depósitos judiciais (em valores nominais) - R\$ milhões

Especificação	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018	2019-2021	Total dos Saques
Saques do Caixa Único	1.729	85	780	1.488	4.173	-5.569	2.686
Saques dos Depósitos Judiciais	0	1.428	615	5.665	2.983	-95	10.596
Total de Saques por Governo	1.729	1.513	1.395	7.153	7.156	-5.665	13.281

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: A autorização para saques dos depósitos judiciais deu-se através da Lei nº 12.069/04.

Nota 2: Os depósitos judiciais utilizados pelo Estado são remunerados pela mesma rentabilidade da caderneta de poupança.

A **Tabela 10** mostra de forma resumida como foi enfrentado o déficit público pelos diversos governos. É importante ressaltar o fato de que, apesar de um variado conjunto de fontes extraordinárias de financiamento, os últimos governos não conseguiram canalizar mais recursos para investimento.

Tabela 10 - Principais formas de enfrentamento do déficit público pelos diversos governos

Período	Enfrentamento do Déficit Público
1971-1974	Endividamento
1975-1978	Endividamento
1979-1982	Endividamento e inflação
1983-1986	Débitos de tesouraria e inflação
1987-1990	Inflação
1991-1994	Inflação
1995-1998	Venda de ativos
1999-2002	Saques do caixa único, menor volume de investimentos, venda de ativos, antecipação de impostos, atrasos no pagamento de fornecedores, programa de refinanciamento de dívidas (REFAZ), não pagamento de precatórios e das Leis Britto.
2003-2006	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atrasos no pagamento de fornecedores, não pagamento de precatórios e das Leis Britto, antecipação de impostos, menor volume em custeio e em investimentos, programa de refinanciamento de dívidas (REFAZ), financiamento do 13º salário junto ao BANRISUL e aumento de tributos.
2007-2010	Venda de ações do BANRISUL, saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, financiamento do 13º salário junto ao BANRISUL, parcelamento de salários mensais, programa de refinanciamento de dívidas (REFAZ), redução do gasto em custeio e em investimento.
2011-2014	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, endividamento com recursos de operações de crédito internas e externas, programa de refinanciamento de dívidas (REFAZ) e redução de gastos com investimentos.
2015-2018	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atraso no pagamento de fornecedores e convênios, antecipação de impostos, parcelamento de salários, não pagamento integral do 13º salário, redução de gastos em custeio e investimento, venda da folha de pagamento ao BANRISUL, programa de refinanciamento de dívidas (REFAZ), venda de ações do BANRISUL, suspensão de parcelas da dívida com a União, não pagamento das parcelas da dívida com a União e aumento de tributos.
2019-2021	Atraso no pagamento de fornecedores e convênios, parcelamento de salários mensais e do 13º salário de parte dos servidores públicos, redução de gastos em custeio e investimento, venda de créditos do FUNDOPEM, entrada de recursos oriundos da partilha de royalties de petróleo, programa de refinanciamento de dívida (REFAZ), entrada de recursos de causa judicial da cesta básica, não pagamento das parcelas mensais da dívida do Estado com a União, recebimento de ajuda emergencial do Governo Federal por conta da epidemia da covid-19 e venda de estatais (CEEE-D, CEEE-T e SULGÁS).

Fonte de dados brutos: Balanços Gerais do Estado do RS (CAGE/RS).

A evolução dos resultados orçamentário e primário

O **resultado orçamentário** é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas ou liquidadas. Quando as despesas forem maiores do que as receitas, o resultado orçamentário será deficitário.

O **resultado primário** indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado positivo seria o quanto sobrou do orçamento para pagar o serviço da dívida (juros, encargos e amortização da dívida). As receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas dos juros, encargos e amortização da dívida consolidada, da aquisição de títulos de capital integralizado e da concessão de empréstimos.

Na **Tabela 11** são apresentados os resultados orçamentário e primário, entre os anos de 2000 e 2021, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho. Consta-se a frequência de resultados orçamentários negativos, em que o Estado se financiou com recursos financeiros extraordinários.

Tabela 11 - Resultados primário e orçamentário - atualizado pelo IGP-DI até 31/12/2021

Ano	Resultado Orçamentário	Resultado Primário	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
2000	-3.181.348.234	-2.386.318.153	-0,66%	-0,49%	11,26%	11,99%
2001	-2.832.023.319	-1.502.938.288	-0,59%	-0,31%	11,39%	12,16%
2002	-1.023.389.804	-266.928.451	-0,23%	-0,06%	11,60%	11,96%
2003	-237.854.261	-374.782.862	-0,05%	-0,08%	11,12%	11,42%
2004	-2.534.121.883	120.663.527	-0,55%	0,03%	10,50%	11,17%
2005	-3.028.860.646	1.886.981.042	-0,64%	0,40%	11,55%	12,19%
2006	-2.863.904.918	1.447.226.554	-0,57%	0,29%	11,54%	12,12%
2007	1.860.802.750	2.849.488.052	0,35%	0,54%	11,41%	11,05%
2008	1.188.669.197	5.775.566.587	0,22%	1,08%	11,81%	11,61%
2009	28.406.435	4.974.994.915	0,00%	0,84%	10,97%	10,97%
2010	-386.274.345	3.912.776.744	-0,06%	0,66%	11,87%	11,93%
2011	-1.139.751.108	3.398.998.212	-0,18%	0,55%	11,18%	11,36%
2012	-1.583.338.896	1.739.746.404	-0,26%	0,28%	11,34%	11,60%
2013	-2.856.558.118	1.278.395.426	-0,42%	0,19%	10,98%	11,40%
2014	-2.501.135.626	-1.070.521.536	-0,35%	-0,15%	11,60%	11,95%
2015	-8.815.944.938	-3.169.858.919	-1,29%	-0,47%	10,73%	11,93%
2016	-238.199.597	1.422.335.781	-0,04%	0,21%	11,50%	11,51%
2017	-2.789.413.012	-706.226.546	-0,39%	-0,10%	11,47%	11,86%
2018	-4.272.901.232	-402.402.894	-0,60%	-0,06%	11,64%	12,28%
2019	-4.974.156.790	-633.492.542	-0,72%	-0,09%	11,59%	12,26%
2020	-703.268.080	2.765.948.080	-0,13%	0,61%	9,94%	10,11%
2021	2.546.285.924	4.657.900.000	ND	ND	ND	ND

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Departamento de Economia e Estatística (DEE/SPGG).

Nota 1: As receitas e despesas com relação ao PIB estão pelos seus totais líquidos nominais, sem as transferências intraorçamentárias.

Nota 2: Os resultados orçamentários e primários com relação ao PIB estão pelos valores nominais.

Nota 3: Os resultados primário e orçamentário de 2021 estão pelos seus valores nominais. Em 2021, o IGP-DI acumulado foi de 17,74%.

Ressalva-se que o resultado primário pode ser menor do que o orçamentário, como se verifica em alguns anos da série. Isso se deve, principalmente, ao uso de receitas de operações de crédito ou de

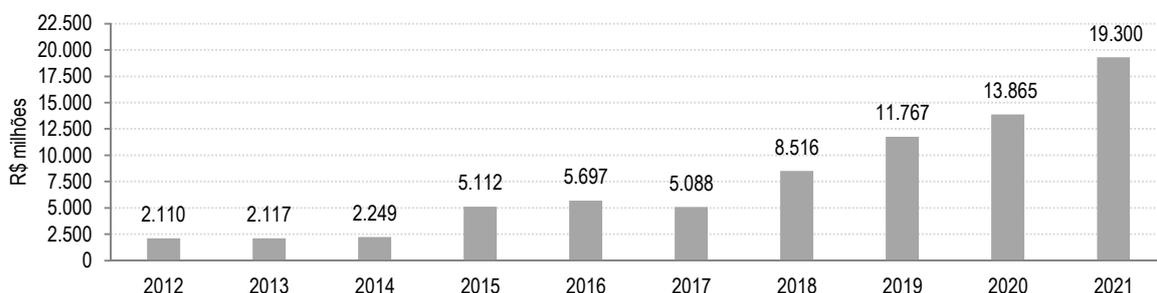
alienação de bens (receitas não primárias) para a cobertura de gastos com custeio e investimento (despesas primárias) ou, ainda, a entrada de recursos de operações de crédito de valor maior do que o pagamento do serviço da dívida.

A evolução dos restos a pagar

Os **Restos a Pagar** são as despesas empenhadas ou liquidadas que não foram pagas no exercício. O aumento do estoque dos “Restos a Pagar”, ocorrido a partir de 2015, foi devido a três fatores principais: (i) o não pagamento de parcelas totais da dívida do Estado com a União; (ii) o não pagamento do décimo terceiro salário de parte dos servidores estaduais que, nos últimos anos, estava sendo quitado ao longo do exercício seguinte; e (iii) o não pagamento da folha salarial de dezembro, quitada no início do ano seguinte.

O aumento do saldo a partir de 2018, em relação aos anos anteriores, decorre do não pagamento das parcelas da dívida pública contratualizada com a União, em função de liminar concedida pelo STF. . Ao final de 2021, os Restos a Pagar Processados e Não Processados totalizaram R\$ 19,3 bilhões. É importante destacar que, excluindo os valores não pagos da dívida do Estado com a União, o saldo dos Restos a Pagar Processados tiveram redução, por conta da folha de pagamentos do Estado, uma vez que tanto os salários como o décimo-terceiro de 2021 foram quitados integralmente dentro do exercício. A **Figura 10** exhibe os valores dos Restos a Pagar Processados.

Figura 10 - Restos a Pagar Processados - Em valores nominais - R\$ milhões



Fonte: Balanço Geral do Estado / CAGE-RS.

OS PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA

A **Tabela 12** mostra a evolução real da receita pública consolidada. No demonstrativo, as receitas intraorçamentárias são expurgadas, por representarem dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual. As receitas de Impostos e Taxas (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação, seguidas pelas Transferências Correntes (receitas advindas da União).

No período entre 2012 e 2021, as receitas totais cresceram 18,0%, em termos reais pelo IPCA. Nesse período, as receitas correntes tiveram alta de 16,4%, sendo que os impostos e as taxas cresceram 35,7%, enquanto que as transferências advindas da União cresceram 1,5%. Comparando-se 2021 em relação a 2020, as receitas totais foram maiores em 11,5%, sendo que as receitas correntes cresceram 8,2% e as receitas de capital cresceram 157,4%.

Tabela 12 - Receitas orçamentárias consolidadas - atualizadas pelo IPCA até 31/12/2021 - R\$ milhões

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	% 2021 / 2012	% 2021 / 2020
Receitas Correntes	48.605	51.144	52.497	49.417	51.733	50.935	52.799	53.028	52.266	56.569	16,4	8,2
Impostos e Taxas	44.749	48.094	48.817	47.228	48.460	49.632	52.567	53.279	51.603	60.726	35,7	17,7
Receita de Contribuições	3.103	3.570	3.957	3.818	4.072	3.983	4.376	4.345	4.985	4.769	53,7	-4,3
Receita Patrimonial	1.069	791	909	837	2.518	919	1.058	1.127	925	1.275	19,3	37,9
Receita Agropecuária	3	4	2	4	2	1	2	1	1	2	-42,4	57,2
Receita Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-99,8	-82,5
Receita de Serviços	535	521	469	500	502	639	635	602	456	548	2,4	20,3
Transferências Correntes	11.487	11.335	11.841	11.299	10.949	10.491	10.525	10.400	13.432	11.658	1,5	-13,2
Outras Receitas Correntes	717	1.011	1.309	860	1.147	1.653	1.510	1.220	653	1.237	72,6	89,3
Deduções Receita Corrente	-13.058	-14.182	-14.807	-15.128	-15.916	-16.384	-17.874	-17.945	-19.788	-23.645	81,1	19,5
Receitas de Capital	1.888	1.474	4.051	610	726	994	1.652	983	1.171	3.014	59,6	157,4
Operações de Crédito	1.617	883	3.351	279	432	695	327	224	28	44	-97,3	57,2
Alienação de Bens	73	162	147	195	109	160	1.042	668	891	2.796	3.750,4	213,7
Amortização de Empréstimos	29	109	252	80	63	28	31	32	28	8	-72,8	-72,3
Outras Receitas de Capital	170	320	300	56	124	111	251	59	224	166	-2,2	-25,8
Total das Receitas	50.493	52.618	56.547	50.027	52.460	51.929	54.451	54.011	53.437	59.583	18,0	11,5

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: O grande volume de Transferências Correntes, em 2020, deve-se a maiores repasses pela União, a título de Ajuda Emergencial ao Estado e de combate à Covid-19.

Nota 2: Em 2021, houve a contabilização escritural na rubrica de **Impostos e Taxas**, de R\$ 2,576 bilhões, em valores nominais, referente ao recebimento em Dívida Ativa pela venda da CEEE-D.

Nota 3: Em 2021, R\$ 804 milhões foram de "Deduções na Receita Corrente" (R\$ 515 milhões de repasses financeiros aos municípios e R\$ 289 milhões de repasses financeiros ao FUNDEB), em valores nominais, referentes ao que foi contabilizado em Dívida Ativa, pela venda da CEEE-D.

Nota 3: Em 2021, houve o recebimento financeiro de R\$ 2,670 bilhões (Receitas de Capital), em valores nominais, referente à venda da CEEE-T.

Nota 4: Em 2021, houve o recebimento financeiro de R\$ 599 milhões (Outras Receitas Correntes), em valores nominais, pela assunção dos pagamentos futuros dos Aposentados Autárquicos da CEEE.

O ICMS

São diversas as variáveis que impactam direta e/ou indiretamente a arrecadação do ICMS, destacando-se: o PIB brasileiro e o PIB gaúcho; a inflação; a taxa de câmbio; a taxa básica de juros; os preços das *commodities* no mercado internacional; o valor das importações e das exportações; o nível de produção das indústrias; o poder de compra do consumidor; a taxa de emprego; a confiança na economia interna e externa; as crises econômicas, tanto interna como externa; a instabilidade política interna e externa; as condições climáticas (agricultura e sistema hídrico); as imunidades tributárias; os eventos pandêmicos; as desonerações fiscais; e a sonegação fiscal.

A **Tabela 13** mostra a evolução da arrecadação do ICMS Total (ICMS Principal, Dívida Ativa, Programa COMPENSA/RS e Programa AMPARA/RS), entre 2012 e 2021. Observa-se que, no período, o ICMS Total cresceu 122,6% nominais (de R\$ 21,370 bilhões para R\$ 47,560 bilhões) e 33,7% reais pelo IPCA (de R\$ 37,332 bilhões para R\$ 49,896 bilhões). Em 2021 comparado com 2020, o ICMS Total cresceu 30,7% nominais (de R\$ 36,381 bilhões para R\$ 47,560 bilhões) e 20,8% pelo IPCA (de R\$ 41,318 bilhões para R\$ 49,896 bilhões).

Tabela 13 - Evolução da arrecadação do ICMS total - R\$ milhões

Ano	Arrecadação nominal	Varição nominal sobre ano anterior	IPCA 31/12/2021	Varição IPCA sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
2012	21.370	9,6	37.332	3,9	7,4
2013	24.061	12,6	39.587	6,0	7,2
2014	25.854	7,5	40.007	1,1	7,2
2015	27.126	4,9	38.519	-3,7	7,1
2016	30.386	12,0	39.679	3,0	7,4
2017	31.933	5,1	40.309	1,6	7,5
2018	34.839	9,1	42.393	5,2	7,6
2019	36.531	4,9	42.852	1,1	7,6
2020	36.381	-0,4	41.318	-3,6	7,7
2021	47.560	30,7	49.896	20,8	ND
% 2021 / 2012	122,6	-	33,7	-	-

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e SEPLAG/RS.

Nota 1: Entre 2016 e 2021, vigoraram as alíquotas majoradas de ICMS.

Nota 2: Na arrecadação do ICMS Total de 2021, houve uma entrada de R\$ 2,576 bilhões nominais, referente ao recebimento de valores em Dívida Ativa pela venda da estatal CEEE-D.

As transferências constitucionais da União ao estado do RS

As duas principais transferências constitucionais da União ao Estado são o Fundo de Participação dos Estados e a Cota-Parte do IPI-Exportação. A **Tabela 14** mostra os valores transferidos entre os anos 2012 e 2021. Cabe ressaltar que houve, ao longo desse tempo, uma redução significativa de repasses de valores. Em 2012, o Fundo de Participação do Estado mais o IPI-Exportação representavam 7,1% sobre o total dos Impostos e das Taxas; já em 2021, essa participação caiu para 5,5%, perda de 1,1 ponto percentual.

Tabela 14 - Transferências da União ao Estado do Rio Grande do Sul (em valores nominais) - R\$ milhões

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cota-parte do FPE	1.459	1.569	1.710	1.799	1.974	1.918	2.038	2.183	2.136	2.698
Cota-parte IPI-EXPORTAÇÃO	361	353	466	529	380	487	509	534	514	514
Total	1.820	1.922	2.176	2.328	2.354	2.405	2.547	2.717	2.650	3.212
Impostos e Taxas	25.616	29.236	31.555	33.263	37.095	39.321	43.184	45.432	45.452	57.919
% Transferências da União / Impostos e Taxas	7,1	6,6	6,9	7,0	6,3	6,1	5,9	6,0	5,8	5,5

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Quanto às compensações das perdas de ICMS pelas exportações, provenientes da Lei Kandir, em 2020, o Estado recebeu R\$ 276 milhões e, em 2021, R\$ 266 milhões. Conforme acordo homologado junto ao STF, avalizado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Poder Executivo (Lei Federal Complementar nº 176/2020), o RS receberá parcelas anuais até 2037, o que totaliza um montante em torno de R\$ 5,0 bilhões. No Estado, também foi sancionada a Lei nº 15.577/2020, que autoriza o Poder Executivo a dar quitação quanto aos valores devidos vencidos e vincendos da Lei Kandir, mediante o novo regramento.

As considerações sobre as receitas públicas

Para fazer frente à escassez de recursos, o Estado empreende ininterrupto esforço para atualizar e aprimorar a função arrecadadora. Para tanto, diversas ações foram executadas nos últimos anos, entre as quais: a aquisição de equipamento de grande capacidade de processamento de dados; a constituição do sistema da Nota Fiscal Eletrônica; a criação da Nota Fiscal Gaúcha (NFG), com mais de dois milhões de cidadãos cadastrados e com 100% do comércio varejista obrigado a incluir o CPF na Nota Fiscal; o estabelecimento do Programa de Sustentabilidade Financeira, que engloba ações de melhoria da gestão fiscal, tais como a malha fina estadual, o rigor para com o devedor contumaz e o domicílio eletrônico; e a parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo financiar projetos voltados para a melhoria da gestão fiscal (PROFISCO II).

A Nota Fiscal Gaúcha e o Cadastro Único (CadÚnico) possibilitaram a viabilidade técnica para a instituição do **programa Devolve ICMS**, cuja finalidade é a devolução às famílias gaúchas de baixa renda de parcela do valor, por elas suportadas, referente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS. As famílias beneficiadas deverão possuir renda mensal de até três salários mínimos nacionais ou renda *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo nacional, conforme critérios do CadÚnico. O programa inicialmente abrangerá cerca de 432 mil famílias, que terão uma devolução de R\$ 400,00 por ano, pagas em quatro parcelas mensais de R\$ 100,00.

Desde o início do atual governo, implantou-se uma política de revisão da totalidade dos incentivos fiscais concedidos às empresas, no intuito de corrigir possíveis distorções, ampliando os mecanismos de

controle e transparência social. Em outro *front*, o Estado está avançando na qualificação das ações de fiscalização, com foco principal na simplificação da vida das empresas, a fim de que a única obrigação do contribuinte seja emitir devidamente a Nota Fiscal. O objetivo no médio prazo é transformar a “Receita 100% Digital”, desburocratizando o sistema e incorporando os avanços tecnológicos nos mecanismos de arrecadação.

No começo de 2022, o Estado não contará mais com as alíquotas majoradas do ICMS, o que representa um montante em torno de R\$ 3,0 bilhões (R\$ 2,1 bilhões, que caberiam ao Estado, e R\$ 900 milhões, aos Municípios). Contudo, com a privatização da CEEE-D, o Estado voltará a receber a totalidade do ICMS potencial arrecadado, que recai sobre as contas de energia elétrica, em torno de R\$ 1,2 bilhão anual, compensando parte dessa perda referida. Em suma, as ações do Fisco estadual buscam dar respostas em um cenário onde cresce a demanda por maior transparência e melhor *performance* de arrecadação tributária. Tão importante quanto racionalizar o gasto é manter o nível da arrecadação pública compatível com o potencial contributivo da sociedade rio-grandense.

A EVOLUÇÃO DO GASTO TOTAL DO ESTADO DO RS

A **Tabela 15** mostra a evolução da despesa pública consolidada ajustada, a partir de 2012 até 2021, em valores nominais. Ressalva-se que, no demonstrativo, não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual.

Em 2021, o Estado registrou superávit orçamentário de R\$ 2,546 bilhões (R\$ 73,516 bilhões de receitas totais contra R\$ 70,970 bilhões de despesas totais empenhadas), considerando as receitas e despesas intraorçamentárias. Em 2012, o Estado gastou 13,2% acima da variação da Receita Corrente Líquida, e, em 2021, as despesas ficaram abaixo da RCL em 4,4%, fato inédito na série apresentada. Pode-se claramente notar uma melhora substancial das contas públicas estaduais, nos últimos três anos, convergindo para um equilíbrio orçamentário de curto e médio prazo.

Tabela 15 - Despesas empenhadas consolidadas do Estado (em valores nominais) - R\$ milhões

Grupo da Despesa	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Pessoal e Encargos Sociais	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	31.125
Outras Despesas Correntes	12.708	14.501	16.076	17.025	18.847	19.736	21.207	21.823	12.050	13.624
(-) Distribuição Receitas aos Municípios	6.404	7.125	7.669	8.135	8.921	9.327	10.345	10.543	0	0
Outras Despesas Correntes Ajustadas	6.304	7.376	8.407	8.890	9.926	10.409	10.862	11.280	12.050	13.624
Serviço da Dívida	2.686	2.895	3.269	3.740	1.744	2.250	3.970	4.338	4.340	4.381
Investimentos Amplos	1.223	1.429	1.775	809	1.097	1.106	1.751	928	970	5.508
(-) Capitalização CEEE-D	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.603
(-) Dação em pagamento pela venda CEEE-D	0	0	0	0	0	0	0	0	0	512
Investimentos Amplos Ajustados	1.223	1.429	1.775	809	1.097	1.106	1.751	928	970	2.393
Total do Grupo da Despesa	26.829	30.620	35.062	37.424	38.099	40.858	45.799	47.707	47.847	51.523
Receita Corrente Líquida - RCL	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878
% do Total da Despesa / RCL	113,2	116,0	122,5	124,2	109,9	116,6	121,2	119,9	113,7	95,6

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Em 2016, houve forte aumento da RCL, motivado pela majoração das alíquotas do ICMS, a contar de 01/01/2016.

O grupo de Pessoal e Encargos Sociais

A **Tabela 16** mostra a evolução quantitativa de vínculos de pessoal do Estado. No período entre 31/12/2000 e 30/06/2021, as matrículas totais da Administração Direta e Indireta do Estado (ativos, inativos, pensionistas e outros) cresceram 4,8%. Em 31/12/2000, os ativos representavam 50,6% do total das matrículas (174.428 matrículas); em 30/06/2021, 38,5% (139.142 matrículas). No período considerado, o quadro de ativos foi reduzido em 20,2% (-35.286 matrículas), já os inativos, pensionistas e outros tiveram acréscimo de 30,5% (+51.974 matrículas). Nesse interstício, em média, 2.417 matrículas líquidas por ano foram para a inatividade.

Tabela 16 - Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

Órgãos	Matrículas	31/12/2000 (A)	30/06/2021 (B)	(B) – (A)	% (B) / (A)
Administração Direta	Ativos	165.180	132.253	-32.927	-19,9
	Inativos, Pensionistas e Outros	110.344	173.417	63.073	57,2
	Total	275.524	305.670	30.146	10,9
Fundações	Ativos	4.943	2.525	-2.418	-48,9
	Inativos, Pensionistas e Outros	0	27	27	-
	Total	4.943	51.668	46.725	945,3
Autarquias	Ativos	4.305	4.364	59	1,4
	Inativos, Pensionistas e Outros	60.269	49.143	-11.126	-18,5
	Total	64.574	4.391	-60.183	-93,2
Total Geral de Matrículas	Ativos	174.428	139.142	-35.286	-20,2
	Inativos, Pensionistas e Outros	170.613	222.587	51.974	30,5
	Total	345.041	361.729	16.688	4,8

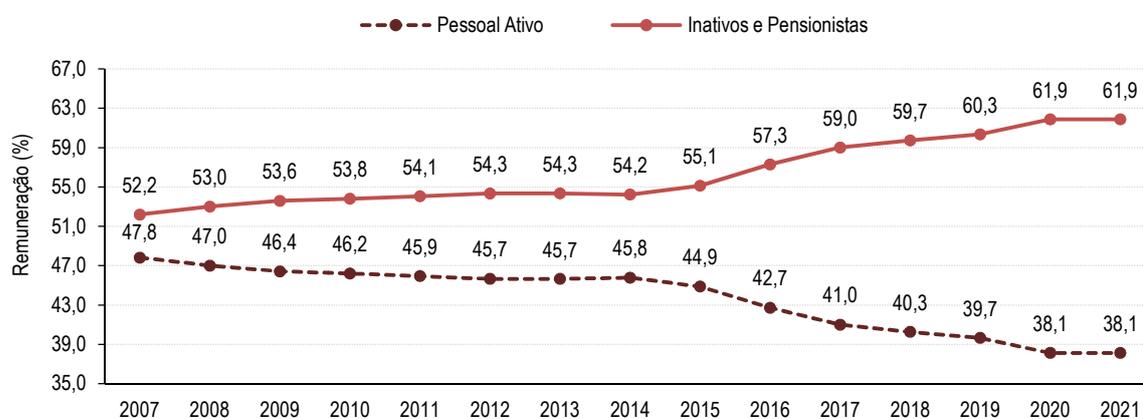
Fontes de dados brutos: Painel de Informações de Pessoal (sefaz.rs.gov.br).

Nota: As informações referentes ao ano findo de 2021 ainda não tinham sido publicizadas pela SEFAZ/RS, quando do término deste trabalho.

A **Figura 11** mostra a evolução das despesas com pessoal, entre 2007 e 2021. Tomando-se por base a despesa empenhada com a remuneração do pessoal ativo civil e militar, em relação aos vencimentos dos inativos e pensionistas, constata-se que, em toda a série apresentada, os gastos com os inativos e pensionistas já superavam os dispêndios em relação aos ativos.

Em 2021, da mesma forma que ocorreu em 2020, do gasto total com remuneração, 38,1% foram para pagar o pessoal ativo e 61,9% foram alocados para os proventos dos aposentados e pensionistas. Tendo em vista as reformas previdenciária e administrativa, a curva crescente de gastos com os inativos deve se estabilizar no curto e médio prazos e ter comportamento inverso no longo prazo.

Figura 11 - Percentual empenhado com a remuneração de pessoal da administração pública consolidada



Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A **Tabela 17** dá transparência às médias salariais dos principais Órgãos do Poder Executivo, dos Órgãos Autônomos e dos demais da Administração Direta do Estado.

Tabela 17 - Média salarial dos poderes e órgãos da administração direta - Junho de 2021

Poderes e Órgãos do Estado	Média Salarial Ativos	Média Salarial Inativos	Média Salarial Total
Poder Executivo	5.340	5.716	5.560
Procuradoria-Geral do Estado	20.473	30.732	22.463
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	6.092	5.022	5.413
Secretaria da Educação	2.776	3.238	3.058
Secretaria da Fazenda	22.480	25.347	24.220
Secretaria da Saúde	6.705	4.942	5.568
Secretaria da Segurança Pública	8.980	12.383	10.821
Secretaria de Administração Penitenciária	11.011	13.446	11.656
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão	8.646	9.981	9.018
Demais Secretarias da Administração Direta	6.587	5.537	5.831
Demais Poderes e Órgãos Autônomos	14.116	17.508	15.252
Assembleia Legislativa	10.593	24.463	15.001
Defensoria Pública	16.165	24.905	17.630
Ministério Público	17.003	16.817	16.965
Poder Judiciário	12.787	14.207	13.322
Tribunal de Contas	20.222	32.876	26.038
Total da Média Salarial	6.327	6.225	6.269

Fonte de dados brutos: Boletim de Pessoal da Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: As informações referentes ao ano findo de 2021 ainda não tinham sido publicizadas pela SEFAZ/RS, quando do término deste trabalho. Dessa forma, elas correspondem à estrutura administrativa anterior às alterações propostas pela Lei Complementar nº 15.680, de 13 de agosto de 2021.

A **Tabela 18** mostra a relação entre a arrecadação de ICMS Total líquido e a despesa com o grupo Pessoal e Encargos Sociais. Em 2012, o ICMS líquido pagava 96,5% de todos os gastos com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais. Já em 2021, o ICMS líquido pagou 108,4%. Entre 2012 e 2021 (10 anos), em valores nominais, a arrecadação do ICMS líquido variou 110,4%, enquanto que a despesa com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais variou 87,3%.

Tabela 18 - Relação entre o ICMS líquido e o grupo de pessoal e encargos sociais - R\$ milhões

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	%2021/ 2012
Gasto com Pessoal e Encargos Sociais	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	31.125	87,3
Total arrecadado de ICMS	21.378	24.061	25.854	27.126	30.386	31.933	34.839	36.531	36.381	44.984	-
(-) Transferências aos Municípios	5.345	6.015	6.464	6.781	7.543	7.916	8.629	8.860	8.988	11.246	-
(=) ICMS Líquido	16.033	18.046	19.390	20.345	22.843	24.017	26.210	27.672	27.393	33.738	110,4
ICMS Líquido - Gasto Pessoal (R\$)	-583	-874	-2.221	-3.640	-2.489	-3.076	-3.005	-3.488	-3.094	2.613	-
ICMS Líquido / Gasto Pessoal (%)	96,5	95,4	89,7	84,8	90,2	88,6	89,7	88,8	89,9	108,4	-

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Em 2021, houve a contabilização escritural de R\$ 2,576 bilhões, em valores nominais, referente ao recebimento em Dívida Ativa de ICMS pela venda da CEEE-D, sendo deduzido do ICMS Total.

A **Tabela 19** processa os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, por elemento da despesa, entre 2012 e 2021. Em 2021, os gastos com as aposentadorias totalizaram R\$ 13,804 bilhões; com o pessoal ativo civil, R\$ 8,693 bilhões; com as pensões, R\$ 3,333 bilhões; e com o pessoal ativo militar, R\$ 1,868 bilhão. Em 2012, gastava-se com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais equivalente a 70,1% da RCL, chegando a 79,6% em 2015. Em 2022, reduziu para 57,8% da RCL. Observa-se que, já a partir de 2020, houve uma queda significativa em relação aos anos anteriores.

Tabela 19 - Gasto com o grupo pessoal e encargos sociais (em valores nominais) - R\$ milhões

Elementos da Despesa	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Aposentadorias	6.335	7.266	8.298	9.521	10.560	11.602	12.525	13.251	13.770	13.804
Pensões	1.806	1.980	2.202	2.430	2.649	2.866	3.105	3.284	3.355	3.333
Vencimento Pessoal Civil	5.987	6.754	7.686	8.461	8.505	8.520	8.723	8.838	8.653	8.693
Vencimento Pessoal Militar	854	1.014	1.177	1.272	1.344	1.533	1.815	2.027	1.903	1.868
Sentenças Judiciais	574	656	831	1.175	898	1.031	1.073	1.838	799	983
Despesas Exercícios Anteriores	479	606	659	368	492	370	585	613	844	1.297
Obrigação Patronal (RGPS)	293	327	373	381	384	406	440	435	464	480
Demais Despesas	289	317	385	377	500	765	949	874	699	666
Total da Despesa	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	31.125
Receita Corrente Líquida	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878
% Total da Despesa / RCL	70,1	71,7	75,5	79,6	73,1	77,3	77,3	78,3	72,5	57,8

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: O percentual de gasto com Pessoal sobre a RCL teve queda significativa em 2016, por conta da majoração das alíquotas de ICMS.

Ao final de 2021, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou projeto encaminhado pelo Poder Executivo, reajustando o subsídio mensal dos professores. A Lei nº 15.783, de 23/12/21, estabeleceu o reajuste em 32%, a partir de 1º de janeiro de 2022, sobre o subsídio mensal dos membros da carreira do Magistério Público Estadual, bem como sobre o subsídio mensal dos integrantes do Quadro Único do Magistério do Estado. O reajuste efetivo médio é de 22,5% para 60 mil vínculos ativos. No caso de inativos com paridade, o reajuste efetivo médio é de 6,15%. A Lei prevê que a absorção da parcela de irredutibilidade seja limitada, de forma a garantir um reajuste efetivo mínimo de 5,53% para 45 mil vínculos inativos. A iniciativa terá um impacto anual de R\$ 731 milhões, o que representa um acréscimo anual de quase uma folha e meia mensal do magistério.

O grupo das Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado; os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Pública; e os repasses para o sistema SUS. A **Tabela 20** mostra a evolução das Outras Despesas Correntes entre 2012 e 2021, sem as transferências intraorçamentárias, discriminada por elemento da despesa. No período, as despesas cresceram 116,1%, em valores nominais (de R\$ 6,304 bilhões para R\$ 13,624 bilhões). Em 2012, gastava-se 26,6% da RCL com o grupo das Outras Despesas Correntes; já em 2021, o gasto recuou para 25,3% da RCL.

Tabela 20 - Outras despesas correntes (por elemento da despesa nominal empenhada) - R\$ milhões

Elementos da Despesa	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Outros Serviços de Terceiros - Jurídica	2.333	2.805	2.950	2.958	3.384	3.729	3.962	3.369	3.442	3.958
Contribuições	451	738	949	874	943	1.057	1.050	1.239	1.183	1.464
Gestão Plena do SUS	874	762	905	757	794	858	909	1.025	1.209	1.472
Despesas Exercícios Anteriores	360	513	679	976	1.072	1.031	1.058	1.173	1.384	1.537
Material de Consumo	441	449	450	415	469	483	559	610	697	669
Outros Serviços Terceiros - Física	317	335	339	346	353	370	373	382	327	342
Obrigações Tributárias e Contribuições	261	290	319	381	397	403	438	482	534	552
Auxílio-Alimentação	231	253	281	297	329	367	360	356	394	436
Indenizações e Restituições	203	226	476	872	1.164	930	802	826	593	748
Sentenças Judiciais	150	201	132	245	235	270	355	528	684	579
Demais "Outras Despesas Correntes"	683	806	928	767	786	910	996	1.290	1.603	1.867
Total das Outras Despesas Correntes	6.304	7.378	8.408	8.888	9.926	10.408	10.862	11.280	12.050	13.624
Receita Corrente Líquida	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878
% Outras Despesas Correntes / RCL	26,6	28,0	29,4	29,5	28,6	29,7	28,8	28,4	28,6	25,3

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Os grupos dos Investimentos Amplos

A **Tabela 21** demonstra a evolução dos valores apropriados em Investimentos Amplos (**Investimentos e Inversões Financeiras**), por elemento da despesa, entre 2012 e 2021. Em 2012, aplicou-se 5,2% da Receita Corrente Líquida e, em 2021, 4,4% da RCL. Nota-se que, em 2021, o Estado recuperou plenamente sua capacidade de investimentos.

A crise estrutural das finanças públicas, a partir do final da década de 90, teve reflexo direto sobre a capacidade de investimento do Estado. A **Figura 12** mostra os investimentos de vários governos. Os

governos Triches e Guazelli investiram, respectivamente, 29,7% e 29,1% da Receita Corrente Líquida. Os governos mais recentes de Tarso Genro, Ivo Sartori e Eduardo Leite (2019/2021) investiram, em média, respectivamente, 5,5%, 3,5% e 3,0% da RCL.

Tabela 21 - Valores empenhados em investimentos amplos (em valores nominais) - R\$ milhões

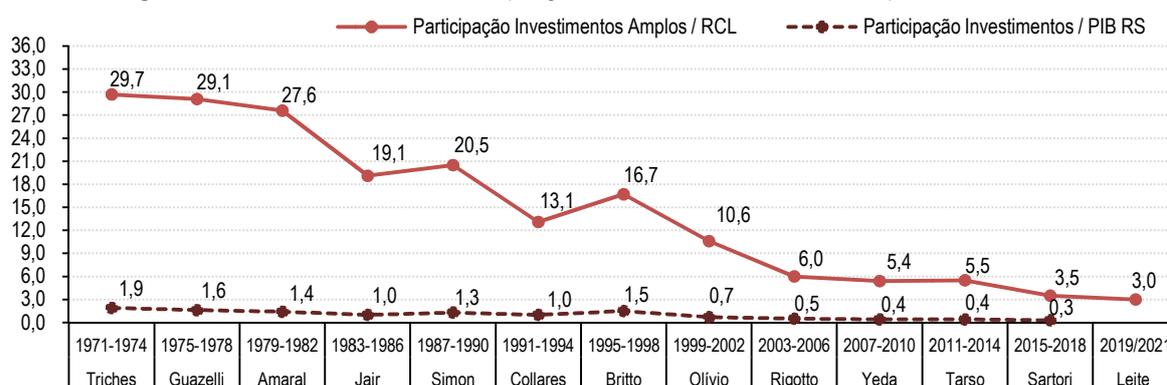
Elementos da Despesa	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Obras e Instalações	509	458	683	343	509	657	1.013	513	367	960
Equipamento e Material	216	491	400	212	198	223	422	207	357	609
Auxílios Financeiros	154	273	272	41	91	87	49	31	39	606
Constituição de Capital	191	20	160	38	236	56	94	51	80	80
Despesas Exercícios Anteriores	52	88	89	115	34	57	63	29	46	32
Outras Despesas com Investimentos	102	99	171	60	29	26	111	97	81	106
Total	1.223	1.429	1.775	809	1.097	1.106	1.751	928	970	2.393
Receita Corrente Líquida	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878
% Investimentos sobre a RCL	5,2	5,4	6,2	2,7	3,2	3,2	4,6	2,3	2,3	4,4

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Em 2021, houve a contabilização extraordinária de R\$ 512 milhões, em Inversões Financeiras (Outras Despesas com Investimentos), em valores nominais, referente à dação em pagamento de imóveis pela venda da CEEE-D. Esse valor foi excluído da tabela acima.

Nota 2: Em 2021, houve a contabilização extraordinária escritural de R\$ 2,603 bilhões, em Inversões Financeiras (Constituição de Capital), em valores nominais, referente à capitalização da CEEE-D. Esse valor foi excluído da tabela acima.

Figura 12 - Percentual de investimento por governo sobre a receita corrente líquida e sobre o PIB



Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Departamento de Economia e Estatística da SPGG.

Nota: As informações de 2021 dependem do PIB estadual, que ainda não foi divulgado.

Os grupos do Serviço da Dívida

A **Tabela 22** mostra os valores empenhados do Serviço da Dívida (juros, encargos e amortização da dívida), entre 2012 e 2021. Em 2012, foram comprometidos 11,3% da RCL, já em 2021, a participação foi de 8,1% da RCL.

Tabela 22 - Valores empenhados com o serviço da dívida em relação à RCL (em valores nominais) - R\$ milhões

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Serviço da Dívida	2.686	2.895	3.269	3.740	1.744	2.250	3.970	4.338	4.340	4.381
Receita Corrente Líquida	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878
% Serviço da Dívida / RCL	11,3	11,0	11,4	12,4	5,0	6,4	10,5	10,9	10,3	8,1

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: A queda brusca do percentual empenhado de Serviço da Dívida em relação à RCL, que se verifica em 2016 e 2017, deveu-se ao não pagamento das parcelas da dívida com a União, entre abril e junho de 2016, e pela suspensão do pagamento entre julho e dezembro de 2016.

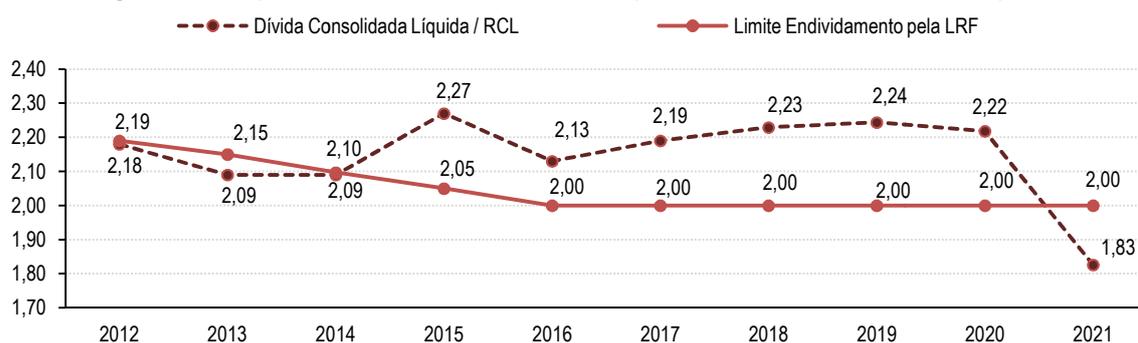
Nota 2: A partir de julho de 2017, o Estado não paga as parcelas mensais de sua dívida com a União, tendo em vista liminar concedida pelo STF, contudo contabiliza normalmente o empenho e a liquidação.

Em 31/12/2021, o Estado do Rio Grande do Sul contabilizava uma dívida total (dívida consolidada interna e externa) de R\$ 86,0 bilhões. Nesse total de estoque incluiu-se a operação original do PROES

(capitalização do BANRISUL, da Fundação BANRISUL, de R\$ 700 milhões, e da Caixa Econômica Estadual, de R\$ 1.679 milhões, ambas realizadas em 1998. Fonte: Balanço Geral de 1998, pg. 115. Esses valores, atualizados pelo IGP-DI até 31/12/2021, atingem R\$ 19,033 bilhões.

A **Figura 13** mostra a Dívida Consolidada Líquida – DCL, entre 2012 e agosto de 2021, em relação à Receita Corrente Líquida. Em 2012, a dívida comprometia 2,18 vezes a RCL. Ao final de agosto de 2021, a relação DCL foi de 1,84 vezes a RCL. É importante ressaltar que, conforme o demonstrativo referente ao final do segundo quadrimestre de 2021, é a primeira vez – desde a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) – que o Estado está enquadrado abaixo de 2,0 vezes a Receita Corrente Líquida, podendo, assim, estar apto a contrair financiamento interno e externo.

Figura 13 - Comprometimento da dívida consolidada líquida em relação à receita corrente líquida



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Anexo 2, da LRF, art. 55, I, alínea "b", da Secretaria Fazenda do RS.

A dívida com a União resulta de um sério problema estrutural das finanças estaduais. Com a aprovação do PL nº 238/2013, a partir de 01/01/2013, o estoque passou a ser corrigido pelo IPCA mais 4% ao ano ou a Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IGP-DI mais 6% ao ano. A matéria foi regulamentada através do Decreto nº 8.616, de 29/12/2015. Em título especial adiante, tratar-se-á de maneira individualizada a dívida contratualizada do Estado com a União.

A evolução do gasto com Educação

A **Tabela 23** mostra os valores aplicados em Educação, entre os anos de 2012 e 2021, em relação à RLIT. Em 2021, foram aplicados 25,8% da RLIT em Educação. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 25,0% da RLIT, e a Constituição Estadual, 35,0% da RLIT.

Tabela 23 - Percentuais aplicados (liquidados nominais) em educação em relação à RLIT - R\$ milhões

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Recursos Aplicados Educação	6.073	7.115	8.116	8.843	8.542	8.919	9.169	9.535	9.952	11.614
Receita Líquida de Impostos e Transferências – RLIT	20.274	22.820	24.754	26.256	29.176	30.842	33.634	34.905	35.408	45.067
Percentual aplicado em Educação sobre a RLIT	30,0%	31,2%	32,8%	33,7%	29,3%	28,9%	27,3%	27,3%	28,1%	25,8%

Fonte: Balanço Geral do Estado / CAGE-RS.

A evolução do gasto com Saúde

A **Tabela 24** mostra os valores aplicados em Saúde, entre os anos de 2012 e 2021, em relação à RLIT. Como mostram os números abaixo, há uma retomada gradual de recursos drenados para essa área, a partir de 2013, motivada pela obrigatoriedade de o Estado aplicar 12,0% da RLIT em Saúde. Em 2012, aplicaram-se 9,6% da RLIT em Saúde. Em 2021, foram aplicados 12,2% da RLIT. A Constituição Federal

determina aplicação mínima de 12,0% da RLIT; já a Constituição Estadual, 10,0% da RTL.

Tabela 24 - Percentuais aplicados (liquidados nominais) em saúde em relação à RLIT - R\$ milhões

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total Aplicado em Saúde	1.956	2.844	3.161	3.219	3.559	3.787	4.090	4.242	4.299	5.494
Receita Líquida Impostos e Transferências - RLIT	20.274	22.820	24.754	26.256	29.176	30.842	33.634	34.905	35.408	45.067
Percentual em Saúde sobre RLIT	9,6%	12,5%	12,8%	12,2%	12,1%	12,2%	12,2%	12,2%	12,1%	12,2%

Fonte: Balanço Geral do Estado / CAGE-RS.

A evolução do gasto com a Segurança Pública

A **Tabela 25** mostra os gastos liquidados com a Função Segurança Pública, em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), entre 2012 e 2021. Em 2012, foram aplicados 10,7% da RLIT em Segurança Pública; já em 2021, 12,6% da RLIT. O crescimento dos gastos com a Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 2013, deveu-se aos constantes aumentos salariais concedidos, o que elevou sobremaneira o gasto dessa pasta. Pesaram, ainda, promoções, novas contratações e compra de equipamentos.

Tabela 25 - Percentuais aplicados (liquidados nominais) em segurança em relação à RLIT - R\$ milhões

Aplicação em Segurança	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Recursos Aplicados em Segurança	2.178	2.527	3.018	3.048	3.304	3.762	4.442	4.914	5.439	5.699
Receita Tributária Líquida e Transferências - RLIT	20.274	22.820	24.754	26.257	29.176	30.842	33.634	34.905	35.408	45.067
Percentual de Aplicações Segurança sobre RLIT	10,7%	11,1%	12,2%	11,6%	11,3%	12,2%	13,2%	14,1%	15,4%	12,6%

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Os valores referem-se tão somente aos gastos ordinários dos respectivos órgãos de segurança, não constando inativos e pensionistas.

O FUNDO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB)

O FUNDEB é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. Trata-se de um Fundo de natureza contábil, instituído originariamente pela EC nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela MP nº 339, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos nºs 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007.

O Fundo foi implantado em 1º de janeiro de 2007, alcançando sua plenitude no ano de 2009, cobrindo todo o universo de alunos da Educação Básica pública presencial. A EC nº 53 estabeleceu o prazo de 14 anos, a partir de sua promulgação, para a vigência do fundo, expirando, portanto, em 31 de dezembro de 2020. O FUNDEB foi restabelecido pela EC nº 108, promulgada em agosto de 2020, sendo regulamentado pela Lei nº 14.113, que entrou em vigor no mês de dezembro de 2020. O Decreto que regulamentou o novo FUNDEB foi assinado em 22 de março de 2021.

O FUNDEB promove, de um lado, a constituição de 27 fundos estaduais e, de outro lado, a distribuição dos recursos com base no número de alunos matriculados na Educação Básica, de acordo com os dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 211, da CFB). Com as novas regras, está prevista a revisão dos critérios de distribuição dos recursos a cada 10 anos, sendo que a primeira revisão deverá ocorrer no sexto ano de vigência das atuais regras, isto é, em 2026.

O Fundo da Educação é constituído por recursos próprios dos Estados e dos Municípios. Tem-se, além disso, uma complementação da União, que visa reduzir as disparidades de financiamento entre os diversos estados, garantindo um Valor Anual por Aluno mínimo a ser investido na educação básica (VAAF).

Os Municípios participam com 20% de uma cesta de fontes: do Fundo de Participação dos Municípios – FPM; da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS²⁴; da cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI-Exp.; da cota-parte do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; do Imposto Territorial Rural – ITR; da Lei Kandir; e das receitas da dívida ativa e dos juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.²⁵

Os Estados participam com 20% também de uma cesta de fontes: do Fundo de Participação dos Estados – FPE; do ICMS líquido; da cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados, da cota-parte do IPI-Exportação; do IPVA líquido; do ITCMD; da Lei Kandir; e das receitas da dívida ativa e dos juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Há a complementação por parte da União quando o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente (art. 60-V do ADCT). Não há um valor fixo de transferência, mas um mínimo. Até o final de 2020, o percentual de complementação da União alcançava o patamar máximo de 10% do total da contribuição de Estados, Distrito Federal e Municípios ao Fundo.

Com o novo FUNDEB, o percentual de participação da União no financiamento da educação básica se elevou de 10% para 23%. Porém, o aumento é gradual. Em 2021, o percentual passa para 12%; em 2022, 15%; em 2023, 17%; em 2024, 19%; em 2025, 21%; e, a partir de 2026, 23%. A contar de 2026, a complementação federal será distribuída da seguinte forma: i) 10% de acordo com o VAAF; ii) 10,5% de acordo com o Valor Aluno por ano Total (VAAT); e; iii) 2,5% de acordo com os resultados educacionais.

Para 2022, a previsão dos recursos do FUNDEB totalizam R\$ 236,0 bilhões, sendo R\$ 205,3 bilhões provenientes das contribuições dos Estados, DF e dos Municípios, o equivalente a 87% do total. A complementação da União será em duas modalidades: 1) R\$ 20,5 bilhões referentes a 10% da complementação federal alocados pelo VAAF; e 2) R\$ 10,2 bilhões relativos a 5%, do mínimo de 10,5% a ser alcançado em 2026, distribuídos pelo VAAT, que considera, além dos recursos do Fundeb, todas as receitas disponíveis vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

Os recursos do FUNDEB destinam-se ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido (regular, especial ou de jovens e adultos), da sua duração (ensino fundamental de 8 ou de 9 anos), da idade dos alunos (crianças, jovens ou adultos), do turno de atendimento (matutino, vespertino ou noturno) e da localização da escola (urbana, rural, área indígena ou quilombola), observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritária dos Estados e Municípios, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º, do art. 211, da CFB.

A aplicação desses recursos, pelos gestores estaduais e municipais, deve ser direcionada levando-se em conta a responsabilidade constitucional, que delimita a atuação dos Estados e Municípios em relação à Educação Básica. Os Municípios receberão os recursos do FUNDEB com base na proporção do número de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

²⁴ Com a nova regra, no mínimo, 65% da cota-parte do Município serão com base nas atividades econômicas relativas à sua área territorial, e de 25% a 35% serão repassados de acordo com lei estadual tendo como “base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos” (inciso II do art. 1º da EC nº 108/2020).

²⁵ A EC nº 108/2020 não faz menção sobre se as receitas da dívida ativa e dos juros e multas integrarão o financiamento do FUNDEB.

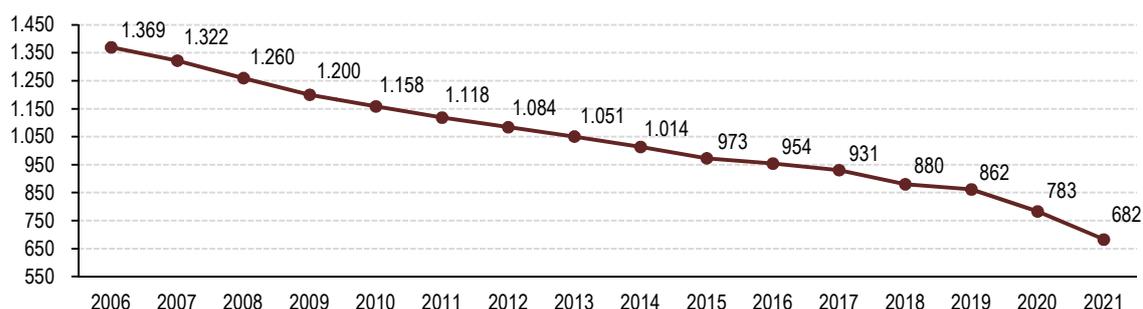
Os Estados, com base na proporção do número de alunos do ensino fundamental e médio, sendo o mínimo de 70% direcionado para a remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica pública; o restante dos recursos, para outras despesas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica.²⁶

As perdas do estado com o FUNDEF/FUNDEB

Antes da criação do FUNDEB, existia o FUNDEF, implantado em janeiro de 1998. Durante todo o período de vigência do FUNDEF/FUNDEB, criados por legislação federal, o Estado contribuiu com mais recursos do que obteve em retorno. Dadas as regras de funcionamento, os montantes aportados são superiores aos retornados, assim, o Estado computa perdas ao longo de todos os anos. Tais perdas decorrem de dois fatores principais: (i) os aumentos reais nas receitas vinculadas aos aportes para o fundo; e (ii) o flagrante decréscimo no número de matrículas, resultado do fenômeno da transição demográfica.

A **Figura 14** exibe a quantidade de alunos matriculados nas escolas estaduais do RS entre 2006 e 2021. Em 2006, eram 1,369 milhão de alunos; em 2021, o número caiu para 682 mil alunos. Veja que, ao longo de 16 anos, a rede pública estadual perdeu 687 mil alunos, representando uma queda de 49,8%.

Figura 14 - Alunos matriculados nas escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul (mil alunos)



Fonte: Censo Escolar da Secretaria da Educação do Estado RS.

Nota: Em 2020 e em 2021, os dados foram coletados diretamente na Secretaria Estadual de Educação. Os demais, no Censo Escolar.

A **Tabela 26** levanta as perdas do Estado do Rio Grande do Sul no FUNDEB. Em 2021, aportou-se ao Fundo da Educação a quantia de R\$ 8,357 bilhões; contudo, o retorno foi de apenas R\$ 5,571 bilhões, resultando em uma equação negativa de R\$ 2,786 bilhões, equivalente a 5,2% da RCL, maior patamar de perdas de toda a série histórica. Caso o valor dessa perda (R\$ 2,786 bilhões) fosse revertido para o caixa do Estado, seria suficiente para, por exemplo, pagar um mês e meio de salário líquido a todos os servidores do Estado. No período entre 2012 e 2021, o Estado teve perdas para o FUNDEB de R\$ 14,547 bilhões, em valores nominais.

Tabela 26 - Perdas do Estado com o fundo da educação (em valores nominais) - R\$ milhões

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Transferência do FUNDEB	3.088	3.436	3.712	3.866	4.158	4.170	4.483	4.411	4.350	5.571	41.245
Deduções para o FUNDEB	3.808	4.288	4.612	4.923	5.355	5.590	6.184	6.311	6.364	8.357	55.792
Perdas com o FUNDEB	720	852	900	1.057	1.197	1.420	1.701	1.900	2.014	2.786	14.547
% Perdas FUNDEB / RCL	3,0	3,2	3,1	3,5	3,5	4,1	4,5	5,0	4,8	5,2	-

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

²⁶ Com a EC nº 108/2020, o artigo 212 da Constituição Federal – que estabelece como deve ser a aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) – teve acrescido do parágrafo 7º, que prevê: “É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões”.

A DÍVIDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO

Com base nos termos do protocolo de intenções, firmado em 20 de setembro de 1996, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul concordou em refinanciar junto à União toda a sua dívida mobiliária e quase a totalidade da dívida contratual existente na época. A autorização dessa operação foi dada através da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Lei Estadual nº 10.920, de 03 de janeiro de 1997, e da Resolução do Senado Federal nº 104, de 19 de dezembro de 1996. O acordo foi assinado por meio do Contrato nº 014/1998, no âmbito do **Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados**.

As principais cláusulas contratuais originárias foram as seguintes: (i) a atualização monetária pela variação do IGP-DI; (ii) a taxa de juros de 6% ao ano, sendo os juros calculados e debitados mensalmente; (iii) o sistema de amortização pela Tabela Price; (iv) as garantias são as receitas próprias e as transferências constitucionais; (v) o prazo de pagamento de 30 anos; e (vi) o saldo devedor, caso houver, seria prorrogado por mais 10 anos. A **Tabela 27** mostra o valor original da dívida do Estado, que foi objeto de renegociação.

Tabela 27 - Valor original da dívida do Estado do Rio Grande do Sul refinanciada junto à União - R\$ milhões

Especificação	Refinanciamento Principal	PPROES	Refinanciamento Resíduo	Fundação BANRISUL Contrapartida PROES	FINAME	BNDES	TOTAL
Valores Refinanciados	8.098	2.810	873	613	58	84	12.536

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS (Ano de 1999 - fl. 97).

A partir de 2000, entrou em vigor o limite para o pagamento do serviço da dívida contratual (amortização mais juros), no patamar de até 13% da Receita Líquida Real (RLR). Quando o serviço da dívida ultrapassasse esse limite, a diferença – chamada de resíduo – deveria ser agregada ao estoque da dívida, a ser paga a partir do final do prazo estipulado no contrato, em março de 2028. As diferenças não pagas das prestações mensais, que excedessem o limite de 13,0% da RLR, seriam pagas em 120 prestações mensais, ou seja, com prazo de 10 anos, somente a partir de abril de 2028, encerrando-se em março de 2038.

O acúmulo de saldo devedor, gerado pelo resíduo, decorria de dois fatores: (i) o pagamento da prestação mensal do contrato era inferior à prestação devida, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor; e (ii) o saldo devedor era crescente pela atualização monetária, incidindo o indexador mensalmente. Pelos termos contratuais estabelecidos, a dívida do Estado cresceu de forma exponencial. Dessa forma, os Estados endividados, que assinaram acordos com a União no âmbito do programa acima referido, pleiteavam mudança de cláusulas contratuais tais como a utilização de um novo indexador e a redução da taxa de juros. O argumento era simples: a dívida, ao final do contrato, tornar-se-ia impagável.

Em novembro de 2014, a União sancionou a Lei Complementar nº 148, que fez valer o IPCA mais 4% ao ano ou a Taxa SELIC, o que for menor, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013, em substituição ao IGP-DI mais 6% ao ano. O Decreto nº 8.616 regulamentou a Lei Complementar nº 148, estabelecendo a definição do CAM. A Lei Complementar nº 156 estabeleceu o Plano de Auxílio aos Estados e ao DF, que entre outras coisas, autorizou o alongamento da dívida com a União por 240 meses e o escalonamento das prestações no período jul/16 a jun/18.

As prestações estão sendo calculadas mensalmente com base na Tabela Price, sendo que não há mais o limitador de 13% da Receita Líquida Real sobre as prestações nem a geração de resíduo. Em relação à amplitude contratual da dívida dos Estados com a União, a Lei Complementar nº 156 alongou os prazos por mais 20 anos, até abril de 2048.

Em tese, as novas regras nasceram com a perspectiva positiva de equacionar parte do problema do estoque da dívida, surtindo seus efeitos no término do contrato, tanto mais favorável quanto menor for o IPCA e a Taxa SELIC. No médio prazo, poderá abrir margem ao Estado retomar as contratações de operações de crédito, assim que a Dívida Consolidada Líquida do Estado for menor do que 2 vezes a Receita Corrente Líquida. É importante frisar que, a partir de 1º de julho de 2016, com a aplicação do art. 1º da LC nº 156, a dívida do Estado com a União foi consolidada, não sendo mais classificada em intralimite e extralimite.

No acordo firmado através da Lei Complementar nº 156, de 28/12/16, foi concedida ainda a suspensão do pagamento das parcelas entre julho e dezembro de 2016. A contar de janeiro de 2017 até junho de 2018 (18 meses), as prestações voltariam a ser pagas na proporção de 5,55% ao mês, de forma cumulativa e crescente, até chegar aos 100%. Contudo, a partir de julho de 2017, por amparo de medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, o Estado do Rio Grande do Sul deixou de pagar as parcelas mensais, antecipando a discussão sobre uma possível adesão ao Regime de Recuperação Fiscal – RRF.

O Regime de Recuperação Fiscal, aprovado pela Lei Complementar nº 159, de maio de 2017, visava fornecer aos Estados com grave desequilíbrio financeiro os instrumentos para o ajuste de suas contas. Três indicadores são levados em conta para determinar se um Estado se encontra em uma situação de desequilíbrio financeiro: i) a Receita Corrente Líquida – RCL anual menor do que a Dívida Consolidada ao final do último exercício; ii) o somatório das suas despesas com pessoal, juros e amortizações ser igual ou maior que 70% da RCL; e iii) o valor total de obrigações ser superior ao valor das disponibilidades de caixa. Assim, só poderá aderir ao RRF o Estado que cumprir as três exigências conjuntamente.

Segundo a Secretaria da Fazenda do RS, durante os anos de 2020 e 2021, o Estado do RS continuou o acompanhamento de proposições técnicas e legislativas sobre os temas da dívida pública e das finanças estaduais, no âmbito da Federação. Cabe destacar a manutenção do propósito de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, no entanto, com as negociações no Congresso avançando em torno de modificações importantes sobre o tema, consubstanciadas no Projeto de Lei Complementar nº 101/20 (PLP nº 101/20), as negociações diretas com o Governo Federal avançaram nos últimos meses de 2021.

O PLP nº 101/20, apresentado em abril de 2020, retomou pontos do Projeto de Lei Complementar nº 149/19, que continha o chamado Plano Mansueto e alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal e no Regime de Recuperação Fiscal. O PLP nº 149/19 recebeu substitutivo e acabou mudando no trâmite legislativo profundamente, transformando-se no **projeto de medidas de apoio emergencial aos entes federados**, em razão da pandemia de coronavírus, e aprovado na forma da Lei Complementar nº 173/2020. O PLP nº 101/20 foi aprovado somente em dezembro de 2020 no Congresso, e sancionado em janeiro de 2021, sob a forma da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021.

Ainda em 2020, a Lei Complementar nº 173, de 29 de maio de 2020, instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (SARS-CoV-2). Entre as medidas, destacam-se (i) a suspensão de pagamentos, entre março a dezembro de 2020, das dívidas dos Estados, Distrito Federal e Municípios contratadas com a União; (ii) o afastamento de disposições, limites e condições da Lei de Responsabilidade Fiscal e outros dispositivos legais, durante o estado de calamidade pública para o enfrentamento da covid-19, relaxando o cumprimento de itens de controle fiscal; (iii) a suspensão de pagamentos de Estados, DF e Municípios, de empréstimos internos e externos com o sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito, devidos em 2020; e (iv) a entrega pela União de auxílio financeiro aos Estados, DF e Municípios, em

quatro parcelas mensais e iguais, no valor de R\$ 60 bilhões, para aplicação em ações de enfrentamento à covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros.

A Lei Complementar nº 178/21 tem como objetivo a promoção do equilíbrio fiscal de Estados e Municípios, bem como fazer cumprir o compromisso de pagamento das dívidas contraídas com a União. Ficaram estabelecidos o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PATF) e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal – PEF. A norma altera as Leis Complementares nºs 101/2000, 156/16 e 159/17. A adesão do Estado ao PATF é condição para a pactuação do PEF com a União. O Programa poderá estabelecer limites individualizados para contratação de dívidas em percentual da receita corrente líquida, de acordo com a capacidade de pagamento, conforme metodologia a ser definida pelo Ministério da Economia.

O PEF conterá conjunto de metas e de compromissos pactuados entre a União e cada Estado com o objetivo de promover o equilíbrio fiscal e a melhoria das respectivas capacidades de pagamento. Destaca-se que o Ministério da Economia disporá sobre a metodologia de cálculo e a classificação da capacidade de pagamento dos Estados.

A norma prevê que poderá ser firmado termo aditivo para prolongar a validade do “teto de gastos” para os exercícios de 2021 a 2023, em relação às despesas primárias correntes em 2020, limitando o crescimento anual das despesas primárias correntes à variação do IPCA. Além disso, a LC nº 178/21 determinou que a União fica impedida, até 30 de junho de 2021, de aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento da limitação do “teto de gastos” e de exigir a restituição prevista. Posteriormente, o prazo foi ampliado para 31 de dezembro de 2021 pela LC nº 181/21. A LC nº 178/21 amplia o prazo de vigência do Regime de Recuperação Fiscal para até nove exercícios financeiros.

Entre as alterações do Regime de Recuperação Fiscal, a LC nº 178/21 autoriza a União a celebrar com o Estado, cujo pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal tenha sido aprovado, nos termos do art. 4º, contrato de refinanciamento dos valores não pagos em decorrência da aplicação do art. 9º e do disposto na alínea “a” do inciso II do art. 4º-A. O pagamento será em parcelas mensais e sucessivas, apuradas pela Tabela Price, e prazo de 360 meses.

A norma autoriza ainda a União a celebrar, com os Estados, contratos específicos com as mesmas condições financeiras do contrato previsto no art. 9º-A da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, com prazo de 360 meses, a fim de refinar os valores inadimplidos em decorrência de decisões judiciais proferidas em ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2019.

A norma altera o requisito referente às despesas para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal: a) despesas correntes superiores a 95% da receita corrente líquida aferida no exercício financeiro anterior ao do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal; ou b) despesas com pessoal, que representem, no mínimo, 60% da receita corrente líquida aferida no exercício financeiro anterior ao do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

A **Tabela 28** apresenta toda a evolução da dívida estadual com a União, entre 1998 e 2021. Em 2021, a dívida totalizou R\$ 73,7 bilhões, aumento de 6,75% em relação a 2020. Em 2020, a dívida representou 14,6% do PIB gaúcho.

Tabela 28 - Demonstrativo do estoque total da dívida do Estado contratada junto à União - R\$ milhões

Especificação	Dívida Intralimite	Dívida Extralimite	Resíduo	Saldo de Liminar STF	Total do Estoque	PIB-RS	% Estoque/ PIB RS
1998	9.244	0	322	0	9.566	67.673	14,1
1999	10.908	0	873	0	11.781	74.016	15,9
2000	11.426	892	1.099	0	13.417	81.815	16,4
2001	12.498	976	1.736	0	15.210	92.310	16,5
2002	15.128	1.189	2.785	0	19.102	105.487	18,1
2003	16.102	1.265	3.842	0	21.210	124.551	17,0
2004	17.562	1.380	5.217	0	24.159	137.831	17,5
2005	17.948	1.411	6.434	0	25.793	144.218	17,9
2006	18.475	1.454	7.747	0	27.676	156.827	17,6
2007	19.247	1.515	9.280	0	30.041	176.615	17,0
2008	20.847	1.571	11.485	0	33.903	199.494	17,0
2009	19.901	1.500	12.359	0	33.760	215.864	15,6
2010	21.361	795	14.884	0	37.040	241.256	15,4
2011	21.790	811	16.823	0	39.423	264.969	14,9
2012	22.496	837	19.285	0	42.619	287.056	14,8
2013	22.759	847	21.625	0	45.231	332.293	13,6
2014	22.616	842	23.723	0	47.181	357.816	13,2
2015	23.559	877	27.182	0	51.617	381.985	13,5
2016	25.149	936	30.650	687	57.421	408.645	14,1
2017					58.572	423.270	13,8
2018					63.006	457.294	13,8
2019					66.915	475.175	14,1
2020					69.064	473.419	14,6
2021					73.723	ND	ND

Fonte de dados brutos: Relatório Anual da Dívida Pública Estadual, publicado pela Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Os PIBs do Estado do Rio Grande do Sul foram divulgados pela extinta FEE/RS e pela SPGG/RS-DEE.

Nota: Os PIBs do RS dos anos de 2019 e 2020 são ainda preliminares. Já o de 2021, ainda não foi divulgado.

Por fim, frisa-se novamente que, em todo o período no qual está sendo concedida a liminar (de julho de 2017 até dezembro de 2021), o Estado deixou de pagar para a União R\$ 14,54 bilhões (R\$ 1,0 bilhão em 2017, R\$ 3,20 bilhões em 2018; R\$ 3,45 bilhões em 2019, R\$ 3,47 bilhões em 2020 e R\$ 3,42 bilhões em 2021). Enquanto a liminar estiver vigorando, a dívida do Estado com a União continua acumulando estoque.

O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RS

O regime próprio de Previdência Social (RPPS)

O Sistema Previdenciário brasileiro compõe-se, basicamente, de três regimes: (i) o Regime Geral de Previdência Social – RGPS (art. 201, da Constituição Federal), gerido por uma autarquia federal, que é o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, de caráter obrigatório e financiado pela repartição simples; (ii) os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS (art. 40, da CF), geridos pelos entes federados (União, Estados e Municípios), utilizando-se tanto dos sistemas de repartição simples como de capitalização, bem como de sistemas mistos; e (iii) Regimes de Previdência Complementar – RPC (art. 202, da CF), também denominados de previdência privada ou fundos de pensão, de caráter facultativo, podendo ser abertos a qualquer participante interessado, ou fechados, voltados a participantes de um determinado grupo.

A CF de 1988 lançou as bases da reforma da previdência do serviço público, definindo os princípios fundamentais a serem observados na gestão dos regimes próprios. Nesse sentido, o art. 40 estabelece que: “O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial”.

O parágrafo 20, do referido artigo, veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos

os Poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar que trata o § 22.

A Lei Federal nº 9.717/98 definiu os principais requisitos do RPPS, dentre os quais se destacam o financiamento, mediante recursos do ente, dos servidores ativos, inativos e pensionistas. A escrituração contábil deverá ser baseada em plano específico de contas e na existência de conta de Fundo distinta da conta do Tesouro. Estabelece, igualmente, que o descumprimento das disposições pode implicar a suspensão das transferências voluntárias de recursos da União, assim como impedimento para celebrar convênios, acordos ou contratos.

Com a finalidade de adequar-se aos dispositivos normativos, o Estado do Rio Grande do Sul editou a LC nº 12.065/04, que alterou as contribuições mensais para o RPPS. Assim, a alíquota de contribuição dos servidores ativos passou para 11% sobre os respectivos salários de contribuição, igualmente para os inativos e pensionistas, que pagavam esse mesmo percentual, porém somente sobre o que exceder ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Em relação à parcela patronal, o artigo 2º, da referida Lei Complementar, fixou a transferência do Estado na proporção do dobro da contribuição de seus servidores, ou seja, 22,00%. Também autorizou, em seu artigo 3º, o repasse pelo caixa do Tesouro de eventual diferença entre o valor necessário para o pagamento dos benefícios e o valor das contribuições, em decorrência de recolhimentos insuficientes.

Após várias discussões judiciais, a partir de abril de 2013, a alíquota das contribuições foi majorada para 13,25%, tanto para servidores civis como para militares, através das Leis nº 14.015 e nº 14.016, de 21 de junho de 2012. Por meio das Leis nº 14.967 e nº 14.968, de 29 de dezembro de 2016, a alíquota de contribuição previdenciária teve nova elevação, passando para 14,0% para todo o funcionalismo, com entrada em vigor a partir de abril de 2017.

Com a aprovação da LC nº 15.429, de 22 de dezembro de 2019, as contribuições dos servidores ativos civis passaram a ter alíquotas progressivas entre 7,5% a 22,0%, conforme tabela de rendimentos, a contar de abril de 2020. Para os aposentados e pensionistas, as alíquotas de contribuição são as mesmas dos servidores ativos civis, e passam a ser recolhidas no que exceder a um salário-mínimo nacional. Posteriormente, com a LC nº 15.602, de 16 de março de 2021, a partir de julho de 2021, as alíquotas dos servidores ativos, inativos e pensionistas militares passaram a ser idênticas às aplicadas aos civis.

Na Proposta Orçamentária de 2019, pela primeira vez, todos os poderes e órgãos autônomos do Estado elaboraram orçamento de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 15.143, de 05 de abril de 2018, isto é, registrando nos respectivos Órgãos de origem as dotações destinadas ao pagamento dos inativos, em Unidade Previdenciária Descentralizada – UPD, integrante do Regime Próprio de Previdência do Estado e discriminando os valores das contribuições patronais e de eventuais insuficiências.

Ressalva-se que, no orçamento de todos os órgãos estaduais, estão consignadas as dotações correspondentes às contribuições patronais para o RPPS/RS e para a cobertura de insuficiência financeira, decorrente da diferença entre as receitas das contribuições e as despesas totais com o pagamento de inativos e pensionistas, lançadas também como receitas no orçamento do Órgão IPE-Prev. Essa alteração na sistemática de registro orçamentário das contas do RPPS/RS torna transparente a chamada “dupla-contagem contábil”, que são as transferências intraorçamentárias.

Os sistemas de Repartição Simples e de Capitalização

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul – RPPS-RS é organizado e financiado mediante dois sistemas, sendo um de repartição simples e outro de capitalização. A aprovação das Leis Complementares nº 13.757 e nº 13.758, ambas de 15 de julho de 2011, permitiu a segregação de massas dos segurados, com a instituição dos Fundos Previdenciários Militar e Civil – FUNDOPREV/MILITAR e FUNDOPREV. Desta forma, os servidores que ingressaram no serviço público a partir de 18/07/2011 (data de entrada em vigor das respectivas leis) ficaram vinculados aos FUNDOPREV's – Civil e Militar (Capitalizados).

No **Sistema de Repartição Simples**, os recursos das contribuições dos servidores e a contrapartida patronal são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões. O Estado do Rio Grande do Sul contribui com a parte patronal, na proporção de duas vezes a contribuição do segurado.

No **Sistema de Capitalização**, os recursos das contribuições dos servidores e a contrapartida patronal são acumulados para pagamento dos futuros benefícios de aposentadorias e pensões. A contribuição patronal do Estado do Rio Grande do Sul para os Fundos Previdenciários é paritária.

A Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, criou o **Regime de Previdência Complementar** – RPC, para os novos servidores civis. Para a implantação e estruturação desse regime complementar, foi criada a entidade fechada denominada de Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-PREV. O RPC permite também a adesão dos antigos servidores, nos termos da Lei.

A regra do Regime de Previdência Complementar é prevista para os servidores civis de cargos efetivos que tomaram posse a partir de 19 de agosto de 2016, data de sua homologação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O servidor contribuirá com percentual de sua remuneração até o valor máximo do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

De outro lado, o Estado deve arcar com o mesmo percentual de aporte. Uma vez aposentado, o servidor receberá do Estado um benefício que estará limitado ao teto do RGPS, conforme a média de suas remunerações. Para ter um benefício maior, o servidor poderá aderir à Previdência Complementar, contribuindo sobre o que exceder ao referido teto do RGPS. No caso de adesão do servidor, o Estado contribuirá com o mesmo valor pago pelo servidor (1 por 1), limitado a 7,5% da base de contribuição.

A adesão ao plano de previdência complementar, porém, é opcional. O servidor poderá buscar outra previdência privada, em instituições financeiras de mercado, caso preferir não aderir à Previdência Complementar patrocinada pelo Estado. Porém, receberá do Estado, através do IPE Prev, apenas até o limite máximo do RGPS e não contará com a contribuição do Estado em outro plano de previdência complementar.

Para o Regime de Previdência Complementar, foi criado um Comitê Gestor para cada plano de benefícios complementares e um Comitê de Investimentos. O Comitê Gestor é o órgão responsável pela definição da estratégia das aplicações financeiras e acompanhamento do respectivo plano de benefícios previdenciários, que poderá ser administrado por gestão própria, entidade autorizada, credenciada ou mista.

Por meio da **Lei Complementar nº 15.511, de 24 de agosto de 2020**, foi alterada a data de corte da segregação de massas dos segurados civis, conforme previsto originalmente na LC nº 13.758/2011,

resultando na transferência de cerca de 17 mil vínculos de servidores civis do FUNDOPREV para o Fundo Financeiro. A data de corte foi alinhada com a data de publicação do ato de instituição do RPC (19/08/2016).

A referida norma também autorizou a utilização de parte dos recursos recolhidos ao FUNDOPREV Civil correspondentes às contribuições previdenciárias dos servidores, à contrapartida patronal paritária e aos rendimentos das aplicações financeiras referentes ao grupo de servidores transferidos para o Fundo Financeiro Civil, como aporte para o pagamento de benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão.

Criou também um Benefício Especial, de caráter estatutário e compensatório, aos servidores e membros de Poder, como forma de incentivo à migração ao RPC/RS, proporcional ao tempo que o servidor ficou vinculado ao RPPS antes da migração ao Regime de Previdência Complementar, a ser pago pelo Estado do Rio Grande do Sul, na forma de regulamento. Importante referir que não houve, até o momento, a transferência de recursos do FUNDOPREV para o Fundo Financeiro.

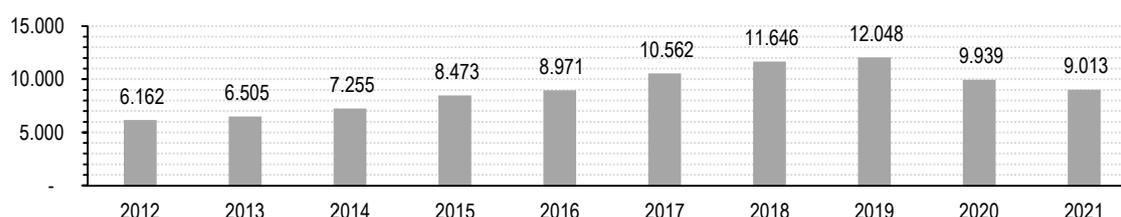
O déficit previdenciário do Sistema de Repartição Simples

Como explicitado acima, no Sistema de Repartição Simples, cujos vínculos com o Estado deram-se até 18 de agosto de 2016, para os servidores civis, e até 17 de julho de 2011, para os servidores militares, os recursos das contribuições dos servidores ativos são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões, sendo que o Estado contribui com a parte patronal, na proporção de duas vezes a contribuição do segurado. Todavia, as contribuições (pessoal e patronal) são insuficientes para a cobertura dos benefícios previdenciários, o que resulta no chamado "**déficit previdenciário financeiro**". Dessa forma, o caixa do Tesouro suplementa mensalmente a diferença.

Desde 2000, os proventos de aposentados e pensionistas já superavam as contribuições sobre os vencimentos do pessoal ativo. Ao final de junho de 2021, a Administração Direta e Indireta do Estado possuía 361.729 matrículas, com 139.142 ativas contra 222.587 de aposentados, pensionistas e outros. Em um período de 20 anos, em média, mais de 2,4 mil novas matrículas líquidas anuais foram para a inatividade. Ressalva-se que, no sistema de repartição simples, o ideal é ter uma proporção de 5 ativos contribuindo para cada 1 inativo. Em 30/06/2021, de cada 10 matrículas, 3,85 matrículas eram ativas, e 6,15 matrículas eram inativas, uma equação totalmente desigual.

A **Figura 15** mostra a evolução do déficit previdenciário – plano financeiro – entre 2012 e 2021. Em 2012, o déficit contabilizado foi de R\$ 6,2 bilhões; em 2019, R\$ 12,0 bilhões. Em 2020, o mesmo foi reduzido para R\$ 9,9 bilhões, em função das reformas previdenciária e administrativa. Em todo esse período (10 anos), o rombo acumulado do sistema previdenciário gaúcho atingiu o montante de R\$ 90,6 bilhões, em valores nominais.

Figura 15 - Déficit Previdenciário – Plano Financeiro (em valores nominais) - R\$ milhões



Fonte: Balanço Geral do Estado/ CAGE-RS.



Com a aprovação das reformas previdenciária e administrativa, pode-se ver os seus efeitos positivos alcançados já em 2020, primeiro ano de vigência da mudança, quando se verificou uma queda significativa do déficit previdenciário. Contudo, no longo prazo, somar-se-ão ainda os efeitos positivos do Regime de Previdência Complementar.

Registre-se também que a Lei Complementar nº 15.602, de 16 de março de 2021, alterou a previdência dos militares, ampliando a base de cálculo e as alíquotas previdenciárias progressivas para manter equivalência com as alíquotas civis aprovadas no final de 2019 pela Assembleia.

Atualmente, o desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está, justamente, associado ao sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, o Estado não buscou formas de financiar os gastos futuros com aposentadorias e pensões, através, por exemplo, da criação de um fundo previdenciário, visto que as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal não são suficientes para pagar o seu custeio.

Uma série de fatores contribuiu para que o Estado apresente atualmente um comprometimento com gastos previdenciários tão expressivos em relação à RCL, destacando-se: (i) a elevada expectativa de vida da população gaúcha; (ii) o perfil envelhecido do funcionalismo ativo estadual, que reflete o próprio envelhecimento da população gaúcha como um todo; (iii) a constituição de uma máquina pública décadas antes da maioria dos demais estados brasileiros; (iv) a situação conjuntural da economia brasileira e gaúcha que, entre 2014 e 2021, passou por três das maiores crises da história, refletindo diretamente na arrecadação tributária, em nível federal, estadual e municipal; e (v) as regras previdenciárias especiais voltadas, especialmente, às funções de segurança e educação com grande contingente de beneficiários.

As reformas previdenciária e administrativa estão promovendo uma queda lenta e gradual no déficit previdenciário, tendo em vista os seguintes fatores: (i) a majoração das contribuições; e (ii) a mudança da idade de jubilação dos servidores civis, atualmente aos 62 anos, para a mulher, e aos 65 anos, para o homem, exceto os casos especiais.

RS PARCERIAS E PROGRAMA AVANÇAR

Este capítulo, inicialmente, trata do programa RS Parcerias, o qual busca estimular o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, por meio de investimentos privados, visando à melhoria dos serviços públicos. Para esse fim, muitos foram os avanços nos últimos anos em relação à promoção de privatizações, concessões e parcerias público-privadas (PPPs) no Estado, ampliando os investimentos e fortalecendo a qualidade dos serviços públicos. Ao final, o capítulo segue trazendo informações sobre o Programa Avançar, lançado no segundo semestre de 2021, o qual prevê ações e investimentos a serem aplicados em diversas áreas até o final de 2022. O programa contempla obras e serviços em segurança pública, saúde, educação, cultura, inovação e esporte, entre outras áreas. As medidas visam acelerar o crescimento econômico e melhorar a qualidade da prestação de serviços à população gaúcha, além de tornar o Estado mais atrativo para investimentos, com geração de emprego e renda.

CONCESSÕES E PPPs

Em relação a concessões e parcerias público-privadas (PPPs), o Estado do Rio Grande do Sul conta com uma extensa carteira de projetos, composta por estradas e rodovias administradas pela Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) e pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), pelo Zoológico de Sapucaia do Sul, pela Rodoviária de Porto Alegre, além da primeira PPP de um presídio no País, que será construído em Erechim. O Cais Mauá de Porto Alegre e os Aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo também estão inseridos na carteira atual de projetos, especificada a seguir. Adicionalmente aos projetos que já fazem parte da carteira, há a previsão de assinatura de contrato com o BNDES para a modelagem de projetos para parques ambientais e ativos imobiliários.

RSC-287

A modelagem da concessão da Rodovia RSC-287 foi definida a partir de estudos técnicos realizados por consórcio contratado com recursos advindos de financiamento junto ao Banco Mundial, dentro do Programa PROREDES BIRD, em maio de 2017. O Governo do Estado concluiu, em 18 de dezembro de 2020, o leilão de concessão da RSC-287, rodovia que corta o Estado de leste a oeste, da Grande Porto Alegre até a região Central, mais especificamente, entre Tabaí e Santa Maria. Entre as quatro propostas concorrentes, o consórcio vencedor da disputa na Bolsa de Valores B3, em São Paulo, apresentou a menor proposta de tarifa de pedágio, no valor de R\$ 3,36, ou seja, um deságio de 54,41% do teto estipulado na licitação. Durante os próximos 30 anos, a empresa deverá investir R\$ 2,7 bi, sendo R\$ 1 bi já nos primeiros 10 anos, e cumprir o cronograma de obras, incluindo a duplicação dos 204,5 quilômetros de extensão nos dois sentidos de fluxo, beneficiando diretamente 12 cidades. A empresa que venceu a licitação assinou o contrato com o Governo em julho e assumiu a rodovia em agosto de 2021 para administrar as duas praças já existentes – em Venâncio Aires (km 86) e Candelária (km 131). A cobrança nas demais praças – em Tabáí (km 47), Paraíso do Sul (km 168) e Santa Maria (km 214) – só deve ocorrer a partir do primeiro mês do segundo ano da concessão. Os trabalhos iniciais das obras na rodovia começaram no quarto trimestre de 2021.

ESTRADAS EGR E DAER

Em maio de 2019, o Estado firmou Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o planejamento da estruturação de projetos de desestatização, indicando preliminarmente a oportunidade de concessão de rodovias e, em janeiro de 2020, foi firmado contrato com BNDES para prestação de serviços relacionados à estruturação de projeto de concessão de 1151,6 km de rodovias, sendo 758 km administrados pela EGR e 393,6 km administrados pelo DAER. O consórcio contratado pelo BNDES está realizando os estudos de modelagem do projeto de concessão, o qual prevê a estruturação de concessão dos serviços de operação, exploração, conservação, manutenção, melhoramentos e ampliação da infraestrutura de transportes dos seguintes trechos rodoviários demonstrados nas **tabelas abaixo**:

Tabela 29 - Rodovias administradas pela EGR a serem beneficiadas pelo consórcio contratado pelo BNDES

Rodovias EGR	Trecho	Km inicial	Km final	Extensão (Km)
ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso Norte a São Francisco de Paula	89,05	95,4	6,35
ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso a Três Coroas	67,18	89,05	21,87
ERS-040	Entr. ERS-118 (P/Passo do Fúza) - Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	11,24	94,85	83,61
ERS-115	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	0	41,97	41,97
ERS-122	Entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) - Entr. ERS-446 (P/São Vedelino)	0	39,09	39,09
ERS-122	Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul) - Entr. ERS-437 (A) (Antônio Prado)	80,04	129,71	49,67
ERS-128	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabai) - Entr. RSC-453 (Teutônia)	13,89	30,27	16,38
ERS-129	Entr. ERS-130 (P/Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporé)	67,55	126,83	59,28
ERS-130	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) - Entr. ERS-129 (P/Roca Sales)	69,19	97,27	28,08
ERS-135	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) - Entr. BRS-153 (A) (P/Erechim)	0	78,33	78,33
ERS-235	Entr. BRS-116 (p/Caxias do Sul - Início Trv-Mun) - Gramado	0	34,64	34,64
ERS-235	Entr. ERS-115 (Gramado) - Canela	34,64	42,31	7,67
ERS-235	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) - Entr. ERS-020 (A) (P/São Francisco de Paula)	42,31	74,49	32,18
ERS-239	Entr. BRS-116 (P/Novo Hamburgo) - Riozinho (Fim TRV-Mun)	13,23	88,77	75,54
ERS-240	Entr. BRS-116 (Vila Scharlau) - Entr. RSC-287/470/ERS-124 (B) (P/ Montenegro)	0	33,58	33,58
ERS-466	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	0	7,22	7,22
ERS-474	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	0	32,64	32,64
ERS-784	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinha)	0	14,75	14,75
RSC-287	Entr. RSC-470(A)/ERS-124(A)/ERS-240(Montenegro) - Entr. ERS-411 (p/ Brochier)	0	7,11	7,11
RSC-453	Entr. BRS-386(B)/ERS-129 (Estrela) - Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	37,97	96,18	58,21
RSC-453	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/Santa Cruz do Sul) - Entr. ERS-130 (A) (p/ Cruzeiro do Sul)	0	29,83	29,83
TOTAL				758,00

Tabela 30 - Rodovias administradas pelo DAER a serem beneficiadas pelo consórcio contratado pelo BNDES

Rodovias DAER	Trecho	Km inicial	Km final	Extensão (Km)
ERS-020	Entr. ERS-118 (P/Gravataí) - Acesso a Três Coroas	3,95	67,18	63,23
ERS-122	Entr. ERS-446 (P/São Vedelino) - Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul)	39,09	80,04	40,95
ERS-122	Entr. ERS-437(B) (Ipê) - Entr. BRS-116 (P/ Campestre da Serra)	129,71	168,65	38,94
ERS-129	Entr. ERS-441 (Guaporé) - Entr. ERS-324(A) (P/Nova Araçá)	126,83	163,34	36,51
ERS-446	Entr. ERS-122 (P/São Vedelino) - Entr. BRS-470 (Carlos Barbosa)	0	14,84	14,84
RSC-287	Entr. RSC-470(A)/ERS-124(A)/240 (Montenegro)-Entr. BRS-386(B) (Tabai)	7,11	21,49	14,38
RSC-453	Entr. BRS-470(B) (P/ Bento Gonçalves) - Acesso a Caxias do Sul	101,43	121,41	19,98
VRS-813	Farroupilha (Início Trv-Mun) - Entr. BRS-470 (Garibaldi)	0	16,44	16,44
ERS-324	Entr. ERS-135 (Passo Fundo) - Entr. BRS-470 (Nova Prata)	188,12	292,13	104,01
BRS-470	Entr. BRS-470 (Nova Prata) - Entr. ERS-441 (P/ Vista Alegre do Prata)	152,87	158,96	6,09
ERS-118	Entr. BRS-116 (P/Canoas) - Entr. ERS-040 (P/ Viamão)	0	38,23	38,23
TOTAL				393,6

As rodovias foram divididas em três blocos, a saber: Bloco 1 (abrange 13,3% da população do RS) – ERS-020, ERS-040, ERS-115, ERS-118, ERS-235, ERS-239, ERS-466 e ERS-474; Bloco 2 (17,5% da população do RS) – ERS-128, ERS-129, ERS-130, ERS-324, RSC-453, ERS-135 e BR-470; e Bloco 3 (12,6% da população do RS). O critério adotado para a divisão dos blocos focou em proximidade geográfica, blocos viáveis sob forma de concessão comum e extensão capaz de atrair o maior número de investidores.

Com essas concessões, o Governo pretende oferecer uma solução de médio e longo prazos para os gargalos de infraestrutura nas regiões, assim como garantir melhores níveis de serviço e fluidez, além de reduzir acidentes e gerar emprego e renda. O projeto prevê a duplicação de 71% da malha viária com pista dupla ou tripla, 808,6 km de acostamentos, 549 adequações em acessos, manutenção frequente do asfalto, ampla sinalização, segurança para pedestres, socorro mecânico e médico 24 horas, entre outros serviços.

Em junho de 2021, foi aberta consulta pública para recebimento das contribuições da população e dos interessados no certame licitatório. O período de consulta pública para a concessão de 1.131 quilômetros de rodovias estaduais à iniciativa privada, promovido pelo Governo do Rio Grande do Sul, encerrou no dia 31 de julho, com o recebimento de 1.446 contribuições por parte da população. Ao todo, foram 878 encaminhadas via *site* da consulta ou audiências públicas, 494 solicitações de prefeituras e 74 por meio de ofícios e manifestações. O processo de escuta da população recebeu sugestões em três audiências públicas virtuais e em mais de 100 reuniões de trabalho (com entidades, associações e classe política, entre outros), além de visitas a diversas regiões do Estado, durante o mês de julho. Além disso, a gestão do Governo realizou *market sounding* para entender a visão do mercado em relação ao projeto. Após o término da consulta pública, os documentos editalícios do bloco 3 foram concluídos e enviados aos órgãos de controle, sendo o edital homologado pela Agência Reguladora do Estado do Rio Grande do Sul (AGERGS) no início do mês de dezembro. O processo foi enviado à Central de Licitações (CELIC) para publicação do edital. Já em relação ao bloco 2, os documentos editalícios foram concluídos e enviados aos órgãos de controle no mês de dezembro. Após o retorno, o processo será enviado à CELIC para publicação do edital. Por fim, o bloco 1 ainda está em fase final de ajustes para posterior envio aos órgãos de controle.

ZOOLÓGICO DE SAPUCAIA DO SUL

Trata-se de uma concessão de bem público em um local de 159 hectares. O investimento prevê qualificação dos espaços dos animais, número mínimo por espécie, qualificação dos serviços veterinários, novos estacionamentos, construção da vila de entrada, novos banheiros e lojas, praça de alimentação e modernização do restaurante. Os serviços previstos são para garantir a proximidade dos usuários com os animais, trenzinho, safari, fazendinha, arborismo, entre outros. O custo total do projeto prevê investimentos privados estimados ao longo da concessão de R\$ 59.366.000,00. Investimento obrigatório de R\$ 25 milhões, com despesas operacionais de R\$ 440.204.454,00. O período da concessão é de 30 anos, sendo 60% das obras a serem realizadas em até três anos.

O edital de concessão foi elaborado por um conjunto de Secretarias Estaduais e publicado novamente em agosto de 2021. A abertura das propostas foi agendada para o dia 17 de novembro, mas não registrou interessados, assim como aconteceu em 2019. Em função disso o Governo está reavaliando o projeto, considerando também que o efeito pandêmico pode ter afetado o sucesso do certame licitatório.

RODOVIÁRIA DE PORTO ALEGRE

O projeto de concessão, por um período de 25 anos, tem investimentos em obras de R\$ 87.398.236,28 e despesas operacionais de R\$ 389.480.742,82, sendo 70% das obras e equipamentos em até três anos. O modelo de contrato é Concessão Comum, e a natureza, investimento privado. O projeto prevê como investimentos a qualificação do *mix* de lojas, climatização de salas de espera, escadas rolantes e

elevadores para Portadores de Necessidades Especiais (PNE), sistemas de segurança e monitoramento, cobertura no embarque de táxi, cobertura no acesso ao TRENURB, retorno alternativo para Av. Mauá, lombofaixa de acesso a estacionamentos, interligação com a passarela, entre outros. Os serviços disponibilizados serão as vendas de passagens presenciais e *on-line*, despacho de encomendas, serviços aos usuários (alimentação, informações e guarda-volumes), operação de embarque e desembarque, manutenção, conservação, limpeza das instalações, serviço de segurança. O edital de concessão foi publicado no mês de maio de 2021. A abertura das propostas foi agendada para o dia 26 de agosto e não registrou interessados. Entende-se que o efeito pandêmico pode ter afetado diretamente o sucesso do certame licitatório. O Governo está reavaliando os ajustes necessários de modo a relançar o edital o mais breve possível.

PRESÍDIO DE ERECHIM

O projeto iniciou com a manifestação de interesse do Estado em participar de projeto-piloto do Governo Federal para melhoria da infraestrutura e da gestão das unidades prisionais, tomando como premissa a ressocialização dos apenados pelo trabalho. Importante ressaltar que as tarefas de segurança e tratamento penal dos apenados seguem sendo prestadas exclusivamente pelo Estado. Em outubro de 2019, a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos informou que o Estado do Rio Grande do Sul havia sido selecionado para participar de projeto-piloto a ser estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 16/09/2020, o Governo do Estado e o BNDES assinaram contrato estruturação de parceria público-privada (PPP) de um novo complexo penal no município de Erechim. Os estudos técnicos de engenharia, econômico-financeiro e jurídico foram finalizados no início de dezembro de 2021, para serem aprovados na próxima reunião do Conselho Gestor de Concessões e PPP (CGCPPP) e para posterior abertura da consulta pública e realização da audiência pública. O projeto prevê a estruturação de PPP, na modalidade de concessão administrativa, para construção, equipagem e manutenção do complexo penal com capacidade máxima de 1.200 presos, do sexo masculino. O presídio, com perfil industrial, será o primeiro em formato PPP no Rio Grande do Sul. Com o apoio do BNDES e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o projeto busca atender as necessidades de infraestrutura e gestão do complexo penal, bem como a redução da reincidência criminal.

CAIS MAUÁ

O Projeto de revitalização do Cais Mauá ocorre no âmbito do Termo de Cooperação FPE nº 314/2020, assinado em fevereiro de 2020, cujo objeto é a cooperação técnica entre os partícipes para o planejamento preliminar da estruturação de projetos de desestatização de ativos imobiliários. A modelagem proposta visa determinar a melhor destinação para a área do Cais, seja por concessão, alienação, PPP, Fundo de Investimento, entre outros. O Cais Mauá situa-se no município de Porto Alegre, às margens do Guaíba, entre a Usina do Gasômetro e a rodoviária, e divide-se nos setores de armazéns, docas e gasômetro. Após a retirada da área da Poligonal do Porto Organizado de Porto Alegre, através da Portaria MINFRA nº 155, de 20 de outubro de 2020, o Cais Mauá passou a ser de propriedade direta do Estado do RS. Segundo laudos do Departamento de Patrimônio do Estado, emitidos em 2020, o conjunto dos setores está avaliado em R\$ 600 milhões. No dia 28 de outubro, o BNDES lançou o *Request for Information* (RFI) do projeto, no intuito de obter informações sobre a capacidade das empresas de mercado de atenderem ao

projeto básico de desestatização. Em paralelo, os técnicos do Estado encaminharam consulta à Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre e à Secretaria Municipal do Meio Ambiente para esclarecer dúvidas a respeito do regime urbanístico vigente. O contrato com o BNDES foi assinado em janeiro de 2021, e os estudos da modelagem estão em fase final. A expectativa é que em janeiro de 2022 a modelagem esteja finalizada.

AEROPORTOS DE PASSO FUNDO E SANTO ÂNGELO

O Governo do Estado publicou, em 14/04/21, o Edital nº 001/2021 de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a concessão dos aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo. O PMI é um instrumento que permite que a iniciativa privada elabore os estudos técnicos e de viabilidade para projetos de concessão. Pelo procedimento, as empresas interessadas financiam os estudos, apresentando o modelo de contrato que será adotado na Concessão e são remuneradas pelo vencedor da licitação. Em 31/11, foram entregues dois estudos de dois interessados autorizados. Os materiais recebidos estão em análise pelas equipes técnicas do Estado. Os estudos buscam apresentar a melhor solução de concessão para os aeroportos, que não envolva o aporte de recursos pelo Estado em sua implementação e que contribua para a eficiência na exploração e para o desenvolvimento harmônico dos sítios aeroportuários com as especificidades das regiões em que se situam.

Os aeroportos Lauro Kurtz e Sepé Tiaraju, atualmente, atendem a demanda por voos privados (particulares) e em rotas utilizadas pela aviação regular (companhias aéreas), seja de passageiros ou de cargas. A concessão prevê a exploração de serviços e atividades destinados à administração, operação, manutenção e exploração econômica dos aeroportos, que poderão ser acompanhados da realização de ampliação, requalificação e reforma dos complexos aeroportuários, observados os termos da legislação e do futuro contrato de concessão. Os estudos recebidos irão subsidiar a modelagem da concessão e deverão, ainda, ser elaborados considerando o potencial de aproveitamento das áreas não operacionais disponíveis nos Aeroportos de Passo Fundo e de Santo Ângelo, inclusive para fins imobiliários e de revitalização urbanística.

UNIVERSALIZAÇÃO DO TRATAMENTO DO ESGOTO SANITÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Em 2020 realizou-se, através da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), a contratação da primeira PPP do Estado, buscando atingir a universalização do tratamento do esgoto sanitário em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão). O contrato com a empresa ganhadora do leilão realizado em 2019, tem vigência de 35 anos e foi assinado em março de 2020. Com uma proposta de R\$ 2,40/m³ de esgoto faturado, o consórcio ficará responsável pela ampliação da cobertura de esgoto de aproximadamente 14% para 87,3%, em até 11 anos, nesses nove municípios. Estima-se que a população beneficiada seja de 1,7 milhão de pessoas até 2055. Atualmente, o tratamento de esgoto sanitário na região atinge 32%, sendo que a meta é chegar a 87,3% com separador absoluto até o final do período. Para lograr esse resultado, o investimento total será de R\$ 1,77 bilhão, incluindo os R\$ 300 milhões da CORSAN, os quais já estão sendo executados. Atualmente, o projeto está aguardando o pedido de oferta pública inicial de ações (*Initial Public Offering* – IPO) da CORSAN, previsto no processo de privatização da empresa.

PRIVATIZAÇÕES

Em 2021, começaram a ser obtidos importantes resultados dos esforços que vêm sendo empreendidos pelo Estado para as privatizações. Os benefícios não se resumem a oportunidades de receitas para equilíbrio fiscal, mas proporcionam relevantes investimentos públicos e privados na melhoria dos serviços prestados à população. Iniciados em 2019, os projetos envolveram aprovações legislativas, estudos de modelagem com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e consultorias, e a participação de diversas áreas do governo e das companhias.

O Governo do Estado realizou, em 31 de março, na B3, o leilão de alienação da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), empresa que acumulava dívidas e encontrava-se com processo de caducidade da concessão em andamento junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo descumprimento de metas. A vencedora, que arrematou a participação do Estado (CEEE-Par) na companhia por R\$ 100 mil, assumiu passivos de cerca de R\$ 7 bilhões e um conjunto de obrigações, como os investimentos exigidos pelo contrato de concessão e a retomada do pagamento integral de ICMS sobre o serviço. A quitação dos débitos da companhia com o imposto, possibilitada pela operação, também proporcionou a transferência de recursos vultosos aos municípios.

Em 16 de julho, foi leiloada a participação do Estado na Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T). O certame contou com seis proponentes, sendo vencido pela oferta de R\$ 2,67 bilhões, representando ágio de 57,13% em relação ao valor mínimo estabelecido (R\$ 1,7 bilhão). O ingresso dos recursos de alienação da participação, ocorrido em outubro com a assinatura do contrato de venda e transferência da companhia, está proporcionando a retomada de investimentos nas mais diversas áreas de atuação do Estado.

Em 22 de outubro, foi realizado o leilão de alienação da participação do Estado na Companhia Estadual de Gás (SULGÁS), a empresa vencedora arrematou pelo valor mínimo proposto de R\$ 927,8 milhões. Ainda em 2021, o Governo do Estado publicou o edital de privatização da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G), com leilão programado para 15 de fevereiro de 2022, com o valor mínimo de R\$ 1,25 bilhão para venda da participação do Estado. As liquidações das operações da SULGÁS e da CEEE-G devem ocorrer em 2022, proporcionando recursos representativos para o orçamento do ano.

Além das privatizações iniciadas em 2019, o Governo anunciou, em março de 2021, a intenção de abrir o capital e vender o controle acionário da CORSAN. A proposta busca viabilizar o cumprimento das metas do Novo Marco Legal do Saneamento, que estabelece o ano de 2033 para a universalização dos serviços de água e esgoto, exigindo grandes investimentos, que dificilmente a empresa conseguiria fazer se mantendo pública. Para isso, em 2021, foram aprovadas PEC e lei autorizativa possibilitando o processo, e estudos vêm sendo conduzidos com o apoio do BNDES e de consultorias contratadas pela CORSAN.

Trata-se de um projeto conduzido em moldes diferentes dos tradicionalmente utilizados para as privatizações, com as ações ofertadas no formato de *Initial Public Offering* (IPO). Em dezembro, a CORSAN divulgou Fato Relevante ao mercado, comunicando o pedido de registro de Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia. A realização da Oferta depende dos devidos registros pela Comissão de Valores Mobiliários e B3, além da aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado.

PROGRAMA AVANÇAR

Em junho de 2021 foi apresentado o novo programa transversal do Governo do Estado, o Avançar: Ações e Investimentos do Governo Gaúcho, com o objetivo de acelerar o crescimento econômico e incrementar a qualidade da prestação de serviços à população, além de tornar o Estado mais atrativo para investimentos, com geração de emprego e renda. O programa está organizado em três eixos:

- 1) Avançar para as Pessoas:** ações com foco na prestação de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, ação social, segurança e cultura.
- 2) Avançar no Crescimento:** trata de apoio à atividade econômica, desonerações fiscais, logística e mobilidade.
- 3) Avançar com Sustentabilidade:** engloba projetos nas áreas ambiental, de tecnologia e de inovação

No segundo semestre de 2021, foram anunciados em torno de R\$ 4,6 bilhões para serem aplicados em obras e serviços de diversas áreas do Estado até 2022. Os investimentos já anunciados são os seguintes: R\$ 1,3 bilhão para o Plano de Obras; R\$ 369 milhões para o Pavimenta; R\$ 4,25 milhões para o Iconicidades; R\$ 84 milhões para a Cultura; R\$ 349,1 milhões para a Saúde; R\$ 112,3 milhões para a Inovação; R\$ 280,3 milhões para a Segurança; R\$ 1,2 bilhão para Educação; R\$ 87,7 milhões para o Esporte e Lazer; R\$ 465,6 milhões para a Justiça, Sistema Penal e Socioeducação, R\$ 10,85 milhões para a Casa Militar e Defesa Civil, R\$ 275,9 milhões para a Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural; e R\$ 131 milhões para o Turismo. O anúncio dos investimentos nas demais áreas está previsto para ocorrer ao longo dos primeiros meses do ano

Os valores são provenientes de recursos do Tesouro estadual. Isso só foi possível pela atuação do governo, com apoio da Assembleia Legislativa, em duas frentes: reformas na máquina pública, que reduziram a despesa, e privatizações, que geram recursos extraordinários e ainda abrem espaço para a entrada de investimentos privados.

1) Avançar para as Pessoas

AVANÇAR NA SAÚDE

O Avançar na Saúde²⁷ busca ampliar o atendimento ambulatorial e hospitalar, fortalecer a Atenção Básica, qualificar o cuidado farmacêutico, assistir com carinho, proteger a vida, cuidar das pessoas, fortalecer a regionalização do SUS, e ampliar a oferta de serviços. Também busca qualificar o atendimento e ampliar o acesso dos gaúchos ao Sistema Único de Saúde (SUS), prevendo investimentos em obras, na compra de equipamentos para a rede hospitalar, na assistência farmacêutica e em unidades básicas de saúde (UBS) do Rio Grande do Sul. Os investimentos somam R\$ 349,1 milhões, a serem executados até 2022:

²⁷ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. SES, 2021. Disponível em: <<https://saude.rs.gov.br/avancar-na-saude-governo-anuncia-plano-de-investimentos-de-r-250-milhoes-para-qualificar-e-ampliar-a-rede-de-saude-do-rs>>. Acesso em: dez. de 2021.

- **Rede Bem Cuidar RS:** R\$ 44,2 milhões para implementação, reformas e ampliações de Unidades Básicas de Saúde (UBS).
- **Farmácia Cuidar +:** R\$ 41 milhões para estruturação, implementação do Cuidado Farmacêutico e Identificação visual.
- **Infraestrutura da Secretaria:** R\$ 19,8 milhões para aquisição de equipamentos de informática e renovação da frota de veículos.
- **Rede Hospitalar:** R\$ 244,1 milhões para obras, reformas e aquisições de equipamentos em 54 hospitais, em todo o Estado.

AVANÇAR NA CULTURA

O Avançar na Cultura²⁸ tem como objetivo incentivar uma área que movimentará a economia e a vida das pessoas, que constitui identidades e ajuda a construir o Rio Grande do Sul, além de fomentar a indústria criativa, gerar emprego e renda, promover diversidade e inclusão, conhecimento e educação, e estimular respeito e memória.

A execução será feita por meio da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac) e terá investimento superior ao total realizado nos últimos oito anos no Estado, somando R\$ 84 milhões, nas seguintes áreas:

- **Qualificação, preservação e recuperação do patrimônio cultural:** R\$ 43 milhões em obras, ações e projetos em 22 instituições da SEDAC, localizadas no interior e na capital, e ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), voltadas para a valorização do patrimônio cultural em todo o Estado. Os recursos também serão direcionados para obras do Theatro São Pedro e Multipalco, no valor de R\$ 7,5 milhões, e para projetos sociais e programação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) no valor de R\$ 3,1 milhões.
- **Editais:** R\$ 30 milhões do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) distribuídos em sete editais, que contemplam todos os setores da indústria criativa.
- **RS Criativo:** R\$ 400 mil serão investidos em capacitações, plataformas digitais e apoio aos territórios criativos.

AVANÇAR NA EDUCAÇÃO

O Avançar na Educação²⁹ busca melhorar a infraestrutura física e tecnológica, assegurar a recuperação da aprendizagem pós-pandemia, qualificar o ensino público gaúcho de forma mais inclusiva e equitativa e capacitar os profissionais envolvidos.

²⁸ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/avancar-na-cultura-governo-lanca-projeto-de-r-76-1-milhoes-em-investimentos-para-impulsionar-setor-no-rs>>. Acesso em: dez. de 2021.

²⁹ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/avancar-na-educacao-governo-lanca-plano-de-acoes-e-investimentos-de-r-1-2-bilhao-para-obras-e-qualificacao-do-ensino-no-rs>>. Acesso em: dez. de 2021.

O plano prevê investimentos de R\$ 1,2 bilhão na educação estadual até 2022, entre obras, tecnologia, capacitação e programas para melhorar a aprendizagem, distribuídos da seguinte forma:

- **Aprende Mais:** R\$ 637,2 milhões para o programa de recuperação e aceleração da aprendizagem, que inclui ações como a contratação de 4 mil profissionais, Bolsa Formação para os envolvidos, compra de material didático, acompanhamento dos estudantes, entre outras.
- **Investimentos em Obras e Tecnologia:** R\$ 243 milhões para a melhoria da infraestrutura física e tecnológica.
- **Agiliza Educação:** R\$ 228,1 milhões de repasse extraordinário para autonomia financeira das escolas de educação básica e profissional, possibilitando que as próprias equipes diretivas das escolas conduzam reparos e reformas em prédios.
- **Escola do Amanhã:** R\$ 59,3 milhões para concluir a restauração do Instituto Flores da Cunha e implementar o Centro de Desenvolvimento dos Profissionais da Educação e o Centro Gaúcho de Educação Mediada por Tecnologias, além do Museu Escola do Amanhã.
- **Educação com Base em Evidências:** R\$ 27,8 milhões para aprimorar os resultados obtidos por meio de indicadores de aprendizagem.
- **Escola da Vida:** R\$ 8,3 milhões para a implementação do Novo Ensino Médio, Educação Profissional e Iniciação Científica; revisão dos Cursos da Educação Profissional e consolidação do Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Fundamental.

AVANÇAR NA SEGURANÇA

O Avançar na Segurança³⁰ tem o objetivo de promover mais desenvolvimento, mais competitividade e mais qualidade de vida. O projeto destinará R\$ 280,3 milhões de recursos do Tesouro do Estado para compra de viaturas, equipamentos, tecnologia e realização de obras até 2022 — o dobro do investimento em segurança no total nos últimos 13 anos com recursos próprios. Além do montante do Avançar, a segurança pública gaúcha ainda receberá R\$ 107 milhões em recursos ordinários, já previstos para custeio, ou seja, no total, serão investidos com recursos do governo quase R\$ 400 milhões a serem empregados da seguinte forma:

- **Segurança Pública:** R\$ 24,3 milhões sendo que a maior parte dos recursos (R\$ 20,6 milhões) serão aplicados no aprimoramento tecnológico das instituições, isto é, investimento em cercamento eletrônico e videomonitoramento; compra de equipamentos para a Secretaria de Segurança Pública e câmeras corporais para Brigada Militar e Polícia Civil; manutenção e evolução do Sistema Gestão de Estatística em Segurança (GESeg); monitoramento eletrônico com uso de tornozeleira para agressores de mulheres e dispositivo de alerta para vítimas (Comitê EmFrente Mulher). As demais aplicações de recursos serão para reforçar a frota de veículos (R\$ 2,3 milhões) e promover a modernização da radiocomunicação (R\$ 1,4 milhão).

³⁰ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/avancar-na-seguranca-governo-lanca-plano-de-r-280-3-milhoes-para-viaturas-equipamentos-tecnologia-e-obras>>. Acesso em: dez. de 2021.

- **Brigada Militar:** total de R\$ 116,9 milhões, sendo R\$ 74,4 milhões para a compra de veículos, incluindo um avião monomotor que pode atuar como multimissão. Em tecnologia, serão aplicados R\$ 29,4 milhões na modernização de Centrais de Atendimento e Operação e reaparelhamento de centrais em 23 municípios prioritizados no RS Seguro, na aquisição de kits de armamento menos letal, carabinas e também na compra de rádios fixos, móveis e portáteis, com GPS integrado. No eixo de obras, serão destinados R\$ 13 milhões para construção de novas sedes do Batalhão de Polícia Militar, em Guaíba e Sapucaia do Sul.
- **Corpo de Bombeiros Militar:** R\$ 38,6 milhões, sendo R\$ 34,8 milhões destinados para a compra de veículos, incluindo 28 ambulâncias de resgate, 2 caminhões Auto Escada com mecânica articulada, 1 embarcação de busca, salvamento e combate a incêndio e 12 caminhões de combate a incêndio. Para equipamentos serão destinados R\$ 2,2 milhões para a compra de 512 Conjuntos de proteção de combate a incêndio estrutural. Já no eixo de obras, será destinado R\$ 1,6 milhão para construção da sede do Pelotão em Guaíba.
- **Instituto-Geral de Perícias (IGP):** R\$ 14,7 milhões, sendo R\$ 8,1 milhões destinados para investimento em tecnologia e equipamentos, incluindo 15 Estações de trabalho de alta performance, atualização tecnológica da Criminalística, equipamentos para qualificação do serviço Médico-Legal, solução forense para exames em dispositivos móveis, rádios com GPS integrado. Para a compra de 27 novas viaturas, serão destinados R\$ 3,7 milhões. Já para obras, serão R\$ 2,9 milhões investidos na construção do Posto IGP Bagé e na instalação do Posto de Identificação no Shopping João Pessoa, em Porto Alegre.
- **Polícia Civil:** R\$ 85,8 milhões, sendo R\$ 36,7 milhões aplicados em tecnologia e equipamentos, incluindo 1.600 Estações de trabalho, 3.200 Monitores, novos rádios com GPS integrado e investimento em tecnologia avançada para investigação criminal. Os demais recursos serão aplicados na compra de 167 novos veículos (R\$ 35,1 milhões) e também na construção de Centrais de Polícia (R\$ 14 milhões) em Bento Gonçalves e em Sapucaia do Sul.

AVANÇAR NO ESPORTE

O Avançar no Esporte³¹ busca apoiar o desenvolvimento da base ao alto rendimento; promover ações de estímulo à saúde, lazer e no bem-estar das pessoas; estimular a inclusão de todos e a integração com a comunidade; contribuir com a educação, a segurança e a qualidade de vida. Serão R\$ 87,7 milhões para quatro projetos estratégicos da Secretaria do Esporte e Lazer (SEL), que contemplam desde melhorias e reformas em espaços esportivos em municípios do Rio Grande do Sul até a promoção de eventos desportivos:

- **Programa Estadual de Infraestrutura Esportiva:** R\$ 59,7 milhões para a construção, recuperação, reforma ou melhoria em espaços públicos destinados à prática esportiva, em convênio com municípios (a faixa de investimento será conforme o número de habitantes).

³¹ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/avancar-no-esporte-estado-anuncia-investimentos-de-r-54-7-milhoes-para-quatro-projetos-estrategicos>>. Acesso em: dez. de 2021.

- **Ilumina Esporte:** R\$ 18,3 milhões para obras de iluminação de espaços públicos dedicados à prática esportiva, ampliando o acesso e a segurança. Investimentos de até R\$ 400 mil em convênio com Municípios.
- **Kits Esportivos e Centros Estaduais de Treinamento:** R\$ 7,5 milhões para aquisição de kits esportivos básicos e distribuição a escolas e projetos sociais. Também possibilitará melhorias na infraestrutura de centros públicos estaduais dedicados à prática esportiva.
- **Eventos Esportivos:** R\$ 2,2 milhões em apoio financeiro para a realização de atividades desportivas e de lazer. Os eventos beneficiados são: Copa Gaúcha de Futebol Amador (livre e veterano), Jogos de Integração dos Idosos, Jogos de Integração Municipais (Jirgs), Copa RS de Futebol Feminino e RS Verão Total.

AVANÇAR NO SISTEMA PENAL E SOCIOEDUCATIVO

O Avançar no Sistema Penal e Socioeducativo³² busca implementar novas tecnologias para qualificação do sistema prisional, fortalecer serviços de inteligência, qualificar a assistência aos apenados nas áreas de saúde, educação e trabalho, modernizar o monitoramento eletrônico, além de ampliar e construir unidades prisionais e centros de atendimento socioeducativo. É o maior investimento da história nos sistemas penal e socioeducativo gaúcho, superando o investimento total feito nos últimos 10 anos. Serão R\$ 465,6 milhões a serem aplicados até 2022, distribuídos em:

- **Justiça:** R\$ 6 milhões, sendo R\$ 1,7 milhões destinados à estruturação e modernização do ProconRS, por meio de uma plataforma digital que irá aprimorar o serviço em 409 municípios. Outros R\$ 500 mil serão para implementação do Mapa Social, permitindo a realização de um diagnóstico sobre as políticas públicas disponíveis nas 497 cidades gaúchas e, posteriormente, a criação de um portal eletrônico de informações para consulta de locais com políticas disponíveis. Para a implementação do Observatório da Socioeducação, serão destinados R\$ 500 mil para o aprimoramento dos fluxos de informação, além do mapeamento da trajetória percorrida pelos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Também serão destinados R\$ 3,3 milhões para qualificação, infraestrutura e inteligência da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo e para a implantação do Centro Integrado de Inteligência e Sistemas de Monitoramento Eletrônico do Rio Grande do Sul (Ciisme-RS).
- **Sistema Socioeducativo:** R\$ 16,2 milhões serão aplicados na construção do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) em Osório, com capacidade para até 60 adolescentes, e também na construção do Abrigo de Visitas de Porto Alegre, Caxias do Sul e Uruguaiana.
- **Sistema Penal:** R\$ 443,4 milhões, sendo R\$ 109,3 milhões destinados para a área de segurança e tecnologia, que inclui a compra de 122 veículos semi-blindados para Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe), locação de viaturas, aquisição de material bélico e aparelhamento dos grupos táticos, aquisição de drones, aquisição de scanners corporais, além de investimento em sistema de detecção de sinal com bloqueador de celular para 15 unidades prisionais. Na gestão e tratamento penal, serão aplicados R\$ 21,54 milhões no aparelhamento de novas unidades e do

³² RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/avancar-nos-sistemas-penal-e-socioeducativo-governo-do-estado-anuncia-r-465-6-milhoes-para-investimentos>>. Acesso em: dez. de 2021.

Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (Nugesp), além de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs) em Pelotas, Santa Cruz e Porto Alegre. No eixo de obras e engenharia, serão destinados R\$ 312,5 milhões para a construção ou ampliação de 8 unidades prisionais: Nova Cadeia Pública de Porto Alegre e Penitenciária de Charqueadas (3512 vagas), Cadeia Pública de Caxias do Sul (388 vagas), Cadeia Pública Masculina de Rio Grande (388 vagas), Cadeia Pública Feminina de Passo Fundo (286 vagas), Cadeia Pública de Alegrete (286 vagas), além da conclusão da Penitenciária de Guaíba I (672 vagas) e a ampliação da Penitenciária Estadual de Canoas I (188 vagas).

AVANÇAR NA CASA MILITAR E DEFESA CIVIL

O Avançar na Casa Militar e Defesa Civil tem como objetivo qualificar ainda mais os serviços prestados pelo Governo do Estado à população gaúcha, em especial na Proteção e Defesa Civil. Com recursos na ordem de R\$ 11 milhões, a serem empregados ao longo de 2022, o programa trará melhorias em todo o conjunto de ações relacionadas à prevenção, mitigação, preparação e resposta às emergências causadas por eventos adversos. Serão investidos R\$ 1,2 milhão para a estruturação de um Centro de Comando e Controle Integrado de Incidentes e R\$ 1,5 milhão para expansão do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (SEGIRD). Também serão destinados R\$ 7,6 milhões para modernização da frota de viaturas operacionais, assim como R\$ 496 mil para a aquisição de novos equipamentos de comunicação e informática.

2) Avançar no Crescimento

PLANO DE OBRAS

Mais do que um investimento em infraestrutura viária, o Plano de Obras³³ pretende ampliar a capacidade de desenvolvimento econômico do Estado. Com melhores rodovias, é possível transportar cargas com mais segurança, além de possibilitar uma qualidade de vida melhor aos moradores das cidades que serão contempladas.

O Plano de Obras, com recursos próprios, prevê um investimento público e histórico de R\$ 1,29 bilhão, até 2022, em diversos municípios gaúchos. Serão contemplados 28 acessos municipais e 20 ligações regionais, a elaboração de 39 projetos executivos, a quitação de recursos necessários para conclusão de obras contratadas via 33 convênios em vigor em diferentes cidades do Estado e a conservação e recuperação de rodovias. As obras serão realizadas nas nove regiões funcionais do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). A abrangência das regiões está detalhada com base nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

³³ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/plano-de-obras-preve-investimento-de-r-1-3-bilhao-em-infraestrutura-viaria>>. Acesso em: dez. de 2021.

PAVIMENTA

O projeto Pavimenta³⁴, lançado pelo Governo do Estado, tem como objetivo promover fomento à cultura e ao turismo e aprimorar as condições para escoamento da produção, melhorando, por consequência, a qualidade de vida de todos os cidadãos por meio do aumento e da qualificação da infraestrutura rodoviária dos municípios gaúchos. Estão previstos investimentos estaduais da ordem de R\$ 369 milhões e R\$ 110 milhões de créditos com os bancos públicos – BRDE e BADESUL.

O Estado prestará apoio aos municípios de duas formas: no desenvolvimento de projetos de engenharia de infraestrutura rodoviária e pela análise da viabilidade técnica de propostas existentes, que pode dar lugar a convênios para a realização de investimentos nas obras selecionadas – mediante contrapartidas das cidades. O Pavimenta é coordenado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEDUR), em parceria com a Secretaria de Logística e Transportes (SELT) e a Secretaria de Obras e Habitação (SOP).

AVANÇAR NA AGROPECUÁRIA E NO DESENVOLVIMENTO RURAL

O Avançar na Agropecuária e no Desenvolvimento Rural³⁵ visa impulsionar a produção agropecuária do Estado. Serão investidos R\$ 275,9 milhões – o dobro do que já foi investido no setor nos últimos 10 anos – distribuídos em três grandes eixos estratégicos:

- **Qualificação da irrigação:** R\$ 201,42 milhões para a construção, expansão e adequação de reservatórios de água, construção de açudes e poços artesianos, preparando as comunidades rurais para enfrentar períodos de estiagem e garantindo água para consumo de milhares de famílias que sofrem com a escassez. Nos projetos de irrigação, a subvenção por produtor pode chegar R\$ 15 mil, sendo financiados por linhas de crédito operacionalizadas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul), pela Agência de Fomento Badesul, pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) ou sistemas de crédito cooperativo.
- **Fortalecimento da agricultura familiar:** R\$ 35,34 milhões para financiar o desenvolvimento do pequeno agricultor e agroindústrias familiares, com R\$ 19 milhões para a contratação de 705 financiamentos para compra de máquinas, equipamentos e insumos que poderão ser facilmente acessados. Outra ação é a injeção de R\$ 5 milhões para a compra de equipamentos que poderão ser cedidos a 200 municípios.
- **Escoamento da Produção:** R\$ 39,15 milhões no aporte que vai permitir a compra de máquinas que serão empregadas na melhora e recuperação dos acessos às propriedades rurais, para facilitar o escoamento da produção agropecuária, tornando mais eficiente e menos oneroso ao produtor rural o escoamento dos grãos e a movimentação animal no Estado. A expectativa é de que 150 municípios sejam atendidos ao ano.

³⁴ RIO GRANDE DO SUL. Casa Civil. CC, 2021. Disponível em: <<https://casacivil.rs.gov.br/programa-pavimenta-estado-lanca-projeto-de-pavimentacao-em-parceria-com-municipios>>. Acesso em: dez. de 2021.

³⁵ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. SEAPDR, 2021. Disponível em: <<https://www.agricultura.rs.gov.br/estado-investira-r-275-9-milhoes-no-avancar-na-agropecuaria-e-no-desenvolvimento-rural>>. Acesso em: dez. de 2021.

AVANÇAR NO TURISMO

O programa Avançar no Turismo³⁶ prevê o aporte de R\$ 131 milhões em recursos do Estado para investimentos nesse segmento e visa alavancar o turismo no Rio Grande do Sul. O valor é treze vezes maior do que o total investido nos últimos 17 anos no setor turístico no Estado.

Do total de recursos anunciados, R\$ 128 milhões serão destinados a projetos de infraestrutura turística, mediante contrapartida dos municípios. Foram selecionados 139 projetos em convênio com 134 municípios para construção, revitalização e/ou reforma de infraestrutura de equipamentos urbanos ou rurais, com finalidade turística.

Com a contrapartida das prefeituras, o investimento será de R\$ 175 milhões. Para a promoção do desenvolvimento e da qualificação do turismo regional, serão destinados R\$ 3 milhões. O valor será aplicado em nove projetos selecionados, que vão impactar 148 municípios nas regiões da Uva e Vinho, Carbonífera, Rota do Yucumã, Pampa Gaúcho, Costa Doce, Terras Encantadas, Campos de Cima da Serra, Quarta Colônia e Termas e Lagos.

3) Avançar com Sustentabilidade

ICONICIDADES

Tornar as cidades gaúchas mais empreendedoras, inovadoras e criativas; estimular a retomada e revitalização de espaços arquitetônicos simbólicos nas cidades para estabelecimento desses novos negócios; identificar e revitalizar arquiteturas simbólicas em todo o Rio Grande do Sul, dando a elas um novo sentido, além de promover o estímulo à inovação e à economia baseada no capital intelectual, contribuindo para criar ecossistemas criativos e que estimulem novos empreendimentos.

O limite total de recursos financeiros disponibilizados pelo Projeto Iconicidades³⁷, a serem realizados na forma de contratação de projetos conceituais e executivos para os objetos selecionados, é de R\$ 4,25 milhões, incluindo valores de premiação aos projetos. As cinco propostas de locais mais bem avaliadas serão premiadas com valores entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil, além de contrato para desenvolvimento do projeto executivo para o primeiro colocado.

Será realizado através de chamamento público para candidaturas municipais, que serão avaliadas por uma comissão técnica que poderá contar com representantes de organizações da sociedade e entidades. Poderão se candidatar todas as cidades que tenham pelo menos 100 mil habitantes. Em contrapartida, os municípios assumirão o compromisso de executar as intervenções previstas e, posteriormente, coordenar localmente a iniciativa.

³⁶ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/estado-anuncia-r-131-milhoes-para-o-desenvolvimento-do-turismo-por-meio-do-programa-avancar>>. Acesso em: dez. de 2021.

³⁷ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/iconicidades-estado-lanca-projeto-que-une-economia-criativa-e-patrimonio-arquitetonico>>. Acesso em: dez. de 2021.

AVANÇAR NA INOVAÇÃO

O Avançar na Inovação³⁸ tem por objetivo inserir a inovação no centro do desenvolvimento, tornar o Estado referência em inovação como estratégia de desenvolvimento regional, possibilitar a transformação do conhecimento em desenvolvimento, promover a valorização da ciência, tecnologia e pesquisa, a valorização das pessoas, e a melhoria da qualidade de vida de todos.

O programa prevê R\$ 112,3 milhões em investimentos até 2022, proporcionando um salto nos recursos disponíveis: R\$ 54 milhões para a Fapergs, a serem alocados como fomento aos editais do Inova Cluster Tecnológicos e às Redes Inovadoras de Tecnologias Estratégicas (Rites), R\$ 43,26 milhões para lançamento e ampliação de editais dos programas Inova RS, Techfuturo, TEC4B, Startup Lab e GameRS e R\$ 15 milhões para a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), para a consolidação do Campus da Uergs e da Uergs Digital.

³⁸ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/avancar-na-inovacao-preve-r-112-3-milhoes-para-inovacao-ciencia-e-tecnologia-no-rs-ate-2022>>. Acesso em: dez. de 2021.

O AVANÇO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODSs)

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) decorrem dos esforços continuados entre as nações na busca pela promoção do desenvolvimento sustentável em escala global, coordenados especialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em setembro em 2015, após uma reunião em Nova Iorque entre os Estados Membros da ONU, consolidou-se um documento chamado de Agenda 2030, a partir do qual as medidas a serem adotadas para os próximos quinze anos foram organizadas em dezessete objetivos, denominados de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), detalhados em 169 metas.

Os ODSs envolvem diversas questões de desenvolvimento social, econômico e ambiental, incluindo ações nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, meio ambiente, urbanização, justiça social e outros. Sua construção ocorreu a partir de cinco pilares, são eles: Pessoas (erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir dignidade e igualdade), Planeta (proteger os recursos naturais e o clima do planeta para as gerações futuras), Prosperidade (garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza), Paz (promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas) e Parcerias (implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida).

Nesse sentido, é possível distribuir os temas tratados pelos ODSs em quatro dimensões principais, quais sejam:

- **Social:** relaciona-se às necessidades humanas, visando à erradicação da pobreza e da fome, à qualificação da saúde e da educação e à redução das desigualdades;
- **Ambiental:** trata da preservação e conservação do meio ambiente, compreendendo o acesso à água, ao saneamento, à energia, combate às mudanças climáticas e promoção da sustentabilidade;
- **Econômica:** estímulo ao trabalho digno e ao crescimento econômico, abrangendo indústria, inovação, infraestrutura e cidades sustentáveis; e,
- **Institucional:** referente às capacidades de colocar em prática os ODSs, através de instituições, justiça e paz, parcerias e meios de implementação.

VINCULAÇÃO AO PPA 2020-2023

Considerando-se as dimensões acima citadas e os eixos estratégicos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, é possível observar que todos os eixos apresentam alinhamento com os ODSs. Especificamente, na Dimensão Social, se enquadram as ações programáticas e iniciativas do Plano Plurianual 2020-2023 constantes no Eixo Sociedade com Qualidade de Vida; na Dimensão Ambiental estão os Eixos Sociedade com Qualidade de Vida e o Desenvolvimento Empreendedor; na Econômica, o Desenvolvimento Empreendedor e, por fim, na Dimensão Institucional, os Eixos Sociedade com Qualidade de Vida e Estado Sustentável. Pode-se afirmar que o PPA 2020-2023 expressa um forte compromisso do

Estado gaúcho com os ODSs, conforme o alinhamento dos seus atributos por dimensão, disposto na **Figura 16**.



Fonte: Adaptado de RAMIRO, R.C. (2021)³⁹

Nesse sentido, foram identificadas 435 iniciativas propostas nos Programas Temáticos finalísticos que contribuem direta ou indiretamente para o alcance das metas estabelecidas na Agenda 2030, sendo que uma mesma iniciativa pode apresentar correspondência com mais de um Objetivo. No eixo Sociedade com Qualidade de Vida foram identificadas 183 iniciativas alinhadas com os ODSs e, no Desenvolvimento Empreendedor, 160. Já em relação ao eixo Governança e Gestão foram 49 iniciativas relacionadas e ao Estado Sustentável, 43.

A seguir serão apresentados alguns indicadores que retratam os desafios trazidos pelos ODSs, em uma perspectiva para o Estado do Rio Grande do Sul, bem como o número de ações programáticas, iniciativas e órgãos que contribuem para o enfrentamento dos mesmos. Os ODSs foram agrupados por complementariedade, apresentando possibilidade de ações e soluções mais integradas⁴⁰.

Onde estamos e o que fazemos

ODS 1: Erradicação da Pobreza | ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável | ODS 10: Redução das Desigualdades

Um dos principais objetivos de desenvolvimento sustentável a serem alcançados até 2030 é acabar com a pobreza em todas as suas formas, conforme apresentado no ODS 1 – Erradicação da Pobreza. No

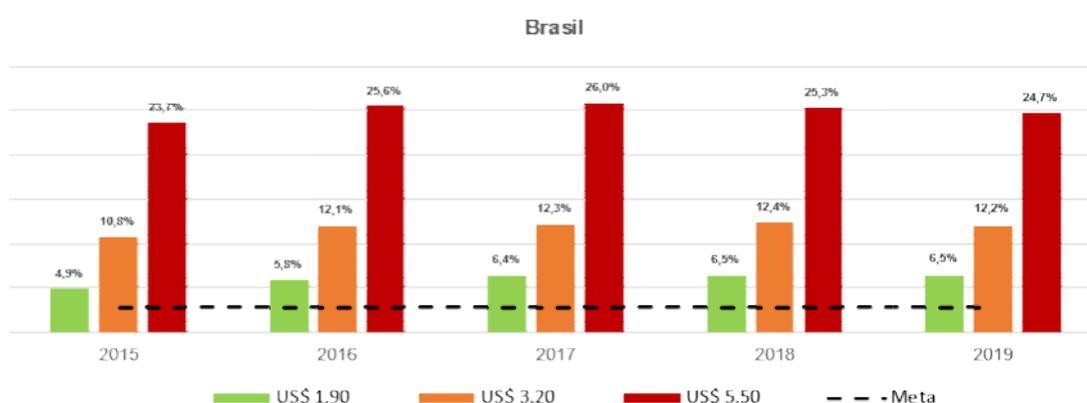
³⁹ RAMIRO, R. C. As agendas ODS no Plano Plurianual 2016-2019. Boletim de Análise Político-Institucional. N.28. Abr. de 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37758&Itemid=6>. Acesso em: 13 de nov. de 2021.

⁴⁰ GOVERNO DE SÃO PAULO, SEADE e FAPESP. ODS SP NO PPA 2016-2019: 1º Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo. Jun. de 2019. Disponível em: <<https://fapesp.br/publicacoes/odssp.pdf>>. Acesso em: 13 de dez. de 2021.

Rio Grande do Sul, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicam que a pobreza extrema, se definida pela linha de US\$1,90, pode ser considerada tecnicamente erradicada (abaixo de 3%), ainda que os dados indiquem que cerca de 250 mil gaúchos possam estar vivendo com menos de US\$1,90 ppp por dia (**Figura 17**). Porém, os outros dois patamares estipulados pelo Banco Mundial para analisarem países de renda média e média-alta, são mais adequados ao nível de renda *per capita* do RS. O Estado também se encontra próximo da meta ao patamar de US\$3,20 diários, mas distante quando considerada a linha de US\$5,50⁴¹.

A média brasileira se encontra acima do limiar de erradicação em qualquer um dos três patamares, sendo que, em relação à linha de US\$5,50, cerca de um quarto da população nacional possui rendimentos inferiores, contra apenas 11,1% da população gaúcha de 2019. De qualquer forma, todos esses números devem se agravar nos dados relativos à pandemia.

Figura 17 - Proporção da população abaixo das linhas da pobreza de US\$1,90, US\$3,20 e US\$5,50 ppp diários RS e Brasil - 2015 a 2019



Fonte: PNAD Contínua - IBGE⁴²

Em consonância com o primeiro objetivo, o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável propõe acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Em relação à fome, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) inclui países com mais de 5% da população em situação de insegurança alimentar grave⁴³ no Mapa da Fome.

Em 2017-2018, o Brasil como um todo já beirava os 5% dos domicílios em situação de insegurança alimentar grave, ao passo que, em 2013, esse número era de 3,2%. O Rio Grande do Sul aumentou de 1,9% para 2,4% o percentual de domicílios com insegurança alimentar grave, ainda que esse número tenha piorado menos do que nos outros estados. No entanto, os quase dois anos de pandemia, que demandaram isolamento social, simultaneamente a crises mais agudas de emprego e ao recrudescimento da inflação, devem ter contribuído para agravar ainda mais esse quadro (**Figura 18**).

Outro objetivo importante é a redução das desigualdades entre regiões, conforme contemplado no ODS 10 – Redução das Desigualdades. Uma medida comumente utilizada para aferir o grau de concentração de renda é o Índice de Gini. O índice varia de zero a um, em que zero representa uma situação

⁴¹ Em 2019, a PNAD Contínua Anual estimou um total de 253.198 gaúchos vivendo com renda *per capita* inferior a US\$1,90 ppp por dia, número que sobe para 473.479 quando a linha é de US\$3,20 e para 1.264.781 abaixo da linha de US\$5,50.

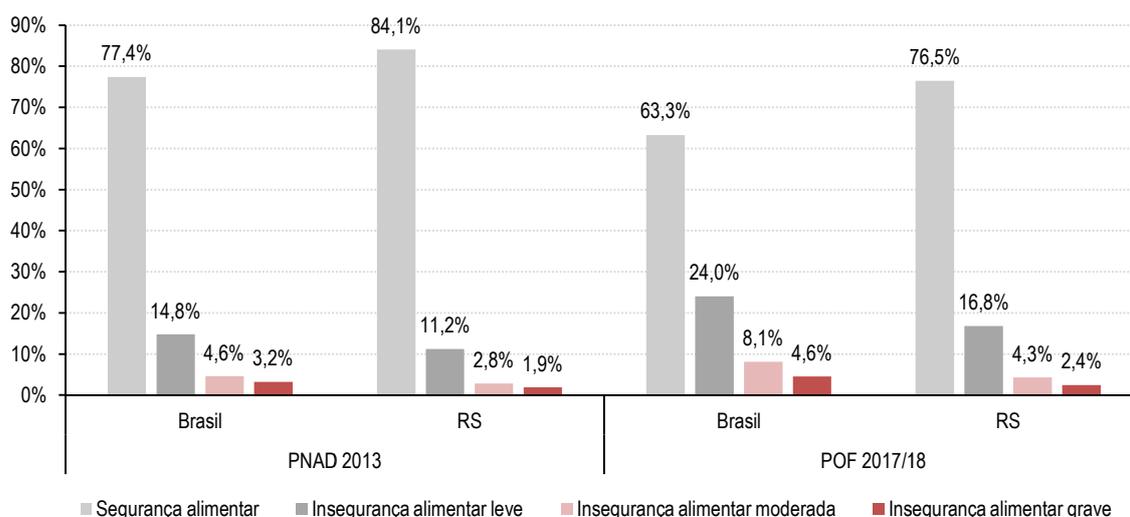
⁴² IBGE. PNADC, 2020. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/saqi-paineis/shiny_pnadc/>. Acesso em: 18 de ago. de 2021.

⁴³ Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

de distribuição igualitária da renda, enquanto um indica concentração máxima dos rendimentos. De acordo com a **Figura 19**, no período de 2012 a 2019, o Rio Grande do Sul apresentou menor concentração da renda do que o Brasil em todos os anos. Em ambos houve aumento da concentração de renda entre 2016 e 2018, após um período de queda entre 2012 e 2015. Em 2019, a desigualdade se reduziu tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, mas permanece acima do observado em 2017 no País e no Estado, respectivamente.

Diante destes indicadores que demonstram aspectos referentes à pobreza, fome e desigualdade no RS, o Governo do Estado desenvolve iniciativas com vistas a contribuir para o enfrentamento dessas questões. No PPA 2020-2023, 179 iniciativas estão relacionadas aos ODSs 1, 2 ou 10, localizadas em 46 Ações Programáticas e executadas por 41 diferentes órgãos da Administração Pública Estadual.

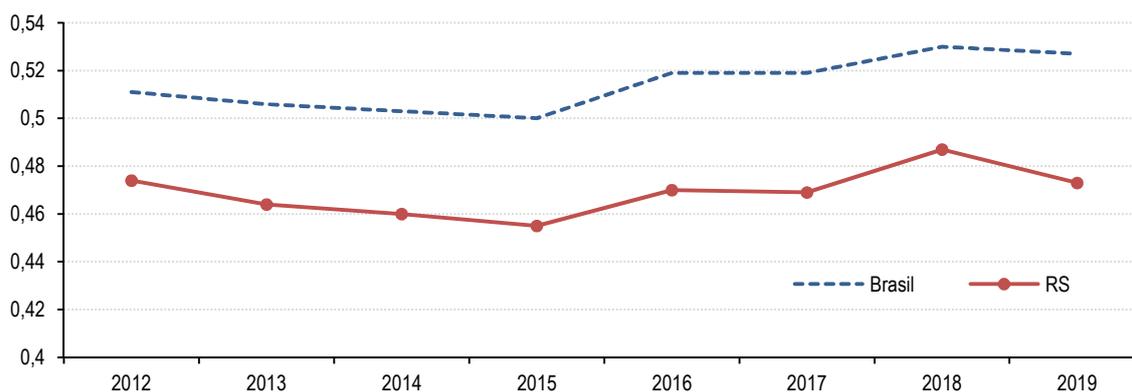
Figura 18 - Situação de segurança alimentar de domicílios - RS e Brasil - 2013 e 2017-2018



Fonte: PNAD 2013 - IBGE⁴⁴ e POF 2017/18 - IBGE⁴⁵

Nota: Elaboração própria com os microdados das Pesquisas.

Figura 19 - Índice de Gini da renda domiciliar total - RS e Brasil - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua - IBGE⁴⁶

Notas:

1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.
2. Dados anuais consolidados das primeiras entrevistas da Pesquisa.

⁴⁴ IBGE. PNAD, 2017. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD 2013: microdados. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/2013/>. Acesso em: 4 de out. de 2021.

⁴⁵ IBGE. POF, 2020. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>>. Acesso em: 4 de out. de 2021.

⁴⁶ IBGE. PNADC, 2020. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/shiny_pnadc/>. Acesso em: 18 de ago. de 2021.

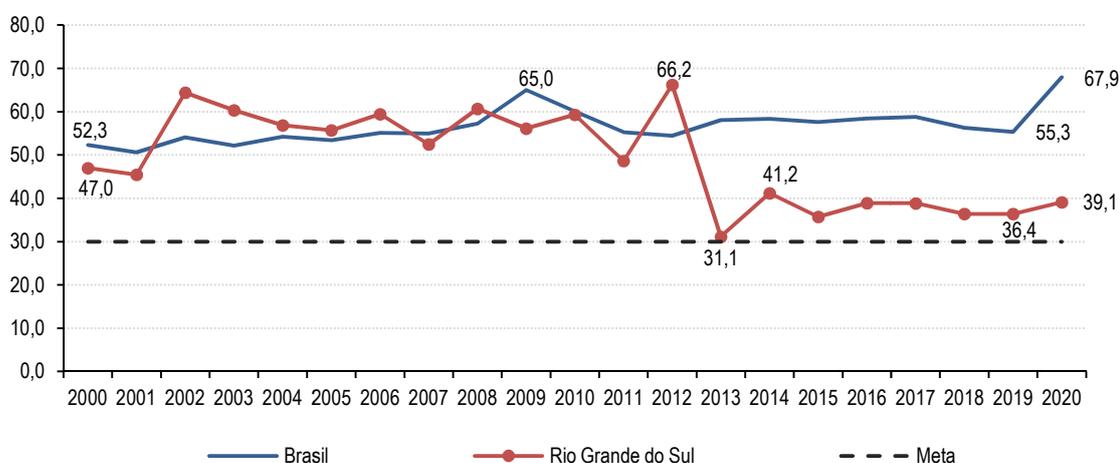
ODS 3: Saúde e Bem-Estar

No que se refere ao ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, as duas primeiras metas (3.1 e 3.2) estão, entre outros fatores, diretamente relacionadas com a atenção à saúde da mulher na gestação e no parto, pois afetam a saúde tanto da mãe quanto do recém-nascido.

A meta 3.1 para o Brasil é reduzir a razão de mortalidade materna para, no máximo, 30 mortes por 100.000 nascidos vivos. Em 2000, o Rio Grande do Sul tinha uma razão de 47,0 mortes por 100.000, um pouco abaixo do valor para o Brasil, que era de 52,3 naquele ano. Ao longo do período, a maior razão de mortalidade materna no RS ocorreu em 2012 (66,2). Após, iniciou-se uma queda desse indicador. Já em 2020, a taxa para o Estado foi de 39,1, o quarto melhor indicador entre as UFs do País (**Figura 20**). Na comparação com os estados da Região Sul, o RS está atrás de Santa Catarina (30,8) e à frente do Paraná (52,6).

Apesar de o Estado estar próximo da meta, ao comparar-se com os dados para 2013 (menor taxa observada), a mortalidade materna vem oscilando em um patamar acima da meta, não demonstrando tendência clara de melhora nesse período. Entre 2019 e 2020, esse indicador aumentou 7%. Para que a meta seja atingida até 2030, o Estado precisa reduzir em 23,3% a mortalidade registrada em 2020, o que equivaleria a uma queda média de 2,6% ao ano, entre 2020 e 2030. Ressalta-se que o Brasil vinha apresentando uma taxa que oscilava entre 50,0 e 65,0 mortes por 100.000 ao longo de todo período. Porém, em 2020, ocorreu um aumento de 23% em relação a 2019, bem superior ao observado no RS, com o País atingindo sua maior razão de mortalidade materna (67,9 por 100.000).

Figura 20 - Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nascidos vivos) - RS e Brasil - 2000 a 2020



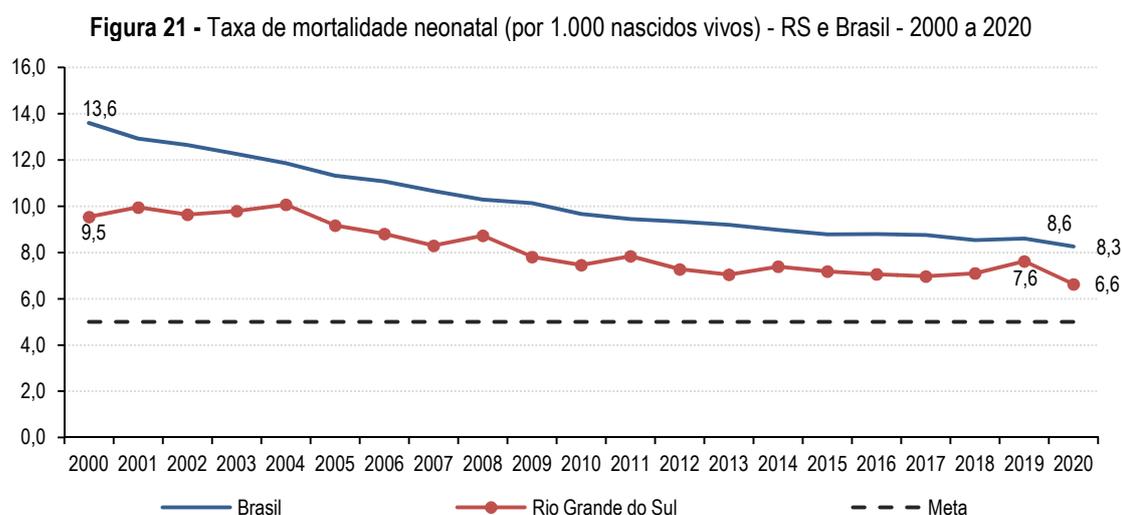
Fonte: Datasus: informações de saúde⁴⁷

A meta 3.2 para o Brasil é enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos. Nessa meta, é feito o acompanhamento de dois indicadores. O primeiro é a taxa de mortalidade neonatal (TMN) – zero a 27 dias de vida –, cuja meta para 2030 é reduzir a taxa de mortes para, no máximo, cinco por 1.000 nascidos vivos. Em 2000, o Rio Grande do Sul tinha uma taxa de 9,5 mortes por 1.000 nascidos vivos, menor do que a taxa do Brasil, que foi de 13,6. Ao longo de toda a série, o Estado apresentou um indicador melhor do que o do Brasil, porém a diferença vem diminuindo. Enquanto, no Brasil, houve redução ano após ano, o desempenho do Estado, apesar da tendência geral de queda, apresentou alguns anos de piora na taxa. Após um aumento na TMN em 2019 (7,6 por 1.000), o RS registrou 6,6 mortes

⁴⁷ BRASIL. Ministério da Saúde. Datasus, 2021. Informações de saúde (Tabnet). Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>>. Acesso em: 4 de out de 2021.

por 1.000 nascidos, menor valor apresentado por esse indicador em todo o período (**Figura 21**). Além disso, o Estado mantém-se ainda abaixo da média brasileira, que foi de 8,3. Ao longo de todo o período, o RS sempre esteve entre os melhores estados do Brasil, ficando em primeiro lugar em 2020. Em relação aos estados da região Sul, o Paraná teve uma taxa de 6,8 por 1.000, e Santa Catarina, de 7,2 por 1.000 em 2020.

Apesar das quedas mais expressivas observadas no início da série, o Estado teve uma redução mais modesta nos anos mais recentes. Para alcançar a meta de cinco mortes por 1.000 nascidos vivos até 2030, o RS precisaria, em média, reduzir esse indicador em 2,7% ao ano, de 2020 em diante. Justamente por já apresentar um bom desempenho nesse indicador, em relação ao restante do País, o desafio do Estado em reduzir as mortes neonatais nos próximos anos exige um esforço cada vez maior para identificar as suas causas.



Fonte: Datasus: informações de saúde⁴⁸

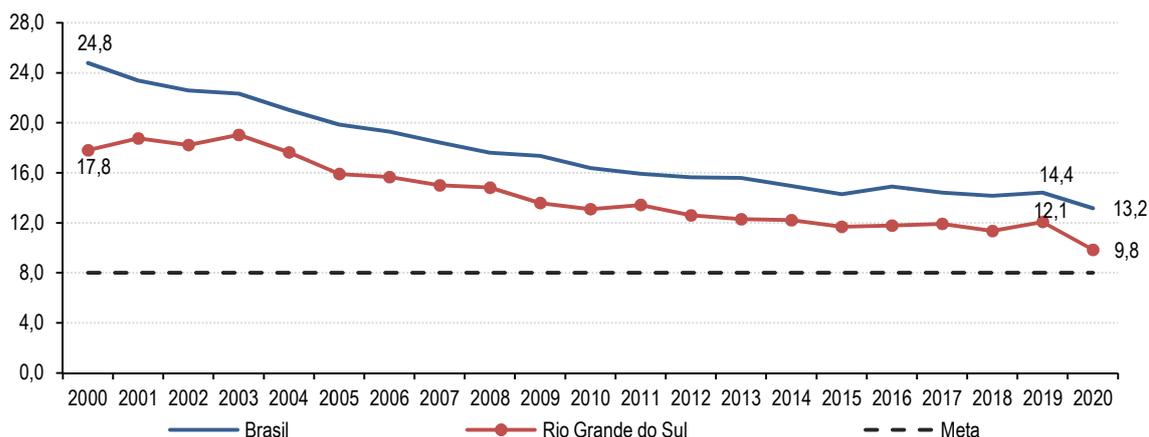
O segundo indicador acompanhado na meta 3.2 é a mortalidade de crianças menores de cinco anos, para o qual ficou estabelecida uma meta de, no máximo, oito mortes por 1.000 nascidos vivos. Assim como na taxa de mortes neonatais, o Estado também apresenta um bom desempenho em comparação com restante do Brasil, tendo apresentado pela primeira vez, em 2020, a menor taxa entre os estados (9,8 por 1.000) (**Figura 22**). Santa Catarina apresentou uma taxa de 10,5, e o Paraná, de 10,7. Para que a meta desse indicador seja alcançada, a queda percentual média nesse indicador teria que ser de 2,1% ao ano, semelhante à queda necessária para atingir a meta do indicador anterior (mortalidade neonatal). Porém, a solução para as causas das mortes neonatais, em geral, são mais difíceis e complexas.

Em relação ao número de novos casos de AIDS notificados no Rio Grande do Sul, houve uma queda mais forte no número total de casos do que a observada no Brasil, até 2018, chegando a 3.167 casos. Porém, em 2019, voltou a subir levemente o número de casos notificados (3.224), influenciado pelo aumento dos casos entre homens, que passaram de 1.897 (2018) para 1.965 (2019), representado 61% do total de casos no último ano considerado (**Figura 23**).

Com referência ao ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, existem treze iniciativas relacionadas a esse objetivo no PPA 2020-2023, as quais se localizam em oito Ações Programáticas, sob responsabilidade de cinco órgãos do Executivo Estadual.

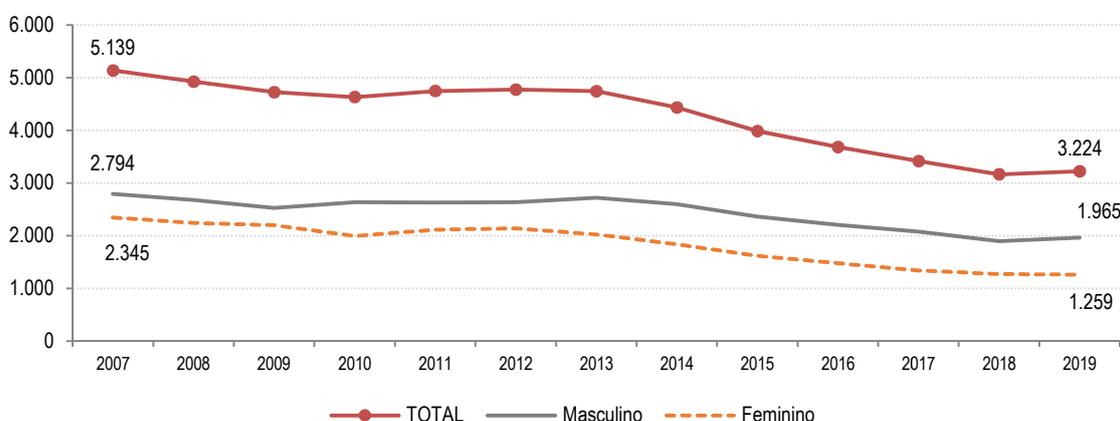
⁴⁸ BRASIL. Ministério da Saúde. Datasus, 2021. Informações de saúde (Tabnet). Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>>. Acesso em: 4 de out de 2021.

Figura 22 - Taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos (por 1.000 nascidos vivos) RS e Brasil - 2000 a 2020



Fonte: Datasus: informações de saúde⁴⁹

Figura 23 - Número de novos casos de AIDS notificados por sexo e ano de diagnóstico - RS - 2007 a 2019



Fonte: Indicadores e dados básicos do HIV/AIDS nos municípios brasileiros⁵⁰

ODS 4: Educação de Qualidade

No que tange aos objetivos para a educação, o ODS 4 – Educação de Qualidade objetiva assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

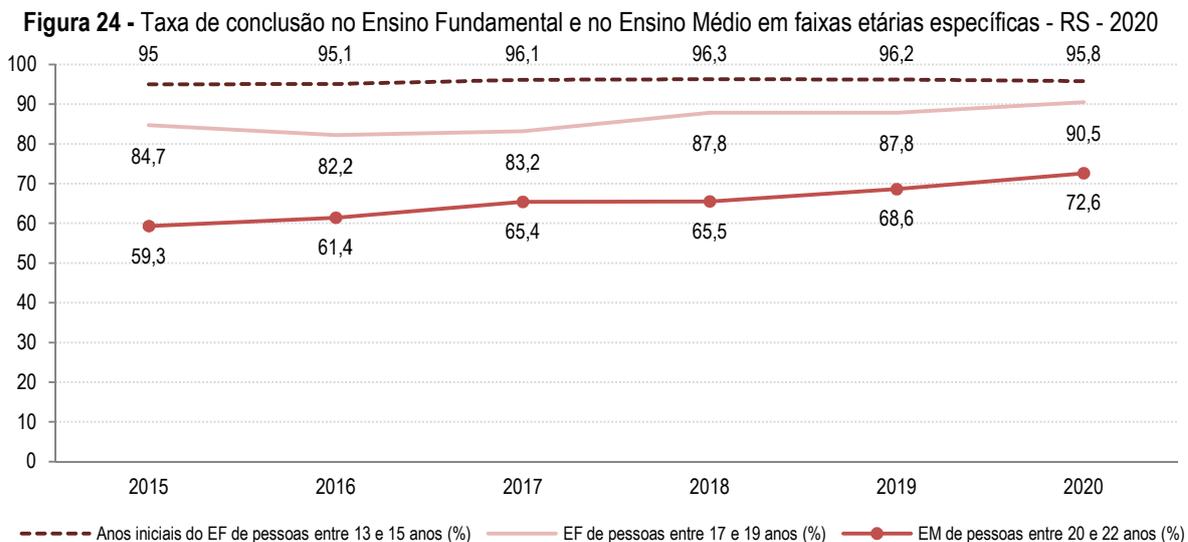
A taxa de conclusão calculada pelo IBGE é a proporção de pessoas com três a cinco anos acima da idade esperada para frequência ao último ano do nível selecionado que completaram esse nível. O Rio Grande do Sul tem taxa de conclusão dos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF) de cerca de 96% dos adolescentes de 13 a 15 anos (**Figura 24**).

A taxa de conclusão do EF por jovens de 17 a 19 anos é de 90% (note-se que aqui já se inclui alunos com até cinco anos de atraso). Há, porém, amplo espaço para a melhoria no que diz respeito à taxa de conclusão no Ensino Médio (EM): cerca de 30% dos jovens de 20 a 22 anos não conseguiram terminar a

⁴⁹ BRASIL. Ministério da Saúde. Datasus, 2021. Informações de saúde (Tabnet). Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>>. Acesso em: 4 de out de 2021.

⁵⁰BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Indicadores AIDS, 2021. Indicadores e dados básicos do HIV/AIDS nos municípios brasileiros. Disponível em: <<http://indicadores.aids.gov.br/>>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

educação básica. Apesar disso, esses percentuais vêm melhorando de 2015 para 2020, sobretudo no que diz respeito ao Ensino Médio. A esse ODS estão relacionadas dezessete iniciativas do PPA 2020-2023, localizadas em doze Ações Programáticas, sendo executadas por sete diferentes órgãos públicos do Estado.



Fonte: SIDRA - IBGE⁵¹

ODS 5: Igualdade de Gênero

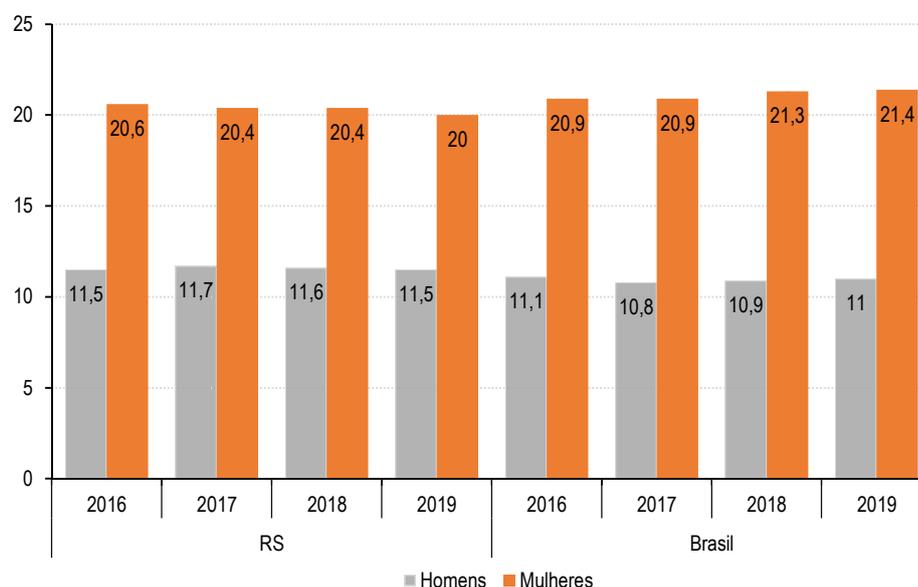
Para o ODS 5 – Igualdade de Gênero, uma série de indicadores é calculada anualmente para acompanhar o RS frente ao cumprimento das diferentes metas propostas para a melhoria na qualidade de vida das mulheres e redução das desigualdades de gênero. Algumas das maiores desigualdades existentes entre homens e mulheres estão relacionadas com o mercado de trabalho, como no caso da maior dificuldade que as mulheres enfrentam para se inserirem e se manterem no mercado de trabalho. Um dos principais motivos é a grande quantidade de horas que elas são obrigadas a dedicar aos trabalhos domésticos e cuidados com pessoas (crianças, idosos, pessoas doentes ou com deficiência). Como demonstra a **Figura 25**, de 2016 a 2019, não houve muita alteração entre a média de horas dedicadas a atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos no Brasil e no RS. As mulheres têm quase o dobro da carga de trabalho dos homens no cumprimento dessas responsabilidades (sendo essa diferença um pouco menor no RS), com uma média de 21,4h contra 11h, no Brasil, e 20h contra 11,5h, no RS, em 2019. Ainda não existem dados disponíveis para 2020; portanto, não é possível analisar os impactos da pandemia no comportamento desse indicador.

Outro desafio enfrentado cotidianamente pelas mulheres é a violência de gênero, que pode se manifestar na forma de agressão física, psicológica, emocional, financeira ou de qualquer outra natureza, e em geral é praticada por homens próximos à vítima (cônjuge, companheiro, namorado, pai, irmão, etc.) no ambiente doméstico. Essa é uma problemática muito preocupante no contexto da pandemia, pois evidencia a vulnerabilidade, potencializada pelo isolamento social, a que as mulheres estão expostas dentro das próprias residências. Se por um lado o isolamento social aumenta potencialmente os casos de violência doméstica contra as mulheres, os registros dessas agressões tenderam a diminuir, uma vez que boa parte das ocorrências necessita de registro presencial na delegacia e, na maioria das vezes, a vítima reside com o

⁵¹IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7555>>. Acesso em: 05 de jan. de 2022.

agressor, e o confinamento (e demais medidas para redução da circulação) dificulta, e até impossibilita, o acesso seguro aos canais de atendimento e proteção.

Figura 25 - Média semanal de horas dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (por sexo) - RS - 2019



Fonte: PNAD Contínua - IBGE⁵²

Notas:

1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.
2. Dados anuais consolidados das quintas entrevistas da PNAD Contínua.

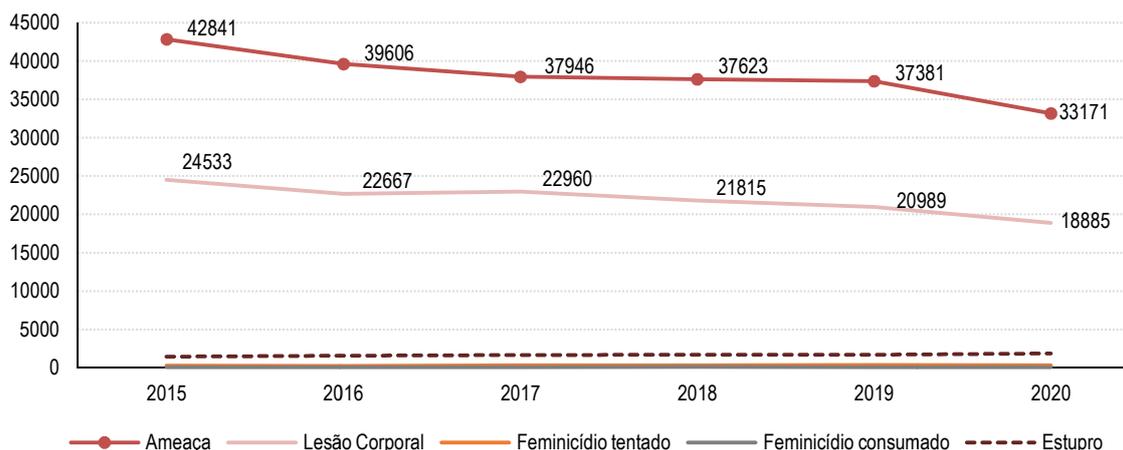
Os dados da Secretaria de Segurança Pública do RS (**Figura 26**) evidenciam essa situação: o número de ocorrências de Ameaças no ano de 2020 apresentou uma diminuição de 11,26%, com 33.171 registros em contraposição aos 37.381 do ano anterior. O mesmo aconteceu com os registros de Lesão Corporal, que tiveram uma redução de 10% no ano de 2020, com um total de 18.885 (contra 20.989, em 2019). Os registros de Femicídio Tentado também apresentaram queda, de 4,5% no ano de 2020, interrompendo uma tendência de alta dos três anos anteriores, com um total de 343 registros (2019 apresentou 359 registros). Em relação ao Femicídio Consumado, houve uma queda de 21,7% no período (76, em 2020, contra 97 registros, em 2019). No caso dos registros de Estupro, o cenário é bastante distinto das demais ocorrências. Isso porque 2020 apresentou um aumento no número de registros de 8,7% em relação a 2019, com 1.863 contra 1.714.

O aumento de casos de crimes sexuais, assim como os de agressão, era esperado dentro do contexto da pandemia, uma vez que muitas vezes as vítimas encontram-se confinadas com seus agressores, e o que pode explicar o fato de haver um aumento nos registros desse tipo enquanto que os demais apresentaram uma redução, é que o estupro pode ser denunciado por outra pessoa, como, por exemplo, profissionais de saúde que eventualmente tenham atendido a vítima, além dos diferentes tipos de acesso aos canais de denúncia que variam de acordo com o tipo de ocorrência.

No PPA 2020-2023, duas iniciativas estão relacionadas ao ODS 5 – Igualdade de Gênero, estando localizadas em uma Ação Programática e sob responsabilidade de um órgão.

⁵² IBGE. PNADC, 2020. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/shiny_pnadc/>. Acesso em: 16 de fev. de 2020.

Figura 26 - Registros das principais ocorrências relacionadas à violência doméstica - RS - 2015 a 2020



Fonte: Indicadores da violência contra a mulher - SSP⁵³

ODS 6: Água Potável e Saneamento | ODS 7: Energia Limpa e Acessível

Uma das principais metas do ODS 6 – Água Potável e Saneamento tem por objetivo melhorar a qualidade da água, reduzindo os despejos de efluentes sem tratamento diretamente nos mananciais. No âmbito do despejo de efluentes domésticos, o acompanhamento é feito a partir da análise do percentual da população com acesso a tratamento de esgoto cloacal, calculado com base na razão entre volume de esgoto tratado e volume de água consumida. De acordo com a **Figura 27**, em 2019, 25,9% da população do RS residia em domicílios com tratamento de esgoto sanitário, percentual muito próximo aos dos anos anteriores – 25,4% em 2016 e 2017 e 26,2% em 2018 –, que expõe um grau de precariedade bem mais severo do que o observado no agregado do País. No Brasil, em 2019, 49,1% da população dispunha de tratamento de esgoto doméstico, proporção que aumentou gradativamente a partir 2016, quando essa parcela correspondia a 44%, passando para 45,1% em 2017 e para 46,3% em 2018.

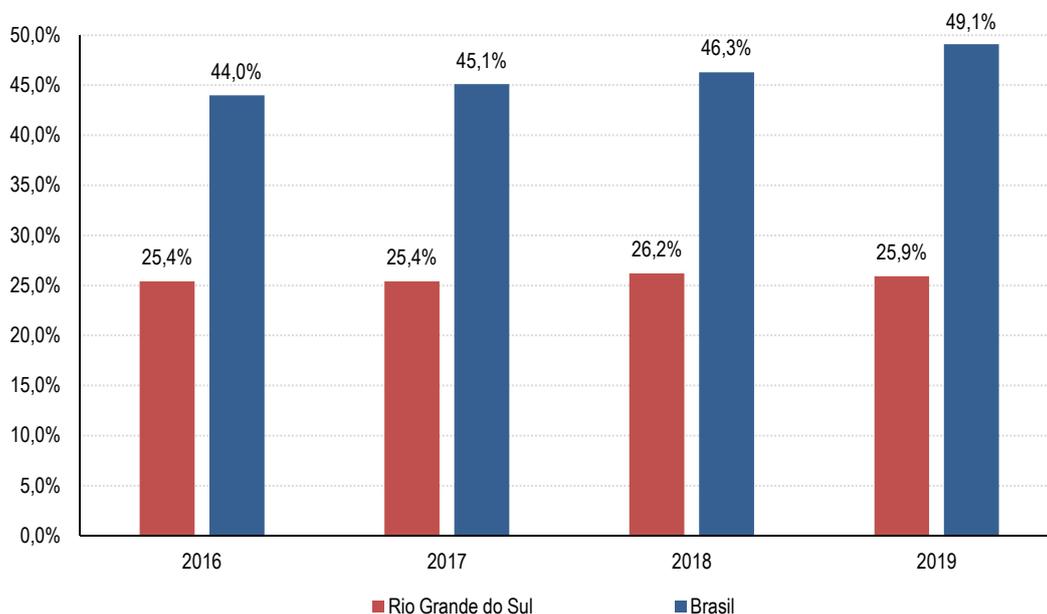
A falta de acesso a fontes seguras de água potável e coleta e tratamento de esgoto aumenta a exposição da população às doenças associadas à falta de saneamento, como as doenças gastrointestinais infecciosas e as transmitidas por mosquitos e outros animais vetores. No RS, a taxa de incidência de internações hospitalares no Sistema Único de Saúde (SUS) relacionadas com a falta de saneamento foi de 7,14 internações por 10 mil habitantes, em 2019, sendo 2016 o ano que apresentou a maior taxa, com 9,12 internações para cada 10 mil habitantes. No Brasil, essa taxa, em 2019, foi quase o dobro da gaúcha: 13,01 internações por 10 mil habitantes, percentual maior do que em 2018 e 2017 (11,7 e 12,51, respectivamente) e menor do que em 2016: 16,57 (**Figura 28**).

O ODS 7 – Energia Limpa e Acessível tem como principal objetivo garantir o acesso universal à energia barata, confiável, sustentável e renovável. Um dos indicadores utilizados para seu acompanhamento é o percentual de energias renováveis na geração de energia elétrica. No Brasil, em 2020, a participação de energias renováveis na matriz elétrica era de 84,8%, 1,8 ponto percentual maior em relação a 2019, que teve um percentual de 83%, dando continuidade a uma tendência de aumento nos últimos anos. Na direção contrária, o RS teve uma participação de 77,02%, em 2020, a mais baixa da série analisada (2015-2020), 6,33 p.p. menor do que a participação de 2019, e seguindo uma tendência de queda sistemática nos últimos

⁵³ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. Indicadores Criminais, 2020. Indicadores da violência contra a mulher. Disponível em: <<https://ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>>. Acesso em: 10 de fev. de 2021.

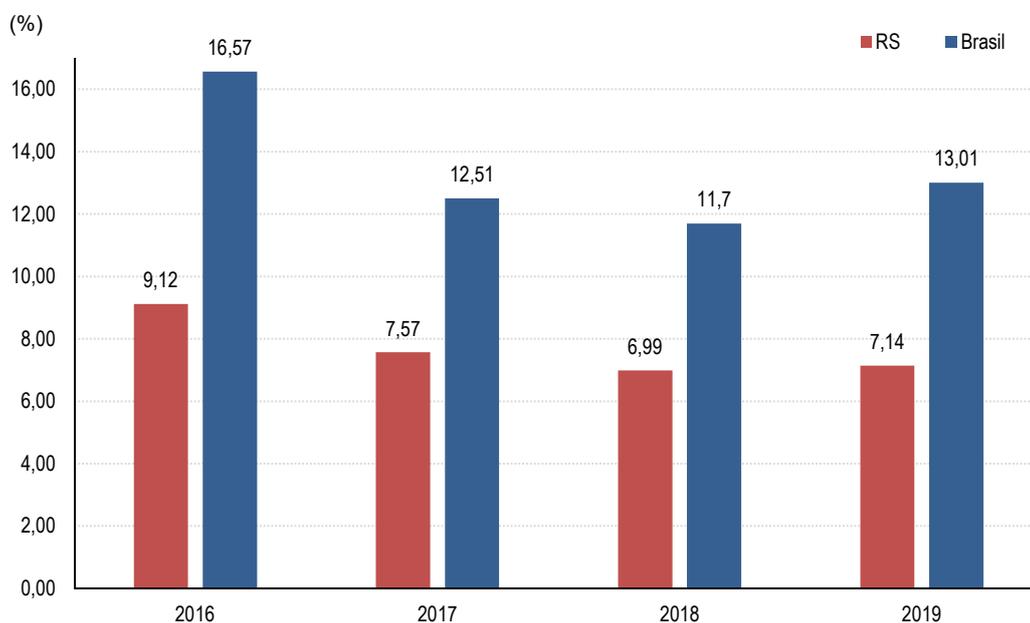
anos (**Figura 29**). Esse comportamento do RS vai de encontro ao objetivo de aumentar a participação das energias renováveis na matriz elétrica e, assim, distancia o Estado do cumprimento da meta.

Figura 27 - Percentual da população residente em domicílios com tratamento de esgoto sanitário RS e Brasil - 2016 a 2019



Fonte: Instituto Trata Brasil⁵⁴

Figura 28 - Taxa de internações hospitalares relacionadas com a falta de saneamento (por 10 mil habitantes) RS - 2016 a 2019

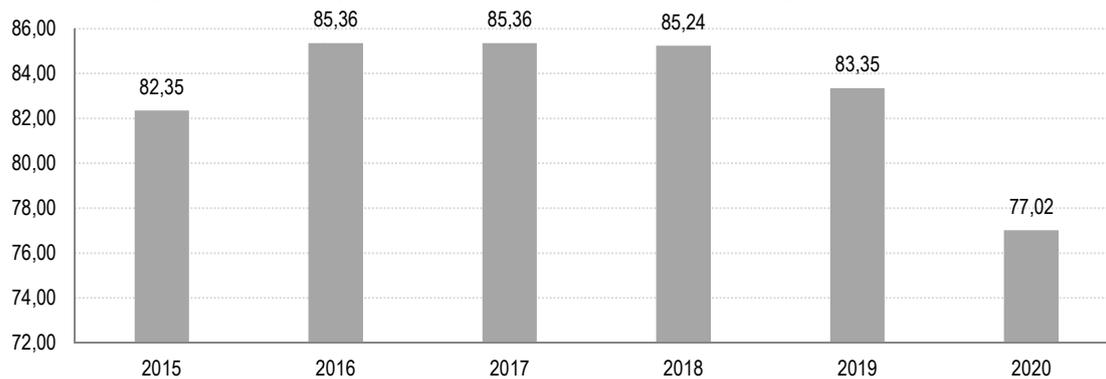


Fonte: Instituto Trata Brasil⁵⁴

Com relação a esses dois Objetivos, dez iniciativas do PPA 2020-2023 contribuem para o enfrentamento dos desafios expostos, em cinco Ações Programáticas, sendo executadas por seis órgãos da Administração Pública Estadual.

⁵⁴INSTITUTO TRATA BRASIL. Trata Brasil. 2018. Painel Saneamento Brasil. Disponível em: <<https://www.painelsaneamento.org.br/>>. Acesso em: 5 de jul. de 2021.

Figura 29 - Participação de energias renováveis na matriz elétrica gaúcha - 2015 a 2020



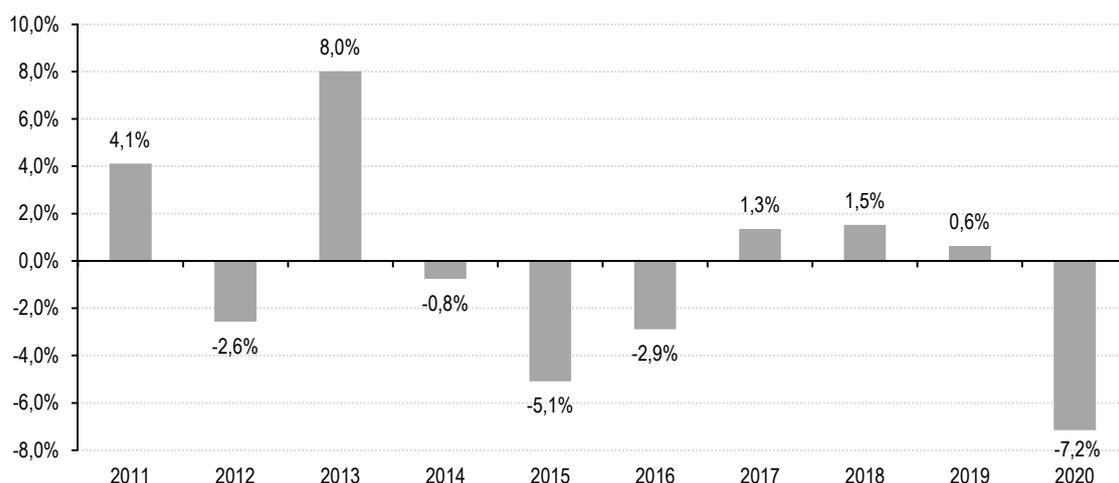
Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)⁵⁵

ODS 8: Emprego Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos é o principal objetivo do ODS 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.

Nesse aspecto, o ritmo de crescimento do PIB real *per capita* do Rio Grande do Sul tem sofrido fortes oscilações em decorrência dos choques que afetam tanto a economia do País quanto a economia regional, em particular as estiagens. Entre 2011 e 2020, apenas em cinco anos houve incremento do PIB real *per capita*. De 2014 a 2016, a forte recessão nacional impactou sobremaneira o Estado, causando três anos consecutivos de queda. Em 2020, a combinação da crise econômica desencadeada pela pandemia do coronavírus, com a mais forte estiagem que assolou o Rio Grande do Sul desde 2012, gerou contração de 7,2% no PIB per capita gaúcho, em termos reais (Figura 30).

Figura 30 - Taxa de crescimento real do PIB *per capita* no Rio Grande do Sul - 2011 a 2020



Fonte: DEE/SPGG⁵⁶

Nota: Elaboração Própria com base nas estimativas populacionais do DEE/SPGG.

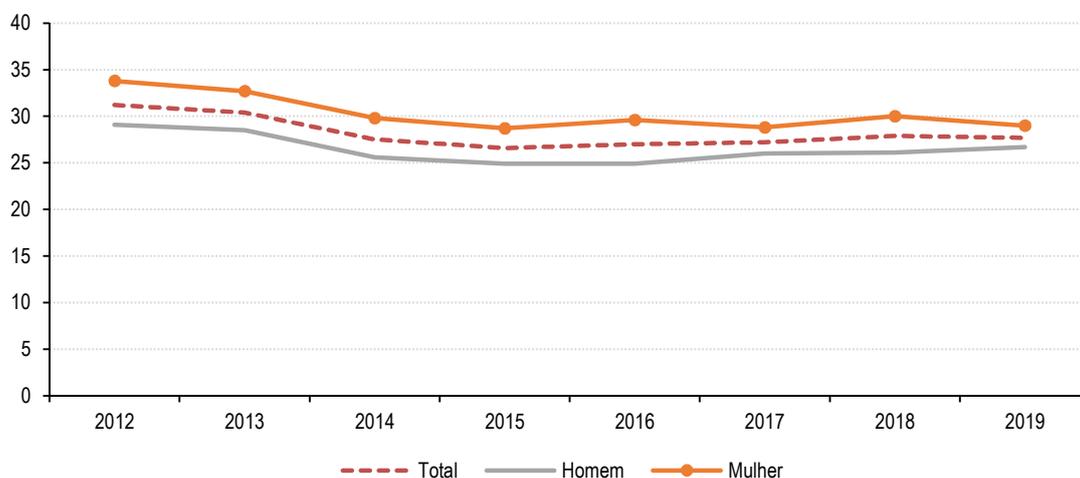
A crise de 2014-2016 também teve consequências no mercado de trabalho. A proporção de ocupados de 14 anos ou mais em situação de trabalho vulnerável, que caiu significativamente entre 2012 e

⁵⁵ EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. EPE, 2020. Balanço Energético Nacional (BEN) – Séries Históricas e Matrizes. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/BEN-Series-Historicas-Completas>>. Acesso em: 17 de set. de 2021.

⁵⁶ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. SPGG/DEE, 2021. PIB RS trimestral. Disponível em: <<https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>>. Acesso em: 06 de jan. de 2022.

2014, permaneceu estável, ao redor de 27%, a partir de então (**Figura 31**). Embora a dinâmica seja similar entre os sexos, o grupo das mulheres tem, consistentemente, maior proporção de pessoas em situação de trabalho vulnerável do que o dos homens. Cabe notar, contudo, que as diferenças entre os sexos, em 2019, foram as menores da série histórica.

Figura 31 - Proporção de ocupados de 14 anos ou mais em situação de trabalho vulnerável (total e por sexo)
RS - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua - IBGE⁵⁷

Notas:

1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.
2. Dados anuais consolidados das primeiras entrevistas da Pesquisa.
3. São considerados ocupados em situação vulnerável: empregado sem carteira de trabalho assinada no setor privado; trabalhador doméstico sem carteira; trabalhador por conta própria que não contribui para previdência e trabalhador familiar auxiliar.

Ao ODS 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico estão relacionadas doze iniciativas do PPA 2020-2023, distribuídas em oito Ações Programáticas e nove órgãos do Executivo Estadual.

ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura

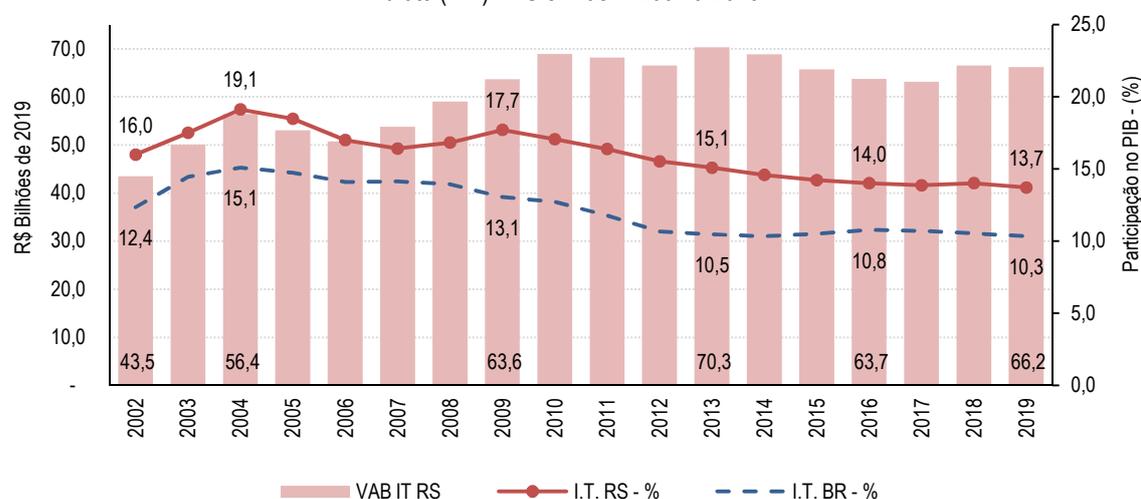
O ODS-9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura ressalta a industrialização como um dos aspectos importantes ao desenvolvimento econômico. Isso se deve a algumas características gerais partilhadas pelas indústrias de transformação: produzem produtos de maior valor agregado e exportáveis; possuem maior produtividade dos fatores; têm melhor remuneração do trabalho; realizam maior esforço em pesquisa e desenvolvimento (P&D), bem como inovam com maior frequência. Pela ótica das relações externas, devido à maior complexidade tecnológica de seus produtos, as indústrias de transformação possuem cadeias produtivas relativamente mais longas. Isso faz com que os setores da manufatura sejam importantes como demandantes de bens e serviços de outras atividades econômicas, induzindo seu crescimento. Ademais, as indústrias de transformação são relevantes como difusores de progresso técnico para outros setores da economia, tanto embarcados em bens de capital quanto em insumos industrializados. Releva salientar que essas características positivas ao desenvolvimento econômico são ainda mais pronunciadas nos setores industriais *high-tech*.

O Rio Grande do Sul vem apresentando perda de participação da indústria transformação na economia, durante um período relativamente longo (**Figura 32**). Especificamente, de 2004 para 2019, a

⁵⁷IBGE. PNADC, 2020. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/shiny_pnadc/>. Acesso em: 16 de fev. de 2020.

participação da indústria de transformação no PIB caiu de 19,1% para 13,7%, encolendo 5,4 p.p. Nesse contexto, o VAB da manufatura gaúcha apresentou aumento de 22,1% de 2004 a 2010; baixo crescimento de 2% daí até 2013; queda durante a crise brasileira e argentina, com -9,3% de 2013 a 2016; e fraca recuperação de 3,8% de 2016 a 2019. Em geral, essa *performance* mostrou-se positiva, mas mais fraca do que a da economia gaúcha como um todo. Isso se expressa na comparação com a taxa de variação do PIB do RS que, nos períodos analisados, apresentou os seguintes resultados: 36,9% em 2004-2010; 15,4% em 2010-2013; -2,4% em 2013-2016; e 6,1% em 2016-2019. Cabe indicar que a média da indústria de transformação brasileira também apresentou uma tendência semelhante à gaúcha, tendo diminuído em 4,8 pontos percentuais sua participação no PIB no período 2004-2019. Trata-se, portanto, de um fenômeno nacional. Logo, essa redução continuada da participação industrial, mas com algum crescimento na maioria dos anos entre 2004 e 2019, configura-se como um processo de desindustrialização relativa no RS e no Brasil.

Figura 32 - Valor adicionado bruto (VAB) e participação percentual da indústria de transformação no produto interno bruto (PIB) - RS e Brasil - 2002 a 2019



Fontes dos dados brutos: DEE/SPGG⁵⁸ e Contas nacionais - IBGE⁵⁹
Nota: Valores do VAB deflacionados para preços constantes de 2019 pelo IPCA/IBGE.

Em relação aos setores *high-tech*, a evolução de sua participação na estrutura da indústria de transformação do RS no período 2011-2019 pode ser dividida em antes e após as crises brasileira e argentina. Assim, em 2011-2013, os setores *high-tech* tiveram pequena variação positiva de 0,9 p.p. em seu peso na manufatura gaúcha. No período seguinte, contudo, essa participação reduziu-se em 7,1 p.p., de 37,1% em 2013 para 29,9% em 2015, mantendo-se nesse patamar até 2019 (**Figura 33**). Nesse âmbito, em valor absoluto, o Valor da Transformação Industrial (VTI) dos setores industriais *high-tech* do RS teve crescimento de 13,1% de 2011 para 2013 (6,3% a.a.), acima da média da manufatura, porém, eles foram mais afetados no período de crise, com forte retração de 28,5% de 2013 para 2016 (-10,6% a.a.) e subsequente baixo crescimento de 3,8% de 2016 para 2019 (1,3% a.a.).

Esse desempenho dos setores industriais *high-tech* foi assimétrico entre seus ramos⁶⁰. Assim, máquinas & equipamentos e automotivo cresceram acima da média da manufatura em 2011-2013, mas sofreram forte redução da demanda por seus produtos nos anos de crise. Pelo seu peso no RS, esses

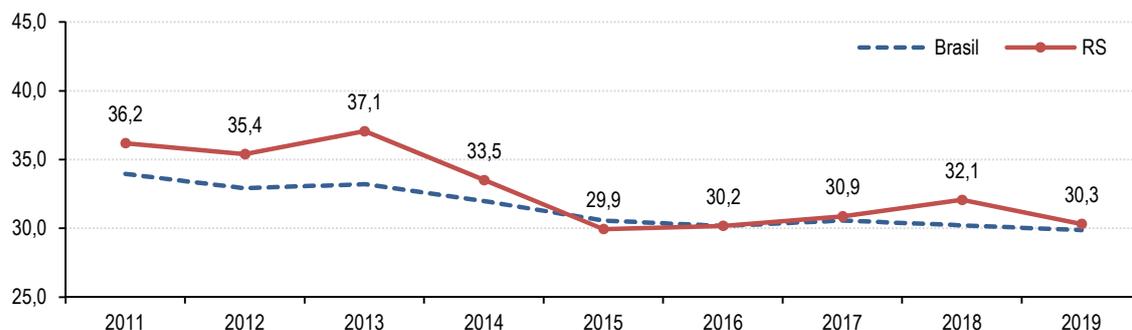
⁵⁸ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. SPGG/DEE, 2021. PIB RS trimestral. Disponível em: <<https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>>. Acesso em: 06 de jan. de 2022.

⁵⁹ IBGE. SCN, 2019. Sistema de contas nacionais. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 06 de jan. de 2022.

⁶⁰ Um maior detalhamento dos desempenhos dos setores da indústria de transformação do RS pode ser encontrado no Boletim ODS "Indústria, Inovação e Transportes: ODS-9 no Rio Grande do Sul", a ser publicado pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE/SPGG).

setores puxaram o comportamento do grupo *high-tech*. Nesses dois casos, a queda foi mais um efeito da conjuntura adversa, reduzindo substancialmente a demanda por seus produtos, do que por baixa competitividade, pelo menos, entre suas principais empresas. Contudo, para os demais setores industriais *high-tech* – eletrônicos & TICs, farmacêutica, materiais elétricos e alguns ramos da química – estes apresentaram desempenho abaixo da média da indústria de transformação do RS. Além dos efeitos da crise, esses ramos também incorreram em maiores limitações à competitividade das empresas.

Figura 33 - Participação de setores high-tech no valor da transformação industrial da indústria de transformação (%) RS e Brasil - 2011 a 2019



Fonte: Pesquisa Industrial Anual - IBGE⁶¹

Notas:

1. Os setores *high-tech* da indústria de transformação são os de alta e de média-alta pela taxonomia de intensidade tecnológica da OCDE.
2. Empresas com cinco ou mais empregados em 31/12.

Complementarmente, a participação do grupo *high-tech* na manufatura também decorre do comportamento dos *low-tech*. Nesse grupo, aqueles setores mais intensivos em recursos naturais conseguiram apresentar bons desempenhos, destacando-se fabricação de alimentos e refino de petróleo, ganhando participação na indústria de transformação do RS. Porém, outros *low-tech* mais intensivos em mão de obra, tais como couros & calçados, têxteis & confecções e outros, tiveram *performance* abaixo da média da manufatura gaúcha. Na maioria desses casos, isso se deveu a uma maior dificuldade competitiva, especialmente, em relação a rivais de nações asiáticas, como a China, sobretudo em momentos em que o câmbio esteve mais valorizado.

Esses desempenhos têm resultado no baixo crescimento no agregado das indústrias de transformação, ocasionando a desindustrialização relativa do RS, aliada a mudanças estruturais importantes, como a perda de participação dos setores *high-tech* e o aumento da concentração da produção industrial, tornando-se menos diversificada. Esse último aspecto manifestou-se na elevação da participação dos oito principais setores no VTI da manufatura gaúcha, de 66,9% em 2007 para 72,6% em 2019.

Essa evolução da indústria gaúcha requer que sejam feitas algumas considerações sobre suas implicações. A primeira delas é que existem fatores limitando a competitividade das empresas, nas dimensões empresariais, setoriais e sistêmicas (do Estado ou do País). Evidentemente, esses limitantes variam em importância para cada setor industrial, conforme seu padrão de concorrência setorial, devendo ser examinados caso a caso. A questão é que esses fatores, ao dificultarem a competitividade empresarial, tendem a reduzir o ritmo de crescimento daqueles setores mais afetados e, portanto, da própria indústria de transformação gaúcha. Como consequência, a segunda implicação é que a diminuição da participação de setores *high-tech* na manufatura e a desindustrialização tendem a reduzir o ritmo de desenvolvimento de inovações, de aumento da produtividade e de geração de emprego, de renda e de arrecadação de impostos, com efeitos adversos sobre a capacidade de crescimento econômico do RS. Por fim, a última implicação é

⁶¹ IBGE. PIA, 2019. Pesquisa Industrial Anual - Empresa. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?=&t=resultados>>. Acesso em 06 de jan. de 2022.

que esses aspectos também tendem a reduzir a capacidade da economia gaúcha de responder a novos desafios ao seu processo de desenvolvimento. Dentre os mais prementes, por exemplo, cabe mencionar: o envelhecimento da população; o equacionamento do déficit nas contas públicas; a necessidade de ajuste dos setores industriais ao novo padrão produtivo da Indústria 4.0; e, a partir daí, como aproveitar as oportunidades abertas ao RS pelas novas tecnologias.

Com referência a esse ODS, existem vinte iniciativas relacionadas no PPA 2020-2023, sendo que estão localizadas em quatro Ações Programáticas e sob responsabilidade de seis órgãos públicos da Administração Estadual.

ODS 11: Cidade e comunidades sustentáveis | ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis | ODS 13: Ação contra a mudança global do clima

Com relação ao ODS 11 – Cidade e comunidades sustentáveis, a Lei Federal nº 11.124, de 2005, que criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, prevê que só podem receber recursos desse fundo os estados e municípios que apresentarem um “Plano Habitacional de Interesse Social, considerando as especificidades do local e da demanda”. Portanto, a elaboração desses planos é essencial para os municípios que desejam receber recursos federais nessa área.

A existência de planos municipais de habitação foi incluída no questionário de duas edições da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do IBGE: 2011 e 2017. Nos seis anos que separaram as duas pesquisas, o Rio Grande do Sul passou de 42,1% para 50,5% dos municípios com plano de habitação. A menor ocorrência foi registrada nos municípios menores: entre aqueles com menos de 5 mil habitantes, só 36,9% possuíam plano em 2017 e, de 5 a 10 mil habitantes, 43,5%.

No Brasil, a pesquisa de 2011 mostrou que 28,3% dos municípios possuíam planos de habitação. Em 2017, o valor aumentou para 39,7%. Nos dois anos analisados, o Rio Grande do Sul apresentava valores maiores do que a média do Brasil em todas as faixas de população (**Tabela 31**).

Tabela 31 - Existência de plano municipal de habitação
RS e Brasil - 2011 e 2017

População dos municípios	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2011	2017	2011	2017
Até 5.000	31,3%	36,9%	23,1%	30,7%
De 5.001 a 10.000	38,5%	43,5%	23,0%	29,4%
De 10.001 a 20.000	45,3%	61,4%	24,6%	31,9%
De 20.001 a 50.000	61,0%	73,1%	34,7%	50,0%
De 50.001 a 100.000	75,0%	91,7%	42,7%	67,9%
De 100.001 a 500.000	82,4%	83,3%	50,4%	80,2%
Mais de 500.000	100,0%	100,0%	63,2%	88,1%
Total	42,1%	50,5%	28,3%	39,7%

Fonte: Pesquisa de informações básicas municipais - IBGE⁶²

No tocante ao ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2017, apenas 17,7% dos municípios gaúchos possuíam secretaria exclusiva

⁶² IBGE. Pesquisa de informações básicas municipais. MUNIC, 2020. Perfil dos municípios brasileiros. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 06 de jan. de 2022.

de meio ambiente, número abaixo da média nacional (25%). A existência de secretaria própria, entretanto, variava muito de acordo com o tamanho dos municípios, indo de 9,5% dos municípios com até cinco mil habitantes a 83,3% naqueles de 100 a 500 mil habitantes (**Tabela 32**).

Tabela 32 - Caracterização do órgão gestor do meio ambiente - RS e Brasil - 2017

População dos municípios	Não possui estrutura	Órgão da administração indireta	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais	Secretaria exclusiva	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo
Brasil	6,6%	1,2%	52,8%	25,0%	11,2%	3,3%
Até 5.000	10,7%	0,1%	55,8%	16,3%	12,1%	5,0%
De 5.001 a 10.000	10,5%	0,1%	53,6%	19,2%	11,8%	4,9%
De 10.001 a 20.000	5,6%	0,9%	54,9%	23,0%	12,6%	3,0%
De 20.001 a 50.000	2,6%	1,5%	53,1%	30,5%	10,7%	1,6%
De 50.001 a 100.000	0,3%	3,1%	44,2%	43,4%	7,6%	1,4%
De 100.001 a 500.000	0,4%	8,6%	36,6%	48,9%	5,6%	0,0%
Mais de 500.000	0,0%	2,4%	38,1%	57,1%	2,4%	0,0%
Rio Grande do Sul	0,2%	0,2%	56,5%	17,7%	22,5%	2,8%
Até 5.000	0,5%	0,0%	66,2%	9,5%	21,2%	2,7%
De 5.001 a 10.000	0,0%	0,0%	59,3%	11,1%	24,1%	5,6%
De 10.001 a 20.000	0,0%	0,0%	45,6%	15,8%	36,8%	1,8%
De 20.001 a 50.000	0,0%	0,0%	52,2%	25,4%	20,9%	1,5%
De 50.001 a 100.000	0,0%	0,0%	29,2%	58,3%	12,5%	0,0%
De 100.001 a 500.000	0,0%	5,6%	5,6%	83,3%	5,6%	0,0%
Mais de 500.000	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Pesquisa de informações básicas municipais - IBGE⁶³

Já a capital Porto Alegre, maior cidade do Estado, não possuía secretaria própria, mas uma secretaria conjunta de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. No total, eram 56,5% dos municípios gaúchos na situação de secretaria conjunta com outras políticas setoriais. Em 22,5% dos municípios existia apenas um setor responsável pelo meio ambiente subordinado à outra secretaria. Existiam ainda poucos casos de setor subordinado diretamente ao prefeito (2,8%), órgão da Administração Indireta (0,2%) e inexistência de estrutura voltada ao meio ambiente (0,2%).

Em relação à MUNIC de 2013, a última antes de 2017 em que a pergunta foi realizada, houve uma redução de municípios com secretaria exclusiva de meio ambiente tanto em nível estadual quanto nacional. O valor caiu de 19,1% para 17,7%, no Rio Grande do Sul, e de 27,1% para 25,0% no Brasil.

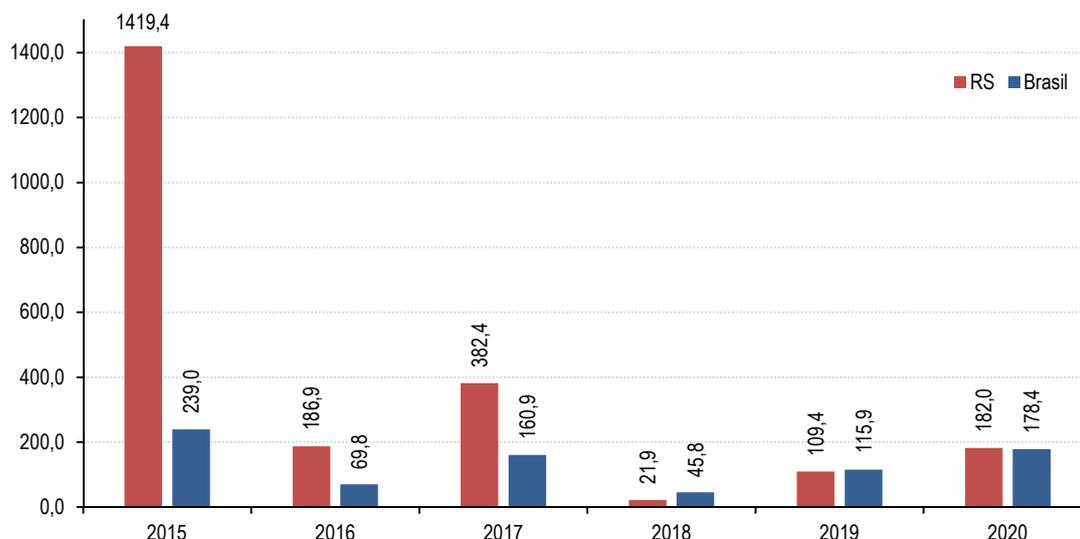
Os desastres naturais relacionados ao clima (tempestades, furacões, estiagens, etc.) e seus impactos negativos são uma das principais consequências das mudanças climáticas no mundo todo. No ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima, um dos indicadores de acompanhamento analisa o número de mortes, de pessoas desaparecidas e de pessoas diretamente afetadas⁶⁴, atribuído a desastres relacionados com o clima, por 100.000 habitantes. Em 2020, o total de afetados por desastres naturais relacionados ao clima foi de 377.868 no Brasil, correspondendo a uma taxa de 178,4 pessoas afetadas a cada 100.000 habitantes (**Figura 34**). O RS teve 20.786 pessoas afetadas, com uma taxa de 182 por 100.000 habitantes, figurando como o nono estado com a maior taxa. O Estado havia apresentado, em 2015, uma taxa

⁶³ IBGE. Pesquisa de informações básicas municipais. MUNIC, 2020. Perfil dos municípios brasileiros. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=co-que-e>>. Acesso em: 06 de jan. de 2022.

⁶⁴ Foi considerado para o cálculo o número de mortos, feridos, desabrigados, desalojados e desaparecidos nas tipologias referentes a desastres naturais relacionados com o clima: alagamentos, deslizamentos, enxurradas, erosão continental, estiagem, inundações, seca, chuvas intensas, granizo, tornados e vendaval (<https://s2id.mi.gov.br/paginas/relatorios/>).

especialmente elevada de afetados por desastres naturais relacionados com o clima — 1.419,4 por 100.000 habitantes. Isso porque, apesar de ter enfrentado uma estiagem bastante significativa no início daquele ano, o RS esteve sob forte influência do fenômeno *El Niño* – que resulta em um maior volume de precipitação no Estado – que, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foi o mais forte registrado no século XXI. A menor taxa apresentada no Estado, no período aqui analisado, foi em 2018, com 21,9 pessoas afetadas a cada 100.000 habitantes, chegando, em 2020, aos 182 já mencionados. No agregado do Brasil, a oscilação das taxas foi bem menor, partindo de 239 em 2015, que foi o ponto máximo, e tendo como valor mínimo 45,8, também em 2018.

Figura 34 - Número de pessoas afetadas por desastres naturais relacionados ao clima RS e Brasil - 2015 a 2020

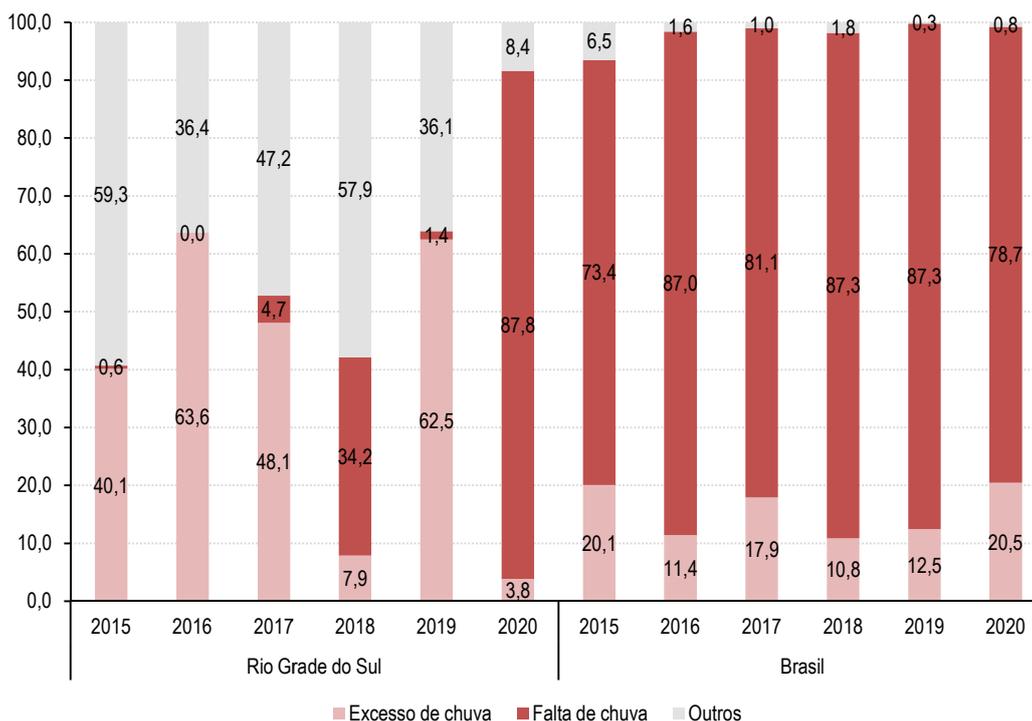


Fonte: SEEG Brasil⁶⁵

No Brasil, entre 2015 e 2020, houve mais registros de desastres naturais relacionados à falta de chuva do que de relacionados com o excesso de precipitação. A participação dos primeiros oscilou, no período, entre 73% e 87% do total de ocorrências. Em 2020, foram registrados 490 desastres naturais relacionados com o excesso de chuva no País (20% do total), enquanto os relacionados com a falta de precipitação somaram 1.885 registros, ou 79% do total. Ao contrário do Brasil, e apesar de vir apresentando, ao longo dos últimos anos, um maior número de ocorrências de estiagens — o que afeta, de maneira bastante intensa, as atividades agropecuárias e, conseqüentemente, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, o RS registrou, entre 2015 e 2020, mais desastres relacionados ao excesso do que à falta de precipitação, com exceção dos anos de 2018 e 2020, ambos os anos com influência do fenômeno *La Niña* que, ao contrário do que ocorre com o *El Niño*, provoca um menor volume de precipitação para o RS. Como se observa na **Figura 35**, nesses anos, os desastres naturais relacionados com a falta de chuva representaram, respectivamente, 34,2% e 87,8% do total de registros. Em 2015, a falta de chuva estava relacionada com apenas 0,6% do total de registros, em contraposição a 40,1% do excesso de precipitação (59,3% estavam relacionados a outros eventos, como granizo e vendaval). Esses outros desastres naturais relacionados ao clima, mas não redutíveis ao excesso ou à falta de chuvas, também são bastante frequentes no território gaúcho e, por vezes, representam a maior parcela do número de ocorrências, como nos anos de 2015 e 2018, em que representaram 59,3% e 57,9% do total.

⁶⁵ OBSERVATÓRIO DO CLIMA. SEEG BRASIL, 2020. Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa: download base de dados. Disponível em: <<http://seeg.eco.br/download>>. Acesso: 06 de jan. de 2022.

Figura 35 - Número de registros de desastres naturais relacionados à falta e ao excesso de precipitação RS e Brasil - 2015 a 2020



Fonte: SEEG Brasil⁶⁶

Para o alcance das metas dos ODS 11, 12 e 13, há a contribuição de 104 iniciativas do PPA 2020-2023, localizados em 35 Ações Programáticas e sob a responsabilidade de 31 órgãos públicos estaduais.

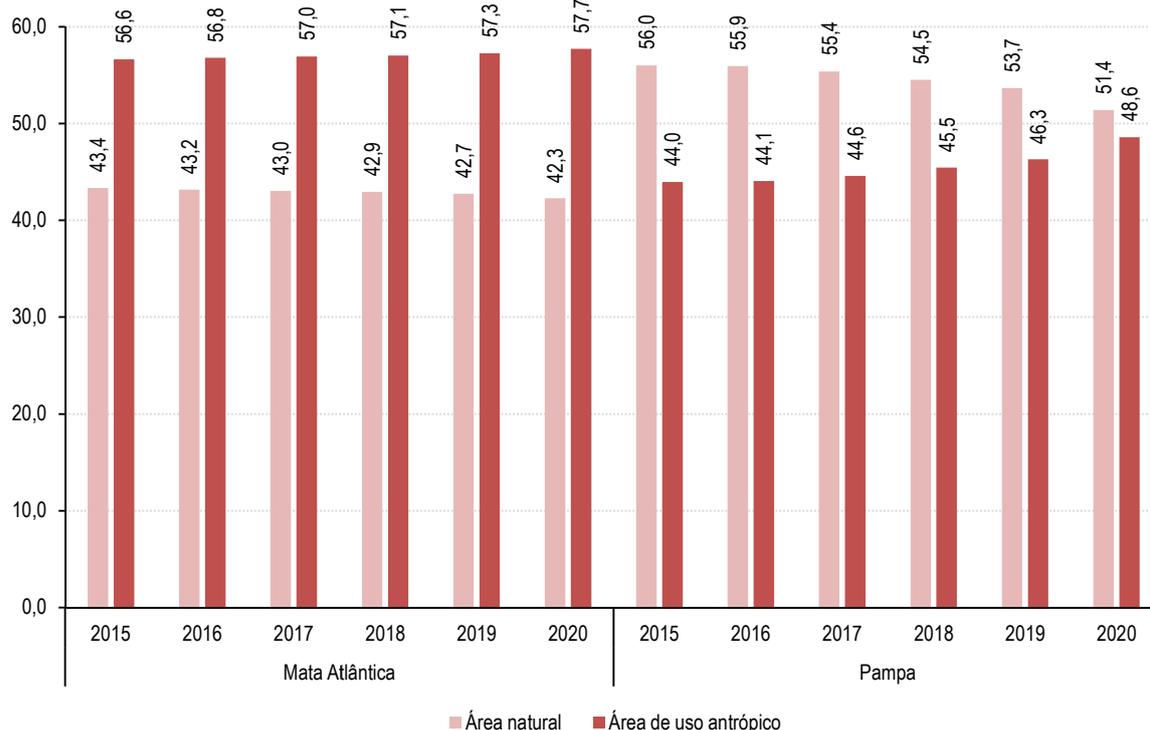
ODS 15: Vida Terrestre

Com relação ao ODS 15 – Vida Terrestre, que tem por objetivo principal proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, um dos indicadores de acompanhamento utilizados analisa a proporção de florestas nativas preservadas. Pelo fato de o Bioma Pampa – que compõe, junto com o Mata Atlântica, a paisagem do RS – ser constituído predominantemente por formações campestres e não florestais, essa meta foi adaptada para analisar a proporção de áreas naturais preservadas⁶⁷, o que inclui formações vegetais e não vegetais florestais ou não. De acordo com os dados do Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (MapBiomas), de 1990 a 2000, o Brasil perdeu 70.361.488,6ha, ou 10,8%, da sua área natural, sendo que o bioma que apresentou a maior redução no período foi o Cerrado, que perdeu 17,5% da sua cobertura original, seguido pelo Pampa (-16,1%), Pantanal (-15,8%), Amazônia (-10,8%), Caatinga (-5%) e Mata Atlântica (-0,7%). Entre 2015 e 2020, o RS perdeu 892.388,61ha de áreas naturais (6,6%), sendo que a perda mais expressiva se deu no Bioma Pampa: -8,1% (799.660,9ha), enquanto nas áreas naturais de Mata Atlântica essa redução foi de 92.727,7ha, ou -2,5% (Figura 36).

⁶⁶ OBSERVATÓRIO DO CLIMA. SEEG BRASIL, 2020. Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa: download base de dados. Disponível em: <<http://seeg.eco.br/download>>. Acesso: 06 de jan. de 2022.

⁶⁷ Foram consideradas como áreas naturais: a) as florestais: formações florestais, savânicas, mangues e restingas arborizadas; b) as não florestais: formações campestres, afloramentos rochosos, apicuns e outras formações; e c) as naturais não vegetadas: praias, dunas e areais.

Figura 36 - Proporção de áreas naturais e de uso antrópico (Biomas Pampa e Mata Atlântica) - RS - 2015 a 2020



Fonte: MapBiomias⁶⁸

No PPA 2020-2023 existem seis iniciativas relacionadas ao ODS 15, localizadas em quatro Ações Programáticas e sendo executadas por três órgãos da Administração Pública Estadual⁶⁹.

ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Um dos objetivos do ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes é promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável. Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul registrou uma queda significativa nos óbitos por causas violentas. Depois de atingir o recorde de 29,4 mortes violentas por 100 mil habitantes em 2017, ano marcado pela disputa entre grupos rivais no tráfico de drogas, a taxa caiu até atingir o valor de 18,1 em 2020, segundo os dados preliminares divulgados pelo Ministério da Saúde (**Figura 37**). Em três anos, portanto, a taxa caiu 38%.

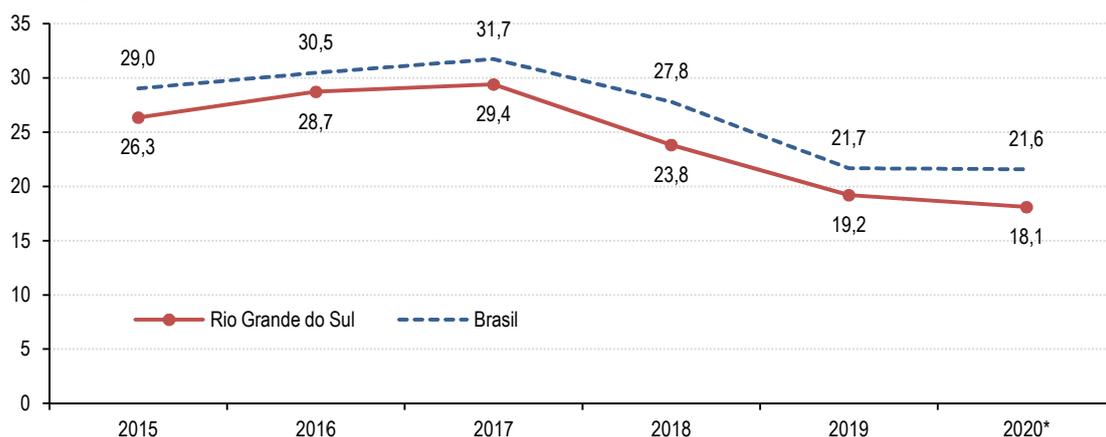
O resultado seguiu a mesma tendência de queda verificada na média nacional. O Brasil passou de uma taxa de mortalidade por causas violentas de 31,7 por 100 mil habitantes, em 2017, para 21,6 em 2020. Tanto no Estado quanto no País o ritmo da queda foi menor no último ano da série do que nos anteriores.

Com relação ao ODS 16, 37 iniciativas do PPA 2020-2023 contribuem para o alcance das metas, distribuídas em quatorze ações programáticas e onze órgãos públicos do Executivo Estadual.

⁶⁸ MAPBIOMAS BRASIL. Projeto MapBiomias, 2020. Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso do Solo do Brasil – Coleção 6.0. Disponível em: <<https://mapbiomas.org/>>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

⁶⁹ Embora não tenha sido possível apurar o indicador com relação ao ODS 14 – Vida na Água (por indisponibilidade da informação), ele estaria vinculado ao ODS 15, por complementaridade. No PPA 2020-2023, sete iniciativas estão vinculadas ao ODS 14, localizadas em três Ações Programáticas e em quatro órgãos do Executivo Estadual.

Figura 37 - Taxa de mortalidade por causas violentas por 100 mil habitantes - RS e Brasil - 2015 a 2020



Fonte dos dados: Projeções da população - IBGE⁷⁰ e SIM⁷¹

Elaboração: DEE/SPGG.

Por fim, cumpre destacar que o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação busca o estabelecimento de compromissos e parcerias entre os diferentes atores sociais, políticos e econômicos, a fim de desenvolver mecanismos de implementação dos Objetivos, superando as dificuldades encontradas. No PPA 2020-2023, estão relacionadas quarenta iniciativas que contribuem para o ODS 17, localizadas em dezenove Ações Programáticas e sob a responsabilidade de quatorze órgãos da Administração Pública Estadual.

⁷⁰ IBGE. Relatórios Metodológicos, 2018. Projeções da população: Brasil e unidades da federação. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101597.pdf>>. Acesso em 06 de jan. de 2022.

⁷¹ MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. SIM, 2020. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em <<http://svs.aids.gov.br/dantps/cgiae/sim/>>. Acesso em 06 de jan. de 2022.

REALIZAÇÕES DO GOVERNO EM 2021 E PRIORIDADES PARA 2022

Para fins de prestação de contas à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) e à sociedade, inicialmente, este capítulo relata as ações executadas em 2021 pelo Poder Executivo gaúcho no âmbito do Plano Plurianual Estadual vigente, o PPA 2020-2023, instituído pela Lei 15.326/2019, atualizado pelas Leis 15.563/2020 e 15.719/2021. Ao final, as prioridades governamentais para o ano de 2022 são apresentadas, conforme compromisso assumido no atual PPA e nas leis orçamentárias consequentes.

REALIZAÇÕES EM 2021

Nesta seção, estão descritos, por Eixo Estratégico (**Tabela 33**), as principais conquistas do serviço público gaúcho em 2021. Como insumo, foram utilizados, majoritariamente, os dados inseridos trimestralmente pelas secretarias e órgãos vinculados durante o acompanhamento do PPA 2020-2023, contendo informações atualizadas até 15 de dezembro de 2021. Complementarmente, foram utilizados textos disponibilizados pela Secretaria de Comunicação e notícias divulgadas nas páginas oficiais do Governo.

Tabela 33 - Programas temáticos do PPA 2020-2023 que compõem os quatro Eixos Estratégicos do Governo do RS

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA TEMÁTICO	OBJETIVO TEMÁTICO
Desenvolvimento Sustentável	Acelera RS	Modernizar e agregar valor à produção por meio do fomento à educação empreendedora e ao incentivo à qualificação tecnológica e às empresas da nova economia, gerando emprego e renda.
	Campo em Ascensão	Promover a qualidade da produção agropecuária, investindo na inovação tecnológica, na educação profissional, na assistência técnica, na extensão rural, na infraestrutura e no cooperativismo, com vistas a agregar valor ao produto e gerar emprego e renda no campo.
	Desenvolve RS	Fortalecer a atividade econômica, estimulando as potencialidades regionais, por meio da participação social, da melhoria da infraestrutura dos municípios, da qualificação da mão de obra e do fomento à inovação e à modernização da produção.
	Simplifica RS	Incentivar a competitividade e promover a sustentabilidade dos negócios, por meio da simplificação da legislação tributária, da desregulamentação e da revisão e redução dos processos burocráticos.
	RS Infraestrutura	Integrar os atuais e os novos modais de transporte de maneira eficiente e segura, por meio da modernização da infraestrutura logística, bem como garantir o acesso à energia, ao abastecimento de água e ao saneamento básico.
Estado Sustentável	Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias	Promover e garantir a gestão sustentável dos recursos públicos, otimizando e qualificando a entrega de resultados para o cidadão, por meio da revisão de processos de trabalho, da busca pela qualidade do gasto, do combate à evasão e à sonegação fiscal, bem como da busca por alternativas inovadoras de parcerias e gestão de ativos.
Governança e Gestão	Governo 4.0	Entregar respostas ágeis e efetivas às demandas do cidadão e otimizar a prestação de serviços e de informações de maneira simples, clara e transparente, por meio do alinhamento estratégico entre níveis de governo, do desenvolvimento de soluções digitais intuitivas e do atendimento por servidores qualificados.
Sociedade com Qualidade de Vida	Educa+RS	Garantir educação de qualidade para acompanhar a evolução do conhecimento, criando um ambiente favorável para diminuir as desigualdades sociais, fomentando o desenvolvimento integral em uma ambiência de empreendedorismo, inovação e inteligência.
	Evolução Sustentável	Promover o desenvolvimento sustentável por meio da implementação de ações de proteção e gestão ambiental e do fortalecimento das práticas de educação ambiental.
	RS Cidadania	Promover uma sociedade mais próspera, igualitária e participativa, por meio da geração de oportunidades de inclusão social e de vivência de cultura, esporte e lazer, em sinergia com as ações de educação, saúde e segurança.
	RS Seguro	Recuperar a sensação de segurança da população, por meio do fortalecimento das instituições e da atuação efetiva, em sinergia com a sociedade, buscando a maior qualidade na prestação dos serviços.
	Saúde Cidadã	Promover a prevenção e melhorar a assistência à saúde da população, baseada na integralidade do cuidado, com atenção à qualidade, à resolutividade e à otimização da aplicação dos recursos públicos.

Fonte: PPA 2020-2023⁷²

⁷² RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. SPGG/DEPLAN, 2019. Plano Plurianual 2020-2023. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/plano-plurianual/>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

Eixo Desenvolvimento Empreendedor

Na busca do desenvolvimento empreendedor, o PPA 2020-2023 conta com cinco Programas Temáticos: Acelera RS, Campo em Ascensão, Desenvolve RS, Simplifica RS e RS Infraestrutura. Para a execução dos objetivos temáticos desses programas (**Tabela 33**), foram feitos esforços por várias secretarias, principalmente as destacadas nesta seção.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL (SEAPDR) Órgãos Vinculados: CEASA/RS e IRGA

Dentre as realizações da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) desenvolvidas em 2021 através do Campo em Ascensão, destacam-se as que buscaram a redução do impacto da estiagem e a qualificação da infraestrutura no campo. Para apoio à infraestrutura rural, foram construídos 278 açudes e reservatórios para uso múltiplo em 11 COREDEs e 80 poços tubulares em 7 Regiões Funcionais, atendendo, em média, 3.200 famílias. Além da recuperação de 8.214 vias de acesso à propriedade e do atendimento a 10.487 propriedades com patrulha mecanizada, em 2021, foram executados 1.506 projetos de terraço, curva de nível, nascente, cisterna e reservatório. Visando à ampliação da área irrigada no RS, no último ano do Programa Mais Água, Mais Renda, a Secretaria construiu 78 reservatórios e elaborou 119 projetos de irrigação em 19 COREDEs, totalizando uma área irrigada de 4.001,95 ha e uma área alagada de 100,86 ha. Para melhoria da infraestrutura básica das famílias rurais em situação de pobreza, 73 delas tiveram acesso à água para consumo e saneamento implantado, e foram recuperados 305 km de estradas em assentamento rural. Devido à finalização do convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), está sendo encaminhada a doação das máquinas aos municípios. Em 2021, para melhoria da infraestrutura das cooperativas, foi concedido benefício de assistência técnica e extensão rural e social (ATERS) a 112 cooperativas/associações, e foram realizados eventos de fomento à intercooperação, que beneficiaram 49 cooperativas/associações em 12 municípios do RS e 3 de SC.

Buscando estimular a criação de novos negócios e a comercialização de produtos agrícolas, para apoio ao cooperativismo, visando ao fomento à participação em mercados privados e institucionais, ao longo do ano, a SEAPDR beneficiou 400 agricultores e cooperativas com ATERS e 37 cooperativas com plano de gestão, além de ter concedido o atendimento a 55 cooperativas com diagnóstico, a qualificação de 64 cooperativas/associações e a realização de 30 assessoramentos. Contribuindo para o aumento das agroindústrias familiares e de pequeno porte, 119 empreendimentos foram legalizados, e 14 projetos agroindustriais foram apoiados. Devido a não continuidade do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPLO), apenas 3 agroindústrias de base ecológica foram inclusas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) em 2021. Entretanto, foram homologadas 116 indicações ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF), incluindo 3 novas adesões de município, perfazendo 169 em constante atendimento. Buscando o fomento a cadeias agropecuárias gaúchas, a capacidade de armazenagem do grão de milho foi ampliada para 81.250 toneladas em 2021. Além disso, para divulgação dos aspectos construtivos e de manejo de grãos armazenados, foi realizado o 8º *Webinar* do PRÓ-MILHO. Em adição, para aumentar a interação e diálogo com as cadeias produtivas agropecuárias gaúchas, foram realizadas 57 reuniões de Câmaras Setoriais e temáticas.

Seguindo os protocolos sanitários específicos para controle da covid-19, a EXPOINTER voltou a receber público externo em sua 44ª edição. A feira agropecuária foi realizada no Parque de Exposições Assis



Brasil, qualificado através de apoio da FEBRAC, FETAG, FARSUL, OCERGS, SIMERS e prefeitura de Esteio. O evento contou com 85 empresas expositoras de máquinas e implementos agrícolas, 228 empreendimentos no Pavilhão da Agricultura Familiar e a exposição de 4.057 animais rústicos e de argola, totalizando 66,6 mil visitantes e 64 mil visualizações na plataforma *on-line* em 25 países. O investimento de R\$ 8,7 milhões acarretou no faturamento de R\$ 1,62 bilhão, elevando a autoestima do setor agropecuário gaúcho. As ações para inovação tecnológica para o campo da SEAPDR buscam promover maior interação na área de tecnologia e divulgar ao trabalhador do campo as alternativas agropecuárias disponíveis e em desenvolvimento pelos órgãos estaduais. Para isso, 63 eventos *on-line* foram realizados em 2021, possibilitando a capacitação de 27.987 produtores rurais e profissionais de nível médio e superior. Em adição, além da publicação do boletim anual “Radiografia da Agropecuária Gaúcha” durante a EXPOINTER, ao longo do ano, 23 publicações técnicas foram geradas, e 10 Unidades Demonstrativas foram implantadas em 4 municípios.

Ainda no Campo em Ascensão, visando garantir a qualidade dos produtos da agropecuária gaúcha, são adotadas várias medidas para defesa e controle da sanidade animal e vegetal. Em 2021, destaca-se o alcance da certificação de zona livre de febre aftosa sem vacinação, outorgada em maio pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Após 20 anos de espera, estima-se que essa conquista histórica, resultado de um investimento de R\$ 7,5 milhões, potencialize a abertura de novos mercados em 70% e fortaleça a pecuária gaúcha nos mercados já estabelecidos. Tal reconhecimento também é fruto da excelência dos serviços de defesa agropecuária no RS, enfatizando-se a execução do projeto fronteira, mais conhecido como Programa Sentinela, o qual se tornou importante ferramenta para substituição dessa vacinação através do ataque às áreas mais passíveis de introdução de riscos sanitários no Estado. Destaca-se o trabalho de inteligência realizado em parceria com a Universidade Estadual da Carolina do Norte para aperfeiçoar a fiscalização, patrocinado pelo FUNDESA, assim como a colaboração da Secretaria de Segurança Pública (SSP) para fiscalização da criação irregular de animais, muito presente na fronteira com o Uruguai, e do contrabando de cargas vivas e de produtos de origem animal, registrado na fronteira com a Argentina. Dessa forma, em 2021, a SEAPDR concluiu 89% do Módulo de Inspeção a Campo, realizou a modernização das Inspetorias de Defesa Agropecuária e implantou integralmente a atividade de mitigação de risco, totalizando 4.573 atividades. Outras ações de defesa e inspeção animal e vegetal desempenhadas pela Secretaria também visam garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores. Ao longo do ano, para defesa e inspeção animal, foram realizadas 751 barreiras sanitárias e fiscalizadas 10 propriedades com certificação pelo Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (SISBOV), assim como todas as propriedades com certificação em brucelose e tuberculose. Além disso, foram realizadas auditorias em serviços de inspeção em 8 municípios e um Consórcio Intermunicipal, correspondendo à demanda integral solicitada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Em adição, 13 capacitações foram realizadas, 50 % dos estabelecimentos registrados para inspeção de produtos de origem animal foram supervisionados, 100% dos projetos foram analisados e 100% do monitoramento de enfermidades com inquérito sorológico foi realizado. Para defesa e inspeção vegetal, 220 barreiras fitossanitárias volantes foram executadas, 63.940 permissões de trânsito vegetal foram emitidas e 416 produtores foram orientados com produção integrada e rastreabilidade. Também foram realizados 358 monitoramentos de praga, 1.200 análises laboratoriais e 1.144 fiscalizações de insumos. Em adição, foram fiscalizados 15 unidades consolidadoras e 151 estabelecimentos de comércio/produtor de vinhos e derivados de uva. Por fim, ao longo do ano, 419.314 guias de livre trânsito (GLT) de vinhos e derivados de uva/vinho a granel foram inspecionadas via Sistema de Declarações Vinícolas (SISDEVIN) e, entre janeiro e março, época da safra da uva no RS, foram realizadas 242 coletas para microvinificação.

Dentre as demais ações relacionadas à sanidade animal e vegetal, cabe citar o controle e a prevenção de doenças infecciosas em animais de produção, realizado através da coleta dados/amostras em propriedades rurais para diagnóstico laboratorial. Em 2021, foram emitidos 12 relatórios oficiais com dados epidemiológicos de doenças importantes para a cadeia produtiva, os quais são disponibilizados e atualizados automaticamente na Plataforma SISBRAVET. O Projeto de Educação Sanitária na Área Vegetal é realizado para disseminar conhecimentos e informações aos envolvidos na cadeia produtiva, conscientizando o produtor quanto às boas práticas agrícolas. Apesar das restrições sanitárias, ao longo do ano, foi possível realizar 21 ações. Com o intuito de divulgar o diagnóstico e a pesquisa em sanidade vegetal e animal no Estado, a SEAPDR promove cursos, palestras e dias de campo com produtores rurais, tendo sido realizados 6 eventos no formato *on-line* em 2021. Visando estabelecer regras para reduzir a deriva, a intoxicação do trabalhador rural e a contaminação ambiental, durante o ano, 45% da legislação específica para aplicação terrestre de agrotóxicos foi elaborada/publicada. Em adição, no Programa Temático Saúde Cidadã, as ações da SEAPDR para fortalecimento da prevenção e promoção em saúde estão relacionadas à promoção do uso racional de agrotóxicos e recomendações da Receita Agrônômica. Para propiciar uma melhor qualidade e segurança ao consumidor de produtos de origem vegetal, desde maio, foram realizadas 100 análises de resíduos de agrotóxicos em produtos vegetais.

No Desenvolve RS também estão previstas ações para o incentivo à permanência no campo, as quais objetivam a promoção de melhores condições, principalmente, para o agricultor familiar, pecuarista, produtor de leite e públicos especiais. No ano de 2021, 163 agricultores tiveram capacitação em agroecologia, assim como foram capacitados 1.787 produtores de leite e pecuaristas familiares e 105 agroindústrias. Já em relação à promoção de ATERS, durante o ano, foram realizadas 221 para beneficiários de feiras apoiadas pela SEAPDR, 4.755 para produtores de leite e pecuaristas familiares e 7.904 para assentados, reassentados, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e piscicultores. Até o encerramento do convênio federal Segunda Água, ocorrido em março, para apoiar as famílias em vulnerabilidade social cadastradas no CadÚnico, 11 agricultores foram beneficiados com tecnologias sociais para segurança alimentar e hídrica. Ao longo do ano, para apoio e desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e pecuária, 87 projetos produtivos foram apoiados e, devido ao reforço orçamentário oriundo do Programa Sementes Forrageiras, o número de agricultores e pecuaristas beneficiados aumentou para 9.000. Objetivando o aumento da renda das famílias no campo, em 2021, 1.096 projetos produtivos foram apoiados, uma unidade de processamento e agroindústria foi implantada, e o levantamento dos beneficiários aptos para confecção de artesanato/prestação de serviços e daqueles com acesso a mercados institucionais está sendo iniciado. Ainda em 2021, para promover a regularização fundiária e ambiental de imóveis, foram feitos contatos com agricultores de área indígena para instrução processual, o que permitiu a realização da primeira indenização de agricultor indígena do quadriênio. A discussão entre diversos órgãos do Estado sobre Projeto de Lei relacionado à emissão de títulos de reassentamentos está em andamento e, durante o ano, foi possível emitir 94 titulações de imóvel para agricultores de assentamento/reassentamento rural. O levantamento topográfico, o qual atualmente possui dois contratos em vigor, e a implantação de imóvel com cadastro rural são ações continuadas demandadas conforme a solicitação dos beneficiários. Em 2021, 10.260 ha tiveram levantamento topográfico realizado, e 220 cadastros de assentamentos rurais foram retificados/reajustados. Sobre o acompanhamento de barragens e realização de ações de segurança, foi pactuado contrato com a EMATER para apoio nas vistorias. Dessa forma, a equipe retomou as viagens a campo, possibilitando a realização das atividades em 40 barragens. Por fim, através do Programa Troca-Troca de Sementes, 136.500 sacas de semente de milho e sorgo foram disponibilizadas durante o ano, atendendo integralmente a demanda e beneficiando 48 mil agricultores familiares em 391 municípios, com

acesso a sementes de qualidade e menor custo, o que possibilitará o aumento da produtividade e competitividade da atividade agrícola gaúcha.

Dentro do Programa Temático Governo 4.0, as ações da SEAPDR pelo RS.GOV.BR estão incluídas na Iniciativa Agricultura com Acesso Digital, cujo objetivo inicial se referia ao projeto Inspeção a Campo. Foram desenvolvidos 3 de 8 módulos previstos (Módulos de Vigilância, Contagem e Classificação e Barreiras de Trânsito), proporcionando o início do seu funcionamento e agregando valor ao trabalho de defesa sanitária do Estado. Devido à mudança de foco para os serviços prestados ao cidadão, o projeto inicial foi suspenso, dando lugar ao desenvolvimento de serviços para o produtor rural. Desde janeiro, estão sendo desenvolvidos 2 serviços pela PROCERGS (Declaração Anual de Rebanho e Declaração Complementar de Rebanho), os quais possuem previsão de serem finalizados em agosto de 2022. Uma das ações para Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias realizadas pela SEAPDR através do RS Ativos é a construção de estrutura para abrigar a sede do Centro Integrado da Agricultura (CIA). Com o intuito de unir em um só local os recursos humanos e os serviços prestados pela secretaria na capital, 58% do CIA, através de permuta, já foram construídos.

Em 2021, o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), através da pesquisa para orizicultura, iniciativa do Campo em Ascensão que objetiva a inovação tecnológica para o campo, analisou 11.343 amostras de sementes, solo e água e realizou 145 atividades de recomendação de boas práticas agrícolas, oriundas do resultado de projetos desenvolvidos ao longo dos anos em várias localidades do Estado. Além disso, contribuindo para a qualificação do processo produtivo no meio rural, ao longo do ano, o IRGA proporcionou ATERS a 93.955 produtores. Por fim, através do Saúde Cidadã, buscando o fortalecimento da prevenção e a promoção em saúde, o IRGA difundiu a alimentação saudável e a valorização do arroz, conseguindo sensibilizar e conscientizar cerca de 820.000 pessoas sobre a importância e os benefícios do consumo desse grão e de seus coprodutos para a saúde. Tal ação foi contabilizada, principalmente, por meio de acessos ao site do IRGA, onde a população busca, dentre outras informações, receitas com arroz e sua farinha.

A Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS), também pelo Campo em Ascensão, busca impulsionar novos negócios e comercialização através do abastecimento de hortifrutigranjeiros no RS. Para isso, em 2021, foram comercializados 621.926 toneladas de produtos, os quais beneficiaram 23.018 usuários. Já através do RS Cidadania, com o intuito de garantir a proteção à vida e promoção do trabalho, é realizado o programa social da CEASA, mais conhecido como Prato para Todos, o qual conta com a solidariedade de produtores e atacadistas. Ao longo do ano, 1.015.989 kg de alimentos foram doados, atendendo 512.140 pessoas em situação de vulnerabilidade social cadastradas no projeto, que também envolve ações de assistência educacional, alimentar e reinserção social.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDEC)

Órgãos Vinculados: BADESUL e JUCISRS

Dentre as realizações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), destacam-se as que fazem parte do RS Competitivo, incluso no Programa Temático Desenvolve RS, principalmente aquelas relacionadas ao fortalecimento de cadeias de valor, as quais objetivam a definição de setores prioritários para apoio de programas, a estruturação do plano de ação para fortalecimento e a consolidação do segmento com acesso à inovação tecnológica, mercados e melhoria da competitividade. Para isso, em 2021, por meio do programa de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e dos recursos oriundos da Consulta Popular, a SEDEC e

seus parceiros auxiliaram e financiaram projetos dos APLs MMeA (Metal-Mecânico e Automotivo da Serra Gaúcha) e Trinopolo (APL de Tecnologia da Informação da Serra Gaúcha). O APL Moda da Serra Gaúcha também foi apoiado por meio de auxílio para repactuação de dívida preexistente com o Governo do Estado, permitindo, por conseguinte, mediante os pagamentos tempestivos das parcerias pactuadas, a viabilização para contratações futuras com o Governo do RS. Além disso, por meio do Programa Redes de Cooperação, a partir de editais que já estão em andamento, em 2021, foram acompanhadas e trabalhadas redes de cooperação dos setores de Agronegócio/Orgânicos, *Pet Shops* e Turismo Náutico (Lagoa dos Patos). O trabalho de suporte às micro e pequenas empresas do RS garantiu o apoio a diversos setores, dentre eles os de microcervejeiros, de moda, de metal-mecânico, de alimentos e bebidas, de tecnologia da informação e de produtos e serviços para animais de estimação.

Com o intuito de atrair investimentos através da disponibilização de incentivos financeiros e adequação de áreas industriais para novos empreendimentos, cumpre salientar os programas FUNDOPEM/RS e PROEDI. O Fundo Operação Empresa do Estado (FUNDOPEM/RS) tem como objetivo incentivar investimentos em empreendimentos industriais e agroindustriais e de centros de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico que visem ao desenvolvimento socioeconômico integrado e sustentável do Estado. Em 2021, houve a modernização da legislação FUNDOPEM/RS, e foram apoiadas 51 empresas através da assinatura de termos de ajuste. No que diz respeito ao Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI), que tem como objetivo realizar investimentos dos quais resultem a implantação ou instalação de indústrias ou atividades correlatas à industrial, em 2021, também houve a modernização da legislação, e foram instaladas 14 empresas em distrito industrial. Ao longo do ano, a SEDEC acompanhou 40 projetos de investimento e continuou sistematicamente a atividade de atendimento aos investidores e empreendedores interessados em instalação ou ampliação de negócios no RS. Além disso, cabe mencionar que, através das ações de crédito para o desenvolvimento econômico, do Programa de Crédito da SICT, espera-se como resultado o aumento do número de empresas no Estado, com a consequente promoção do desenvolvimento regional através de uma maior oferta de crédito para setores estratégicos e do apoio financeiro e técnico a municípios, especialmente em projetos de COREDEs de baixo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Nesse sentido, em 2021, o BADESUL aprovou para setores e regiões do RS o valor de R\$ 411.898.265,74.

Através do Descomplica RS, incluso no Programa Temático Simplifica RS, a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JUCISRS) realiza a iniciativa Junta Comercial Integrada, a qual trata da interlocução e do trabalho conjunto com os órgãos estaduais para aprimorar as integrações já existentes, bem como otimizar o fluxo de análise de registro empresarial. Nesse contexto, cumpre mencionar a implementação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim – no RS. A Rede é uma parceria entre a JUCISRS, SEBRAE/RS e Prefeituras. Hoje, a Rede abrange 490 municípios integrados, sendo que os sete restantes estão em processo de integração, abrangendo 99% das Micro e Pequenas Empresas do RS. Criada pela Lei nº 11.598/07, a Redesim permite que o cidadão abra ou regularize o seu negócio de forma mais ágil, com segurança e sem burocracia, já que os órgãos envolvidos nas operações de registro e legalização, como a Receita Federal, secretarias estaduais e municipais, entre outros, são integrados na internet. No ano de 2021, foi entregue a abertura automática de empresas (Tudo Fácil Empresas), o que possibilita ao empresário abrir o seu empreendimento com atividade de baixo risco em 10 minutos. Dessa forma, são concluídas as seguintes etapas: Registro na Junta Comercial, CNPJ, inscrição tributária estadual (ICMS), inscrição tributária municipal (ISS), licença de meio ambiente (FEPAM), Vigilância Sanitária (VISA) e Corpo de Bombeiros, assim como alvará de funcionamento.

A aplicação está disponível para 556 atividades econômicas. O case do projeto é Porto Alegre, com previsão de extensão aos demais 496 municípios.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO (SEDUR) **Órgão Vinculado: METROPLAN**

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEDUR) atua fortemente no auxílio político e técnico aos municípios do Rio Grande do Sul. Dentre as ações desenvolvidas pela Secretaria no Desenvolve RS, destacam-se as que objetivam o desenvolvimento territorial e a mobilidade urbana. Uma das principais ações desenvolvidas em 2021 foi a implementação do programa PAVIMENTA RS, lançado em junho, o qual objetiva firmar parcerias com os municípios, melhorando a infraestrutura rodoviária para turismo e escoamento da produção através da qualificação de acessos municipais, trazendo mais qualidade de vida para a população beneficiada. Todos os municípios do RS foram assessorados, sendo recebidas 453 propostas de 417 prefeituras, cujos projetos foram analisados pela equipe da SEDUR. Desse total, foram aprovados para assinatura de convênio 176 projetos de infraestrutura urbana municipal, os quais contemplam pavimentação (asfalto ou bloco de concreto), terraplenagem, sinalização, acessibilidade, drenagem e micro drenagem. A assinatura dos convênios e início das obras estão previstos para o primeiro trimestre de 2022.

A Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN), através do Desenvolve RS, realiza ações voltadas para o desenvolvimento territorial e para a mobilidade urbana. Para o aperfeiçoamento do ordenamento territorial das regiões metropolitanas e aglomerados, em 2021, foram analisados e aprovados 296 projetos de parcelamento do solo. Visando ao aperfeiçoamento e à qualificação do sistema de transporte metropolitano, está em fase final de desenvolvimento o plano de gestão no âmbito da Região Metropolitana de Porto Alegre, sendo que os 16 produtos e o relatório final previstos já foram entregues pelo contratado. A minuta do TR está em revisão pela METROPLAN, aguardando decisões em nível institucional e de governo. Outra atividade fundamental desenvolvida em 2021 foi o aperfeiçoamento do programa Passe-livre Estudantil, que, mesmo diante das dificuldades decorrentes da suspensão das aulas presenciais em virtude das restrições sanitárias para controle do novo coronavírus, até o final de novembro, beneficiou 1.697 alunos, tendo sido realizado um total de 2.560 atendimentos. Ao final do ano, foi publicada a Lei nº 15.781, de 23 de dezembro de 2021, a qual instituiu o auxílio emergencial de operação e custeio do serviço público de transporte metropolitano coletivo de passageiros e dos aglomerados urbanos do Estado. Como meta, está previsto o auxílio a 38 empresas do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros (SETM).

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SICT) **Órgãos Vinculados: FAPERGS e UERGS**

No que tange às principais realizações da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT) no ano de 2021, destacam-se as ações vinculadas ao Acelera RS relacionadas aos ambientes de inovação. Através da iniciativa Conecta, a qual visa o acesso às escolas da rede estadual de educação às redes de fibra ótica de alta velocidade, foi emitida ordem de compra para aquisição dos equipamentos de conectividade em dezembro de 2021. Além disso, o ambiente de autenticação dos alunos na solução desenvolvida (GOV.BR) foi concluído pela PROCERGS. Por meio do INOVA RS, o qual visa incluir o Estado

no mapa global da inovação a partir da articulação entre a sociedade civil organizada e os setores empresarial, acadêmico e governamental, foram desenvolvidos e implantados 8 Ecossistemas Regionais de Inovação com governança estruturada e atuação efetiva de Comitês Estratégicos e Técnicos. Os avanços de cada ecossistema foram apresentados no Evento Anual de Avaliação e Reconhecimento do programa INOVA RS, que ocorreu em novembro de forma híbrida, sendo transmitido pela rede social da SICT. Destaca-se também a publicação do Edital Inova 001/2021 para apoio aos projetos de inovação, cujo resultado final foi publicado em novembro, e o processo de análise de documentação para a emissão de empenho e para a assinatura dos termos de colaboração/convênios está em andamento. Para a sensibilização em inovação, por meio do Programa Educar para Inovar, a SICT promoveu, em parceria com a SEDUC e a FAPERGS, o Prêmio Jovem Talento Científico Gaúcho. Em sua 3ª edição, o evento reconheceu estudantes de escolas públicas que conquistaram medalhas e menções honrosas em eventos de conhecimento nacionais e internacionais. Foram 10 alunos reconhecidos em cinco categorias. A veiculação foi feita pela rede social da SICT em outubro, alcançando 914 pessoas. Além disso, em 2021, a SICT realizou *lives* de diversos temas ligados à governança e comunicação em ecossistemas de inovação. Ainda, através do Educar para Inovar, iniciativa vinculada ao Educa+RS, que visa à educação para a nova economia, foram capacitados 270 professores/multiplicadores em formação empreendedora, computacional e científica. Através desse programa, ao todo foram apoiados 9 eventos de sensibilização, mostra de projetos e premiações nacionais e internacionais, incluindo o apoio na elaboração, divulgação e premiação de editais de projetos da Olimpíada Nacional de Aplicativos e da Olimpíada Nacional de Ambientes Marinhos e Polares.

Também no Acelera RS, para promover conhecimento em inovação, ciência e tecnologia, destacam-se as realizações do *Startup Labs: Empreendedorismo Intensivo em Conhecimento*. Em 2021, houve a implementação do Método "*Startup Lab Hélice de Inovação Aberta para o Estado do RS*" nas regiões do Inova RS, acarretando na realização de quatro capacitações sobre a metodologia e de 4 eventos. Quanto ao Incentivo ao Desenvolvimento de *Startups*, foram aprovados 8 projetos no Edital 04/2021 do Programa *Startup Lab*, via FAPERGS, publicado em outubro, o qual visa apoio às ações de suporte à inovação aberta definidas pelo Comitê Gestor do Programa *Startup Labs* através de concessão de bolsas, de recursos de custeio e de capital. Os bolsistas selecionados já receberam o treinamento e continuarão integrando as ações do programa ao longo de 18 meses. O valor disponibilizado totalizou R\$ 968.000,00. Em relação à divulgação dos Novos Negócios Regionais, a SICT está apoiando o mapeamento de POCs, provas de conceito desenvolvidas entre empresas e *startups*, as quais vêm sendo realizado pela Rede da Indústria 4.0. Em abril, foi realizado *webinar* divulgando a iniciativa e chamando as empresas e *startups* a divulgarem seus cases. Em outubro, foi locado espaço para participação de 50 *startups* na 30ª MERCOPAR – Feira de Inovação Industrial, um custo de R\$ 174.832,00, representando um subsídio de 90% para as *startups* inscritas. Através do Tech Futuro: tecnologias portadoras de futuro para setores econômicos estratégicos, em 2021, foram qualificados 557 profissionais em áreas estratégicas. Além disso, em setembro, foi lançado o Edital 03/2021 de Chamada Pública com objetivo de apoiar projetos de desenvolvimento e/ou aprimoramento de produto, processo ou serviço a partir da aplicação de tecnologias portadoras de futuro. O resultado final foi publicado em dezembro, classificando 15 propostas de projeto. Somadas a isso, foram realizadas duas iniciativas de inovação aberta: a Rodada Tecnológica Techfuturo e o *Matchmaking* Techfuturo-MERCOPAR. Na primeira, realizada em junho com apoio do SEBRAE RS e da Rede Indústria 4.0, foram inscritas 143 soluções tecnológicas para 46 demandas apresentadas por empresas gaúchas. Já na segunda, cujas agendas presenciais ocorreram no Salão de Inovação da MERCOPAR em Caxias do Sul, foram inscritas 45 Soluções Tecnológicas para 18 demandas apresentadas por empresas gaúchas. Participaram desse evento 12 Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), 15 Empresas e 18 *Startups*. Além disso, em 2021, foram organizados pela Secretaria 4 *workshops* regionais. No primeiro semestre ocorreram dois, um



sobre "As oportunidades da inovação aberta: desafios resolvidos de maneira colaborativa" e o outro sobre as "Soluções para demandas tecnológicas: colaboração entre empresas, ICTs e *startups*". Já no segundo semestre, em parceria com a FURG, aconteceu o "II *workshop* sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia na interação universidade e empresa" e a *live* realizada na programação da EXPOINTER, a qual contou com a participação de três empresas que tiveram projetos voltados para o agronegócio aprovados no Edital FAPERGS 09/2020 – Techfuturo.

Também com o objetivo de promover o conhecimento em inovação, ciência e tecnologia, o GameRS: Desenvolvimento da indústria gaúcha de *Games*, visa estimular o empreendedorismo atraindo e retendo grandes *players* nacionais e internacionais capazes de oferecer emprego, estimular a internacionalização das empresas e as exportações de *Games*. Em setembro deste ano, foi lançado o Edital do Programa GAMERS de Laboratório de Testagem de Qualidade (QA), no valor de R\$ 808.000,00, o qual teve propostas de duas universidades aprovadas, que estão em tramitação para emissão dos empenhos e posterior assinatura dos termos de colaboração entre as instituições e o Governo do Estado. Já a iniciativa TEC4B apoia a implantação de um *Living Lab* em área urbana que permita o desenvolvimento de novos negócios em áreas estratégicas utilizando tecnologias de telecomunicações e Internet das Coisas, intensivas em conhecimento e de alto valor agregado. O edital TEC4B, lançado em setembro, teve propostas de quatro universidades aprovadas.

A Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do RS (FAPERGS) também visa à promoção do conhecimento em inovação, ciência e tecnologia através do fomento à pesquisa para a inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico. Em 2021, a Fundação concedeu 390 auxílios à pesquisa e à inovação e 1593 bolsas. Destaca-se o fomento de 75 projetos do Programa Internacionalização da Pós-Graduação, o qual se refere a projetos conjuntos de pesquisa entre equipes gaúchas e estrangeiras, assim como a parcerias estratégicas entre universidades gaúchas e estrangeiras.

Através do Desenvolve RS, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) visa à indução das potencialidades regionais e do desenvolvimento científico e tecnológico. Para isso, em 2021, o IDEA-S UERGS Empreende ofertou 29 cursos de graduação em diversos municípios do Estado e concedeu 218 bolsas de monitoria e 317 bolsas pró-discência. Já o IDEA-S UERGS Extensão, ao longo do ano, beneficiou 181.145 pessoas com ações de extensão, concedeu 133 bolsas de extensão e realizou 179 ações de extensão, assim como 161 projetos de extensão. Durante o ano, o IDEA-S UERGS PROPPG ofertou 26 cursos de pós-graduação *latu sensu* e 5 cursos de pós-graduação *stricto sensu* em diversos municípios do Rio Grande do Sul. Além disso, através dessa iniciativa, houve a publicação de um total de 372 produções científicas. Ainda, no Acelera RS, visando à promoção de ambientes de inovação, através do PROJETO IDEA-S UERGS Formação Continuada, 253 alunos se formaram em curso de pós-graduação pela UERGS. Por fim, no Programa Temático Governo 4.0, a UERGS busca alcançar os objetivos do RS.GOV.BR através da iniciativa UERGS DIGITAL, a qual objetiva incorporar tecnologias e pesquisas aplicadas no desenvolvimento de projetos regionais pela formação de recursos humanos mais qualificados e pela difusão de conhecimentos. Em 2021, cumpre salientar a manutenção do Repositório Institucional (RI) da UERGS (<https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/>), o qual abriga toda a produção acadêmica elaborada pelos discentes, docentes e técnicos de apoio administrativo da Universidade, contendo documentos de diversos tipos em formato digital. Seu objetivo é armazenar, preservar, organizar, dar acesso, disseminar e prover a gestão da produção intelectual e dos resultados de pesquisas desenvolvidas pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão da Universidade.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES (SELT) **Órgãos Vinculados: DAER, EGR e SUPRG**

Em 2021, a Secretaria de Logística e Transportes (SELT) consolidou a política de transportes do Estado, tendo atuado no planejamento e na coordenação de ações destinadas à melhoria da infraestrutura que dá suporte ao transporte de passageiros e cargas, buscando proporcionar ao setor transportador ganhos de eficiência, produtividade e redução de custos logísticos. O programa temático RS Infraestrutura foi o elemento articulador dos esforços intersetoriais e das atividades desenvolvidas junto aos diferentes modais. Através dele, a SELT e seus órgãos vinculados promoveram a aplicação de mais de R\$ 710 milhões em iniciativas comprometidas com o tratamento de situações-problema históricas, manifestadas através de processos de depreciação de ativos, de deficiências sistêmicas e de gargalos de infraestrutura da rede física que dá suporte às atividades do setor transportador, o qual, no RS, tem como elemento estruturador o modal rodoviário.

As ações do Ampla RS foram orientadas para o ataque às falhas persistentes no modal rodoviário e, tendo como base as diretrizes gerais consignadas no Programa Avançar, promoveram o desenvolvimento do Plano de Obras SELT/DAER, que tem previsão de investimentos de mais de R\$ 1,2 bilhão. Em 2021, foram desenvolvidos projetos e iniciadas as atividades destinadas à pavimentação de 28 acessos municipais, para os quais existe previsão de investimentos de mais de R\$ 328 milhões. As ligações regionais, por sua capacidade de conexão, foram objeto da previsão de mais de R\$ 522 milhões para a construção de 20 obras com mais de 297 km de extensão. Em relação à recuperação de rodovias, por sua importância estrutural, implementaram-se 66 obras de revitalização em mais de 1.863 km de vias pavimentadas, com investimentos acima de R\$ 206 milhões para reparação de segmentos estratégicos de conexões intrarregionais, interestaduais e internacionais, como aquelas que conectam o setor produtivo ao complexo portuário de Rio Grande. São investimentos destinados a implementar melhorias nas condições de superfície de porções da malha rodoviária que sustenta o fluxo rodoviário relacionado às atividades econômicas, como a aquisição de insumos, o escoamento da produção, o acesso a pontos turísticos, assim como os deslocamentos populacionais rotineiros. A execução do Plano de Obras registra 93 intervenções rodoviárias iniciadas, sendo que 36 obras já foram entregues. No curto prazo, os esforços de planejamento operacional e financeiro, bem como a dedicada gestão cotidiana das iniciativas setoriais, deverão reduzir em mais de 60% a lista de municípios sem ligação asfáltica, reduzindo-se o total de 62 municípios sem acesso pavimentado para menos de 23. Para os projetos de engenharia rodoviária, por sua condição de essencialidade, obteve-se a previsão de R\$ 86 milhões para o desenvolvimento de 39 projetos de engenharia rodoviária. Já os convênios municipais, devido ao fortalecimento do Programa de Incentivo ao Acesso Asfáltico, receberam previsão de mais de R\$ 80 milhões. Destaque também para a constituição de parcerias estratégicas visando ao aumento da capacidade operacional do Estado, como no caso dos convênios para a pavimentação do Caminho do Pão e do Vinho, rota turística que engloba os municípios de Muçum, Roca Sales e Santa Tereza, no Vale do Taquari. A obra resultará na ligação asfáltica entre o Vale do Taquari e a Serra. Além de fortalecer o turismo, a rota será mais uma alternativa para o escoamento da produção de uma região com forte atividade agrícola e industrial.

O modal aquaviário esteve sob o balizamento de atividades estruturadas através de ações para reestruturação dos portos e hidrovias, por meio das quais o RS viu evoluir materialmente o processo de desenvolvimento da Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG) mediante sua transformação de autarquia estadual em empresa pública.



Através da ação programática Transportes: integração e otimização intermodal, a SELT e seu Departamento Aeroportuário (DAP), promoveram o atendimento das demandas do modal aeroviário. O Programa Estadual de Desenvolvimento da Aviação Regional foi a base sobre a qual se promoveu a retomada de rotas e voos comerciais regulares. O investimento de mais de R\$ 3,9 milhões em obras e serviços, destinados à conservação e modernização de aeroportos do sistema regional e ao incentivo aos operadores do transporte aeroviário, resultou na manutenção e na ampliação das operações regionais que conectam Porto Alegre a Alegrete, Bagé, Canela, Caxias do Sul, Erechim, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo, Santa Rosa, São Borja, Uruguaiana e Vacaria. O processo de expansão incluiu também destino para fora do Estado: Campinas (São Paulo). A modernização do aeroporto Sepé Tiaraju, em Santo Ângelo, avançou, tendo sido contratados projetos de engenharia no valor de R\$ 595,7 mil oriundos do Fundo Nacional de Aviação Civil. No aeroporto Lauro Kurtz, em Passo Fundo, estão sendo investidos R\$ 49 milhões oriundos da Secretaria Nacional de Aviação Civil, com contrapartida de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado. Através desses recursos, foi possível reformar a pista de pouso e decolagem, instalar sistema de auxílio à navegação, reformar o pátio das aeronaves ampliar o terminal de passageiros de 300 para mais de 2 mil metros quadrados. Tais investimentos possibilitarão ampliar a segurança operacional e permitir a operação de aeronaves de maiores dimensões, ampliando, conseqüentemente, a oferta de rotas interestaduais e a conexão da região norte gaúcha com grandes centros do País, facilitando relações empresariais de suporte ao agronegócio e à indústria de implementos.

Ainda relacionado à malha rodoviária do RS, o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DAER) desenvolveu amplo esforço para agregar aos objetivos do RS Infraestrutura e às iniciativas do Ampla RS as ações e os investimentos do Plano de Obras (DAER/SELT), desenvolvido a partir das diretrizes do Programa Avançar. Com previsão de investimento de R\$ 1,2 bilhão, um dos maiores da história do RS, objetivando a qualificação da infraestrutura rodoviária, foram iniciadas 93 obras, estando 57 em andamento, com recursos reservados. O ano de intenso esforço de gestão interna promoveu a liquidação de mais de R\$ 460 milhões, valor recorde para os últimos períodos. Com o aporte de mais de R\$ 27,5 milhões, foram constituídos os meios necessários à retomada ou ao início efetivo de obras em 28 Acessos Municipais, tendo sido concluída a pavimentação do acesso aos municípios de Sério, Sertão Santana e Itacurubi. Importa destacar que estão em desenvolvimento os projetos de engenharia rodoviária e trabalhos de campo necessários à pavimentação de mais de 229 km de rodovias, cujos investimentos deverão superar a marca dos R\$ 328 milhões. A construção de Ligações Regionais alcançou a marca de 38,8 km, com o aporte de mais de R\$ 36,9 milhões, havendo previsão de investimento de mais de R\$ 522 milhões para construção de outros 281 km de conexões regionais. Serão ao todo 20 ligações regionais que, ampliando a articulação de cidades do interior a corredores rodoviários, poderão contribuir para os processos de sustentação da economia regional. A manutenção da malha rodoviária foi objeto de investimento de mais de R\$ 240,3 milhões. Serviços de conservação rotineira foram realizados em mais de 12.731 km. Obras de recuperação e revitalização de trechos rodoviários críticos, as quais envolveram a retirada de material danificado, aplicação de asfalto novo e correção de imperfeições, foram realizadas em mais de 1.860 km de rodovias por todo o RS. Ainda nesse campo, o Plano de Obras previu intervenção em 110 obras de recuperação e ampliação da vida útil de mais de 2.629 km de rodovias. Com a previsão de investimento de mais de R\$ 288 milhões, o Plano também visa à execução de melhorias na sinalização, nas condições de superfície e em pontos específicos da geometria de porções da malha rodoviária, ampliando, significativamente, sua capacidade de sustentar fluxos decorrentes da atividade econômica relacionada aos setores produtivo e turístico, bem como dos deslocamentos populacionais ligados a serviços e outras atividades da vida cotidiana do povo gaúcho. Para impulsionar o desenvolvimento de projetos executivos, o Plano de Obras relacionou mais de 35 projetos de engenharia rodoviária com previsão de investimentos que ultrapassam a casa dos R\$ 86 milhões, os

quais permitirão a execução de obras em mais de 578 km de rodovias. Em 2021, através de Convênios Municipais com o aporte de mais de R\$ 3,41 milhões, o DAER impulsionou projetos e obras de pavimentação em vias urbanas e porções de rodovias em trechos urbanos, estando prevista a formalização de 33 convênios, para investimento compartilhado entre Estado e Municípios, da ordem de mais de R\$ 60 milhões. Com o aporte de mais de R\$ 50 milhões, a ampliação de capacidade de rodovias teve andamento através da complementação da duplicação da ERS-118 por ruas laterais, alças de acesso e interseções, além da elaboração de projetos para 6 passarelas para pedestres, prevendo-se a construção de 2 ao longo da rodovia, uma delas no km 5 e outra no km 10. Destaque para a retomada da pavimentação do trecho da ERS-118, entre Porto Alegre e Viamão, com investimento de R\$ 17,67 milhões. Por fim, o setor transporte de passageiros foi objeto da finalização de 10 processos de licitação para concessão de rodoviárias. Estão em elaboração editais para licitação de agências rodoviárias e linhas intermunicipais de transporte de passageiros divididas em 14 mercados. Destaque para o avanço significativo no desenvolvimento do Sistema de Gestão de Transporte Coletivo (GTC), destinado a agilizar a concessão de licenças para o transporte especial através de Fretamento. Além disso, em 2021, foi realizado o acompanhamento do transporte regular em aproximadamente 1.400 linhas, buscando, através de fiscalização continuada, promover a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos.

Em relação à Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), em 2021, no bojo do Amplia RS, aportou mais de R\$ 173,8 milhões para atividades ligadas a processos de manutenção e revitalização de pavimento da malha pedagiada. Foram aplicadas, conforme a exigência local, soluções de engenharia específicas para corrigir defeitos e conferir nova vida útil em mais de 252 km de rodovias. Serviços de conservação rotineira receberam o aporte de mais de R\$ 15,8 milhões, viabilizando manutenção de mais de 900 km de rodovias pedagiadas, que perpassam 62 municípios em 12 COREDEs e 6 Regiões Funcionais. Destaque para os trabalhos junto à ERS-239, com a realização do reforço da sinalização e redutores de velocidade, bem como para a conclusão da interseção da rótula de acesso ao quartel do Corpo de Bombeiros de Taquara na ERS-115, exemplos de investimentos que visaram orientar, organizar e, principalmente, atender as necessidades de segurança e fluidez do tráfego. Assim como o desenvolvimento dos Planos de Gestão Ambiental que, a partir de dados cadastrais, permitiram planejar ações de controle de danos à estrutura das estradas, monitoramento e estabilização de encostas e recuperação de áreas degradadas.

Por fim, também no âmbito do RS Infraestrutura, o sistema Hidroportuário Gaúcho foi elevado à condição de ativo estratégico e está estruturado por 3 portos públicos, instalados em Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, 17 terminais de uso privativo e 750 km de vias navegáveis. Especialmente vocacionado ao transporte de grandes volumes, esse sistema está apto a promover o aumento de produtividade, a ampliação da eficiência setorial e, conseqüentemente, a redução dos custos logísticos incidentes sobre o transporte de cargas, especialmente as de baixo valor agregado. No ano de 2021, ainda no contexto da Reestruturação de Portos e Hidrovias do RS, a Lei nº 15.717 estabeleceu as condições para que a autarquia Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG) seja transformada em uma empresa pública. A Portos RS, na esteira dessa transformação e comprometida com os princípios de seu novo modelo de gestão, realizou intensivo trabalho de desenvolvimento setorial. Em 2021, destaca-se o Projeto Rio Grande Porto-Indústria, o qual reformula a apresentação das áreas disponíveis para novos investimentos destinados a expandir sua capacidade e a incrementar a eficiência das operações do Complexo Portuário do Rio Grande. Impactadas positivamente pelos esforços de capacitação, as movimentações anotadas em 2021 no Porto do Rio Grande (PRG) atingiram patamares superiores aos 45,1 milhões de toneladas, com destaque para granéis sólidos, com 28,4 milhões. Investimentos superiores a R\$ 40,49 milhões na qualificação de infraestruturas conexas à atividade portuária permitiram que movimentação de contêineres atingisse a marca de mais de 648 mil TEUs.

Tais movimentações também são resultado da ampliação da capacidade operacional do PRG, ocasionada pela conclusão dos serviços de dragagem, a qual retirou mais de 16 milhões de metros cúbicos de sedimentos do canal de acesso ao porto, aumentando o calado operacional de 12,8 m para 15 m e permitindo o trânsito de embarcações de até 366 m de comprimento. As iniciativas em curso, destinadas à manutenção do novo calado, visam garantir a perenidade do acesso dos navios de grande capacidade. Em relação à ampliação das movimentações, destaque-se o início das atividades do Terminal Logístico do Arroz (TLA), o primeiro terminal brasileiro dedicado ao arroz. Tais investimentos, associados à disponibilidade de retroáreas, à infraestrutura disponibilizada, à certificação fornecida pela Marinha do Brasil e à possibilidade de receber embarcações de até 70 mil toneladas, consolidam a posição do PRG no grupo dos principais portos brasileiros.

SECRETARIA DE TURISMO (SETUR)

No que tange às principais realizações da Secretaria de Turismo (SETUR), destacam-se as da Ação Programática RS Turismo Sustentável, vinculadas ao Programa Temático Desenvolve RS. Para estruturação de novos produtos e destinos, promovendo a ampliação e a diversificação da oferta turística, houve a realização de jornadas técnicas para trabalhar a segmentação da oferta e tendências do turismo. Dessa forma, em 2021, foram realizados estudos e mapeamento dos Turismos Religioso, de *Bike*, de Compras, em Tribo Indígena e Holístico (qualidade de vida e saúde). Houve também encontros para promover a oferta turística nos seguintes locais e datas: Hortênsias (09/02), Rota das Terras Encantadas (02/03), Termas e Lagos (03/03), Vale do Rio Pardo (04/03), Alto da Serra do Botucarái (10/03), Rota do Yucumã (16/03), Vale da Felicidade (18/03), Cultura e Tradição (23/03), Rota das Araucárias (25/03), Vale do Jaguarí (30/03), Delta do Jacuí (01/04), Campos de Cima da Serra (06/04), Central (08/04), Rota do Rio Uruguai (13/04), Rota Águas e Pedras (15/04), Centro Serra (20/04), Costa Doce (22/04), Fronteira (28/04), Litoral Norte Gaúcho (29/04), Porto Alegre (04/05), Pampa Gaúcho (06/05) e Vale do Paranhana (11/05). Durante o ano de 2021, com o intuito de discutir os melhores caminhos para a organização do produto turístico do Rio Grande do Sul, foram desenvolvidas diferentes reuniões virtuais. Essas *lives* tiveram um total de 3.246 visualizações e abrangeram diferentes segmentos de produto e de público, tratando dos seguintes temas: Cicloturismo (26/05), Campismo/caravanismo (06/07), Cicloturismo II (14/07), Turismo e Espiritualidade (03/08), Turismo LGBTQIA+ (17/08), Turismo a Cavalo (31/08), Turismo Cultural e Tradição (07/10), Turismo de Natureza (14/10), Turismo *Pet Friendly* (21/10), Turismo em Cidades Históricas Portuguesas (07/12), Turismo e Atividades Náuticas (13/12), Turismo e Museus (14/12) e Turismo Étnico e Periférico (15/12). Também pelo RS Turismo Sustentável, para a implementação da gestão descentralizada nas regiões turísticas do RS, em 2021, foram sensibilizadas e mobilizadas 27 Instâncias de Governanças Regionais (IGRs). Já pelo RS Cidadania, objetivando a proteção à vida e a promoção do trabalho, durante o ano, através do pagamento de auxílio emergencial para apoio à atividade econômica e de proteção social, a SETUR beneficiou 5.000 empresas gaúchas do Simples Nacional, minimizando os impactos gerados pela covid-19 no turismo gaúcho.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA (SEMA)

Órgãos Vinculados: AGERGS, CEEE, CORSAN, CRM, FEPAM e SULGÁS

A Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), através do programa temático Evolução Sustentável, promove a prevenção e conservação da biodiversidade visando à proteção dos biomas, da

fauna e da flora gaúchos, por meio de ações de conservação, restauração e fiscalização ambiental. Através do RS BIO, são realizadas ações integradas com foco no desenvolvimento sustentável e nas necessidades socioambientais, congregando as demandas vinculadas à conservação, à recuperação e ao uso sustentável dos ecossistemas no RS. Em 2021, destaca-se o lançamento do Plano de Ação Territorial Planalto Sul (PAT Planalto Sul), em parceria com o Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Santa Catarina, e do Plano de Ação Territorial Campanha Sul e Serra do Sudeste (PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste). O objetivo dos PATs é melhorar o estado de conservação das espécies ameaçadas de extinção e o ambiente em que vivem por meio da valorização e promoção de práticas sustentáveis e da participação social. A ação é executada pela Secretaria através do Projeto Pró-espécies, que conta com doação do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Além disso, cabe salientar a execução do cadastramento de área estadual de soltura de animais silvestres e a implantação de 50% do Projeto GEF-Terrestre, que visa à realização de estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade do pampa e do pantanal terrestre. Em 2021, para obtenção de dados e subsídios que viabilizem uma boa realização do planejamento energético estadual, em conformidade com a política estadual de combate às mudanças climáticas, a SEMA está na fase de conclusão da metodologia para elaboração de balanços energéticos anuais, documento indispensável para mensuração dos fluxos, necessidades e usos de energia no RS. Além disso, buscando a implementação dessa política, ao longo de 2021 a SEMA elaborou metade da modelagem de eficiência energética de prédios públicos, consolidou 70% das metodologias de quantificação de emissões, revisou 60% dos incentivos tributários a veículos, além de ter realizado a recomposição do Fórum Gaúcho de Combate às Mudanças Climáticas, o qual aguarda publicação. Dentre as ações para promoção da gestão ambiental, em 2021, destacam-se as relacionadas ao Plano Estadual de Saneamento (PLANESAN), o qual foca na criação de mecanismos para gestão pública da infraestrutura em conformidade com os quatro eixos do saneamento básico e com as metas do novo marco legal, as quais devem ser cumpridas até 2033. Para isso, foi concluído o diagnóstico regional dos sistemas existentes, foram identificadas demandas e formuladas diretrizes e estratégias, assim como foi elaborado o relatório de Salubridade Ambiental e publicado o relatório anual de recursos hídricos.

No Simplifica RS, as ações do Descomplica RS também buscam a qualificação da gestão dos órgãos de licenciamento, para desburocratização, assim como a modernização e a integração de sistemas. Ao longo do ano, a SEMA trabalhou para garantir a continuidade do processo de integração do Sistema Online de Licenciamento Ambiental (SOL) com outros sistemas, os quais também foram objeto de melhorias. É o caso do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), utilizado como registro público eletrônico das informações ambientais dos imóveis rurais, o qual está com mais de 50% da implantação concluída, e do Sistema de Outorga de Uso de Água (SIOUT), que visa aprimorar e expandir o atual modelo quantitativo de emissões de outorga de uso da água, garantindo aos usuários mais agilidade e maior transparência. Até 2021, 80% da modernização do SIOUT foi executada, garantindo a entrega de todos os módulos que compõem o sistema através do investimento de R\$ 2,8 milhões, oriundos do Fundo de Recursos Hídricos. A modernização do SOL é uma ação do Descomplica RS que é desenvolvida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) no Simplifica RS. Em 2021, ela avançou, alcançando a marca de 70% em seu estágio de desenvolvimento. A Fundação também atua no programa temático Evolução Sustentável, buscando a promoção da gestão ambiental por meio da sustentabilidade e gestão ambiental integrada. Para isso, elabora estudos e diagnósticos ambientais do Estado e executa o monitoramento ambiental, o licenciamento e a fiscalização de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras. Ao longo do ano, a FEPAM emitiu 5.502 documentos licitatórios e executou 4.044 vistorias e fiscalizações, de modo a assegurar o cumprimento da legislação ambiental. Além disso, outras ações estão em andamento, como a unificação e atualização do procedimento de licenciamento, estando com percentual

de conclusão em 90%, e a busca pela diminuição do volume máximo mantido de processos em análise, que atualmente está em 3.536 processos.

No âmbito do RS Infraestrutura, para fortalecimento e inovação do setor energético, a SEMA propicia a oferta de energia forte no campo mediante a qualificação das redes de distribuição de energia elétrica no meio rural. Em 2021, a iniciativa foi integralmente implementada, compreendendo investimentos em obras de complementação e de melhorias, como a substituição de postes de madeira por postes de concreto, a instalação de transformadores, a modernização dos sistemas de proteção da rede e a adequação dos níveis de tensão, qualificando, dessa forma, o fornecimento de energia ao consumidor rural. Através do programa de monitoramento de licenciamento de empreendimentos estruturantes, com investimento global estimado em mais de R\$ 5,3 bilhões, objetiva-se elevar a capacidade de transmissão de energia elétrica no RS, destravando projetos do setor. Para isso, ao longo do ano, acompanhou-se o andamento da execução dos empreendimentos estruturantes do setor energético, com ênfase nos projetos de linhas de transmissão. Nas ações que objetivam realizar parcerias para prover melhores serviços, através da iniciativa Privatização, a SEMA atua na estruturação e execução da modelagem do processo de alienação mais adequado para cada companhia, com meta de capitalização, ajuste e melhoria dos índices financeiros para atração de investidores e garantia de execução das metas para concessão dos serviços junto a agências reguladoras. Em 2021, foram concluídos três processos de alienação, sendo que o primeiro foi o da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D); o segundo, da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T); e o terceiro, da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS). Buscando o uso sustentável de recursos minerais e gás, ação que compõe o RS Infraestrutura, até a sua privatização, a SULGÁS atuou para garantir a ampliação da rede de distribuição de gás e o desenvolvimento de melhorias operacionais dos sistemas de distribuição. Ao longo do ano, foi distribuído um volume de gás equivalente a 2.257.752,19 m³/d, atendendo 6.448 clientes em diversos municípios. Para ampliar a rede de gás natural, foram construídos mais 83,31 km, que, somados à rede existente, totalizam 1.372 km de extensão de gasodutos.

A Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN) também desenvolve ações no RS Infraestrutura, focando na ampliação e qualificação dos serviços de saneamento. Em 2021, através da expansão e melhoria dos sistemas de abastecimento de água, 34.665 economias de água foram atendidas pela Companhia, assim como 938.544 metros da rede de abastecimento de água foram substituídos/ampliados. Para expansão e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário, ao longo do ano, ampliou-se a capacidade de tratamento em 2.118.606 m³, atendendo 36.643 economias de esgoto e disponibilizando 30.857 ligações com novo sistema de esgotamento sanitário, desde a rede coletora até a estação de tratamento. Além dessas ações, também foi concluído o assentamento de 97.761,76 metros de canalização da rede de esgoto em diversos municípios. No campo da sustentabilidade operacional e institucional, a CORSAN instalou ou substituiu 679.844 hidrômetros. Destaque especial para a redução de perdas, que, no ano de 2021, alcançou a expressiva marca de 38,06%. Por fim, com a aprovação do PL nº 211/2021, que autoriza o a desestatização da CORSAN, a companhia assinou contrato de assessoria com o BNDES, o qual fará o planejamento para a realização da oferta pública inicial (IPO) das ações do órgão na bolsa de valores de SP.

A Companhia Riograndense de Mineração (CRM), também no âmbito do RS Infraestrutura, focada no uso sustentável de recursos minerais, promoveu, em 2021, a produção e o fornecimento de carvão mineral em volumes que superaram a escala dos 1,81 milhões de toneladas. Com poder de calor de 3.300 kcal/kg, o carvão atendeu a demandas do Complexo Termelétrico de Candiota e a outros mercados de menor porte. Em 2021, a CRM ajustou o Termo de Compromisso Ambiental com a FEPAM para continuidade

da operação da mina de Candiota. Em adição, a Companhia iniciou os esforços para o enquadramento junto ao programa nacional de uso sustentável do carvão mineral, o qual abarca a modernização do parque gerador a carvão do RS, segundo a perspectiva da futura contratação de energia de termelétricas.

Ainda no RS Infraestrutura, a promoção de melhores serviços através de parcerias é realizada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS), por meio da regulação dos serviços públicos delegados do Estado. Em 2021, salienta-se o monitoramento da qualidade desses serviços, tendo sido elaborados e emitidos relatórios de acompanhamento de fiscalizações, termos de notificações e autos de infrações referentes às áreas de transporte metropolitano e saneamento, totalizando 372 ações nessa área, distribuídas nas Regiões Funcionais do RS. A fiscalização e monitoramento do serviço de energia elétrica também é competência da AGERGS, a qual emitiu, durante o ano, 118 relatórios de fiscalização, resultantes do acompanhamento da distribuição, além de ter realizado instruções de processos decisórios, atividades acessórias e fiscalizações, sem deslocamento. Ao longo de 2021, a agência monitorou e regulou 11 processos de reajustes ou revisão tarifária de serviços delegados nas áreas de transportes e de fornecimento de água e saneamento. Em relação ao acompanhamento da carteira de editais, foram examinados 37 de concessões de rodoviárias, de energia elétrica, de processos administrativos e de concessão de rodovias do bloco 03, envolvendo a ERS-122, a ERS-240, a RSC-287, a ERS-446, a RSC-453 e a BR-470. Com o avanço no controle da covid-19, foi possível retomar outras atividades, como a realização de 12 audiências/consultas públicas, proporcionando a participação social de diversos segmentos da sociedade gaúcha. Em relação às ações para ampliação e manutenção da malha rodoviária estadual, em 2021, a agência atuou na regulação da concessão da rodovia RSC-287, principal ligação entre a Região Metropolitana e o centro do Estado. O contrato prevê R\$ 2,7 bilhões em investimentos pelos próximos 30 anos, incluindo a duplicação dos 204,5 km de extensão nos dois sentidos de fluxo. Por fim, após a publicação da Lei Estadual nº 15.648/2021, a regulação técnica, comercial e econômico-financeira do mercado de gás canalizado passou a ser atribuição legal da AGERGS, a qual elaborou nota técnica com proposição de resoluções para a regulamentação dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado.

Eixo Estado Sustentável e Eixo Governança e Gestão

Para implementação do Programa Temático Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias, que visa ao desenvolvimento de um Estado mais sustentável, e do Programa Temático Governo 4.0, alinhado ao pilar estratégico da Governança e Gestão (**Tabela 33**), abrigam-se os esforços da Casa Civil, da Procuradoria-Geral do Estado e de várias secretarias, em destaque, as descritas nesta seção.

CASA CIVIL (CC)

No ano de 2021, no Governo 4.0, através das ações de Integridade e Boas Práticas de Governança Pública, em relação à Interação com a Sociedade, destacam-se as ações da Casa Civil que contribuem para as melhorias realizadas nos canais de comunicação e acesso à informação: Serviço de Informação ao Cidadão/ Lei de Acesso à Informação (SIC/LAI), Denúncia e Ouvidoria-Geral do Estado (OGE). Foi feita a inclusão da possibilidade do sigilo no Canal SIC e a revisão do Portal Central do Cidadão RS, visando maior intuitividade na navegação. Também houve participação da Casa Civil na implantação do Tudo Fácil em



outros municípios gaúchos, incluindo o treinamento de terceirizados na orientação de como acessar os Canais SIC, Denúncia e OGE. A Central do Cidadão do Rio Grande do Sul, que tem a finalidade de aumentar a transparência e fomentar a interação da sociedade com o Governo Gaúcho, colocou no ar uma série de tutoriais com instruções sobre como utilizar os serviços disponíveis no portal. Por meio de animações em vídeo, os tutoriais têm o objetivo de facilitar o acesso dos gaúchos aos canais de comunicação e Acesso à Informação. A Central do Cidadão pode ser acessada pelo site <https://www.centraldocidadao.rs.gov.br/inicial>. Houve a qualificação de 28 órgãos/entidades nas temáticas geridas pelos canais de comunicação.

No que se refere às ações de Qualificação de Agentes Públicos das áreas de Ética, Transparência, Controle Público e Integridade, em 2021, chegou-se a 90% de servidores públicos qualificados, sendo realizado o penúltimo evento de Qualificação de Agentes Públicos em Controle Público e Social. O último evento está previsto para ocorrer em 2022, quando irá se alcançar 100% de órgãos/entidades qualificados.

Outra ação que merece destaque é o lançamento do Programa Gaúcho de Governança e Integridade, com a publicação do Decreto Estadual nº 56.237/2021, que dispõe sobre a política de governança, gestão e integridade do Poder Executivo Estadual do Estado do Rio Grande do Sul. O programa engloba um conjunto de medidas institucionais que buscam prevenir, detectar e punir práticas de corrupção e fraude, irregularidades e desvios de ética e de conduta na Administração Pública estadual. Para firmar o compromisso de uma gestão de risco efetiva e transparente, os Secretários de Estado assinaram um termo de *compliance* (procedimentos adotados para evitar e detectar irregularidades, fraudes e corrupção), no qual se comprometem com a implementação e cumprimento das normas previstas no programa dentro da atuação das suas secretarias. As medidas buscam fortalecer os princípios essenciais do serviço público: capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, prestação de contas, transparência, inovação e entrega de resultados.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

Em 2021, destacam-se as ações desempenhadas pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) relacionadas ao Simplifica RS. No Descomplica RS, com a Lei Ordinária nº 15.612/2021, no âmbito do RS Uniforme, foram regulamentados os processos administrativos em todos os Poderes do Estado. A medida vai gerar a desburocratização de práticas administrativas – facilitando a tramitação e a realização de atos processuais por meio de ferramentas digitais – e, sobretudo, mais transparência ao cidadão e segurança jurídica a possíveis investidores.

Na busca pela Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias, na Modernização da Representação Judicial, da Conciliação, da Consultoria, da Probidade, da Recuperação de Ativos e da Gestão de Passivos Contingentes, através do Recupera + RS: Modernização do procedimento de recuperação de ativos e implantação de novas tecnologias de inteligência fiscal, houve uma economia de R\$ 246 milhões, com a implantação do mecanismo de mensuração da economia gerada pela atuação jurídica. Através da avaliação e mapeamento do Estoque de crédito judicial, foi observada uma evolução importante no que se refere à estratégia de penhora de faturamento. Com isso, atingiu-se o total de R\$ 1,8 bilhões do estoque da dívida ativa negociada, que importa em R\$ 34,2 bilhões, ou seja, 5,2% do estoque da dívida ativa encontra-se negociado na forma de parcelamentos ou de penhora de faturamento. Já no RS Parcerias, na Realização de estudos para formatação jurídica de alternativas inovadoras de parcerias e gestão de ativos para o aperfeiçoamento dos serviços públicos, através do núcleo de viabilização jurídica de novas parcerias e

modelos de gestão de serviços públicos implantados, houve a participação ativa nos processos de privatização da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS), conferindo a segurança jurídica necessária para a realização do certame.

No âmbito do Compensa-RS, que possibilita que pessoas físicas e jurídicas quitem ou abatem suas dívidas inscritas em dívida ativa, tributária ou de outra natureza, por meio do encontro de contas com os valores devidos pelos entes públicos (precatórios), foram liquidados R\$ 149,5 milhões em precatórios. As mudanças implementadas pela Lei nº 15.576/2020 (Reforma Tributária RS) tornaram o programa ainda mais atrativo.

Por fim, após o deferimento de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF), em Ação Cível Originária (ACO), ajuizada pela PGE, foram habilitadas 1.385 vagas de UTI no Estado do Rio Grande do Sul. A liminar obtida também garantiu o repasse de aproximadamente R\$ 89 milhões em 30 dias. O valor refere-se aos 511 leitos sob gestão estadual e sob gestões municipais autorizados por meio da ação movida pela PGE para o acolhimento de pacientes com covid-19.

SECRETARIA DA FAZENDA (SEFAZ)

Órgãos Vinculados: IPE PREV e BANRISUL (BAC/BAGERGS/BC/BCV)

Em 2021, destaca-se a ação desempenhada pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ) relacionada à Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias, através da Modernização do sistema de controle interno e transparência, e com a Implantação da Lei Anticorrupção Estadual, a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) contribuiu para que a Administração Pública estadual obtivesse o índice de 78% de participação no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC). A adesão ofereceu às organizações públicas a oportunidade de se autoavaliarem quanto às suscetibilidades à fraude e à corrupção por meio do Sistema e-Prevenção, que consiste em uma plataforma de autosserviço destinada a auxiliar as organizações públicas a melhorarem seus sistemas institucionais de prevenção. A partir desse diagnóstico, gestores estaduais terão acesso a ferramentas e a diretrizes voltadas ao contínuo aperfeiçoamento.

No âmbito da Receita Digital 2030, na Nova Política de Relacionamento com o Cidadão com foco no desenvolvimento de serviços digitais e no atendimento virtual, foi criado o Protocolo Eletrônico, com migração de mais de 25 serviços exclusivamente presenciais para a internet. O novo Portal da Pessoa Física também já disponibiliza um grande número dos serviços destinados a esse público por meio totalmente digital, eliminando quase por completo a necessidade de atendimentos presenciais.

Já, por meio da Fiscalização Especializada, foram criados 16 Grupos Especializados Setoriais (GES), dentre os quais está o GES Polímeros. Os GES são equipes criadas para realizar a fiscalização e ampliar as análises setoriais dos principais segmentos econômicos do Rio Grande do Sul. Alguns focos são a prevenção, a especialização, a gestão de riscos, o monitoramento próximo ao fato gerador e a proximidade com o contribuinte. O objetivo é estimular o cumprimento voluntário das obrigações, fortalecer o combate à sonegação para aqueles que descumprem a legislação e, em última instância, impactar positivamente a arrecadação de ICMS.

Na Gestão das Desonerações Fiscais, houve a publicação do Demonstrativo das Desonerações Fiscais. O conhecimento da arrecadação potencial e das desonerações fiscais dos tributos, além de ser uma



imposição do novo contexto de transparência fiscal que vigora no cenário internacional e, mais recentemente, no cenário nacional, é importante também para auxiliar na avaliação do sistema impositivo, bem como das políticas tributárias e de desenvolvimento.

E com a Nota Fiscal Gaúcha – SEFAZ foram realizados 12 sorteios no ano de 2021. Atualmente, o programa NFG conta com 2 milhões de inscritos, mais de 300 mil estabelecimentos cadastrados e mais de 3,5 mil entidades indicadas. Com novas ações realizadas no âmbito do programa, como a disponibilização e avanços na plataforma NFG Sorteios e no Receita da Sorte (prêmios instantâneos). A Implementação do Receita Certa (*Cash Back* gaúcho), assegura que parte do incremento real da arrecadação com o ICMS proveniente do comércio varejista seja distribuída a título de premiação em dinheiro, trimestralmente, aos cidadãos consumidores cadastrados no programa Nota Fiscal Gaúcha (NFG) que solicitam a inclusão do CPF na nota fiscal na hora da compra. O valor distribuído em dezembro foi de R\$ 64.622.708,06. Além disso, a inclusão no programa NFG possibilita a obtenção dos descontos no IPVA. Os motoristas podem garantir o desconto máximo, que pode chegar a 5% no imposto, juntando 150 documentos fiscais em seu CPF. Ainda, foi ampliado o aplicativo Menor Preço Nota Gaúcha, que oferece consulta de preços ao consumidor e passou a ser disponibilizado para outros Estados, se transformando no Menor Preço Brasil.

Na busca pela Sustentabilidade das Finanças Públicas, mais uma etapa na Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) foi cumprida. A Lei Complementar nº 15.720/2021 fez mais uma adequação à legislação federal para permitir que o Estado avance no acordo com a União. O texto também atende ao Decreto Federal nº 10.681, de 20 de abril de 2021, em linha com a orientação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre a padronização da legislação aprovada pelos Estados que desejam aderir ao RRF. No Programa de qualidade do Gasto, cujo objetivo é reduzir o desperdício e aumentar a eficiência e reestruturar os processos de trabalho, a economia global acumulada foi de R\$ 205.000.000.

Com o Devolve ICMS, que visa devolver ICMS para famílias de baixa renda, abrangendo famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), com base nos critérios de que recebam o benefício do Bolsa Família ou que cujo titular familiar tenha algum dependente matriculado na rede estadual de ensino médio regular, inicialmente cerca de 432 mil famílias terão uma devolução de R\$ 400,00 por ano, que serão pagos em quatro parcelas anuais de R\$ 100,00. Em 2021, foram disponibilizados R\$ 43.214.600,00 da primeira parcela do programa. Esse valor foi transferido para 432.150 cartões para que as famílias de baixa renda possam receber de volta parte do ICMS pago e trocar por novas compras no comércio gaúcho.

Através da Gestão do Regime Próprio de Previdência Social, que busca a garantia de atendimento e pagamento de inativos e pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da gestão dos recursos previdenciários, do Poder Executivo, pelo FUNDOPREV 65 inativos e 90 pensionistas foram atendidos; pelo Regime Simples foram 172.442 inativos e 42.768 pensionistas atendidos. Dos outros Poderes, houve nove pensionistas pelo FUNDOPREV e 2.576 pensionistas pelo Regime Simples atendidos.

Além disso, conforme dispõe a Instrução Normativa IPE PREV nº 09/2021, os requerentes do benefício pensão por morte, nos graus cônjuge ou filho(a) menor, passaram a poder encaminhar seus requerimentos de habilitação por e-mail ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE PREV). O Instituto aceita as certidões digitalizadas ou em cópias simples, desde que tenham sido expedidas após 01.03.2021 e que a conferência de todo o seu conteúdo possa ser realizada através do seu selo digital e sua chave de autenticidade. Dessa forma, a solicitação do benefício por e-mail passou a ser mais rápida e fácil a aproximadamente 80% dos requerentes.

No âmbito do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), através do Programa de Crédito e Fomento, busca-se prover, como agente financeiro do Estado, o desenvolvimento econômico e social das comunidades, por meio do apoio a pessoas físicas, à agricultura familiar, ao agronegócio, às micro, pequenas, médias e grandes empresas dos setores industrial, comercial e de serviços, viabilizando investimentos potenciais para a geração de emprego e renda. Em 2021, o crédito disponibilizado com os recursos do BANRISUL aos Municípios, com vistas ao fomento para aquisição de máquinas, equipamentos e em determinadas obras civis, a fim de reduzir custos de manutenção e atendimento das necessidades das populações locais, foi de R\$11.255.727,94. A linha de crédito destinada ao financiamento da semestralidade dos estudantes de ensino superior chegou a R\$33.964.783,11, os recursos de financiamento disponibilizados para as exportações foram de R\$808.877.709,91, e o financiamento para projetos sustentáveis foi de R\$141.030.308,36. Já o plano de agroecologia e produção orgânica, que amplia o acesso dos agricultores a sementes, mudas e propágulos crioulos e nativos, chegou a 8.964 unidades.

Por fim, no Desenvolve RS, através do RS Competitivo, o BANRISUL Consórcio (BAC), comercializou 17.174 cotas de consórcio distribuídas nos segmentos de automóveis, imóveis, motos e serviços, atingindo um volume de crédito de R\$ 824.156.607,00. O BANRISUL Armazéns Gerais (BAGERGS), que, através da movimentação/armazenamento de cargas e digitalização/guarda de documentos, visa proporcionar solução logística de armazenamento e movimentação de cargas, buscando o desenvolvimento regional no ramo do Comércio Exterior, disponibilizou, em 2021, 18.096,38 m³ de espaço para armazenagem. No BANRISUL Cartões (BC), chegou a 170.846 o total de novos estabelecimentos comerciais habilitados à rede Vero. Em relação ao BANRISUL Corretora de Valores (BCV), o valor em fundo de investimento gerido foi de R\$18.854.382,64 e, através da Intermediação de Títulos e Valores Mobiliários negociados nas Bolsas de Valores, a receita de corretagem obtida foi de R\$7.023.645,21.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO (SECOM)

Dentre as principais realizações da Secretaria de Comunicação (SECOM), destaca-se, em 2021, o Palácio Aberto, que aborda temas de interesse da sociedade tendo como cenário o Piratini, que completou 100 anos em 2021. A primeira edição foi transmitida pelas redes sociais do Governo do Estado e teve como tema a Luta pela Democracia. O programa também lembrou os 60 anos da campanha da Legalidade. A segunda edição do Palácio Aberto reuniu convidados para falar sobre a campanha do Outubro Rosa. A terceira edição teve como tema a chamada nova terceira idade. A quarta edição trouxe especialistas para falar sobre a violência doméstica contra as mulheres, e a quinta, teve como tema a consciência negra. A sexta edição do Palácio Aberto, trouxe o tema *fake news* e, na sétima e oitava edições, foram tratados os temas sustentabilidade e reflexões sobre 2021.

Em 2021, ainda no Governo 4.0, através das ações de Inovação e Modernização da Comunicação, as redes sociais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul totalizaram 1.152.122 seguidores, sendo: *Twitter* – 128.500 seguidores; *Facebook* – 804.222; *Instagram* – 182.000 seguidores; e *Youtube* – 37.400. O número de acessos ao Portal do Governo do Estado foi em torno de 11.878.885.

Em relação à TVE – TV Educativa, ocorreram as exposições dos programas: Redação TVE; programa TVE Esportes; Consumidor em Pauta; volta do Estação Cultura de forma semanal; volta do Obra-Prima, em parceria com a OSPA; transmissão do Campeonato Gaúcho de Futsal; transmissão do Festival de Cinema de Gramado e exibição dos Curtas Gaúchos e do evento de premiação; produção e exibição de uma série e



um programa sobre a Legalidade; exibição do filme Legalidade de Zeca Brito; produção e exibição de mais uma temporada do Programa Pré-Enem SEDUC, em parceria com a Secretaria de Educação; transmissão do segundo Festival Cinema Negro em Ação, em parceria com a Secretaria da Cultura do RS; produção e exibição do programa sobre os 50 anos do nativismo, especialmente sobre a história da Califórnia da Canção de Uruguaiana. Também houve a participação remota de repórteres e entrevistados nos programas diários, tendo em vista a pandemia, transmissão ao vivo das *lives* do Governador, transmissão dos programas da TVE nas redes sociais, atualização das Redes Sociais e transmissão dos seguintes eventos culturais através de parcerias: A Nave dos Contos Mágicos; A Noite das Ideias; Debate de ideias; Arte pela Amazônia; Virada Sustentável; Programa infantil Maurício e os Imaginários; e Festival da Canção Francesa. Destaca-se também a cobertura da Feira do Livro, culminando com a produção e exibição do Café Literário, programa ao vivo direto da feira, além de disponibilizar à TV Brasil o *show Nativataten*, exibido na noite do Natal; e produção e exibição da mensagem de Natal com o tema do Terno dos Reis.

Em relação à rádio FM Cultura, realizou-se a automação do processo das locuções remotas dos programas diários em função da pandemia, as atualizações das redes sociais, produção e exibição de programetes sobre a legalidade. Também foram mantidos todos os programas diários da Rádio FM Cultura e consolidado um novo programa diário no horário das 21 horas, com temas musicais diferentes a cada dia, além da transmissão, em conjunto com a TVE, do Festival da Canção Francesa, uma parceria com a Aliança Francesa.

Dentre as ações de Gestão da Publicidade Institucional do Estado, foram realizadas 16 campanhas em 2021, que foram: Valorização da Segurança Pública; Centenário do Palácio; Te Cuida – Não Vai dar Nada; Te Cuida – Alerta Máximo; Campanha Te Cuida – Orientações; Reforma Tributária Difal; Covid Segunda Dose; Campanha do Agasalho; Nota fiscal gaúcha; Pop Rua; Maus tratos; EXPOINTER; Consulta Popular – fases 1 e 2 e a prorrogação; Inova RS; Devolve ICMS; e Pró-esporte. Além disso, realizaram-se mais outras 70 ações diversas de publicidade.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO (SPGG)

Órgãos Vinculados: EDP, IPE Saúde e PROCERGS

A Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) desenvolveu ações importantes ao longo do ano de 2021. Inicialmente, destaca-se a Consulta Popular no âmbito do Desenvolve RS, programa temático que visa ao Desenvolvimento Regional, considerando as diferentes realidades de cada região, com a participação da sociedade. Realizada na modalidade 100% digital, de forma inovadora, alcançou mais de 112 mil votos. Na primeira etapa da Consulta, mais de mil propostas de projetos foram enviadas pelos cidadãos, das quais 759 foram selecionadas, considerando critérios técnicos como viabilidade de execução, orçamento e competência. Tais projetos foram submetidos à apreciação dos cidadãos, com direcionamento automático para a cédula de cada um dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Um total de R\$ 30 milhões será destinado aos projetos eleitos pela população.

Dando continuidade ao processo de alinhamento entre os instrumentos de planejamento – PPA, LOA e Acordo de Resultados – encaminhou-se o processo de Revisão do PPA, que resultou na Lei nº 15.716/21. Também foi encaminhada à Assembleia Legislativa a Proposta Orçamentária para 2022, que originou a Lei nº 15.771/21. Elaborada com a premissa de promover um realismo fiscal, com o estabelecimento de metas factíveis, estima-se um montante de arrecadação ajustada – sem

intraorçamentária – de R\$ 50,1 bilhões, acréscimo de R\$ 7,2 bilhões em relação ao previsto em 2021. Quanto à despesa, dotou-se um gasto total ajustado – sem intraorçamentária – de R\$ 53,3 bilhões, acréscimo de R\$ 2,3 bilhões em relação ao ano anterior. O déficit estimado foi de R\$ 3,2 bilhões. Ainda sobre a Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias, no contexto do Planejamento e captação de recursos, iniciaram-se as negociações para contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), com garantia da União, para financiamento do Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Rio Grande do Sul – Pro-Gestão RS. A operação pretendida é de até US\$ 50 milhões, sendo US\$ 45 milhões de financiamento e US\$ 5 milhões de contrapartida. Trata-se de iniciativa com o propósito de promover melhoria do gasto público com pessoal ativo e inativo, modernização das compras públicas e racionalização dos investimentos públicos de gastos com patrimônio.

No âmbito do Programa temático Governo 4.0, que busca a qualificação da gestão pública para entregar aos cidadãos gaúchos serviços públicos modernos, ágeis e transparentes, destaca-se o Sistema de Governança 4.0. Em 2021, foram pactuados 252 projetos estratégicos, 407 metas e 451 indicadores no Acordo de Resultados (AR), refletindo as iniciativas priorizadas pela atual gestão e que representam os maiores impactos aos cidadãos. O Licita Tri Legal, que busca otimizar as compras públicas, evoluiu em algumas dimensões, destacando-se que 45% das aquisições públicas passíveis de precificação valorada com dados da nota fiscal eletrônica foram realizadas, 31% do calendário de compras foi instituído, 30% da relação Estado-fornecedor nas compras públicas foram desburocratizadas e qualificadas e 11% das compras e contratações públicas foram consolidadas no sistema de Gestão de Compras do Estado (CGE).

Com o RS Analítica, desenvolveram-se iniciativas para a ampliação do acesso ao conhecimento sobre a ação governamental e a realidade socioeconômica do Estado, qualificando a tomada de decisão de agentes públicos e privados. Foram divulgados, em 2021, um total de 84 estudos aplicados, incluindo Boletins de Conjuntura, Boletins do Trabalho, diagnósticos, pesquisas aplicadas e produção de indicadores. Além disso, através da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE), houve a atualização da base cartográfica referente à Região Funcional 1 (RF1), para escala 1:25.000, um aprimoramento em relação ao trabalho anterior, ainda da década de 1970, disponibilizado na escala 1:50.000. A RF1 abrange 70 Municípios do Rio Grande do Sul, entre eles Porto Alegre. Também foram produzidas 174 cartas topográficas, as quais agregam informações geográficas sobre o território, com dados relativos ao relevo, à hidrografia, ao sistema de transportes, à energia, à estrutura viária, às comunicações, e destacam-se por estarem classificadas no Padrão de Exatidão Cartográfica – Produtos Cartográficos Digitais (PEC-PCD) Classe A, o maior nível de qualidade para essa escala. No gerenciamento de limites municipais, foram realizadas cinco análises, em atendimento a solicitações provenientes de gestores municipais, de cidadãos e demandas do Poder Judiciário relativas a dúvidas sobre limites entre municípios, valor de áreas territoriais, localização de propriedades, entre outros. Quanto à iniciativa de Gestão Documental, um total de 1.163.864 documentos do acervo do Arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS) foram digitalizados.

Já no RS Pessoas, que visa à qualificação da prestação dos serviços públicos e do atendimento aos usuários, houve a implantação da Rede de Gestão de Pessoas, sendo capacitados 13.285 servidores em 2021, através da estruturação da Escola de Governo. Além disso, mais de 780 Lideranças foram capacitadas por meio do projeto Envolver, com o objetivo de evoluir e trabalhar a cultura organizacional do RS para comportamentos de maior protagonismo e, por fim, geração de melhores resultados.

No âmbito do RS.GOV.BR, foi alcançado um percentual de 89% dos serviços estaduais digitalizados, através da disponibilização do Governo na palma da mão de todo cidadão. Também



contribuindo para o objetivo de transformar a experiência no relacionamento do cidadão com o Estado, por meio da transformação digital, o Portal rs.gov.br concentra, atualmente, 498 serviços estaduais. O site, que contempla funcionalidades referentes ao Executivo gaúcho e também a outras esferas, aliado aos demais canais digitais de órgãos do Estado, ultrapassa a média de 4,83 milhões de acessos mensais. Como resultado desses esforços, o Estado figurou em primeiro lugar no *ranking* nacional *Índice de Oferta de Serviços Digitais 2021*, da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abep-TIC), e o portal de serviços digitais do governo – rs.gov.br – foi o vencedor da 19ª edição do Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (e-Gov), considerado o maior reconhecimento brasileiro no setor.

No que diz respeito ao Simplifica RS, através dos Canais Integrados de Atendimento, foram realizados quase 200 mil atendimentos em 2021, sendo 112.821 via *chat* integrado e 78.123 via central telefônica. Tais Modelos de atendimento do Estado permitem uma proximidade com o cidadão através de um reposicionamento da estratégia de atendimento integrado e melhoria da eficácia na utilização dos recursos. Soma-se a isso a Modernização das Centrais de Atendimento, através do Tudo Fácil. Ao longo de 2021, um total de 60.278 pessoas foi atendido presencialmente nas três unidades em funcionamento em Porto Alegre, se beneficiando dos inúmeros serviços disponibilizados. Em um processo de expansão para o interior, foi inaugurada, em Lajeado, a primeira unidade do Tudo Fácil fora da capital, e também foram assinados contratos com *shoppings* em Passo Fundo e Rio Grande para implantação de novas unidades.

Além disso, considerando o Descomplica RS, que busca promover a facilitação das ações junto aos órgãos do Governo e do setor privado, houve o lançamento do Tudo Fácil Empresas, uma plataforma que permite a abertura de empresas *on-line*, de forma gratuita e em apenas um acesso, com tempo máximo de 10 minutos, contribuindo para a Gestão de Desburocratização e Empreendedorismo. O modelo funciona para empresas individuais ou limitadas, de baixo risco ambiental, de incêndio ou sanitário, o que representa 70% do número de empreendimentos abertos em 2021 em Porto Alegre. Em 2022, o serviço será expandido para os demais municípios. Além disso, foram integrados 497 municípios à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Rede Sim), permitindo a padronização dos procedimentos, o aumento da transparência e a redução dos custos e dos prazos de abertura de empresas.

Na busca por implementar novos modelos de negócio para a gestão patrimonial, através do RS Ativos, que também integra o Programa Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias, foi realizada uma promessa de permuta de imóvel por área construída, visando à execução da obra de construção do Núcleo de Gestão estratégica do Sistema Prisional (NUGESP). E, ainda, na otimização e racionalização do patrimônio do Estado, destacam-se duas entregas: a contratação do TaxiGov RS, destinado ao atendimento dos deslocamentos administrativos em Porto Alegre e Região Metropolitana, e a regularização de 298 imóveis.

Cabe destaque, igualmente, ao Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP), que oferece apoio ao desenvolvimento de projetos dos órgãos da Administração Pública Estadual, buscando o alinhamento estratégico em todos os níveis de Governo, com a finalidade de contribuir para a modernização e para a melhoria da eficiência do Estado do Rio Grande do Sul. Em 2021, o EDP apoiou o desenvolvimento dos seguintes projetos: Rede Bem Cuidar; Auxílio Emergencial Gaúcho; Auxílio Cesta Básica; Polícia Penal; E-Social; Programa Estadual de Pavimentação; Implementação LGPD; Iconicidades; Plano Estadual de Esporte e Lazer; Políticas Antidiscriminatórias; Plano Gaúcho de Governança e Integridade; Fluxo Negocia RS; PPCI da TVE/FM Cultura, JUCIS/RS, SETUR/RS; Reestruturação IPESAÚDE; e Reestruturação IRGA. Em relação ao apoio ao gerenciamento de projetos aos órgãos da Administração Pública Estadual, o EDP

apoiou os projetos: Governo Digital – rs.gov.br; Mobiliza RS; Descomplica RS; Canais Integrados; Auxílio Cesta Básica; Auxílio Emergencial Gaúcho; Programa Estadual de Pavimentação; Implementação LGPD; Iconicidades; Licenciamento Integrado; Ampliação e Modernização das Centrais de Atendimento – Tudo Fácil; E-Social; Nova Consulta; e Plano Gaúcho de Governança e Integridade.

Em relação à atuação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (IPE Saúde), na Gestão da Saúde do Servidor Público, que se define em prevenir e recuperar a saúde dos servidores públicos estaduais e de seus dependentes, e de outros servidores de entes conveniados, houve 15.191.330 atendimentos prestados. Foram registrados, através do atendimento por teleconsultas, 47.777 solicitações de autorização de consultas, 44.733 beneficiários atendidos, por 518 médicos. Atualmente, todos os serviços podem ser solicitados pelos canais digitais, com solução diretamente através do *site* (atualização cadastral, comprovantes para Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), 2ª via de cartão, alteração de senha, entre outros) ou a partir de formulários específicos e documentos digitalizados para análise, houve registro de 108.361 atendimentos realizados nessa modalidade. Uma nova plataforma foi disponibilizada de forma gratuita aos usuários do IPE Saúde, com acesso completo através do *site* do IPE Saúde a diversos módulos para cuidar do corpo, da mente, ampliar conhecimento e oportunizar momentos de bem-estar.

Com o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (PROCERGS) relacionado ao Governo 4.0 no RS.GOV.BR, através da adequação dos sistemas existentes e desenvolvimento de novas funcionalidades, registrou-se o crescimento de 466 novas transações, resultando na otimização dos processos internos e de atendimento, contemplando diversos órgãos, dentre os quais: Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), Departamento de Trânsito (DETRAN), Secretaria da Fazenda (SEFAZ), Secretaria da Educação (SEDUC), Secretaria da Saúde (SES) e Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR). Com o mapeamento, redesenho e informatização dos processos na perspectiva do cidadão, foram identificados 179 serviços que têm a possibilidade de se tornarem 100% digitais, atualmente, desse número, 88,4% já estão digitalizados.

Além disso, foram entregues ao governo do Estado duas importantes soluções de TIC que vão tornar muito mais ágeis e perceptíveis os resultados obtidos nas mais variadas áreas da Gestão Pública Estadual: o Mapa do Governo e o Painel do Governador, iniciativas que amplificam o monitoramento das ações governamentais, permitindo um acompanhamento preciso e detalhado de todas as entregas.

Por fim, com o sistema Gestão de Estatística em Segurança (GESeg) desenvolvido para atender a Secretaria da Segurança Pública (SSP), obteve-se as seguintes premiações: Prêmio *Gartner Eyes on Innovation Awards For Government 2021* e o Prêmio As 100+ Inovadoras no Uso de TI de 2021, na categoria Setor Público, da 21ª edição do prêmio. Sendo seu objetivo analisar o cenário de inovação nas maiores empresas do País, premiando aquelas que tiveram destaque no último ano, o concurso foi promovido pela maior instituição global de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), é tido entre especialistas no ramo como o mais importante reconhecimento de iniciativas da área aplicadas à gestão pública no mundo.

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS – SERFI

A Secretaria de Relações Federativas e Internacionais (SERFI) tem por atribuição promover a articulação, o encaminhamento e o acompanhamento de assuntos de interesse do Estado do RS, na Capital

Federal, atuando nas relações federativas, embaixadas e organismos multilaterais, desenvolveu, ao longo do ano de 2021, ações em dois eixos: Relações internacionais e Relações federativas.

No eixo Relações internacionais, com relação aos Geoparques – apoiou a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) no reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) dos Geoparques da Quarta Colônia e de Caçapava do Sul. Os geoparques geram alternativas sustentáveis para a economia regional, por meio da conservação do patrimônio natural e cultural, da educação para o meio ambiente, incentivo à geração de renda por meio de iniciativas privadas e empregos diretos e indiretos, bem como o desenvolvimento do turismo local. No âmbito do Transporte e Logística, atuou na renovação do contrato de concessão da Ponte da Integração Nacional, que liga São Borja (Brasil) a Santo Tomé (Argentina); articulação com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e com o embaixador do Uruguai no Brasil para a operação do transporte aéreo pelo aeroporto de Rivera (Uruguai), de interesse de Santana do Livramento.

Na busca pelo Desenvolvimento Regional, realizou tratativas para a construção, pelo Governo brasileiro, de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, entre Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguai). A ponte tem relevância para o intercâmbio internacional, especialmente no que diz respeito ao MERCOSUL e ao desenvolvimento da região fronteiriça, e também para a implantação de hidrovia como opção de modernização da logística comercial entre Brasil e Uruguai, sendo que 21% das exportações uruguaias entram no Brasil por essa região. A capacidade estimada de transporte de cargas deve ficar entre 765 mil e 3 milhões de toneladas. Já no crédito para cidades-gêmeas, está em negociação com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e com o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), em parceria com a Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais da Assembleia Legislativa, a criação de uma linha de crédito especial para apoiar cidades-gêmeas de fronteira no enfrentamento pós-pandemia. As tratativas poderão viabilizar o acesso facilitado de recursos às cidades-gêmeas no pós-pandemia.

No eixo Relações federativas, a Secretaria respondeu a 100% das demandas recebidas, sendo atendidos 74 órgãos, 17 municípios e 10 secretarias; e contatadas 22 embaixadas, contabilizando cerca de 138 demandas atendidas, em diversas áreas. Cabe destacar, ainda, ações junto à Bancada Gaúcha Federal, para o direcionamento de recursos de emendas de bancada para 74 órgãos (de todas as regiões do Estado), com impacto financeiro de R\$ 10 milhões. Também atuou na interlocução com a bancada federal, encaminhando o Caderno de Propostas ao Orçamento Geral da União (OGU) 2022, o que resultou na destinação de R\$ 212,9 milhões de emendas de bancada ao Rio Grande do Sul, nas áreas de educação, agricultura, infraestrutura e saúde. Além disso, na interlocução com a Superintendência da Receita Federal no Rio Grande do Sul, o Estado recebeu diversas doações que impactam na vida dos gaúchos, com destaque de 1.400 oxímetros para a Secretaria de Saúde; veículos para municípios gaúchos; 6.000 conversores TV Box, celulares e materiais escolares para Educação; e cabelo humano doado ao IMAMA para confecção de perucas para pacientes com câncer.

Por fim, com ações transversais para o enfrentamento da pandemia, a SERFI atuou ativamente, junto com a Secretaria de Saúde/RS, o Ministério da Saúde e o de Relações Exteriores, na ampliação do acordo sanitário firmado pelo Brasil com o Uruguai, permitindo a doação de vacinas excedentes do país vizinho para a imunização de gaúchos que vivem na fronteira (Rivera/Santana do Livramento). Além disso, destacam-se as doações, articuladas pela SERFI junto à empresa privada, que destinou 33 respiradores, 20 camas monitorizadas, 20 monitores multiparamétricos e 90 bombas de infusão. Ainda com uma atuação transversal no enfrentamento à covid-19, ocorreram tratativas junto à Embaixada do Brasil em Montevideo,

Forças Armadas Uruguaias, Comando Militar do Sul e Receita Federal/RS, que possibilitaram a entrega de sedativos para pacientes intubados para a Associação de Caridade da Santa Casa de Rio Grande/RS, importados pela instituição. Por fim, a atuação junto às autoridades brasileiras, chilenas e argentinas buscou evitar o colapso no transporte internacional, por conta de restrições sanitárias impostas a motoristas brasileiros, possibilitando a continuidade de ações de comércio exterior entre esses países. Pelo porto seco de Uruguaiana passam cerca de 600 caminhões/dia do comércio rodoviário do MERCOSUL.

Eixo Sociedade com Qualidade de Vida

Para alcançar uma sociedade com qualidade de vida, o PPA 2020-2023 conta com cinco Programas Temáticos: Educa+RS, Evolução Sustentável, RS Cidadania, RS Seguro e Saúde Cidadã (**Tabela 33**). Nesta seção, encontram-se as realizações das principais secretarias que efetuam esforços para o alcance dos objetivos temáticos desses programas, assim como as realizações do Gabinete do Vice-Governador (GVG), da Casa Militar (CM) e da Defesa Civil.

CASA MILITAR (CM) E COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

A Casa Militar, por meio da Coordenadoria de Defesa Civil, desenvolve a Gestão em proteção e defesa civil. Para o enfrentamento da epidemia do covid-19, a Defesa Civil vem sendo responsável pelo recebimento e organização das demandas e das ofertas de bens e serviços necessários à contenção e resposta da emergência no Comitê de Logística e Abastecimento do Gabinete de Crise do Estado. Em 2021, mais de 70 mil cestas básicas foram distribuídas às comunidades necessitadas nos municípios gaúchos, além de vestuário adulto e infantil, roupa de cama, mesa e banho, cobertores e colchões, que somaram cerca de um milhão de itens distribuídos pelas Coordenadorias Regionais de Defesa Civil.

Visando propiciar qualidade de vida à sociedade, por meio do gerenciamento sistêmico das ações voltadas a prevenir ou mitigar a ocorrência de desastres naturais e tecnológicos, a Defesa Civil Estadual desenvolveu ações integradas com os Coordenadores Municipais de Defesa Civil, orientando para a decretação de Situação de Emergência (SE) em 25 municípios afetados pela estiagem, e realizando as ações de resposta junto à população nas áreas afetadas, a fim de minimizar os efeitos desse desastre de origem natural e reverter as consequências das situações de emergência, em prol de uma evolução sustentável da sociedade.

Ao longo do ano, foram realizadas cinco reuniões de trabalho e aperfeiçoamento da Comissão Estadual P2R2, que é integrada por representantes de órgãos federais e estaduais com interesse na prevenção, preparação e resposta aos acidentes com produtos perigosos. Além disso, foram realizadas três ações de fiscalização de transporte com produtos perigosos pela Coordenadoria de Defesa Civil, com a participação dos servidores da Defesa Civil Estadual, Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Comando Ambiental da Brigada Militar (CABM), Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM) e Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER/RS). O exercício integrado pelos órgãos trata-se de operação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2), cujo objetivo é a prevenção de acidentes com produtos químicos perigosos transportados pelas estradas gaúchas. A ação de fiscalização compreende a verificação da licença adequada para o

transporte, bem como a orientação aos motoristas sobre a importância dos cuidados na condução segura dos veículos e os riscos presentes em cada produto, tanto à vida do condutor e população do entorno quanto ao meio ambiente. Na ação realizada na BR-386 – km 423, em Montenegro, foram fiscalizados 153 caminhões, sendo avaliada a inclusão da sinalização indicativa do tipo de produto transportado e os equipamentos de proteção individual e de emergência no próprio veículo.

Objetivando o desenvolvimento de cursos de capacitação voltados à proteção e defesa civil, foram realizadas quatro edições do Projeto Capacitar 2021, por meio de *lives* ao vivo no canal do *Youtube*. O Projeto Capacitar tem como objetivo preparar os agentes municipais para as ações de prevenção, mitigação e resposta aos eventos adversos. Nesse sentido, foram repassadas orientações sobre as atividades de auxílio aos municípios, e os procedimentos necessários para o saque calamidade (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS), em situação de emergência por desastres naturais. O evento formativo reuniu 369 representantes de Defesa Civil de diversas cidades gaúchas. Ainda, a Defesa Civil Estadual apoiou a realização do simulado de evacuação de área, em caso de rompimento de barragem. A ação de prevenção anual é organizada por empresa mineradora, na Bacia de Finos, unidade Mina do Recreio, no município de Butiá, e conta com a participação de representantes locais e de órgãos municipais de Defesa Civil e Vigilância em Saúde.

O reaparelhamento e a modernização da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil são necessários para sua atuação eficaz e, para isso, estão em desenvolvimento ações com diferentes ênfases, tais como: a reforma da sede, em Porto Alegre; a aquisição de veículos; a implantação do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (SERGID), entre outras. Em 2021, foram adquiridos vinte veículos que possibilitarão garantir a presença da Defesa Civil nas regiões do Estado, para atender às situações de emergência e calamidade. Ainda, a estruturação do SERGID se dá por meio da alteração dos processos manuais para sua sistematização em formatos eletrônicos através da Tecnologia da Informação, o que inclui a estruturação de um sistema de informações e a aquisição de equipamentos e periféricos que permitirão dotar o órgão de agilidade para alcançar todas as regiões do Estado em menor tempo, com as informações adequadas para prevenção dos desastres naturais e tecnológicos. Além disso, a implementação desse Sistema permitirá a organização de uma base de dados com informações quali-quantitativas que irão orientar a formulação de políticas públicas.

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR (GVG) e SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP) **Órgão Vinculado: DETRAN**

Em 2021, a Secretaria da Segurança Pública (SSP) continuou desenvolvendo os serviços essenciais de segurança pública, apesar da pandemia e do sinistro ocorrido em seu prédio, garantindo a ordem pública, a segurança das pessoas e do patrimônio, com a permanente qualificação no combate à criminalidade, buscando a tranquilidade pública e a sensação de segurança do cidadão e transformando o nosso Estado em um local seguro para se viver e investir, com vistas a consolidar um RS Seguro.

Visando ao fortalecimento da capacidade de resposta da segurança pública, a Secretaria investiu na sua infraestrutura de atendimento, adequando 11.734,44 m² de estrutura física no Instituto-Geral de Perícias (IGP), 9355,76 m² na Brigada Militar (BM) e nove unidades na Polícia Civil (PC). Ademais, buscou-se o reaparelhamento da Segurança Pública, por meio da aquisição de 5.117 armamentos para a Brigada Militar e 1.214 para a Polícia Civil. Em relação aos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), 3.940 foram

adquiridos para a Brigada Militar, 840 para a Polícia Civil e 512 para o Corpo de Bombeiros (CBM). Além disso, 32 Equipamentos Periciais foram comprados. Foram adquiridos, também, 101 veículos pela Secretaria, sendo 34 para a Brigada Militar, 42 para a Polícia Civil, vinte para o IGP e cinco para o CBM.

Importante destacar, igualmente, que a Secretaria vem implantando o Sistema de Apoio à Gestão de Estatística em Segurança (GESeg), em parceria com a PROCERGS, dentro do Programa RS Seguro (coordenado pelo Gabinete do Vice-Governador – GVG), visando ao monitoramento mensal de quatro indicadores, sendo três comuns aos 23 municípios identificados como prioritários para o Programa, por concentrarem a maior parte das ocorrências, e um indicador escolhido conforme a realidade local. Pelo GESeg, que em 2021 atingiu 100% de implantação, é possível automatizar os cálculos e emitir relatórios em padrões visuais, facilitando a leitura de informações sobre ocorrências e qualificando o acompanhamento de foco territorial, com vistas ao monitoramento de indicadores criminais, viabilizando a implementação de estratégias de prevenção. O GESeg recebeu o Prêmio *Gartner Eyes on Innovation Awards For Government* 2021, através de concurso promovido pela maior instituição global de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), sendo considerado por especialistas como o mais importante reconhecimento de iniciativas da área aplicadas à gestão pública no mundo.

Com o objetivo de aumentar a integração dos órgãos de segurança, para qualificação da atuação policial, foram instaladas nove unidades de Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs). Considera-se essa integração fundamental para ampliar a eficiência do combate à criminalidade e a redução dos índices criminais, possibilitando a identificação dos pontos de atenção, a priorização dos problemas, o desenvolvimento dos planos de ação e o acompanhamento dos resultados. O grupo reúne 23 cidades atualmente.

Com relação à qualificação do atendimento da Segurança Pública por meio da modernização tecnológica, 1.166 equipamentos foram adquiridos pela Secretaria, sendo 31 de radiocomunicação para a Brigada Militar; de Tecnologia da Informação (TI), 599 para a BM, 191 para a Polícia Civil, seis para o Corpo de Bombeiros Militar e 339 para o IGP. Além disso, 14 municípios tiveram o videomonitoramento implantado, e 75 quartéis da Brigada Militar foram conectados à InfoVIA do Estado, que é a rede de comunicação digital de alta velocidade do Governo. Seu objetivo principal é levar banda larga de qualidade para aprimorar os serviços prestados aos cidadãos.

Na busca de um cidadão mais seguro, no enfrentamento à violência contra vulneráveis, foram realizados 9.879 exames periciais; remetidos 50.645 procedimentos por Delegacia especializada; e realizadas em torno de 45,6 mil visitas pela Patrulha Maria da Penha, atendendo mais de dezesseis mil vítimas de violência doméstica. Na busca da qualificação da Polícia Judiciária para repressão qualificada ao crime, foram remetidos mais de 188 mil inquéritos, 105.012 termos circunstanciados e em torno de 13 mil procedimentos relativos a adolescentes infratores. O Policiamento Comunitário realizou mais de 140 mil visitas comunitárias, de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade.

Buscando ampliar a preservação da ordem pública e a pronta resposta no enfrentamento ao crime, as ações realizadas, de forma integrada e qualificada, pela Polícia Ostensiva resultaram na apreensão de 6.633 armas de fogo, 57.574 barreiras policiais, 780 mil ocorrências, mais de 4,1 milhões abordagens/identificação de pessoas, resultando em mais de 101 mil prisões. Foram, ainda, fiscalizados mais de dois milhões de veículos.

Com vistas à qualificação da prevenção e combate a sinistros e das ações de busca e salvamento e defesa civil, foram expedidos 30.002 alvarás e certificados de licenciamento, e 6.649 estabelecimentos foram vistoriados. Considerando-se as áreas de risco, 14% foram mapeadas. Já a qualificação dos serviços periciais e de identificação ocorreu por meio do acréscimo de 188.587 unidades de trabalhos expedidos pelo IGP por ano, e pela emissão de 507.665 carteiras de identidade. A implantação do Sistema de Indexação Balística atingiu 91% em 2021. Esse Sistema, idealizado pela criminalística da Polícia Federal, possui um banco de dados responsável por armazenar as características balísticas das armas criminais em imagens 3D, utilizadas posteriormente em exames periciais, permitindo que crimes cometidos em diferentes estados da Federação sejam correlacionados, sincronizando a troca de informações, a agilidade do sistema de consulta, do confronto balístico e do processo criminal. Armas apreendidas em ocorrências criminais são estocadas em depósitos judiciais aguardando a finalização de procedimentos judiciais e periciais.

Na busca da Segurança Pública para a Comunidade Escolar, foram realizadas 41.435 visitas pela Patrulha escolar da BM a estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, com vistas a garantir a tranquilidade e o ambiente propício ao ensino. Foi dada continuidade aos programas de prevenção ao uso de drogas e de promoção da cultura de não violência, tais como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que formou 23.018 alunos, e o Papo de Resposta, que atendeu a outros 13.354. Ainda, 438 estudantes participaram do projeto Bombeiro na Escola. Buscando dar continuidade na excelência do ensino do Colégio Tiradentes, proporcionando educação de alto nível, foram formados, em 2021, 953 alunos.

Considera-se que a integração das forças de segurança, a inteligência e o investimento qualificado, em uma conjunção de esforços e ações, a partir de análises técnicas e científicas, levou à redução acentuada dos indicadores de criminalidade, melhorando a qualidade de vidas das pessoas. O número de vítimas de homicídio doloso teve redução de 17,84% no último ano e de 36,84%, se comparado com 2019. Da mesma forma, os latrocínios foram reduzidos em 6,35%, em 2021, e, comparativamente com 2019, diminuíram em 35,16%. Importante ressaltar que as apreensões de drogas aumentaram 15,4% em 2021 e, em relação a 2019, cresceram 18,45%.

Em referência às principais realizações do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), destacam-se as ações do Detran/RS Digital – PDD, previstas no Programa Temático Governo 4.0, com a implementação de 24 unidades de Serviço Digital ao Cidadão, a implantação de 50% de conectividade de dados, de 79% da base de dados individuais e 100% da Transferência de Prontuário/Condutor. Além disso, foram migrados 23% do Sistema Corporativo Modernizado (Cobol/Java) e 75% do Sistema de Transferência de Veículo. O DETRAN/RS caminha para se tornar um órgão 100% digital. Uma das ferramentas que tem sido decisivas nesse percurso é o sistema EPROD, desenvolvido pelos próprios servidores da área de Tecnologia da Informação do órgão. A solução é voltada à gestão de atendimentos, viabilizando a absorção e a resolução de demandas de forma totalmente *on-line*, auxiliando na eliminação da circulação de papel na Autarquia, reduzindo o tempo de resposta e favorecendo a adoção do regime de teletrabalho para os servidores.

Buscando a redução da morbimortalidade por causas externas, e cumprindo com o seu papel de agente orientador, educador e fiscalizador, o DETRAN/RS realizou mais de 71 mil abordagens de trânsito, através, por exemplo, da ampliação da adesão de Municípios ao Balada Segura, que mais do que uma operação de fiscalização, tem foco em atividades educativas, instruindo condutores e passageiros e promovendo a conscientização como forma de salvar vidas. Executou também a “Operação Empatia no Trânsito”, com a participação integrada da Polícia Rodoviária Federal, Brigada Militar e Guarda Civil

Municipal de São Leopoldo. Foram, ainda, realizadas quatro campanhas publicitárias, dentre elas “Motoboys – respeite quem pilota uma moto, no trânsito e na vida”. Dentre as ações da Educação para o Trânsito na Rede Escolar e no Sistema Estadual de Trânsito, 3.526 profissionais foram capacitados para atuarem com o tema Trânsito. Destaca-se que a Escola Pública do DETRAN/RS oferece curso *on-line* gratuito sobre educação e trânsito. Por fim, cabe ressaltar que, em trabalho transversal com a Secretaria da Saúde, buscou-se incluir municípios no Programa Vida no Trânsito (PVT), que tem como objetivo garantir a redução de morbimortalidade e, conseqüentemente, aumentar a paz no trânsito, buscando a promoção de ambientes seguros, saudáveis e sustentáveis, pautados na mobilidade humana, na produção do cuidado e no trânsito.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)

Órgão Vinculado: FETLSVC

A Secretaria de Educação (SEDUC), no âmbito do Educa+RS, desenvolveu, ao longo de 2021, diversas iniciativas com vistas a consolidar uma Educação para a nova economia. Destaca-se, nesse sentido, a Atualização da matriz curricular no Ensino Médio Integrado e Educação Profissional, através da implantação de 43 escolas com matriz curricular voltada para o jovem no mercado de trabalho. Além disso, ocorreu a atualização de cursos ofertados na Educação Profissional a partir dos Arranjos Produtivos Locais, através da capacitação de 38% de alunos em cursos ofertados na Educação Profissional a distância e de 34.357 alunos matriculados em 309 cursos ofertados na Educação Profissional e Médio Integrado. A partir da Implantação do Novo Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Fundamental e Médio, fundamentado na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), 264 escolas implantaram o novo Ensino médio, e 468 implementaram o Programa Jovem RS conectado no Futuro. Em relação à implementação de propostas pedagógicas pautadas no empreendedorismo, inovação e criatividade nos ambientes escolares, foram realizadas 101 mostras de trabalhos da Educação Profissional/Ensino Médio, e 981 alunos participaram de trabalhos, mostras, feiras e projetos científicos e tecnológicos.

A SEDUC, com base na oferta de formação continuada na educação, que visa ao aperfeiçoamento dos profissionais de educação, implantou trinta Centros de Mídias do RS e um Centro Virtual de Formações, atendendo a especificidades constantes nas propostas pedagógicas, incluindo temas transversais e diversidades. Foram qualificados 2.416 gestores de escola e outros 5.000 profissionais de educação foram capacitados em Tecnologia da Informação. Além disso, sete seminários, encontros e conferência foram realizados. Cabe destacar que, para garantir o acesso e permanência dos alunos na Educação Básica, 793.672 alunos foram beneficiados com alimentação escolar, e 69.641 com transporte escolar. Ainda, através do apoio a projetos e propostas pedagógicas visando à integração entre Gestão Educacional e Comunidade Escolar, que busca melhorar a aprendizagem pela ampliação do atendimento educacional, 14.977 alunos foram atendidos no Programa Tempo Integral, em 105 escolas que dele participaram. Em relação aos Jogos Escolares, 1.500 alunos participaram nas quatro modalidades, que, devido à pandemia, ocorreram de maneira remota. Ademais, 95 escolas foram implementadas com o Programa Escola Aberta para a Cidadania, e 1.398 atendidas com o Programa Escola Melhor – Sociedade Melhor.

Já com a implantação de ações educacionais, sociais e culturais, por meio de 152 instituições com projeto em parceria com entidades civis sem fins lucrativos, foram firmados 141 convênios com escolas especiais – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), concentrando-se esforços para que a população em idade escolar, e também fora dela, seja atendida. Ainda, em locais onde não há vagas na rede pública estadual, foram compradas vagas em quatro instituições, atendendo aproximadamente 260 alunos



bolsistas com insuficiência de recursos. Foram firmadas, também, sete parcerias com Escolas Família Agrícola, atendendo aproximadamente 400 alunos da pedagogia de alternância. Além disso, 30 escolas foram implantadas com projeto/programa transversal, 244 tiveram organização da rede (municipalização, cessão de uso, termo de cooperação), e 35.688 turmas de escolas da rede pública estadual foram otimizadas. Na implementação de ações de prevenção à violência nas escolas e comunidades escolares, 587 escolas implementaram Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (CIPAVes), beneficiando 80.000 alunos, além de terem sido firmadas vinte parcerias para ações de prevenção à violência nos espaços escolares.

Na busca da Qualificação da Aprendizagem, através da Implantação de projetos de alfabetização com foco no processo ensino-aprendizagem, foram capacitados 7.338 professores/supervisores educacionais para atuação no projeto de alfabetização, e 1.753 escolas implementaram e monitoraram o Plano de Alfabetização, atendendo a 114.587 alunos com o projeto de alfabetização. Através da Implantação dos Projetos de Aceleração RS, para os anos finais do Ensino Fundamental, foram atendidos 229.426 alunos em 1.700 escolas. Houve, ainda, implantação de três escolas com projeto cívico/militar. No apoio à Educação de Jovens e Adultos (EJA), com vistas à qualificação da aprendizagem, 44.316 alunos foram atendidos. Além disso, com o apoio a ações pedagógicas para redução dos índices de reprovação escolar, destaca-se a Avaliação diagnóstica “Avaliar é Tri RS”, na qual participaram mais de meio milhão de alunos da rede estadual. Essas avaliações ajudam a identificar as causas de dificuldades específicas dos estudantes na assimilação do conhecimento, tanto relacionadas ao seu desenvolvimento pessoal quanto à identificação de quais conteúdos do currículo apresentam necessidades de aprendizagem. Ainda nesse âmbito, está sendo desenvolvido o Programa de Recuperação e Aceleração de Aprendizagem, o Aprende Mais, o qual objetiva melhorar a proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, atualizar as matrizes de referência, assim como capacitar e qualificar os docentes e as equipes gestoras. Destacando-se, nesse aspecto, a concessão de 29.231 bolsas para formação dos profissionais envolvidos no Programa. Por fim, com o programa Todo Jovem na Escola, cujo objetivo é reduzir o impacto da pandemia na rede estadual, bem como prevenir o abandono, a evasão escolar e incentivar alunos para que concluam o Ensino Médio, foi realizado o pagamento da primeira parcela da bolsa, no valor de R\$ 150,00 mensais, creditados no Cartão Cidadão da família, beneficiando mais de 71 mil estudantes de 15 a 21 anos.

Visando à Qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas, através do Apoio administrativo, manutenção e qualificação das escolas de Educação Básica e da Educação Profissional, 2.410 escolas da Educação Básica e 161 Escolas de Educação Profissional foram mantidas (água, energia, saneamento, locação, vigilância, dentre outros), de forma centralizada ou descentralizada, e 2.441 unidades da Rede Estadual de ensino (Escolas, Coordenadorias Regionais de Educação e Secretaria da Educação) tiveram a manutenção de gestão informatizada mantida e implementada. Para Implementação de ações que possibilitem a qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas de Educação Básica, 278 escolas implantaram o Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI), 59 contaram com atendimento emergencial, e 47 realizaram reformas nas estruturas físicas. Além disso, três escolas tiveram espaços esportivos e culturais qualificados, duas contaram com ampliação no espaço escolar e uma nova escola foi construída e entregue à comunidade da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, a Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Anhetengúá.

No âmbito da Educação Profissional, as mesmas ações atenderam 161 escolas com o programa de autonomia financeira e pedagógica, beneficiando 26 escolas com equipamentos, laboratórios, mobiliários básicos e materiais diversos. Foram realizados atendimentos emergenciais em 21 escolas, e quatro foram

reformadas. Com a implementação de fluxos nos processos administrativos, visando a resultados mais rápidos e imediatos, 2.410 escolas implementaram sistema integrado de fluxos, e 2.322 implementaram o Diário de Classe, acompanhando 766.543 alunos. Em relação à Qualificação da rede pública estadual, com aquisição de materiais e equipamentos básicos, pedagógicos e tecnológicos, 27.918 equipamentos tecnológicos foram adquiridos, contemplando 2.410 escolas, que também foram equipadas com materiais diversos; 2.416 escolas de educação básica foram atendidas pelo programa de autonomia financeira e pedagógica e 2.410 escolas com *software* educacional. Ainda, 128 escolas implantaram espaço *maker*, e 53 adquiriram mobiliários básicos. Destaca-se, ainda, o programa Livre para Aprender, que, com a alteração do Decreto da Autonomia Financeira das escolas estaduais, possibilitou a aquisição de absorventes íntimos para distribuição gratuita às jovens em situação de vulnerabilidade social, visando à promoção do bem-estar das estudantes e prevenção do absenteísmo, evitando prejuízos à aprendizagem e ao rendimento escolar por motivos relacionados à pobreza.

No âmbito do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), destacam-se as gravações das aulas do Pré-Enem, realizadas pela Secretaria, que abordaram todos os componentes curriculares exigidos, contando com a colaboração de vinte professores que trabalharam na preparação, apresentação e tradução para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) do material e lições, visando preparar os estudantes para a prova. Foram transmitidas mais de 400 lições pela TVE e pelo canal do *Youtube* “TV SEDUC RS”, contando com mais de 650 mil visualizações e 43 mil *likes*. Já com o objetivo de estimular a participação dos estudantes da Rede Estadual no ENEM, prestando o suporte necessário aos jovens cujas famílias foram impactadas economicamente pela pandemia, foi realizado o pagamento da taxa de inscrição para alunos concluintes do 3º ano do Ensino Médio que tiveram a taxa de isenção negada, através dos recursos disponibilizados via autonomia financeira. Além disso, foram oferecidos alimentação e transporte escolar aos estudantes da rede estadual para realização das provas. Na busca de Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias, com a Receita Digital 2030, através do Nota Fiscal Gaúcha – Educação, foram repassados 100% dos recursos para entidades beneficiadas, totalizando R\$ 5.925.449,12 liquidados no ano.

Através da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC), vinculada à pasta, foi realizada a ação Conhecimento em Inovação, Ciência e Tecnologia, visando apoiar ao desenvolvimento de pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento humano, alcançando 1.820 professores participantes dos quatro seminários organizados. Ademais, 1.392 alunos participaram de feiras de ciências; 551 pesquisas foram elaboradas; 151 alunos concluíram cursos de extensão, dentre dezenove realizados; doze empresas foram incubadas; e três revistas publicadas. No mês de outubro, foi realizada, na modalidade virtual, a 36º MOSTRATEC – Mostra Internacional de Ciências e Tecnologia, considerada a maior feira de Ciências e Tecnologia da América Latina, reunindo jovens pesquisadores de quatorze países e dezessete estados, com mais de 500 trabalhos apresentados em diversas áreas de conhecimento. Na busca da Educação para a Nova Economia, através da implantação de novos cursos e ampliação de vagas nos cursos da educação profissional integrada ao ensino médio e pós-médio, com vistas à formação de alunos com competências e habilidades de acordo com as exigências da sociedade atual, 3.132 alunos foram matriculados em cursos existentes, e três Planos de Cursos foram atualizados. Por fim, através da implantação de programa de acompanhamento pedagógico na educação profissional integrada ao ensino médio, que busca oferecer aulas de reforço escolar, monitoria e atividades pedagógicas no contraturno, 1.212 alunos participaram das 105 horas de atividades complementares, e 1.332 horas de aulas de reforço foram ministradas para 590 alunos.

SECRETARIA DA CULTURA (SEDAC) Órgãos Vinculados: FOSPA e FTSP

Entre os temas importantes para devolver a competitividade ao Estado estão a economia criativa e a economia da cultura. Com esse enfoque, a Secretaria da Cultura fomentou, em 2021, a realização de projetos para a geração de emprego e renda, a formalização dos trabalhadores da cultura e a ampliação do acesso da população aos bens e atividades culturais. As ações do Programa de Formação e Qualificação na Área Cultural, realizadas pela SEDAC, envolveram 36 atividades de formação e qualificação cultural, em 27 municípios, algumas em parceria com a Universidade da Fronteira Sul, das quais participaram mais de 4,4 mil produtores e gestores culturais, de diversos municípios. As atividades de formação incluíram cursos para a elaboração de projetos culturais e também orientações aos gestores municipais para a criação da legislação municipal específica a fim de aderirem ao Sistema Estadual de Cultura.

Por ocasião da realização do evento de encerramento da 5ª Conferência Estadual da Cultura, em agosto, foi apresentada pela SEDAC a aplicação dos recursos da Lei Aldir Blanc, R\$ 74 milhões, recebidos do Governo Federal, a qual havia sido previamente discutida junto aos representantes, de todos os órgãos e classes culturais nas regiões do Estado, em 65 reuniões virtuais. Tais recursos financiaram projetos culturais, e, no âmbito do RS Seguro, como uma das Ações Territoriais, a Secretaria lançou o Edital Prêmio Trajetórias Culturais, em parceria com a Central Única das Favelas (CUFA). Para a premiação, foram disponibilizados R\$ 14 milhões, via Lei Aldir Blanc, envolvendo 4,5 mil pessoas, físicas e jurídicas, nos 23 municípios e 69 bairros incluídos no Programa RS Seguro, premiando 4.736 iniciativas culturais entre pessoas físicas e jurídicas.

Além disso, foram realizados 41 eventos e ações culturais, entre os quais se destacam: Bicentenário de Anita Garibaldi, 50 anos da Consciência Negra, Preservação dos Valores e Condição Indígena, e eventos sobre a Questão de Gênero e Orgulho LGBT. Pela passagem da data comemorativa do bicentenário da revolucionária guerreira, instituída por meio do Decreto nº 55.756, de 9 de fevereiro de 2021, foram efetivados doze eventos virtuais, que exploraram sua biografia e seus feitos, atingindo cinco mil visualizações em todas as regiões do RS. O Cinquentenário do 20 de novembro – Dia da Consciência Negra, foi instituído por meio do Decreto nº 55.880, de 13 de maio de 2021. Para valorizar a data, realizaram-se seis eventos virtuais e duas mostras de trabalhos, com o objetivo de preservar, difundir, valorizar as histórias, as memórias e as tradições da cultura e da arte afro-gaúcha.

Baseados no fortalecimento do RS Criativo, na área da economia criativa, 1,4 mil empreendedores foram capacitados no Ciclo de Residência Criativa, enquanto as ações de empreendedorismo alcançaram empreendedores de todo o Estado. Por meio do *Hub Criativo* e da realização das caravanas presenciais, as quais ocorreram nas nove Regiões Funcionais no último quadrimestre de 2021, ao todo, 8,5 mil empreendedores culturais foram capacitados de forma virtual e/ou presencial. Destaca-se, também, a implantação da plataforma virtual, visando proporcionar uma série de ações de capacitação aos empreendedores culturais, reunindo em um único espaço virtual, de livre acesso à população, as atividades integrantes da economia criativa no Estado.

A realização de atividades de internacionalização da Cultura, na área da Economia Criativa, envolveu 1.068 empreendedores em três rodadas de negócios. Estas ocorreram, respectivamente, com o IX Festival de Roteiros Audiovisuais (FRAPA 2021) e com a Associação de Desenvolvedores de Jogos Digitais do Rio Grande do Sul. O Festival de Roteiros Audiovisuais de Porto Alegre é o maior evento na América Latina, inteiramente voltado ao roteiro de cinema e televisão. A nona edição do FRAPA ocorreu entre

setembro e outubro de 2021 e incluiu: apresentação de filmes brasileiros, rodada de negócios, concurso de roteiros e a atividade de laboratório, iniciativa filantrópica de apoio ao audiovisual. Da Rodada de Negócios participaram 52 *players*. Ainda em 2021, apoiando a Associação de Desenvolvedores de Jogos Digitais do Rio Grande do Sul (ADJogosRS), a SEDAC realizou duas rodadas de negócios, visto que o RS é um dos estados pioneiros na produção de jogos digitais no País, sendo atualmente um polo nacional no mercado de desenvolvimento de *games*.

Com relação à Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais, destaca-se a Realização de atividades de Educação Patrimonial, como, por exemplo, a terceira edição do Dia Estadual do Patrimônio Cultural, promovido pelo Governo do Estado. Essa iniciativa resultou na adesão dos atuais 83 Municípios ao Sistema estadual de Cultura e no envolvimento de cerca de 10 mil pessoas em atividades de Educação Patrimonial. Foram realizadas oficinas pedagógicas como instrumentos de alfabetização cultural que possibilitaram aos cidadãos a leitura e a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que estão inseridos.

Cabe destacar, também, que a legislação do Sistema Estadual de Apoio e Incentivo às Políticas Estratégicas do Estado do Rio Grande do Sul (SISAIPE/RS) passou a incluir a possibilidade da aplicação dos recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) em investimento com as prefeituras dos municípios gaúchos, para a viabilização do auxílio emergencial aos profissionais da cultura, no enfrentamento das consequências da pandemia de covid-19. O edital de Chamada Pública alcançou 87 municípios do Estado. Aos recursos destinados pelo FAC, somaram-se os investidos pelos municípios, o que viabilizou o auxílio de R\$ 800,00 para mais de 17,5 mil profissionais. Por meio dessa ação, a instituição do Sistema de Cultura nos municípios foi valorizada, uma vez que àqueles municípios que já têm instituídos o Conselho, o Plano e o Fundo de Cultura foram destinados valores maiores. Atualmente, são 83 municípios do Estado que já instituíram o Sistema de Cultura.

Ainda, o Fomento à Cultura, por meio do sistema Pró-Cultura, executou o limite global de R\$ 52 milhões para concessão de incentivos fiscais, projetados pelo Governo do Estado para serem investidos em 2021, os quais propiciaram o fomento à cadeia produtiva da cultura, contemplando a realização de projetos culturais apresentados nas nove Regiões Funcionais do Estado.

Propiciando o Acesso à cultura e ao esporte e lazer, especialmente à Realização das atividades da Escola e da Orquestra da OSPA na temporada artística de 2021, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre realizou 33 concertos transmitidos ao vivo, pelo seu canal do *Youtube*, os quais alcançaram um público de 16 mil pessoas. Os espetáculos tiveram a presença de solistas e maestros nacionais. Por sua vez, a Escola de Música da OSPA, única instituição gratuita de ensino voltada para a formação de músicos de orquestra no Estado, ampliou o número de alunos. Durante o ano, foram matriculados 191 alunos, incluindo crianças e jovens de 8 a 25 anos. Cabe destacar, também, que as obras da Casa de Música da OSPA, executadas com recursos das Leis de Incentivo à Cultura, foram concluídas.

No tocante à Disponibilização de uma programação artística de qualidade no Theatro São Pedro, a Fundação Teatro São Pedro (FTSP) realizou 157 espetáculos transmitidos por meio virtual e/ou presencial, alcançando mais de 35 mil pessoas em todo o Estado. Em junho, por ocasião do aniversário de 163 anos, foram realizados quatro espetáculos presenciais com apresentações da Orquestra do Theatro. Ainda, buscando democratizar o acesso aos seus ambientes e salas, foi produzido um vídeo, apresentando os espaços do teatro com fundo musical produzido pela Orquestra, de modo a propiciar ao público, por meio do acesso ao *site* e às suas redes sociais, uma visita virtual ao Theatro São Pedro.

SECRETARIA DA IGUALDADE, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SICDHAS)

Órgãos Vinculados: FADERS e FPERGS

A Secretaria da Igualdade, Direitos Humanos e Assistência Social (SICDHAS) foi criada através da Lei Complementar nº 15.680, de 13 de agosto de 2021, que alterou a estrutura administrativa e diretrizes do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, a partir do desmembramento da então Secretaria do Trabalho e Assistência Social (STAS) e da incorporação de parte das atribuições da então Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDDH).

Em 2021, visando à Proteção à vida e promoção do trabalho, a SICDHAS promoveu iniciativas importantes. Dentre elas, destaca-se o Acesso universal à alimentação adequada e saudável, a partir do qual foi elaborado e distribuído um material orientativo aos municípios, como cartilhas digitais, para que realizassem a adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISAN). Foram feitas, também, reuniões virtuais, alcançando dez municípios. Além disso, um material explicativo para elaboração de projetos de restaurantes populares, padarias comunitárias e banco de alimentos foi entregue aos municípios, com o objetivo de desenvolver essas práticas para o fornecimento de uma alimentação adequada e saudável, especialmente à população em vulnerabilidade social.

Baseada na ação emergencial “Segurança Alimentar: Um Direito de Cidadania em Tempos de Pandemia”, a Secretaria distribuiu, no mês de outubro, 103 cestas básicas à população indígena de Barra do Ribeiro, Guaíba e Eldorado do Sul, em parceria com o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), do Ministério Público Estadual. Ademais, buscando a Articulação com o terceiro setor e empresas para desenvolvimento de projetos sociais, foram assinados 32 Termos de Compromisso de Apoio a Projetos Sociais, com vistas ao fomento de ações de assistência social e de inclusão produtiva, através da qualificação de pessoas e entidades para maior inserção no mercado de trabalho.

Ainda na perspectiva de Proteção à vida e promoção do trabalho, buscando atender à situação de emergência de famílias vulneráveis frente à pandemia de covid-19, foi criado o “Auxílio Emergencial de Apoio à Atividade Econômica e de Proteção Social – SICDHAS”, que beneficiou 695 famílias em situação de vulnerabilidade, com parcela única de R\$ 800,00. Além disso, com vistas a fortalecer o Programa Criança Feliz (Primeira Infância no SUAS), 85% dos municípios habilitados foram apoiados tecnicamente, e 100% destes tiveram gestores e/ou trabalhadores capacitados. A Secretaria também proporcionou Educação permanente para o aprimoramento e qualificação da rede socioassistencial, capacitando 3.990 gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios. Ainda, 87 municípios habilitados foram apoiados tecnicamente no Programa Acessuas Trabalho e 491 municípios no Programa de Erradicação de Trabalho Infantil.

Para a Qualificação no atendimento da política estadual de assistência social, a SICDHAS está implantando o Sistema Informatizado para Gestão Estadual da Assistência Social (SEG DAS), tendo sido contratado com a PROCERGS, em 2021, o desenvolvimento do primeiro módulo. Esse sistema busca automatizar o processo de adesão e prestação de contas do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), melhorando o monitoramento, o acompanhamento e a análise dos municípios e qualificando o apoio e manutenção do Conselho Estadual Assistência Social (CEAS). Através de repasses financeiros aos municípios, 360 beneficiários foram atendidos na residência inclusiva cofinanciada, nos municípios de Passo Fundo, Pelotas e Rio Grande; 4.800 beneficiários foram atendidos no Centro Dia cofinanciada, em Caxias do

Sul; e 13.869 gestores e trabalhadores do SUAS receberam apoio técnico. Referente ao cofinanciamento aos Fundos Municipais de Assistência Social, 491 municípios foram alcançados.

Baseada na concepção de um Sistema Estadual de Direitos Humanos, buscando a Ampliação do atendimento por meio do fortalecimento dos Fundos Públicos, 8.289 pessoas foram beneficiadas por meio de projetos realizados a partir de 51 parcerias ou convênios com entidades sociais. Também foram capacitadas 50 pessoas sobre o Marco Regulatório da Sociedade Civil, sendo 30 delas integrantes da Comissão de Seleção do Edital Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FECA). Ainda, foram prestadas orientações às 100 instituições que concorreram ao Edital. Visando ao Aperfeiçoamento do Planejamento, da Cidadania e dos Direitos Humanos, através do Sistema de Ouvidoria, 150 pessoas em situação de violação de direitos foram atendidas, sendo doze delas em situação de violação de Direitos Humanos. Além disso, foram capacitados 826 profissionais da rede de atendimento, através de palestras e seminários.

Para o Fortalecimento da cidadania, por meio de espaços de participação e deliberação, foram capacitados 354 Conselheiros Tutelares e de Políticas de Direitos. Também foram encaminhados projetos para captação de recursos externos através do Orçamento Geral da União para 2021 e 2022, visando à implantação da Escola de Conselhos. Na busca do Fortalecimento das Políticas de Atendimento às Mulheres, 237 atendimentos foram realizados devido a denúncias pelo canal 0800; 202 assessoramentos realizados; e 97 profissionais capacitados para o atendimento às mulheres vítimas de violência. Com o objetivo de promover o Acesso à cultura e ao esporte e lazer, mediante a Ampliação de oferta de esporte, cultura e lazer a grupos vulneráveis, a SICDHAS organizou eventos de esporte, cultura ou lazer em comunidades vulneráveis nos 23 municípios do RS Seguro, beneficiando 200 jovens, em conjunto com a Secretaria da Cultura (SEDAC).

Com relação à Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades (PcAH) no Rio Grande do Sul, com base no Sistema Estadual de Direitos Humanos, a Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado do Rio Grande do Sul (FADERS) realizou 78.802 atendimentos, de forma virtual, a PcDs e PcAHs/Superdotação, distribuídos nas nove Regiões Funcionais, superando assim as restrições impostas pela pandemia. Além disso, 9.806 cidadãos, nas 28 regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), foram beneficiados por Passe Livre Intermunicipal, tendo sido plenamente implantado o Sistema de Passe Livre Digital.

Visando à Promoção da Acessibilidade e Inclusão, por meio da Articulação de Políticas Públicas, foram promovidos três Fóruns Temáticos, de forma virtual, atingindo 201 municípios nas nove Regiões Funcionais. Na gestão do conhecimento para atenção às PcDs e PcAHs/Superdotação, a FADERS prestou 204 assessoramentos técnicos para órgãos públicos, instituições de ensino, entidades privadas e representativas e capacitou 3.875 pessoas, sendo 3.828 de 367 diferentes Municípios do Estado, e 47 de outras Unidades da Federação.

Com o tema “Novos Caminhos, Desafios para Trilhar o Futuro”, foi realizada a XXVII Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, com a participação de mais de vinte municípios, quarenta entidades e cinco Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiência. No evento, foi oficializada a implantação do serviço de emissão de Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), com a emissão das primeiras mil carteiras. Importante ressaltar, também, o encaminhamento à Assembleia Legislativa do Projeto da Lei Gaúcha de Acessibilidade e Inclusão (LEGA), elaborado pela FADERS e entidades representativas do segmento, e o lançamento da Campanha Selo de Acessibilidade e do Sistema Estadual do Selo de Acessibilidade, com o objetivo de estimular a adaptação de

instalações de instituições e serviços públicos e privados para plena acessibilidade das Pessoas com Deficiência.

Baseada no contexto do “Reconectando Vidas” e na Implantação, qualificação e manutenção do Atendimento de Acolhimento Institucional de Criança e Adolescente, a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS) proporcionou, através do acolhimento institucional, o atendimento a 550 crianças e adolescentes. Além destes, 95 crianças e/ou adolescentes ameaçados de morte e egressos da FASE foram acolhidos. Ademais, quarenta espaços de acolhimento com acesso a computadores e internet foram qualificados/ampliados, e 1.397 Certificados de atividade de capacitação e formação profissional aos servidores foram expedidos. Na busca da Garantia dos direitos à convivência familiar e comunitária e inserção social das crianças e adolescentes atendidos, 132 crianças e adolescentes foram inseridos no Programa de Desligamento Institucional; 61 adolescentes em atividades de qualificação profissional e trabalho; e 54 crianças e adolescentes em programa de apadrinhamento afetivo. Com o objetivo de apoiar suas famílias, foram fornecidos 102 *kits* alimentação, 102 *kits* de higiene e limpeza e 24 *kits* de material escolar. Cabe destacar que 406 famílias foram atendidas, orientadas e encaminhadas à rede de atendimento. Na perspectiva do Sistema Estadual de Direitos Humanos, a FPERGS desenvolveu iniciativas visando ao Fortalecimento do Atendimento por meio da Rede Intersetorial, através do atendimento de 280 crianças e adolescentes com doenças e/ou deficiências em 2021. Dentre esses, 93 possuíam algum tipo de demanda em saúde mental, deficiências físicas e/ou doenças crônicas, para os quais se priorizou o encaminhamento à rede pública de serviços, sob o acompanhamento das equipes técnicas dos equipamentos de atendimento, visando prestar atenção integral a essa população, bem como dar continuidade ao acompanhamento pela rede pública, mesmo durante seu acolhimento institucional.

SECRETARIA DA SAÚDE (SES)

Em 2021, as principais realizações da Secretaria da Saúde (SES) estiveram fundamentadas na promoção da prevenção e na melhoria da assistência à saúde da população, baseadas tanto na integralidade do cuidado quanto na atenção à qualidade, resolutividade e otimização da aplicação dos recursos públicos, na perspectiva de uma Saúde Cidadã. Também nesse contexto, evidenciam-se os esforços continuados para o enfrentamento da pandemia de covid-19 no Estado, através de variadas medidas para sua prevenção, monitoramento e controle.

Em relação à covid-19, destaca-se o processo de imunização, coordenado pela Secretaria de Saúde, através do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS), tendo por base o Programa Estadual de Imunizações, a partir do qual são organizadas as estratégias de imunização desenvolvidas em âmbito estadual, regional e municipal. As doses das vacinas foram distribuídas de acordo com as remessas enviadas pelo Ministério da Saúde (MS), sendo o cálculo baseado nas estimativas populacionais dos grupos prioritários a serem contemplados em cada etapa de vacinação e na quantidade de doses disponíveis. A pactuação de quem seria vacinado foi feita entre os municípios, representados pelos Conselhos das Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) e a SES. Segundo informações constantes no Painel de Acompanhamento Vacinal da Secretaria da Saúde, de 09/12/2021, 70% da população em geral no Estado já havia recebido a segunda dose da vacina, correspondendo a 87% da população adulta e 82% da população vacinável, que inclui os adolescentes. Além disso, 1.370.365 pessoas tinham realizado a dose de reforço/adicional.

Buscando valorizar os municípios que mais vacinaram contra a covid-19, o Estado criou o Prêmio Te Vacina RS, com valor total de R\$ 625 mil. Os vencedores, entre os diferentes portes de município conforme a população, foram: Passo Fundo, Uruguaiana, Santa Rosa, São Borja, Tenente Portela, Arroio do Sal, Vila Flores, Barra do Rio Azul, Erechim, Alvorada, Santo Ângelo, Carazinho, Júlio de Castilhos, Feliz, São João do Polêsine e Nova Brésia (entre primeiros e segundos lugares). Também o Governo do Estado ampliou a testagem diagnóstica de covid-19, através do projeto Testar RS, para população assintomática em locais de grande circulação, indo além das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Os municípios gaúchos com aumento populacional nos meses de verão, como Litoral, Serra e Fronteira, e municípios com mais de 100 mil habitantes, puderam aderir à terceira fase do Testar RS no final de novembro, recebendo um repasse de R\$ 30 mil em uma única parcela. O Rio Grande do Sul recebeu 148 mil testes do MS para esse fim, e a SES realizou a compra de mais 320 mil testes.

Além disso, considerando-se a necessidade constante de Melhoria do acesso aos serviços de saúde, com base nas necessidades identificadas, na perspectiva de Regionalização e Organização das Redes, em outubro de 2021, estavam disponibilizados à população gaúcha 9.204 leitos clínicos, 3.955 leitos cirúrgicos, 1.489 leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) covid-19 (adulto e pediátrico), 998 leitos de UTI Geral Adulto e 178 leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar. Destaca-se aqui o Hospital Regional de Santa Maria, que teve 70% de serviço hospitalar implantado, além da abertura do seu bloco cirúrgico, possibilitando realizar atendimentos hospitalares em outras especialidades que não apenas a assistência aos pacientes da covid-19. Atualmente, estão em funcionamento no hospital 30 leitos de UTI e 40 leitos clínicos. Como reconhecimento ao trabalho realizado à frente da SES durante a pandemia de covid-19, a secretária da Saúde, Arita Bergmann, recebeu, em novembro de 2021, a medalha do Mérito Farroupilha, a maior honraria concedida pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Ademais, o Programa Assistir, lançado em agosto, buscou padronizar e tornar mais transparentes e justos os critérios de distribuição de recursos estaduais às instituições hospitalares vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado. Os incentivos hospitalares passaram a ser distribuídos de forma proporcional aos serviços entregues à população, levando-se em consideração a regionalização da saúde e a capacidade de cada instituição. Dentre os 132 ambulatórios do Programa, houve o incentivo imediato de quatro ambulatórios para o processo transexualizador (serviço que não existia com verba estadual no Rio Grande do Sul). No final de dezembro, a Casa de Saúde de Santa Maria inaugurou o primeiro ambulatório especializado no processo transexualizador do interior do Estado, com recursos do Assistir. A unidade tem como foco o atendimento clínico e psicossocial de pessoas que queiram realizar a transição de gênero com tratamento hormonal. Serão oferecidas, pelo SUS, 240 consultas por mês, além de exames laboratoriais, aos 33 municípios da região. Importante destacar, também, que 82.178 procedimentos diagnósticos em oncologia foram ampliados nos serviços SUS a partir do Assistir. Nesse mesmo período, 86% da Rede Estadual de Oncologia foi estruturada.

Ainda visando à Melhoria do acesso aos serviços de saúde, a SES investiu, em especial, no Aprimoramento da Assistência Farmacêutica, criando o Programa de Financiamento Farmácia Cuidar+, para ampliar, qualificar e promover os serviços farmacêuticos nas Farmácias de Medicamentos Especiais (FME), as quais disponibilizam remédios à população para tratamento de doenças não transmissíveis, como Alzheimer e asma, através de transferência de recursos aos municípios. Foram destinados R\$ 21 milhões para estruturação, implementação do Cuidado Farmacêutico e Identificação Visual. Outros pontos a destacar se referem à facilitação do acesso dos usuários do SUS a medicamentos; o avanço da possibilidade de solicitação digital de tratamentos administrativos de medicamentos do componente especializado; a ampliação da lista especial do Estado e o Telecuidado Farmacêutico. Este último, inclusive, foi selecionado

como finalista do 25º Concurso de Inovação no Setor Público da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), ficando entre os seis finalistas na categoria Inovação em Serviços ou Políticas Públicas no Poder Executivo estadual, do Distrito Federal e municipal.

Visando qualificar o atendimento na rede básica de saúde, com vistas à Resolutividade da Atenção Primária em Saúde, o Governo lançou, em agosto, a Rede Bem Cuidar RS (RBC/RS). Baseada em uma nova abordagem no atendimento à saúde, busca adaptar cada unidade de saúde à realidade local, contemplando de maneira mais efetiva as demandas da comunidade. Inicialmente, o projeto focou na população idosa, com vistas ao envelhecimento saudável, prevendo, inclusive, certificação dos serviços de saúde como Unidades Amigas do Idoso. A transferência de recursos aos municípios é no valor de R\$ 30 mil para implantação do Programa e de R\$ oito mil para o custeio mensal. No final de dezembro, o Governo efetuou o pagamento de R\$ 15,77 milhões a 58 municípios para reforma e ampliação de UBS que fazem parte da Rede Bem Cuidar RS. Em 2021, 428 municípios fizeram adesão à RBC/RS.

Em relação à Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde, a Secretaria da Saúde priorizou a ampliação do Atendimento pré-hospitalar de urgência, sendo que, atualmente, a cobertura populacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no RS é de 96%. A Informatização das Centrais Hospitalares e Ambulatoriais também avançou, através da implantação dos sistemas GERINT (Sistema de Gerenciamento de Internações) em 58 hospitais sob regulação estadual e do GERCON (Sistema Unificado de Gerenciamento de Consultas) em 19.

Em relação ao Fortalecimento da Política Estadual de Saúde Mental, foi lançada a Política de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista (TEA) no Rio Grande do Sul, também chamada de Programa TEAcolhe, a qual cria trinta Centros Regionais de Referência (CRR) e sete Centros Macrorregionais de Referência (CMR), com o objetivo de organizar e fortalecer as redes municipais de saúde, de educação e de assistência social no atendimento às pessoas com autismo e suas famílias. Foram implantados sete Centros Macrorregionais de Referência (CMR) em Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Além disso, 2.082.017 atendimentos psicossociais ambulatoriais foram realizados, 3.617 dispositivos da rede de atenção psicossocial ampliados e duas unidades especializadas em saúde mental de criança e adolescente foram contratualizadas.

Considerando-se os esforços para o Fortalecimento da prevenção e promoção em saúde, destacam-se as ações de Promoção da Primeira Infância Melhor (PIM), nos 202 municípios que possuem o Programa implantado, com um total de 27.304 famílias atendidas. No que diz respeito à Qualificação do cuidado integral à pessoa idosa no Estado, foi lançada a Política Estadual de Saúde da Pessoa Idosa (PESPI), atualizando as diretrizes da SES para a atenção à saúde dessa população, dialogando com as proposições da Organização Mundial de Saúde (OMS), já contidas na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. O foco são ações para a manutenção da capacidade funcional (autonomia e independência) de pessoas a partir dos 60 anos, promovendo um envelhecimento ativo e saudável da população, com prioridade aos idosos frágeis, os quais apresentam maior vulnerabilidade e, portanto, demandam maiores cuidados. Foi realizada, ainda, a segunda edição do Curso de Formação de Cuidadores de Idosos, organizado pela SES, com a participação de 57 alunos.

Com vistas à Redução das doenças infectocontagiosas, a Secretaria da Saúde lançou o guia “Transmissão Vertical do HIV e da Sífilis: O que os Agentes Comunitários de Saúde e visitantes(as) do PIM precisam saber?”, objetivando fortalecer o trabalho de visitantes do PIM e de Agentes Comunitários de Saúde com relação à prevenção, identificação e busca ativa para promoção de saúde em casos de

transmissão vertical de HIV e sífilis. Além disso, foi publicada a Cartilha Dezembro Vermelho para orientar os gestores municipais na retomada dos cuidados e da prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST/HIV). A SES apresentou uma campanha nas redes sociais para incentivar a realização de testes para detecção do HIV, Sífilis e de Hepatites Virais B e C, assim como coordenou outras ações nessa área, como distribuição de preservativos, vacinação e atualização da carteira vacinal, consultas e avaliações de rotina, planejamento familiar e orientações em geral. Destaca-se, também, que 24 serviços especializados tiveram os cuidados em IST/AIDS e HIV ampliados e pactuados.

Por fim, cumpre informar o pagamento de dívidas históricas do Estado com os municípios gaúchos referentes à manutenção de programas de saúde municipais do Sistema Único de Saúde entre os anos de 2014 e 2018, no valor de R\$ 432 milhões, recurso totalmente empenhado, do qual 495 municípios têm créditos. Os recursos serão pagos em parcela única para os municípios que se habilitaram ao recebimento. Desde março de 2019, a SES realiza regularmente os repasses para manutenção das ações e serviços públicos de Saúde em todo o Estado.

SECRETARIA DE JUSTIÇA E SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO (SJSPS) **Órgão Vinculado: FASE**

Criada pela Lei de nº 15.680, de 13 de agosto de 2021, a Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS) tem a atribuição de planejar, propor e coordenar a política penitenciária do Rio Grande do Sul, possibilitando ações efetivas para reintegração social das pessoas privadas de liberdade. Além disso, promove e executa políticas públicas para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Também é função da Secretaria propor políticas de acesso à Justiça e executar programas de proteção a pessoas e defensores de direitos humanos, além de realizar ações e políticas públicas de prevenção ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo. A execução de ações preventivas para a proteção dos direitos do consumidor e a promoção de políticas para assentamento e regularização fundiária à população indígena também fazem parte das atribuições da pasta.

Em 2021, destacaram-se as ações desenvolvidas pela Secretaria vinculadas ao POD+: Programa de Oportunidades e Direitos, com base no Programa Temático RS Cidadania. Quanto ao fortalecimento da Gestão do POD+, foi implantado um Observatório visando à melhoria nos fluxos de informação e suporte ao planejamento das ações. Outras ações buscaram o Fortalecimento das Políticas de Atenção à Juventude – Centros da Juventude (CJs), como a implementação de seis CJs; a disponibilização de 1.350 bolsas para jovens multiplicadores; o atendimento de 2.131 jovens; e a capacitação de 2.768. Além disso, 1.331 foram inseridos no Ensino Fundamental e no Médio.

Com foco na Modernização do Processo de Ressocialização, qualificando o atendimento socioeducativo oferecido pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), através do POD, foram implantadas dezesseis salas de vídeo conferência, um Sistema de Acompanhamento do Socioeducando (SAS) e um sistema de vídeo monitoramento. Além disso, 601 servidores da FASE foram qualificados na área da socioeducação. Importante destacar que a Secretaria adquiriu 2.335 equipamentos de rastreamento e telemetria para implantação de Central de Monitoramento e controle de frota. No total, foram investidos R\$ 12.514.212,00, com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os equipamentos beneficiaram as viaturas da Brigada Militar (BM), Polícia Civil (PC), Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e FASE, permitindo enviar em tempo real informações de telemetria dos

veículos, como: velocidade, latitude, longitude, direção, distância percorrida, *status* da ignição, localização e transmissão.

No tocante ao Reconectando Vidas, na busca da Prevenção e no Combate às Drogas, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, do Ministério da Cidadania (SENAPRED/MC), para acompanhamento e fiscalização de 62 Comunidades Terapêuticas, totalizando 1.302 vagas conveniadas com o Estado, e um custo de R\$ 15.500.000,00. Além disso, foi feito o acompanhamento, fiscalização e homologação dos Editais e Prestação de Contas de oito Leilões, que arrecadaram mais de R\$ 2 milhões, com 150 bens móveis e três imóveis apreendidos no combate ao tráfico de drogas.

Em relação ao Fortalecimento das políticas de inclusão social dos egressos de medidas socioeducativas, 1.195 egressos vinculados ao POD tiveram seus benefícios assegurados, tendo ainda 63% dos jovens participado de cursos profissionalizantes. Outra promoção significativa, referente à população de adolescentes e jovens atendidos em meios aberto e fechado, é o projeto que busca a Redução dos ciclos de violência por meio de Práticas de Justiça Restaurativa. Essas ações aconteceram em nível regional, tendo sido capacitados 569 profissionais em práticas restaurativas. No período, oito práticas restaurativas na socioeducação foram desenvolvidas em quatro escolas da FASE, são elas: Escola Tom Jobim (Porto Alegre); Escola Comendadora Dolores Cunha (Uruguaiana); Escola Paulo Freire (Caxias do Sul) e Escola Herbert de Souza (Santo Ângelo). A SJSPS também coordena, em nível estadual, ações de preservação da vida e prevenção da letalidade, como as que integram o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), executado mediante convênio com o Governo Federal e parcerias com entidades da sociedade civil, sendo acompanhado pelo Poder Judiciário e Ministério Público, com articulação em nível nacional. Em 2021, 203 crianças e adolescentes foram protegidos através do PPCAAM. Já em relação ao Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (PROTEGE), 267 testemunhas ameaçadas receberam proteção.

Na perspectiva do Sistema Estadual de Direitos Humanos, buscando o aperfeiçoamento da defesa dos direitos do consumidor, foi inaugurada a nova sede do PROCON/RS, e implantados o serviço de Tira-Dúvidas pelo *Whatsapp* e o aplicativo “Menor Preço – Nota Gaúcha”, este último em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (PROCERGS) e a Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Além disso, foram realizados três cursos *on-line*, através da Escola Superior de Defesa do Consumidor, capacitando os PROCONs instituídos pelas Prefeituras.

Nas ações desenvolvidas no RS Seguro, referentes à Adequação e Modernização do Sistema Prisional, a Secretaria concentrou esforços para a implantação do Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (NUGESP), que será local de entrada para presos preventivos da Região Metropolitana de Porto Alegre, cujas obras já alcançaram 57% de execução. No esforço pela busca de geração de vagas qualificadas no Sistema Prisional, houve a implantação de mais uma Casa modelo APAC (Associação de Proteção e Assistência a Condenados), em Pelotas.

Em relação à qualificação e inovação tecnológica do sistema prisional, 98% dos estabelecimentos prisionais já implantaram audiências por videoconferência, sendo que todos possuem o *kit* para realização de videoaudiência, composto de *Personal Computer* (PC), *Webcam* e caixas de som. Referente à identificação biométrica, ocorreram obras de infraestrutura para sua implantação, como nas cidades de Cacequi, São Vicente do Sul e Candelária. Além disso, foram disponibilizadas 11.260 tornozeleiras eletrônicas para monitoração eletrônica nas progressões de regimes.

Com foco na reinserção dos apenados e na promoção do caráter educativo da pena, foram desenvolvidas ações para ampliação da oferta de cursos, capacitação profissional, oferta de vagas de trabalho prisional e prestação de assistência social, jurídica e psicológica aos presos. Apesar da pandemia, o número de presos condenados estudando ficou acima da meta, que era de 6,7%, tendo atingido um percentual próximo a 10%. Já o número de presos condenados trabalhando ficou em 46,5%, bem acima da meta prevista para o exercício, que era de 32%. Buscando promover o tratamento e a assistência ao apenado, a Secretaria manteve o funcionamento da totalidade dos 143 estabelecimentos prisionais do Estado, com 42.481 pessoas presas.

As medidas socioeducativas privativas da liberdade, internação e semiliberdade foram executadas pela FASE, vinculada à SJSPS. Dentre as principais realizações da Fundação, destaca-se o Programa RS Cidadania, tanto na perspectiva de Acesso à cultura e ao esporte e lazer quanto do Reconectando Vidas. Visando à proteção e à reinserção de socioeducandos, através da ampliação da oferta de projetos de esporte, cultura e lazer na FASE, foram realizadas 161 atividades esportivas e culturais, com a participação de 1.394 socioeducandos, além do atendimento de 883 em atividades dirigidas nas salas de leitura da Fundação.

Quanto às ações do Reconectando Vidas, foram ofertadas oportunidades de reinserção social aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, através da adequação, qualificação e manutenção do atendimento ao socioeducando e fortalecimento da rede intersetorial. Em 2021, foram atendidos 1.411 socioeducandos na FASE. Além disso, 932 representantes da sociedade civil participaram de fóruns e seminários promovidos pela Instituição. Um novo Centro de Semiliberdade foi implantado, na cidade de Uruguiana, com servidores próprios da FASE, atendendo adolescentes e jovens dos oito municípios que integram a regional. Buscando a qualificação do fazer pedagógico na socioeducação, 288 socioeducandos foram inseridos em cursos com certificação no Centro de Convivência e Profissionalização (CECONP). Na ressignificação de práticas violentas do socioeducando por meio de práticas restaurativas, foram executadas 371 práticas restaurativas em Centros de Internação e Semiliberdade. Com relação à busca do aperfeiçoamento do atendimento ao socioeducando por meio da qualificação do Plano Individual de Atendimento (PIA), 71,2% das famílias foram orientadas e encaminhadas para a rede socioassistencial. Quanto ao sistema de audiências por videoconferência, 88,6% dos socioeducandos foram atendidos em audiência judicial por videoconferência.

Referente à implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de adolescentes e jovens em Regime de Internação e Semiliberdade, foram realizados 8.710 atendimentos a socioeducandos em ações de assistência e tratamento de saúde, sendo que 35 egressos foram encaminhados para a rede socioassistencial do território de origem. Quando no processo de desligamento, os adolescentes e jovens devem ser vinculados à atenção básica de saúde, para continuidade à atenção integral à saúde, e/ou aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ou outro serviço de saúde mental, quando com diagnóstico, para prosseguirem com seus tratamentos.

SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO (SOP)

Dentre as principais realizações da Secretaria de Obras Públicas (SOP), em 2021, destacam-se as do Programa Temático Campo em Ascensão, a partir do qual se buscou a redução do impacto da estiagem e a qualificação da infraestrutura no campo, através, por exemplo, da construção do reservatório sobre o Arroio

Jaguari, com 80% de conclusão das obras, e do reservatório da Barragem Taquarembó, que atingiu 60% das obras concluídas.

Além disso, no Desenvolve RS, buscando prestar apoio à qualidade de vida nos municípios, via suporte e manutenção das estradas vicinais, foram recuperadas e adequadas 1.321,39 km de vias vicinais. Essa iniciativa buscou melhorar a situação das estradas vicinais, pois, na maioria dos municípios, tratam-se de suas principais vias. Dessa forma, foi possível garantir regularidade no transporte escolar; qualidade e tempo para o escoamento da produção agropecuária e segurança no trânsito, tanto para veículos como para transeuntes. Ademais, 1.091 famílias foram beneficiadas por iniciativas de saneamento, através da perfuração de poços tubulares profundos, implantação de redes de distribuição de água, estabelecimento de redes de drenagem pluvial e execução de módulos sanitários.

Com relação às ações habitacionais, no âmbito do Regulariza RS – Regularização Fundiária e Urbana, que atua na transferência da propriedade de imóveis remanescentes da COHAB-RS para mutuários com autorização para escritura, compradores com "contrato de gaveta" e moradores sem documentação de compra e venda, 634 escrituras definitivas foram assinadas (COHAB), 457 famílias foram assistidas por aluguel social e outras 442 por Termo de Legitimação Fundiária, com vistas ao processo de legalização da habitação das famílias nessas áreas de propriedade do Estado. Além disso, com a iniciativa de Produção Habitacional para famílias de baixa renda do Estado, foram concluídas 599 e contratadas 87 Unidades Habitacionais de Interesse Social (HIS).

Outra questão importante se refere à atuação da SOP na fiscalização de obras e na elaboração de projetos de arquitetura e/ou engenharia, em diversos programas do Estado, como o Educa+RS, RS Cidadania, RS Seguro e Saúde Cidadã. Nesse sentido, destaca-se a fiscalização e conclusão de 25.722 m² de obras com Termo de Recebimento Provisório (TRP) e a elaboração de 141.538 m² de projetos de arquitetura e/ou engenharia visando à qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas, através da melhoria e/ou construção de novas edificações e equipamentos escolares. Na busca pela eficiência e assertividade no gerenciamento de obras públicas, através da prestação de serviços de arquitetura e engenharia para reforma ou construção de novas edificações e equipamentos públicos estaduais, atingiu-se 35.407 m² de obras fiscalizadas e concluídas com TRP e 11.972 m² de projetos de arquitetura e/ou engenharia elaborados.

Com relação à melhoria de edificações e/ou equipamentos existentes ou implantação de novas edificações para internação socioeducativa, na perspectiva do Reconnectando Vidas, foram elaborados mais de 350 m² de projetos de arquitetura e/ou engenharia e 6.399 m² de obras fiscalizadas e concluídas com TRP. Ainda, referente à adequação e modernização do Sistema Prisional, por meio da melhoria das edificações prisionais existentes e novas construções para suprir a carência de vagas prisionais, 11.378 m² de obras foram fiscalizadas e concluídas com TRP, e 27.928 m² de projetos de arquitetura e/ou engenharia elaborados. Por fim, visando à melhoria do acesso aos serviços de saúde, através da melhoria ou construção de edificações para atenção à saúde, foram elaborados 8.391 m² de projetos de arquitetura e/ou engenharia.

SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER (SEL)

A Secretaria de Esporte e Lazer (SEL), em 2021, deu ênfase à Reestruturação do esporte gaúcho. Para discutir a política do esporte no RS, ao longo do primeiro semestre, foram realizadas nove conferências regionais em municípios gaúchos a fim de ouvir as comunidades locais sobre as demandas na área

esportiva. Os polos onde ocorreram os encontros foram: Pelotas, Caxias do Sul, Capão da Canoa, Uruguaiana, Santa Cruz do Sul, Erechim, Passo Fundo, Santa Maria e Ijuí, reunindo ao todo mais de 600 pessoas. A participação do público interessado se deu de modo híbrido, presencialmente e por meio das redes sociais, *Youtube* e *Facebook*, em função das restrições decorrentes da pandemia de covid-19. Durante a realização das etapas regionais, foram debatidos os eixos temáticos: Esporte Educacional (escolar e universitário); de Rendimento, de Participação, e Paradesporto e Idosos (manifestação esportiva e lazer do paradesporto, paradesporto escolar, paradesporto de rendimento e jogos dos idosos).

As deliberações e demandas discutidas nas etapas regionais foram consolidadas na Conferência Estadual do Esporte, realizada em agosto, e se transformaram em insumos para a elaboração da minuta do Plano Estadual do Esporte, a qual foi aprovada pelo Conselho Estadual de Esporte do RS (CEERS) e transformada na Lei nº 15.754/2021, que instituiu legalmente o Plano Estadual do Esporte e Lazer do RS. Esse Plano possui metas e diretrizes focadas em educação, inclusão, saúde, lazer, rendimento e alto rendimento, para os próximos dez anos, que promoverão a área esportiva do Estado. Seus principais fundamentos são: a valorização do profissional de Educação Física como ministrante das práticas esportivas, viabilizando a iniciação esportiva com qualidade; o investimento em estruturas escolares, de forma a fomentar a prática do esporte desde a base – para tanto, as escolas devem ter as condições para que todos os alunos da Educação Básica pratiquem atividade física, ao menos, três vezes por semana; e o foco na saúde e no lazer, de maneira a proporcionar locais públicos para a prática esportiva pela sociedade – com esse objetivo, faz-se necessário destinar verbas para a implantação de academias ao ar livre, pistas de caminhada e ginásios esportivos.

A viabilização do Plano deverá ocorrer pelo apoio das empresas aos projetos do Pró-Esporte RS, por meio do qual a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) concede incentivo do ICMS às empresas patrocinadoras de projetos esportivos; e, também, pelo Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (FEIE), realizado por investimentos de forma direta por parte do Estado, pela publicação de editais de chamamento público aos projetos e iniciativas da SEL. Com esse propósito, foram realizadas capacitações pela SEL aos interessados em participar do Pró-Esporte, para obterem benefício fiscal pela aplicação de recursos financeiros em projetos de fomento às práticas desportivas e paradesportivas e ao desenvolvimento do esporte.

Por meio dos recursos do Sistema de Fomento e dos recursos do Pró-Esporte RS, a SEL viabilizou, em 2021, o Auxílio Emergencial do Esporte, destinado aos profissionais Educadores Físicos para o enfrentamento das consequências da pandemia de covid-19. A legislação do Sistema Estadual de Apoio e Incentivo às Políticas Estratégicas do Estado do Rio Grande do Sul (SISAIPE/RS) incluiu a possibilidade da aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (FEIE), em formato de coinvestimento para as prefeituras dos municípios gaúchos, para a complementação do auxílio emergencial aos profissionais do esporte. Com esse propósito, o Auxílio Emergencial do Esporte foi lançado em julho, sendo que 55 municípios gaúchos finalizaram o processo, inscrevendo um total de 639 profissionais para receberem o Auxílio Emergencial no valor de R\$ 800,00. Desse total, 25% correspondem à contrapartida do município.

Além disto, a aplicação dos recursos do Sistema de Fomento, Pró-Esporte RS, apoiou a execução de 65 projetos com recursos da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE). A Câmara Técnica Pró-Esporte RS aprovou projetos desportivos nas modalidades de futsal, futebol de campo, automobilismo, motociclismo, hipismo, surfe, tênis, rúgbi, *jiujitsu* e pádel, entre outros, financiados com os recursos do Fundo Pró-Esporte. Por meio do Fomento ao Esporte, com recursos da Lei Pelé, outros doze projetos esportivos foram executados, os quais incluíram a implantação de cinco academias ao ar livre e a realização de sete eventos esportivos, em onze diferentes municípios do Estado.

No âmbito da Promoção do circuito esportivo e paradesportivo, a SEL apoiou a realização de jogos e campeonatos que envolveram cerca de mil participantes, os quais foram: o Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul (CERGS); os Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), realizados em Brasília/DF; os Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), realizados no Rio de Janeiro/RJ; e, ainda, o Campeonato Estudantil Paradesportivo do Rio Grande do Sul (PARACERGS), que tem como finalidade estimular a participação de crianças e jovens estudantes do Ensino Básico com deficiências físicas, visuais e intelectuais. Em 2021, esse campeonato reuniu paratletas de todo o Estado, os quais são alunos regularmente matriculados nas redes de ensino públicas e particulares, com idade entre 11 e 18 anos, nos gêneros feminino e masculino. As modalidades em disputa foram: atletismo, bocha, tênis de mesa, *goalball*, judô, natação, futebol 7 (pc), basquete em cadeiras de rodas 3x3, tênis em cadeira de rodas, *parabadminton*, futebol de 5, vôlei sentado e *taekwondo*. O PARACERGS classificou atletas que foram apoiados pela SEL para representar o Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares de 2021, evento nacional realizado em São Paulo pelo Comitê Paralímpico Brasileiro.

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA (STER) **Órgão Vinculado: FGTAS**

A Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda (STER) foi criada através da Lei Complementar nº 15.680, de 13 de agosto de 2021, que alterou a estrutura administrativa e as diretrizes do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul. A Secretaria surgiu a partir do desmembramento da então Secretaria do Trabalho e Assistência Social, ficando responsável pelas políticas de Trabalho, Emprego e Renda no RS, tendo a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) como sua vinculada.

No decorrer desse período, a Secretaria buscou atingir a Geração de trabalho, emprego e renda no Estado através do Acesso ao crédito, firmando nove termos de parcerias com instituições de microcrédito e seis termos com cooperativas de crédito, beneficiando trabalhadores informais, Micro Empreendedores Individuais (MEIs), agricultura familiar, microempresas e empresas de pequeno porte, além de estabelecer uma parceria com a Sociedade Garantidora de Crédito RS Garante, totalizando dezesseis instituições com parceria estabelecida. No mês de novembro, foi realizada uma capacitação para os Delegados Regionais do Trabalho sobre as normativas e diretrizes do Projeto RS-TER, como forma de potencializar a atuação das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs). Além disso, foi programada uma série de 28 encontros regionais, denominados Encontros RS TER — Diálogos sobre a Geração de Trabalho, Emprego e Renda, com o propósito de divulgar o Projeto, tendo como público-alvo as governanças locais. O primeiro evento aconteceu no mês de novembro, em Erechim.

Para proporcionar a Proteção à vida e promoção do trabalho, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) realizou Ações de inclusão social, através de 60.534 atendimentos no Vida Centro Humanístico, além de contribuir com a primeira edição do curso “Saúde no contexto da Migração Internacional”, desenvolvendo conteúdo para o módulo três, intitulado de “Políticas Públicas e atendimento intersetorial: Trabalho intersetorial e redes de proteção”; lançar o projeto “Vidas Importam”, alusivo à retomada das atividades de acolhimento no “Vida Centro Humanístico”, após o isolamento decorrente do período de pandemia, ocasião em que foram ofertadas vinte vagas para o curso de Telemarketing, na modalidade presencial. Destacam-se, ainda, ações como o ciclo de palestras alusivas ao Mês do Idoso, em parceria com o Instituto Pró-Saúde, e a distribuição de lanches, doces e brinquedos em comemoração ao Dia

das Crianças, com o atendimento de 1.500 crianças, em parceria com o Grupo Cozinheiros do Bem - *Food Fighters*.

Já com as Ações de Promoção de trabalho e renda, através do atendimento das Agências da FGTAS/SINE, 2.293 beneficiários do Seguro-Desemprego foram reinseridos no mercado de trabalho; 705.358 pessoas foram atendidas para intermediação de mão-de-obra e seguro-desemprego; 15.161 trabalhadores foram inseridos no mercado de trabalho, e 85.653 vagas de emprego foram captadas. Além disso, 2.907 jovens foram inseridos no mercado de trabalho por intermédio do projeto Banco de Oportunidades. Em parceria com a Escola de Governo, foi desenvolvida uma capacitação sobre o Serviço de Intermediação de Mão de Obra e Seguro-Desemprego, com o objetivo de consolidar normas, orientar e uniformizar o atendimento de trabalhadores e empregadores pela rede de atendimento FGTAS/SINE. Foram realizados cinco treinamentos *on-line* a 114 agentes que ingressaram em 2020 e 2021 na instituição, com o objetivo de apresentar e atualizar conhecimentos. Em julho, realizou-se a “Semana de Oportunidade para Pessoas com Deficiência: inserção e reinserção no mercado de trabalho”, na Agência FGTAS/SINE Porto Alegre Centro, reunindo entrevistas de emprego, orientação sobre elaboração de currículos e sobre o programa RS TER. Na oportunidade, foram oferecidas mais de 140 vagas de emprego. As Agências FGTAS/SINE desenvolveram diversas atividades localizadas, tais como cursos de informática básica e inclusão digital, feirões de emprego, dia de atendimento preferencial a migrantes. A Unidade Móvel da FGTAS participou da Operação Verão 2021, nas praias de Capão da Canoa, Tramandaí, Arroio do Sal, Torres, Terra de Areia, São Lourenço do Sul, Cassino, Xangri-Lá, Quintão e Balneário Pinhal, com oferta de serviços à população em ações de cidadania, oportunizando Intermediação de Mão de Obra, Auxílio para utilização dos aplicativos GOV.BR (CTPS Digital, Emprega Brasil e Seguro-Desemprego). Foram totalizados 725 atendimentos. Nas atividades de Orientação, qualificação profissional e de empreendedorismo para trabalhadores, se destaca o encaminhamento pelas Agências FGTAS/SINE de 64 trabalhadores às instituições de crédito e microcrédito assim a orientação a 204 trabalhadores sobre as formas alternativas de geração de trabalho e renda.

Para o Desenvolvimento do artesanato gaúcho, a FGTAS articulou a inclusão das Casas do Artesão e as feiras promovidas pelo Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) no Catálogo “Cartografia do Artesanato Brasileiro”. Esse documento divulga as principais associações, centros de comercialização e feiras relacionadas com a produção e comercialização de produtos artesanais no Brasil. Além disso, foi disponibilizado o Portal do Artesanato Gaúcho, onde os artesãos cadastrados podem divulgar sua produção e emitir a Nota Fiscal Eletrônica; atualmente, 37 artesãos utilizam o serviço. Em 2021, apesar das dificuldades impostas pelo período de pandemia, 391 artesãos foram contemplados com espaços de comercialização em feiras e eventos; 2.230 foram qualificados por meio de cursos, oficinas e palestras, além do que foram emitidas 3.810 carteiras de artesão do Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) e do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB).

A partir do retorno às aulas presenciais, no segundo semestre, foi possível reiniciar as atividades do SINE na Escola, que atua com grupos de jovens em idade escolar, levando orientação e informação com o intuito de possibilitar o conhecimento de suas habilidades e características pessoais dentro do contexto do mundo do trabalho. Através dessa iniciativa, foram realizadas três campanhas de divulgação, doze oficinas para inserção e reinserção no mundo do trabalho, atingindo 680 alunos em três Regiões Funcionais.

PRIORIDADES PARA 2022

Nesta seção, estão apresentadas as prioridades governamentais para o desenvolvimento das políticas e ações públicas no ano de 2022. A parte inicial deste texto conta com uma breve introdução sobre o Mapa Estratégico, instrumento que norteia e comunica a visão estratégica do Governo, e o Modelo de Governança adotado pela atual gestão. Ao final, estão apresentados os projetos que compõem o Acordo de Resultados 2022 – AR 2022.

Mapa Estratégico e Modelo de Governança

O Mapa Estratégico da gestão 2019-2022 está dividido nos quatro grandes eixos estratégicos (Estado Sustentável, Governança e Gestão, Sociedade com Qualidade de Vida e Desenvolvimento Empreendedor), os quais se desdobram em 19 objetivos estratégicos, conforme mostra a **Figura 38**. O planejamento, a governança e a gestão das ações devem refletir os principais direcionadores da estratégia de Governo, contribuindo para as entregas de valor desejadas: (a) Serviços Públicos Modernos e Ágeis, (b) Estado Competitivo e Sustentável; e (c) Uma Sociedade Mais Próspera.

Figura 38 - Mapa estratégico do governo do Estado do Rio Grande do Sul - Gestão 2019-2022



Fonte: Elaboração do EDP/SPGG⁷³.

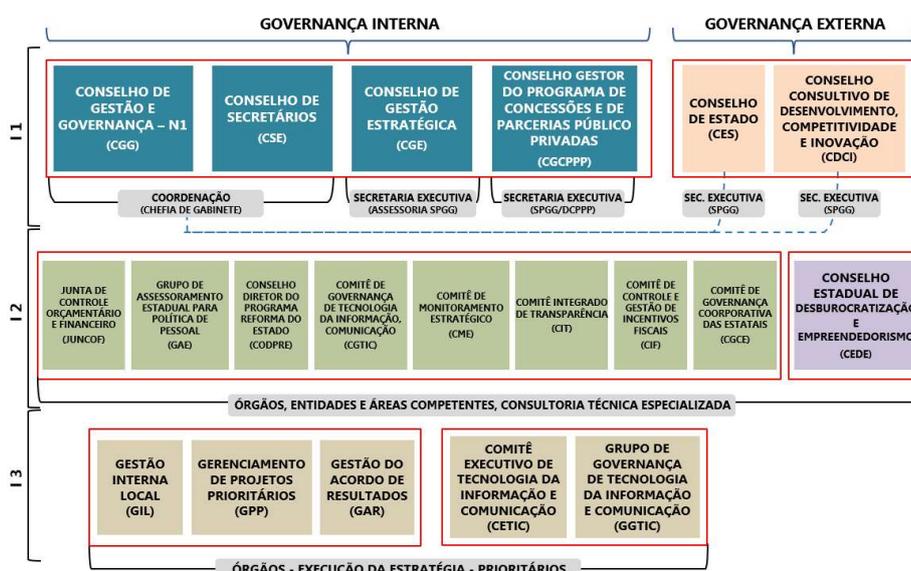
Após estruturação da Estratégia, são elencadas as prioridades, alinhadas ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual, a partir das quais são estruturados os indicadores para os Projetos Estratégicos, assim como suas metas para o ano vigente. Esse conjunto de projetos, indicadores e metas, propostos pelas pastas, compõem o principal instrumento de pactuação do Governo, denominado Acordo de Resultados. Os Projetos Estratégicos representam esforços coordenados de cada órgão executor, assim como dos órgãos parceiros, para o alcance dos resultados pautados nas diferentes agendas estratégicas do Governo. Eles são submetidos à supervisão intensiva da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPGG), sendo reavaliados quanto ao seu andamento a cada ciclo de

⁷³ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Escritório de Desenvolvimento de Projetos. SPGG/EDP, 2019. Mapa Estratégico do Governo. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/mapa-estrategico-do-governo>>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

monitoramento, a fim de garantir a resolução de dificuldades e o alcance dos resultados desejados, fortalecendo as ações de governo, ampliando o engajamento dos atores das diversas áreas e viabilizando maior transparência à sociedade. O monitoramento dos Projetos Estratégicos é feito com o auxílio do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME), que é alimentado pelos Gerentes de Projeto e pelas equipes dos órgãos responsáveis pela execução dos projetos, sob a coordenação e avaliação constante da SPGG.

O acompanhamento do Acordo de Resultados, bem como o monitoramento dos Projetos Estratégicos, perpassa as instâncias do Sistema de Governança e Gestão do Estado, instituído pelo Decreto nº 54.581/2019 e formado por colegiados e conselhos estruturados em três instâncias de informação e tomada de decisão, compondo a governança interna e externa do sistema, como mostra a **Figura 39**. Os colegiados são organizados de forma a atender aos princípios da boa governança pública (transparência, integridade e responsividade), apresentando papéis bem definidos, sem sobreposição de suas funções. O Sistema de Governança e Gestão, implementado em seus diferentes níveis, através de um conjunto de mecanismos de liderança e estratégia, tem permitido avaliar, direcionar e monitorar a gestão. Por meio dessa condução na resolução de problemas, com ações conjuntas e agilidade na tomada de decisão, tem-se conseguido conferir maior efetividade às políticas públicas estaduais.

Figura 39 - Sistema de governança e gestão do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Decreto Nº 54.581, de 25 de abril de 2019. Elaboração: DAE/SPGG.

Acordo de Resultados 2022

A construção do Acordo de Resultados 2022 (AR 2022) começou a ser desenhada ao longo do ano de 2021, concomitantemente à revisão do PPA 2020-2023, à elaboração da LDO 2022 e à elaboração da LOA 2022. Já a estruturação da carteira de projetos estratégicos propriamente dita, com seus indicadores e metas para 2022, foi elaborada nos meses de novembro e dezembro. Partindo de uma carteira com projetos em diferentes estágios de desenvolvimento, iniciou-se um processo de revisão para aperfeiçoar a integração dos projetos estratégicos aos instrumentos de planejamento vigentes (PPA, LDO e LOA). Para formatação do AR 2022, foram realizadas reuniões envolvendo todas as Secretarias de Estado. Adicionalmente, foram incorporadas as ações do Programa Avançar, o que resultou em 245 projetos elencados como estratégicos, contendo mais de 450 indicadores para acompanhamento. Desses indicadores, pelo menos 190 envolvem

obras e infraestrutura, e 60 envolvem tecnologias de informação e comunicação. Com relação ao Mapa Estratégico, a distribuição dos projetos para 2022 se estrutura da seguinte forma: 16 projetos no eixo Estado Sustentável (Tabela 34), 42 projetos no eixo Governança e Gestão (Tabela 35), 98 projetos no eixo Sociedade com Qualidade de Vida (Tabela 36) e 89 projetos no eixo Desenvolvimento Empreendedor (Tabela 37).

Tabela 34 - Projetos estratégicos no Eixo Estado Sustentável

Nº	Secretaria	Órgão	Denominação
1	PGE	PGE	Aperfeiçoamento da execução e defesa fiscal
2	PGE	PGE	Institucionalização da política de negociação
3	PGE	PGE	Modernização do Sistema Informatizado de Gestão e Inteligência Jurídica (Supp)
4	SEFAZ	IPE/PREV	Pensão Previdenciária Eletrônica - PPE
5	SEFAZ	IPE/PREV	RHE Previdência
6	SEFAZ	SEFAZ	Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal
7	SEFAZ	SEFAZ	APP RS Servidor
8	SEFAZ	SEFAZ	Implantação da Lei Anticorrupção Estadual
9	SEFAZ	SEFAZ	MINA - Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria
10	SEFAZ	SEFAZ	Portal Transparência Unificado
11	SEFAZ	SEFAZ	Receita Digital 2030
12	SEFAZ	SEFAZ	Devolve ICMS
13	SEPAR	SEPAR	RS Parcerias
14	SPGG	SPGG	Ampliação e Modernização das Centrais de Atendimento - Tudo Fácil
15	SPGG	SPGG	Captação de Recursos e Acompanhamento de Projetos
16	SPGG	SPGG	Permuta de Imóveis

Tabela 35 - Projetos estratégicos no Eixo Governança e Gestão

Nº	Secretaria	Órgão	Denominação	Incluso no Avançar
1	CC	CC	Programa de Qualificação e Sensibilização de Agentes Públicos Estaduais em Controles Público e Social	
2	GVG/SSP	DETRAN	Programa DETRAN/RS Digital - PDD	
3	SAGAP	SAGAP	Apoio à Gestão Administrativa	
4	SAGAP	SAGAP	Apoio à Gestão Política	
5	SAGAP	SAGAP	Loteria do Estado do RS	
6	SAGAP	SAGAP	Fundo Imobiliário	
7	SEAPDR	SEAPDR	Agricultura com Acesso Digital	
8	SECOM	SECOM	Palácio Aberto	
9	SECOM	SECOM	Comunicação Interna e Endomarketing	
10	SERFI	SERFI	Rio Grande Conectado	
11	SERFI	SERFI	Rio Grande no Brasil e no Mundo	
12	SERFI	SERFI	Rio Grande para Todos	
13	SICT	UERGS	UERGS DIGITAL	✓
14	SJSPS	SJSPS	Estruturação e modernização da Estrutura Administrativa da SJSPS	✓
15	SOP	SOP	Modernização das CROPs	✓
16	SPGG	EDP	RS.GOV.BR	
17	SPGG	IPE SAUDE	Processo Sucessório e Gestão do Conhecimento	
18	SPGG	IPE SAUDE	Gestão da Rede de Assistência à Saúde	
19	SPGG	SPGG	Ações de Prevenção e Promoção da Saúde do Servidor	
20	SPGG	SPGG	Ações de Qualificação e Desenvolvimento dos Servidores	
21	SPGG	SPGG	Avaliação de Políticas Públicas	
22	SPGG	SPGG	BIMGov-RS	
23	SPGG	SPGG	Carsharing Estadual	
24	SPGG	SPGG	CELIC Digital	
25	SPGG	SPGG	Envolver	
26	SPGG	SPGG	Estruturação da Gestão Documental do Estado	
27	SPGG	SPGG	Gestão dos Serviços Transversais	
28	SPGG	SPGG	Governança de TIC	
29	SPGG	SPGG	Governança Estratégica	
30	SPGG	SPGG	Implantação de práticas inovadoras de gestão (PNUD)	
31	SPGG	SPGG	Implementação do eSocial no Estado do Rio Grande do Sul	
32	SPGG	SPGG	Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais - IEDE	
33	SPGG	SPGG	Inovação em TIC	
34	SPGG	SPGG	Melhorias RHE	
35	SPGG	SPGG	Modelo de Gestão Estratégica	
36	SPGG	SPGG	Novos Indicadores e estudos	
37	SPGG	SPGG	Nova Lei das Licitações e Contratos - NLLC	
38	SPGG	SPGG	Painel de Indicadores em Gestão de Pessoas	
39	SPGG	SPGG	PPCI do CAE	
40	SPGG	SPGG	Sistema Único de Fomento	
41	SPGG	SPGG	SGO - Sistema de Gestão de Obras	
42	SPGG	SPGG	Implementação da Suíte de Escritório e Colaboração	

Tabela 36 - Projetos estratégicos no Eixo Sociedade com Qualidade de Vida

Nº	Secretaria	Órgão	Denominação	Incluso no Avançar
1	CM	CM	Expansão do Sistema de Gerenciamento de Risco e Desastre - SEGIRD	✓
2	CM	CM	Reaparelhamento e Modernização da Defesa Civil Estadual	✓
3	CM	CM	Escola de Proteção e Defesa Civil	
4	GVG/SSP	CBMRS	Gestão dos Órgãos de Licenciamento para Desburocratização - SOL Bombeiros	
5	GVG/SSP	DETRAN	Escola Pública de Trânsito	
6	GVG/SSP	GVG	AISP - Áreas Integradas de Segurança Pública	✓
7	GVG/SSP	GVG	EmFrente Mulher	✓
8	GVG/SSP	GVG	GESeg - Gestão Estatística em Segurança Pública	✓
9	GVG/SSP	GVG	Ospa Social	
10	GVG/SSP	GVG	Xadrez Escolar	
11	GVG/SSP	SSP	Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social	✓
12	GVG/SSP	SSP	Qualificação das Estruturas de Atendimento da Segurança Pública	✓
13	GVG/SSP	SSP	Qualificação dos Instrumentos de Apoio à Investigação Criminal	
14	GVG/SSP	SSP	PISEG - Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública	
15	GVG/SSP	SSP	Plano de Reposição do Efetivo da Segurança Pública	✓
16	GVG/SSP	SSP	Plano de Aquisições de TIC - Avançar SSP	✓
17	GVG/SSP	SSP	Renovação da Frota da Segurança Pública	✓
18	GVG/SSP	SSP	Plano de Aquisições - Equipamentos de suporte às equipes da Segurança Pública	✓
19	SEDAC	SEDAC	Fomento à Cultura	✓
20	SEDAC	SEDAC	Qualificação e Sustentabilidade das Instituições Culturais	✓
21	SEDUC	SEDUC	Centro de Desenvolvimento dos Profissionais da Educação	✓
22	SEDUC	SEDUC	Agiliza Educação	✓
23	SEDUC	SEDUC	Escola da Vida - Competências e Habilidades para o Século XXI	✓
24	SEDUC	SEDUC	Escola da Vida - Ensino Médio Gaúcho e Educação Profissional e Técnica	✓
25	SEDUC	SEDUC	Instituto de Educação Flores da Cunha - Escola do Amanhã	✓
26	SEDUC	SEDUC	Educação com Base em Evidências	✓
27	SEDUC	SEDUC	Plano de Investimento em Obras e Tecnologia	✓
28	SEDUC	SEDUC	Programa Aprende Mais	✓
29	SEDUC	SEDUC	SEDUC RS Digital	✓
30	SEDUR	METROPLAN	PAC Prevenção de Inundações	
31	SEL	SEL	CETE Sustentável	
32	SEL	SEL	Eventos Esportivos	✓
33	SEL	SEL	Segue o Jogo	✓
34	SEL	SEL	Ilumina Esporte	✓
35	SEL	SEL	Plano Estadual do Esporte	
36	SEL	SEL	Pró-esporte RS	
37	SEL	SEL	Programa Estadual de Infraestrutura Esportiva	✓
38	SEMA	SEMA	Concessões de Parques e Unidades de Conservação	
39	SEMA	SEMA	Plano Estadual de Saneamento - PLANESAN RS	
40	SES	SES	Controle do Aedes Aegypti	
41	SES	SES	Desinstitucionalização dos Usuários Moradores do Hospital Psiquiátrico São Pedro.	
42	SES	SES	Fomento à implantação do Cuidado Farmacêutico no RS	
43	SES	SES	Gestão Estratégica de Pessoas na SES	
44	SES	SES	Implantação do Programa Estadual de Incentivo Hospitalar PEIH (ASSISTIR)	
45	SES	SES	Implementação informatizada dos sistemas de urgência	
46	SES	SES	Informatização das Centrais Hospitalares e Ambulatoriais	
47	SES	SES	IST, HIV/AIDS e coinfeções: ações de educação, prevenção e assistência	
48	SES	SES	Política de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista (TEA)	
49	SES	SES	Primeira Infância Melhor (PIM)	
50	SES	SES	Promoção do acesso a medicamentos padronizados de responsabilidade estadual	
51	SES	SES	Qualificação da Gestão da Assistência Farmacêutica no RS	
52	SES	SES	Qualificação das ações de imunização (Cobertura Vacinal)	
53	SES	SES	Qualificar o cuidado integral à pessoa idosa no Estado	
54	SES	SES	RAPS - Escola	
55	SES	SES	Rede Bem Cuidar RS (RBC/RS)	✓
56	SES	SES	Reorganização dos serviços ambulatoriais e hospitalares no RS	✓
57	SICDHAS	FADERS	Política de Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	
58	SICDHAS	FADERS	Rede Praia Acessível	✓
59	SICDHAS	FPERGS	Qualificando Espaços - FPERGS	✓
60	SICDHAS	SICDHAS	Criança Feliz (Primeira Infância no SUAS)	
61	SICDHAS	SICDHAS	Política de Assistência Social no RS	✓
62	SICDHAS	SICDHAS	Melhores Amigos	✓
63	SICDHAS	SICDHAS	Pró-Social - Fundo Estadual de Apoio a Inclusão Produtiva (FEAIP)	
64	SICDHAS	SICDHAS	Rede de Proteção da Mulher	✓
65	SICDHAS	SICDHAS	Sistema Estadual de Gestão Digital de Assistência Social (SEG DAS)	
66	SICDHAS	SICDHAS	Comunidades Tradicionais e Direitos Humanos	✓
67	SJSPS	PROCON	Estruturação e modernização do PROCON/RS	✓

68	SJSPS	SJSPS	Cadeia Pública de Alegrete	✓
69	SJSPS	SJSPS	Cadeia Pública de Caxias do Sul	✓
70	SJSPS	SJSPS	Cadeia Pública de Rio Grande	✓
71	SJSPS	SJSPS	Cadeia Pública Feminina de Passo Fundo	✓
72	SJSPS	SJSPS	Penitenciária Estadual de São Borja	✓
73	SJSPS	SJSPS	Penitenciária Estadual de Pelotas	✓
74	SJSPS	SJSPS	Gestão de Obras dos Centros de Atendimento Socioeducativo - CASEs	✓
75	SJSPS	SJSPS	Centros da Juventude	✓
76	SJSPS	SJSPS	Delegacia Cidadã - 5ª Delegacia de Polícia na Lomba do Pinheiro	✓
77	SJSPS	SJSPS	Mapa Social de Políticas Públicas	✓
78	SJSPS	SJSPS	NUGESP - Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional - 708 vagas	✓
79	SJSPS	SJSPS	Observatório da Socioeducação	✓
80	SJSPS	SJSPS	Penitenciária Estadual de Guaíba - 672 vagas	✓
81	SJSPS	SJSPS	Penitenciária Estadual de Sapucaia do Sul - 600 vagas	✓
82	SJSPS	SJSPS	Presídio Estadual de Cachoeira do Sul - 130 vagas	✓
83	SJSPS	SJSPS	Presídio Regional de Passo Fundo - 103 vagas	✓
84	SJSPS	SJSPS	Reforma do Centro de Convivência e Profissionalização - CECONP	
85	SJSPS	SJSPS	Ampliação da Penitenciária Estadual de Canoas 1	✓
86	SJSPS	SJSPS	Unidade prisional de Porto Alegre - Presídio Central	✓
87	SJSPS	SJSPS	Unidade prisional de Charqueadas	✓
88	SJSPS	SJSPS	Reaparelhamento bélico	✓
89	SJSPS	SJSPS	Projetos de Tecnologia	✓
90	SJSPS	SJSPS	Aquisição de veículos para a SUSEPE	✓
91	SJSPS	SJSPS	Construção de abrigo de visitas nos Centros de Atendimento Socioeducativo	✓
92	SJSPS	SJSPS	Fomento aos Centros de Reintegração Social - APACs	✓
93	SJSPS	SJSPS	Centro Integrado de Inteligência e Sistema de Monitoramento Eletrônico do RS – CIISME	✓
94	SOP	SOP	Ações Habitacionais	✓
95	SOP	SOP	Regulariza RS - Regularização Fundiária e Urbana	
96	STER	FGTAS	Artesanato Gaúcho	
97	STER	STER	RS TER Acesso ao Mercado	
98	STER	STER	RS TER Qualificação Profissional	

Tabela 37 - Projetos estratégicos no Eixo Desenvolvimento Empreendedor

Nº	Secretaria	Órgão	Denominação	Incluso no Avançar
1	SEAPDR	SEAPDR	Análises para a Certificação da Sanidade da Pecuária Gaúcha	
2	SEAPDR	SEAPDR	Combate à estiagem	
3	SEAPDR	SEAPDR	Estruturação da Gestão dos Fundos	
4	SEAPDR	SEAPDR	Regularização Fundiária e Ambiental de Assentamentos e Reassentamentos.	
5	SEAPDR	SEAPDR	Fortalecimento da Defesa Vegetal e Segurança Alimentar de Origem Vegetal	
6	SEAPDR	SEAPDR	Fortalecimento de Cooperativas da Agricultura Familiar	
7	SEAPDR	SEAPDR	Incremento à produção e qualidade do milho - Pró-Milho RS	
8	SEAPDR	SEAPDR	Centro Integrado da Agricultura	
9	SEAPDR	SEAPDR	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Agropecuária Gaúcha	
10	SEAPDR	SEAPDR	Qualificação da disponibilização de sementes para a Agricultura Familiar	
11	SEAPDR	SEAPDR	Fortalecimento da agricultura familiar	✓
12	SEAPDR	SEAPDR	Manutenção, Recuperação e Revitalização de Acessos Locais para Escoamento da Produção Agrícola	✓
13	SEAPDR	SEAPDR	Irriga Mais RS - Reservação de água e projetos de irrigação	✓
14	SEAPDR	SEAPDR	Irriga Mais RS - SIMAGRO	✓
15	SEAPDR	SEAPDR	Análises para a Certificação da Sanidade da Pecuária Gaúcha	
16	SEAPDR	SEAPDR	Controle da Deriva de Agrotóxicos	
17	SEAPDR	SEAPDR	Fortalecimento das Certificações Sanitárias Animais	
18	SEDAC	SEDAC	RS Criativo	✓
19	SEDAC	SEDAC	Sistema Estadual de Cultura	✓
20	SEDEC	BADESUL	Programa BADESUL de Sustentabilidade	
21	SEDEC	BRDE	Desenvolvimento sustentável do Estado por meio de operações de crédito	
22	SEDEC	BRDE	Ecossistema de Inovação	
23	SEDEC	BRDE	Promoção de políticas públicas por meio de operações de créditos para os Municípios	
24	SEDEC	JUCISRS	Junta Comercial Integrada	
25	SEDEC	JUCISRS	Jornada JucisRS	
26	SEDEC	SEDEC	FUNDOPEM 4.0	
27	SEDEC	SEDEC	INVEST RS	
28	SEDEC	SEDEC	RS Competitivo	
29	SEDEC	SEDEC	Juro Zero	✓
30	SEDUR	METROPLAN	Aperfeiçoamento e qualificação do Sistema de Transporte Metropolitano [Grande POA]	
31	SEDUR	METROPLAN	Aperfeiçoamento e qualificação do Sistema de Transporte Metropolitano na RMSG e aglomerados	
32	SEDUR	METROPLAN	Regulamentação da Lei 14.293/2013, que cria a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG)	
33	SEDUR	SEDUR	Pavimenta RS	✓
34	SELT	DAER	Acessos Municipais	✓

35	SELT	DAER	CREMA Erechim - Obras de Salvaguarda para Pedestres na ERS 343	
36	SELT	DAER	Elaboração/Readequação de Projetos de Acessos Municipais e Ligações Regionais	✓
37	SELT	DAER	ERS 118 Ruas Laterais, alças e interseção	✓
38	SELT	DAER	Gestão de Transporte Coletivo - GTC	
39	SELT	DAER	Ligações Regionais	✓
40	SELT	DAER	Passarelas sobre a ERS-118	✓
41	SELT	DAER	Convênios Municipais	✓
42	SELT	DAER	Conservação e Recuperação de Rodovias	✓
43	SELT	EGR	Gestão Ambiental de Rodovias Pedagiadas	
44	SELT	EGR	Manutenção Viária de Rodovias Pedagiadas	
45	SELT	SELT	Ampliação e Reparcelamento do Aeroporto de Passo Fundo	
46	SELT	SELT	Ampliação e Reparcelamento do Aeroporto de Santo Ângelo	
47	SELT	SUPRG	Controle do Tráfego Portuário.	
48	SELT	SUPRG	Implantação do Plano de Dragagem	
49	SELT	SUPRG	Implementação do novo Modelo de Gestão Portuária e Hidroportuária	
50	SEMA	SEMA	Privatização CEEE Geração	
51	SEMA	SEMA	Privatização CRM	
52	SEMA	SEMA	Programa Energia Forte no Campo	✓
53	SEMA	SEMA	Sistema Online de Licenciamento Ambiental - SOL	
54	SEMA	SEMA	Programa Avançar na Revitalização de Bacias	✓
55	SEMA	SEMA	Projetos Exóticas Invasoras	✓
56	SEMA	SEMA	Atlas de Geração Hidrográfica	✓
57	SEMA	SEMA	Gestão Binacional, Recursos Hídricos, Bacia da Lagoa Mirim e Lagoas Costeiras	✓
58	SEMA	SEMA	Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT-RS)	✓
59	SEMA	SEMA	Programa Avançar de Biodigestores	✓
60	SEMA	SEMA	Política Estadual de Mudanças Climáticas	
61	SEMA	SEMA	Programa Avançar no Clima	✓
62	SEMA	SEMA	Projetos Live	
63	SEMA	SEMA	Projeto H2 Verde	✓
64	SEMA	SEMA	Projeto Transição Energética: Candiota/Região Carbonífera	✓
65	SETUR	SETUR	Mais Turismo RS	
66	SETUR	SETUR	Desenvolte Turismo RS	✓
67	SICT	FAPERGS	Redes Inovadoras de Tecnologias Estratégicas (RITEs)	✓
68	SICT	FAPERGS	Inova Clusters	✓
69	SICT	SICT	Conecta RS	
70	SICT	SICT	GameRS	✓
71	SICT	SICT	Inova RS	✓
72	SICT	SICT	Startup Lab	✓
73	SICT	SICT	TEC4B - Tecnologia para Negócios	✓
74	SICT	SICT	Tech Futuro	✓
75	SICT	UERGS	Consolidação do Campus Central da UERGS	✓
76	SOP	SOP	Barragem do Rio Jaguari e Sistemas Associados	✓
77	SOP	SOP	Barragem do Rio Taquarembó e Sistemas Associados	
78	SOP	SOP	Apoio à Manutenção das Estradas Vicinais	✓
79	SOP	SOP	Nenhuma Casa sem Banheiro	✓
80	SOP	SOP	Perfuração de Poços Profundos	✓
81	SPGG	EDP	Iconicidades	✓
82	SPGG	EDP	Mobiliza RS	
83	SPGG	EDP	Teleatendimento	
84	SPGG	SPGG	Consulta Popular RS	
85	SPGG	SPGG	Desburocratização do Patrimônio Imobiliário do Estado	
86	SPGG	SPGG	Lei de Liberdade Econômica e Integração à Redesimples	
87	SPGG	SPGG	Licenciamento Integrado	
88	SPGG	SPGG	Política de Relacionamento do Estado com o Cidadão	
89	SPGG	SPGG	Regionalização de Governo	

O ENFRENTAMENTO DO SEGUNDO ANO DE PANDEMIA NO RS

A pandemia de covid-19 se mostrou um grande obstáculo a ser enfrentado pela sociedade. Em meio às incertezas impostas pelo caráter muitas vezes imponderável da evolução do vírus, o ano de 2021 trouxe novos desafios. O surgimento de diversas variantes no Brasil e no Mundo impôs - e ainda impõe - ainda mais dificuldades no combate à propagação. Por outro lado, 2021 também trouxe o início e o avanço da vacinação no estado.

CENÁRIO GAÚCHO

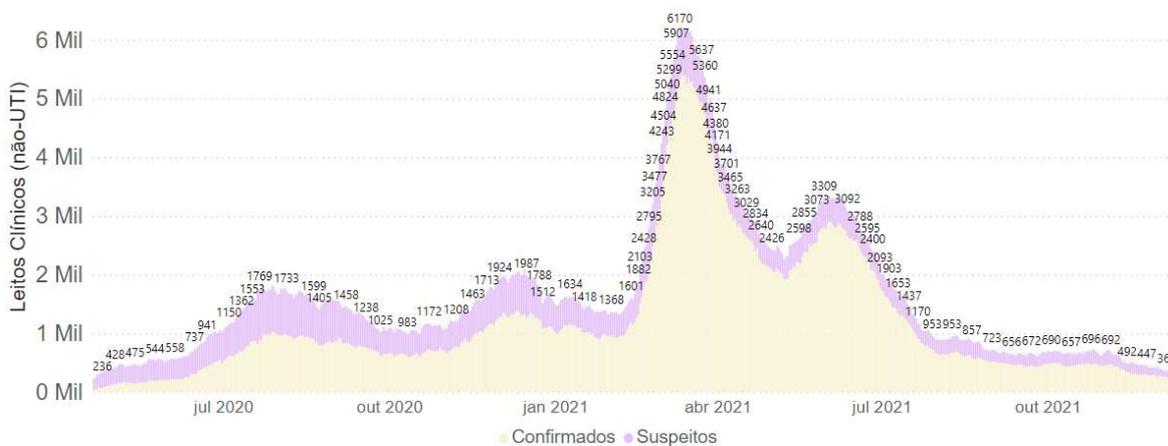
Em 2021, houve a continuidade da estrutura organizacional, criada ainda em março de 2020, para enfrentamento da pandemia no Estado, centralizada no Gabinete de Crise para Enfrentamento da covid-19 e composto por oito comitês específicos: Comitê de Comunicação, Comitê de Logística e Abastecimento, Comitê Econômico, Comitê de Políticas Sociais e Educação, Comitê de Segurança Pública e Sistema Prisional, Comitê Científico, Centro Operações de Emergência da Saúde covid-19 (COE COVID-19) e Comitê de Dados. Desse modo, manteve-se o enfrentamento da pandemia baseado em evidências e em discussões científicas mediadas pelas possibilidades políticas e pelo diálogo entre Estado, Regiões e Municípios. Mudanças implementadas ao longo do ano buscaram justamente incorporar os aprendizados adquiridos nos quase dois anos de combate à doença em todas as esferas governamentais. De todo o modo, tal evolução manteve a centralidade do acompanhamento diário da situação no mundo, no Brasil, no Rio Grande do Sul e nas regiões covid-19, fazendo uso dos sistemas de monitoramento de leitos desenvolvido no Estado, bem como do registro de casos, óbitos e acompanhamento da evolução da vacinação. Tal acompanhamento ainda se mostra imprescindível para situar cada localidade com o risco de propagação e permitir a gestão local das medidas aplicadas. Ademais, houve também a complementariedade com estudos nas áreas econômicas e sociais, analisando-se a evolução do PIB, do comércio, da indústria e do emprego no Rio Grande do Sul em comparação com outros estados.

O período entre o final de fevereiro e abril marcou a fase mais crítica da pandemia no RS. Em março de 2021, ainda sob vigência do Modelo de Distanciamento Controlado, suspendeu-se a cogestão – que permitia às Regiões em acordo seguir os protocolos atrelados ao risco imediatamente inferior àquele estipulado pelo Modelo – e se instalou a bandeira preta (risco máximo) em todo o Estado. As medidas extremas visavam conter a propagação acelerada do momento, a disseminação viral e o aumento de pessoas doentes, que atingia níveis não percebidos até então, resultantes da disseminação da variante *Gamma* no RS. No momento mais crítico, o Rio Grande do Sul chegou a comportar 5.435 confirmados, em Leitos Clínicos, no dia 12 de março, e 2.626 em Unidades de Tratamento Intensivo – UTIs no dia 18 do mesmo mês. Na soma de internados em Leitos Clínicos e UTIs, o pico de confirmados foi de 7.940 em 14 de março de 2021, o que equivalia a mais de três vezes o pico anterior de 2.299 internados, atingido em 20 de dezembro de 2020 (**Figuras 40 e 41**).

É válido ressaltar que não apenas os níveis atingiram valores extremos, mas também que a singularidade do ciclo atravessado nesse período de 2021 deve ser observada pela velocidade de crescimento dos internados. Considerando casos suspeitos e confirmados de covid-19 em UTIs no Estado, a

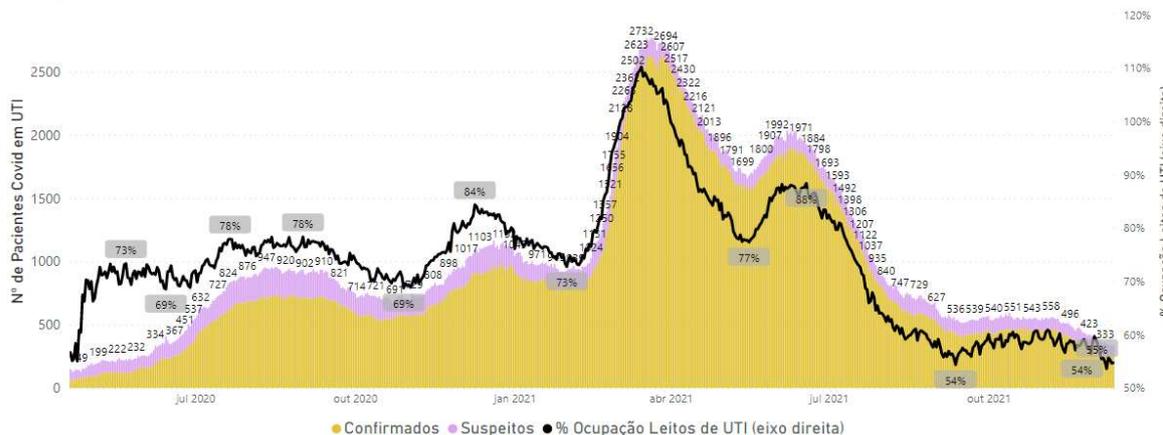
velocidade do avanço do ciclo de março e abril de 2021 – aumento de 44 pacientes por dia – superou em mais de quatro vezes a velocidade do ciclo de crescimento anterior, entre novembro e dezembro de 2020 – aumento de 10 internados por dia.

Figura 40 - Número de internados suspeitos e confirmados com covid-19 em leitos clínicos - RS - abr./2020 a dez./2021



Fonte: Painel Coronavírus RS⁷⁴ e DEE/SPGG⁷⁵

Figura 41 - Número de Internados Suspeitos e Confirmados com covid-19 em UTIs - RS - abr./2020 a dez./2021



Fonte: Painel Coronavírus RS⁷⁴ e DEE/SPGG⁷⁵

A gravidade do momento também exigiu uma resposta na disponibilidade de recursos de saúde no Estado. Desde o início da pandemia até fevereiro de 2021, houve uma elevação de 58% na disponibilidade de leitos intensivos, o que equivale a quase mil leitos abertos, entre privados e públicos, passando de 1.684 a 2.670 leitos de UTI no RS. Somente no período de fevereiro e abril de 2021, o esforço na abertura de leitos elevou o número de leitos existentes no Estado em mais 740 (+27%). passando de 2.670 a 3.411 (Figura 42).

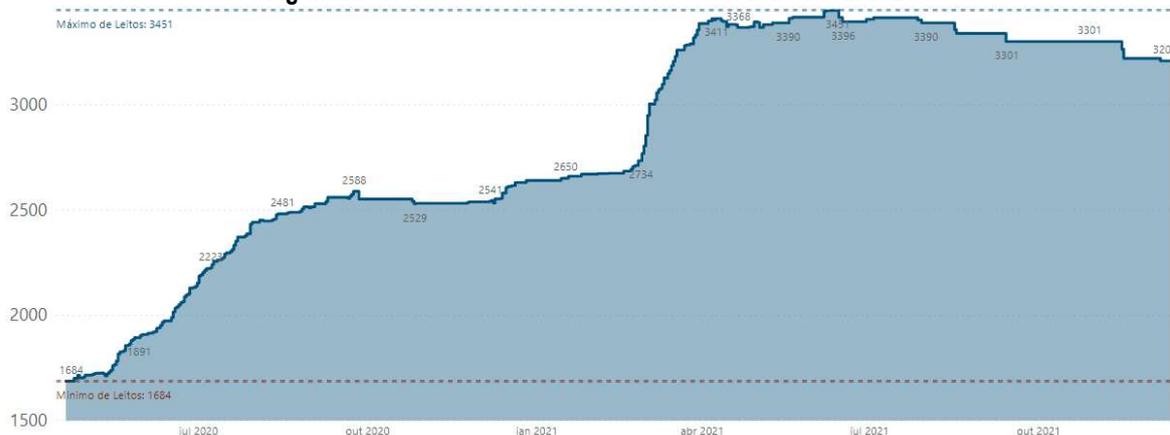
A profundidade da crise refletiu-se no número de óbitos registrados nos meses de março e abril de 2021, que alcançou um total de 12.974 vidas perdidas, o que equivale a 3 vezes a média dos demais meses de pandemia. Ou seja, esses 2 meses equivalem a mais de um terço do total de 36.297 óbitos acumulados nos 19 meses de abril/20 a novembro/21, o que resulta em 319 óbitos por 100 mil habitantes no Estado (Figura 43).

⁷⁴ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. SES, 2021. Painel Coronavírus RS: base de dados. Disponível em: <<https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/api>>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

⁷⁵ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. SPGG/DEE, 2021. Boletim de hospitalizações: RS, macrorregiões e regiões Covid-19. Disponível em: <https://bit.ly/boletim_hosp_RS>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

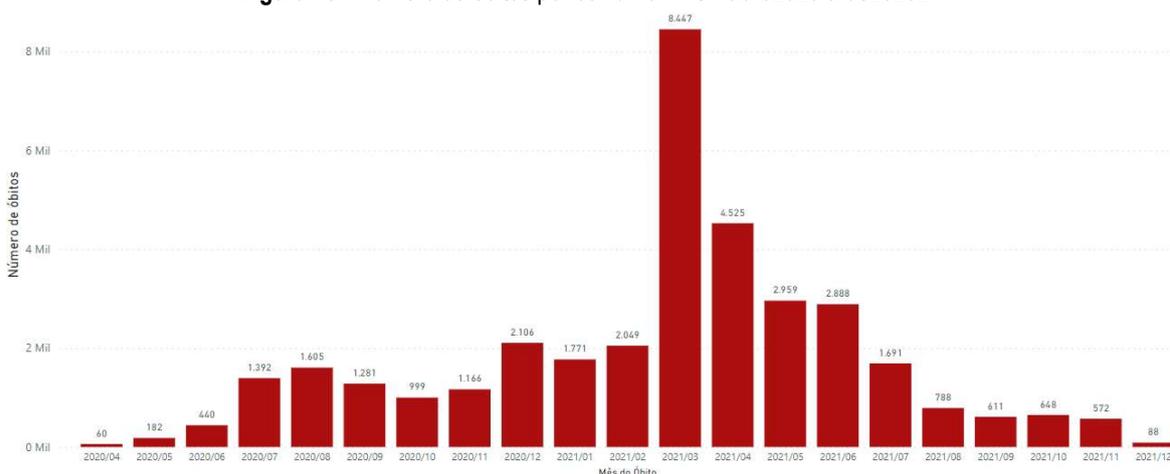
O arrefecimento dessa situação crítica se deu como resultado do aprofundamento das estratégias de intervenções não farmacológicas, evidenciado pela permanência de 100% do Estado em bandeira preta durante 9 semanas consecutivas entre março e abril. Concomitantemente, houve o avanço da vacinação no RS, que permitiu a melhora dos indicadores até o fim de 2021, quando se chegou próximo aos níveis mais baixos da série histórica.

Figura 42 - Número de leitos de UTIs - RS - abr./2020 a dez./2021



Fonte: Painel Coronavírus RS⁷⁶ e DEE/SPGG⁷⁷

Figura 43 - Número de óbitos por covid-19 - RS - abr./2020 a dez./2021



Fonte: Painel Coronavírus RS⁷⁶ e DEE/SPGG⁷⁸

Concomitantemente, a instituição da Vigilância Genômica e a estruturação da rede no Rio Grande do Sul permitiram a identificação precoce de novas variantes de covid-19, qualificando o monitoramento, que possibilitou entender o percurso e a evolução do vírus no Estado e a ampliação para outras áreas da saúde única – com o sequenciamento de outros vírus, como os causadores de arboviroses – Dengue, Zika, Chikungunya. A análise do percurso dos diferentes vírus no território gaúcho, associada a inúmeras variáveis captadas de bancos abertos internacionais, bases da vigilância em saúde, bancos de redes sociais, análise de esgoto e da água para consumo, avaliação dos reservatórios e vetores, permitiu um monitoramento contínuo e uma investigação imediata para incidentes, entregando à população uma resposta adequada à realidade gaúcha, em tempo oportuno e baseada nas melhores evidências científicas.

⁷⁶ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. SES, 2021. Painel Coronavírus RS: base de dados. Disponível em: <<https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/api>>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

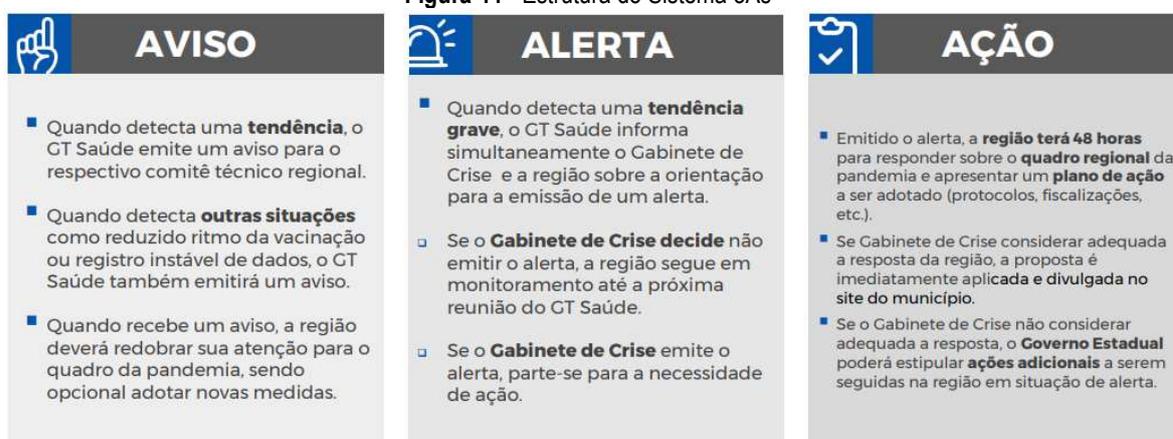
⁷⁷ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. SPGG/DEE, 2021. Boletim de hospitalizações: RS, macrorregiões e regiões Covid-19. Disponível em: <https://bit.ly/boletim_hosp_RS>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

⁷⁸ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. SPGG/DEE, 12 de nov. de 2021. CORONAVIRUS: boletim diário de casos em países selecionados, Brasil e RS. Disponível em: <<https://bit.ly/boletimcovid19-rs>>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

SISTEMA 3As DE MONITORAMENTO

Se, em maio de 2020, houve a implantação do inovador Modelo de Distanciamento Controlado, que trazia o acompanhamento semanal de indicadores com parâmetros para determinar a bandeira de cada região, atrelada aos respectivos protocolos e restrições a serem adotados localmente, o mês de maio de 2021 trouxe modificações. A evolução do vírus, somada à incorporação das estratégias de combate por parte dos municípios e regiões, aliada ainda ao avanço da vacinação, sugeriam a necessidade de também se evoluir na governança do enfrentamento à covid-19, o que deu origem ao Sistema 3As de Monitoramento (Aviso, Alerta e Ação) (Figura 44). O novo sistema, bem como o modelo anterior, é fruto da elaboração e participação, dentre outros profissionais, de médicos, epidemiologistas e estatísticos, com a presença de técnicos das Secretarias de Saúde e de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, além de quadros externos convidados e membros dos Comitês constituídos ainda no início da pandemia.

Figura 44 - Estrutura do Sistema 3As



Fonte: Sistema 3As de Monitoramento⁷⁹

Com base nos aprendizados adquiridos ao longo do primeiro ano de enfrentamento à pandemia, o Sistema 3As de monitoramento tinha como desafio manter a supervisão técnica e responsável da situação da propagação do vírus no Estado. O sistema proposto manteve a utilização de dados epidemiológicos e de acompanhamento diário do sistema de saúde a fim de subsidiar o processo de tomada de decisão por parte dos gestores, embora se diferencie do modelo anterior por não fazer uso de regras rígidas para determinação da graduação de risco das regiões. Paralelamente, o novo sistema aumentou a responsabilidade e a participação dos municípios, que puderam passar a definir protocolos que buscassem atender localmente o equilíbrio entre a responsabilidade sanitária e o desenvolvimento econômico, mantendo-se a supervisão do Governo do Estado no processo.

A partir de reuniões com periodicidade, no mínimo, semanal, o Grupo de Trabalho Saúde do Comitê de Dados – GT Saúde, constituído em março de 2020, com a participação de profissionais de diversas instituições e áreas de atuação, analisa a evolução de uma série de indicadores, sintetizados no Boletim Regional Covid-19, divulgado diariamente ao público amplo⁸⁰, dentre outros boletins e plataformas criados pelo Comitê de Dados e pela Secretaria Estadual da Saúde, além de fontes externas que ajudem a indicar a trajetória da pandemia nas regiões do Estado. Conforme a condição percebida em cada região, o GT Saúde pode emitir um Aviso ou sugerir ao Gabinete de Crise a emissão de um Alerta. Por fim, caso efetivamente

⁷⁹ RIO GRANDE DO SUL. Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia. Comitê de dados covid-19, 2021. Sistema 3As de Monitoramento: Metodologia. Disponível em: <<https://admin.sistema3as.rs.gov.br/upload/arquivos/202106/02103043-metodologia-sistema-3as-monitoramento-02-06-2021-vf.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

⁸⁰ RIO GRANDE DO SUL. Comitê de dados covid-19. Boletim regional covid-19 – Sistema 3As: RS, macrorregiões e regiões covid-19. Atualização em: 12 de dez. de 2021. Disponível em: <<https://sistema3as.rs.gov.br/boletim-regional>>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

emitido o Alerta por parte do Gabinete de Crise, a Região deve, em 48 horas, apresentar um plano de Ação a ser adotado localmente como estratégia para contenção da pandemia.

Até o final de 2021, o Sistema 3As emitiu 76 Avisos e 15 Alertas, que por sua vez repercutiram na criação de planos de Ação regionais. Contudo, somente o número de avisos e alertas não transmite a profunda relação estabelecida por meio do diálogo entre as instâncias governamentais estaduais e municipais. Ao longo do período, diversas reuniões do Gabinete de Crise foram promovidas com as Regiões Covid-19, buscando construir alternativas viáveis localmente para enfrentar os riscos apontados tecnicamente pelo Sistema 3As. Sustentando-se nos pilares da ciência, da transparência, da comunicação e do diálogo, buscou-se implantar um sistema simplificado e colaborativo junto às regiões.

Aliado ao acompanhamento dos indicadores e emissão de avisos e alertas, o Governo Estadual manteve a definição de Protocolos Gerais Obrigatórios, bem como protocolos específicos para cada atividade, obrigatórios ou não. Nesse último caso, abriu-se a possibilidade de cada Região, com base na deliberação conjunta dos municípios que a compõem, elaborar tanto os protocolos das atividades como um plano de fiscalização para garantir sua implementação. Com esse sistema, permitiu-se maior integração com os Comitês Técnicos regionais, compartilhando a busca por alternativas que contemplassem suas idiossincrasias. De qualquer modo, o permanente acompanhamento da situação de cada Região por parte do GT Saúde assegura o compromisso de especialistas com a análise da evolução da pandemia aliado à garantia de que as deliberações serão recebidas pela população via Gabinete de Crise e Comitês Técnicos Regionais.

PROGRAMA TE VACINA RS

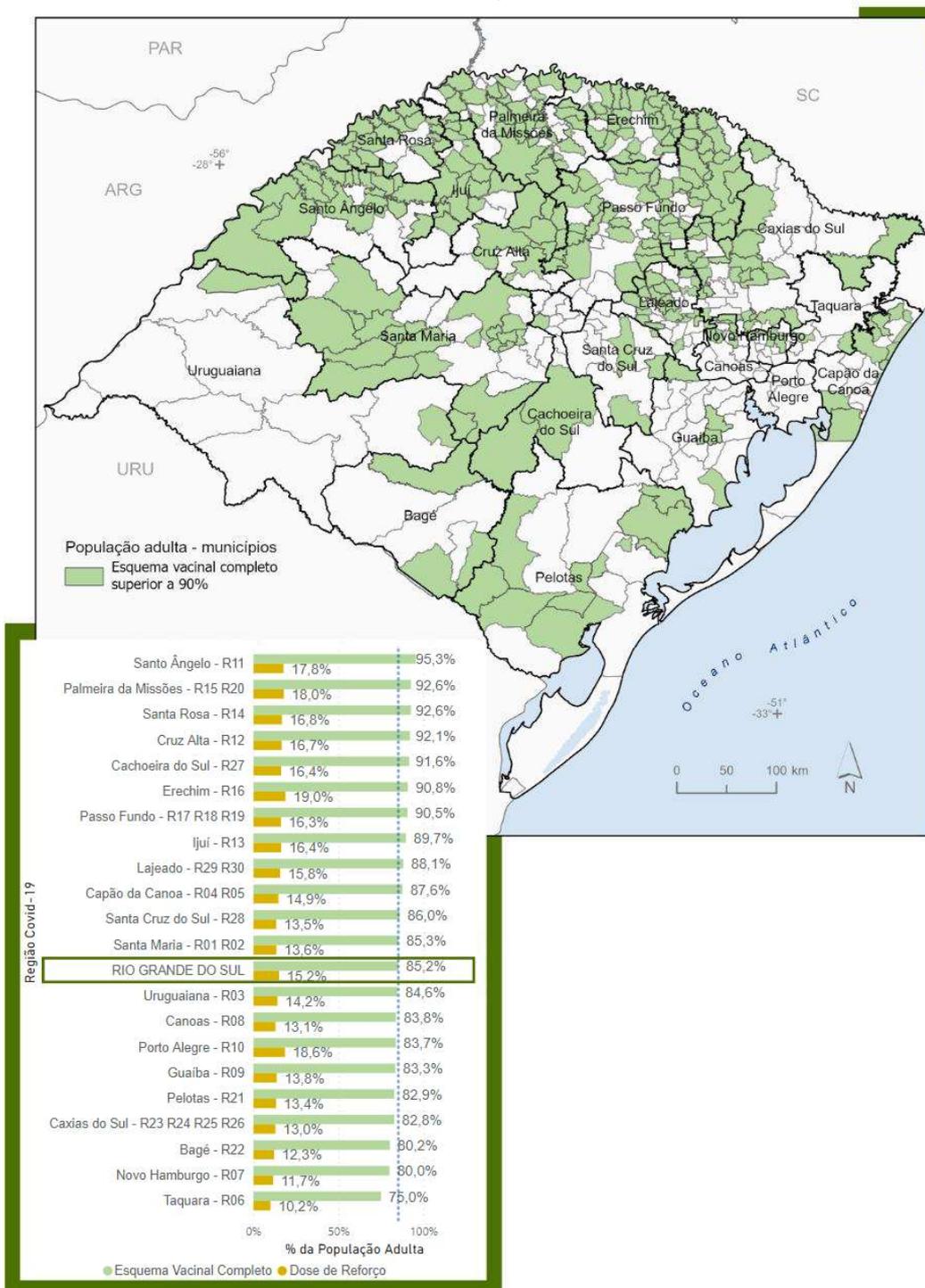
Se, por um lado, o ano de 2021 trouxe o momento mais crítico da pandemia no Estado, como observado anteriormente, por outro, também foi marcado pela chegada da vacina contra a covid-19 no Brasil e no RS. Iniciando a vacinação dos profissionais de saúde e da população de faixa etária mais elevada, ainda em janeiro, e avançando pela população cada vez mais jovem, o efeito sobre as internações e óbitos se mostrou cada vez mais claro em todas as Regiões. O programa TE VACINA RS, lançado em julho de 2021, buscou incentivar os municípios a alcançarem maiores índices de vacinação contra a covid-19, ao instituir prêmios conforme proporção de doses aplicadas em relação às distribuídas, considerando também o tamanho da população.

Mostra-se importante a capilaridade da estrutura de vacinação, bem como a adesão da população gaúcha, que manteve o Estado sempre próximo à liderança do *ranking* de vacinados no País, alcançando, em dezembro, mais de 85% da população adulta com esquema vacinal completo, e mais da metade da população acima de 60 anos com dose de reforço aplicada ao final do ano. Dos 497 municípios do Estado, 289 alcançaram 90% da população vacinada com esquema vacinal completo (**Figuras 45 e 46**).

Com o avanço da vacinação e os reflexos observados na queda de hospitalizações e óbitos, permitiram-se gradualmente as flexibilizações e o retorno ao mais próximo da normalidade nas atividades no Estado, culminando, em novembro de 2021, na adoção de 4 protocolos gerais obrigatórios (uso de máscara, isolamento de casos confirmados e contactantes, disponibilização de produtos de higiene e comprovante vacinal), instituição de protocolos gerais recomendados e eliminação dos protocolos obrigatórios específicos por atividade, como teto de ocupação e outras restrições, retirando também a previsão de multa para

descumprimento. Nesse sentido, a abordagem com relação ao combate à pandemia de covid-19 passou a priorizar a responsabilidade pessoal visando à proteção individual e coletiva.

Figura 45 - Mapa da vacinação e percentual da população adulta com esquema vacinal completo e com dose de reforço por região covid-19 - Rio Grande do Sul



Fonte: Monitoramento da imunização covid-19 – SES⁸¹

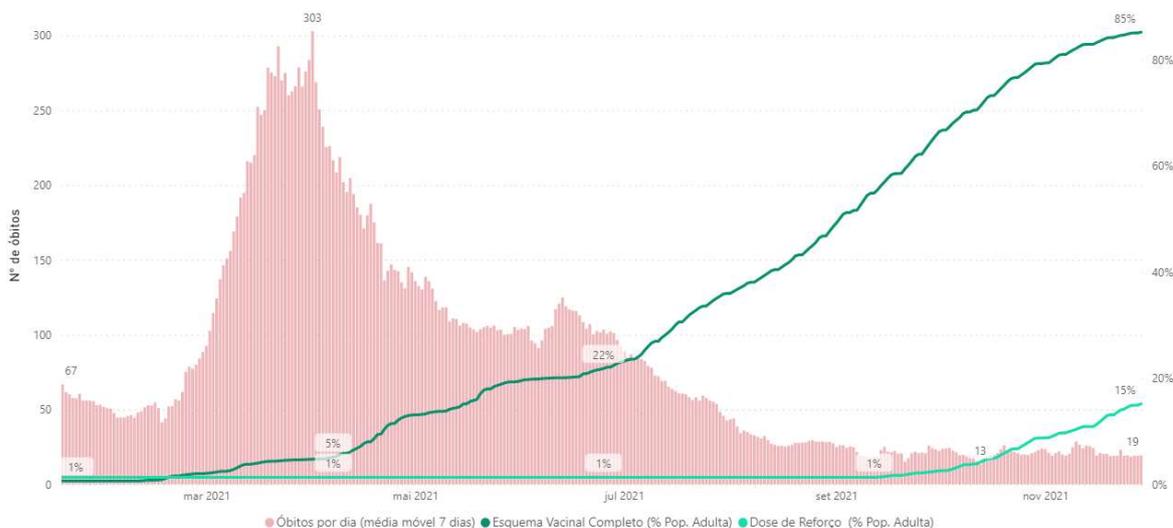
Os dados de mobilidade disponibilizados pelo Google⁸² mostram o gradual retorno à normalidade em todas as categorias de índice de mobilidade divulgado pelo Google Mobility. Ao apresentar o número de

⁸¹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. SES, 2021. Monitoramento da imunização covid-19. Disponível em: <<https://vacina.saude.rs.gov.br/>>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

⁸² Google LLC. Google Mobility, 2021. COVID-19: Relatórios de Mobilidade da Comunidade. Disponível em: <http://bit.ly/Google_Mobility_RS>. Acesso em: nov. de 2021.

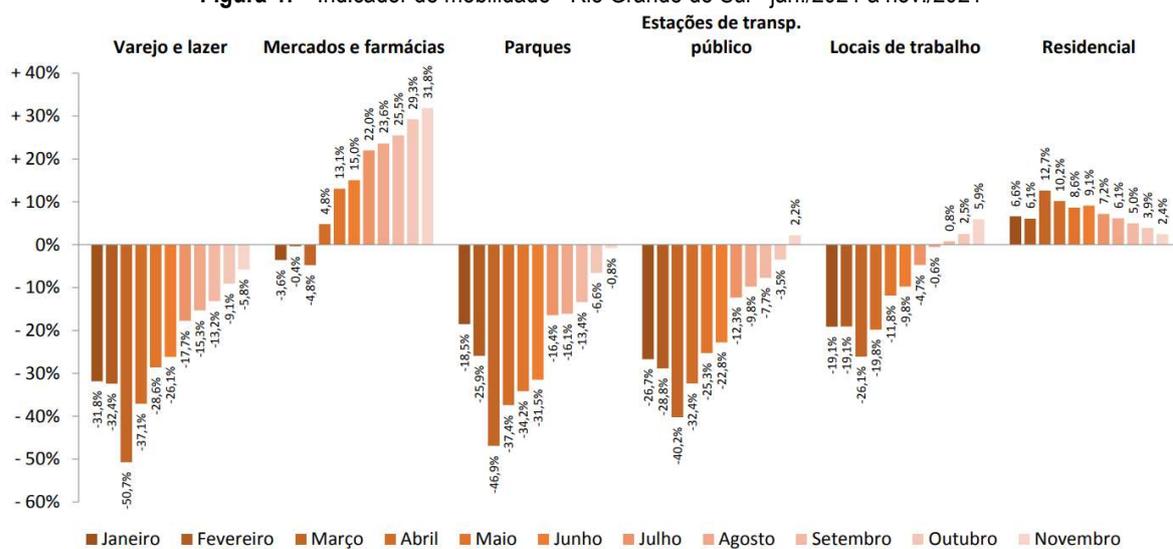
visitas a locais organizados por categoria e compará-las com o período base⁸³, o indicador de mobilidade, a partir de abril, mostra o aumento da circulação em todas as categorias analisadas (**Figura 47**).

Figura 46 - Óbitos por covid-19 (média móvel 7 dias) e percentual da população adulta vacinada completamente e com dose de reforço - Rio Grande do Sul - jan./2021 a dez./2021



Fonte: Monitoramento da imunização covid-19 – SES⁸⁴

Figura 47 - Indicador de mobilidade - Rio Grande do Sul - jan./2021 a nov./2021



Fonte: GOOGLE LLC⁸⁵ e DEE/SPGG⁸⁶.

Apontado como um dos indicadores que melhor consegue sintetizar o impacto da covid-19 nas regiões⁸⁷, o excesso de óbitos busca identificar o diferencial do número de óbitos por causas naturais durante

⁸³ Nesta análise, procedeu-se a dois ajustes sobre a série de dados brutos disponibilizados na fonte primária (<https://www.google.com/covid19/mobility/>): (i) para fins de padronizar o cálculo mensal, dada a sazonalidade semanal dos dados de mobilidade, calculou-se a média de cada dia da semana dentro de cada mês, excluindo os feriados; (ii) o período base foi ajustado para 1º a 14 de março de 2020, em oposição aos meses de janeiro e fevereiro, que acabavam apresentando excessiva influência do período de férias dificultando a análise para os demais períodos do ano.

⁸⁴ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. SES, 2021. Monitoramento da imunização covid-19. Disponível em: <<https://vacina.saude.rs.gov.br/>>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

⁸⁵ Google LLC. Google Mobility, 2021. COVID-19: Relatórios de Mobilidade da Comunidade. Disponível em: <http://bit.ly/Google_Mobility_RS>. Acesso em: nov. de 2021.

⁸⁶ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. SPGG/DEE, 2021. Indicadores de mobilidade RS durante a pandemia de covid-19. Disponível em: <<https://admin-planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/17095843-mobilidade-google-21-11.pdf>>. Acesso em: 17 de dez. de 2021.

⁸⁷ KRELLE, H., BARCLAY, C. and TALLACK, C. Understanding excess mortality: What is the fairest way to compare COVID-19 deaths internationally? United Kingdom: The Health Foundation, 2020. Disponível em: <<https://www.health.org.uk/news-and-comment/charts-and-infographics/understanding-excess-mortality-the-fairest-way-to-make-international-comparisons>>. Acesso em: 15 de dez. de 2021.



Em estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em novembro de 2021⁹⁰, buscando avaliar como os governos estaduais filtraram evidências científicas e as incorporaram em políticas de enfrentamento à covid-19, o Rio Grande do Sul apresentou posição de destaque, sendo inclusive utilizado como estudo de caso. Entre outras variáveis analisadas, o indicador mediu a tempestividade de cada estado, ao criar ou mobilizar um arranjo de enfrentamento à pandemia, a precisão e abrangência de suas funções, a participação de especialistas, a interdisciplinaridade, a transparência e a influência sobre a tomada de decisões. Juntamente com Paraíba, Santa Catarina e São Paulo, o Rio Grande do Sul apresentou nota máxima (10), enquanto a média nacional ficou em 6,6 (em uma escala de -6 a 10).

O portal TeVacina.RS⁹¹ atendeu a 100% dos critérios avaliados por pesquisa do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS), divulgada em agosto de 2021, que demonstra o nível de transparência nos dados de vacinação no Rio Grande do Sul. Além de transmitir de forma simplificada o panorama da pandemia no Estado, ainda fornece acesso às bases de dados, permitindo aos agentes públicos e privados desenvolver estudos e análises que contribuem com o enfrentamento da pandemia pela sociedade como um todo.

Em suma, esses reconhecimentos direcionados aos pilares da ciência, da comunicação, da transparência e do diálogo simbolizam e demonstram, por diversas formas e com origem em diferentes agentes da sociedade, a excelência na condução do enfrentamento à pandemia no Rio Grande do Sul. Ressalta-se, entretanto, a necessidade de manter-se a cautela e o empenho nas análises e nas proposições de combate aos novos desafios que o vírus da covid-19 permanentemente seguirá apresentando à sociedade gaúcha e à humanidade como um todo. Para tanto, deve-se manter forte o elo estabelecido entre as diversas instâncias de governo e os colaboradores externos, seja da academia ou de organizações do Terceiro Setor, para que, juntos, possamos também enfrentar os reflexos que a pandemia ainda pode apresentar e com os quais teremos que conviver.

⁹⁰ MORAES, R. F. Ciência e Pseudociência durante a pandemia de Covid-19: O papel dos "Intermediários do Conhecimento" nas políticas dos governos estaduais no Brasil - Texto para Discussão. IPEA, Brasília, outubro de 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38641&catid=456&Itemid=457>. Acesso em: dez. de 2021.

⁹¹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. SES, 2021. Monitoramento da imunização covid-19. Disponível em: <<https://vacina.saude.rs.gov.br/>>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO - SPGG

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

Coordenação:

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – DEPLAN/SPGG

Diretora: Juliana Feliciati Hoffmann

Diretora Adjunta: Leila Verena Rivas dos Santos

Coordenadora: Mery Stefani Leivas Pereira

Elaboração:

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – DEPLAN/SPGG

Juliana Feliciati Hoffmann, Leila Verena Rivas dos Santos, Mery Stefani Leivas Pereira, Carina Ribas Furstenau, Christiano Moritz da Silva, Karine Martini da Silva, Paulo Augusto Coelho de Souza, Paulo Victor Marocco Milanez, Rosanne Lipp João Heidrich, Silvia Letícia Lorenzetti, Vanderlea Kich e Vera Ines Salgueiro Lermen.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – DEE/SPGG

Pedro Tonon Zuanazzi, Bruno Paim, Vanessa Neumann Sulzbach, Fernando Ioannides Lopes da Cruz, André Coutinho Augustin, Daiane Boelhouver Menezes, Guilherme Rosa de Martinez Risco, Mariana Lisboa Pessoa, Marilyn Agranonik, Martinho Roberto de Lazzari, Raul Luís Assumpção Bastos, Rodrigo Morem da Costa e Tomás Amaral Torezani

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF/SPGG

Alessandro Castilhos Martins, Adí Collazuol, Liderau dos Santos Marques Junior e Éverton Luis Pohlmann

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ESTRATÉGICO – DAE/SPGG

Vinícius Piccini, Daniela Loguercio Canepa, Jesiane Fernandes e Danylla Magalhaes

DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS – DCPPP/SPGG

Rafael da Cunha Ramos

UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO DAS ESTATAIS – UNEST/SPGG

Juliana Daniela Rodrigues

GABINETE DO GOVERNADOR – GG

Ana Júlia Possamai e Valeska Ferrazza Monteiro

Revisão: Marlise Margo Henrich – SUPLAN/SPGG

Colaboração: Assessoria de Comunicação (ASCOM/SPGG), Secretaria de Comunicação (SECOM), Secretaria da Saúde (SES) e Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa / Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022.

153 p.: il.

1. Ciência Política. 2. Planejamento Governamental. 3. Gestão Pública I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. II. Título.

CDU 320

Bibliotecária responsável: Irma Carina Brum Macolmes – CRB 10/1393



rs.gov.br